

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

Gianfranco Caterina

**O Regime Militar Brasileiro Visto desde Washington (1967-1978)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Pedro Tota.

**SÃO PAULO**

**2012**

**Banca Examinadora**

-----

-----

-----

**Para Rafaela**

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Pedro Tota, pelo seu voto de confiança e inesgotável paciência em me ouvir. Deu-me toda a liberdade para trabalhar da maneira que desejasse. Foram dois anos de convivência muito enriquecedores.

Às docentes do Programa de História, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Estefânia Knotz Canguçu Fraga, e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Bernuzzi de Sant'Anna pelas sugestões e críticas a este trabalho. Aos professores doutores Fernando Torres Londoño e Antonio Rago Filho sempre muito gentis e atenciosos para esclarecer quaisquer dúvidas.

Aos docentes do Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia de Campos Mello e Prof. Dr. Oliveiros da Silva Ferreira que instigaram minha curiosidade sobre temas de política exterior com um olhar crítico e objetivo.

Ao Prof. Dr. Edison Nunes, do Programa de Ciências Sociais, pela sua capacidade de provocar reflexões profundas sobre tópicos de filosofia política – especialmente com Maquiavel.

Aos professores doutores Shiguenoli Miyamoto, com quem tive o privilégio de contar em minha Banca de Qualificação, e Clodoaldo Bueno que aumentaram o meu interesse em estudar a história da política externa brasileira.

Ao Prof. Dr. Matias Spektor, coordenador do Centro de Relações Internacionais da FGV, sempre muito solícito em atender a meus questionamentos sobre a busca por alguns documentos.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Junqueira, do Departamento de História da USP, e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Mendes, da COGEAE-PUC, pelas suas sugestões e críticas a este trabalho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História, onde foi muito bem recebido, e aos colegas do Programa San Tiago Dantas em que cursei algumas disciplinas adicionais.

Agradeço finalmente ao Prof. Dr. Cláudio Guimarães dos Santos, o primeiro incentivador deste trabalho.

\*\*\*

Ao CNPq, pelo importante apoio financeiro à minha pesquisa.

## Resumo

O estudo procura discutir a intrincada relação entre Brasil e Estados Unidos em um cenário global de distensão entre os dois blocos político-ideológicos da Guerra Fria. A superpotência tem, ainda, como principal desafio em sua atuação internacional, conciliar a busca por seus interesses como nação, com ideais de democracia e respeito aos direitos humanos. O Brasil, por outro lado, ansiava por reconhecimento entre os grandes, além de maior independência e autonomia em sua política externa. Nesse processo, podem-se caracterizar, pelo menos, três conjunturas distintas. Na primeira; o declínio relativo do poder americano, a repressão política e alto crescimento econômico brasileiro. A seguir; a crise internacional do petróleo, escândalo Watergate, novos golpes militares na América do Sul, articulação de movimentos em defesa dos direitos humanos e início da abertura política no Brasil. Por último; a ascensão de Carter e o atrito, em âmbito institucional e fora dele, em torno das questões de energia nuclear e direitos humanos. Procuramos abordar de que forma os principais atores políticos, a emergência da questão dos direitos humanos, e as limitações impostas pela ordem internacional incidiram nas relações bilaterais no período de 1967 a 1978.

**Palavras-chave:** política externa brasileira; política externa americana; direitos humanos; Emílio Garrastazu Médici; Ernesto Geisel.

## Abstract

The aim of this study is to assess the delicate relationship between Brazil and the United States in a global scenario of *détente* between the two political-ideological blocs of Cold War. The superpower has, yet, as its main challenge the need to conciliate a search for its own interests as a nation, with ideals of democracy and respect for human rights. Brazil, on the other hand, was looking for prestige between powers, and more independence and autonomy on its foreign policy. In this process, it's possible to characterize, at least, three different overviews. First, a relative decline in U.S. power, political repression and high economic growth in Brazil. Second, oil international crisis, Watergate scandal, new military coups in South America, new human rights movements articulations and the beginning of *abertura* in Brazil. At last, the rise of Carter, and a dispute, on and off institutional level, on nuclear energy issues and human rights. I'll try to approach how the main political actors, the emergence of the human rights issue, and the constraints imposed by the international order have impacted on bilateral relations in the period from 1967 to 1978.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; U. S. foreign policy; human rights; Emílio Garrastazu Médici; Ernesto Geisel.

## SUMÁRIO

<b>I.</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>II.</b>	<b>Capítulo 1 – A busca pela autonomia, “milagre” e repressão (1967-1969)</b>	
	1.1 Costa e Silva, política externa e a situação doméstica.....	17
	1.2 Congresso norte-americano, ajuda econômica e assistência militar.....	28
	1.3 Radicalização, AI-5 e as relações bilaterais.....	29
<b>III.</b>	<b>Capítulo 2 – Anos de pragmatismo (1969-1974)</b>	
	2.1 Nixon, Rockefeller, Kissinger e as relações com o Brasil.....	42
	2.2 A Doutrina Nixon e a Missão Rockefeller no Brasil.....	51
	2.3 O Relatório, o seqüestro e a Junta Militar.....	56
	2.4 Médici, a Diplomacia do Interesse Nacional e as relações com os EUA.....	61
	2.5 Relações Brasil – Estados Unidos (1969-1974)	
	2.5.1 Relações políticas.....	68
	2.5.2 Direitos humanos e audiências no Senado.....	73
	2.5.3 Atritos Pontuais.....	87
	2.5.4 Encontro de chefes de Estado em Washington.....	96
	2.5.5 A América do Sul no palco da Guerra Fria.....	114
<b>IV.</b>	<b>Capítulo 3 – Pragmatismo, entendimento tardio e afastamento (1974-1978)</b>	
	3.1 Geisel, o Pragmatismo Responsável Ecumênico e as relações com os Estados Unidos.....	122
	3.2 Ford, Rockefeller, Kissinger e Silveira.....	127
	3.3 Relações Brasil – Estados Unidos (1974-1976)	
	3.3.1 Relações políticas.....	129
	3.3.2 Direitos humanos.....	146
	3.3.3 Entendimento tardio e afastamento.....	154
	3.4. Carter, Brzezinski e Vance.....	172

<b>3.5. Relações Brasil – Estados Unidos (1977-1978)</b>	
<b>3.5.1 A visita de Warren Christopher e a denúncia dos acordos militares.....</b>	<b>173</b>
<b>3.5.2 A visita de Terence Todman e de Rosalynn Carter.....</b>	<b>176</b>
<b>3.5.3 A visita do secretário de Estado Cyrus Vance.....</b>	<b>178</b>
<b>3.5.4 A visita do presidente Carter.....</b>	<b>179</b>
<b>V. Conclusão e Considerações Finais.....</b>	<b>182</b>
<b>VI. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>186</b>

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

### **ABREVIATURAS UTILIZADAS**

APP	The American Presidency Project
BPGF	Biblioteca Presidencial Gerald R. Ford.
FAS	Federation of American Scientists
UCSB	University of California, Santa Barbara

### **SIGLAS GERAIS**

AAS	Arquivo Azeredo da Silveira, CPDOC-FGV (Rio de Janeiro)
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AFL-CIO	American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos, OEA
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC\FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, RJ)

EUA	Estados Unidos da América
GOB	Government of Brazil
HAK	Henry A. Kissinger
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LASA	Latin American Studies Association
LBJ	Lyndon B. Johnson
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEА	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNGA	United Nations General Assembly
US	United States

## **SIGLAS GOVERNAMENTAIS**

AAD	Access to Archival Databases, Electronic Telegrams, NARA
AHMRE (Brasília, DF)	Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores
AI	Ato Institucional
AID	United States Agency for International Development, USAID
Am. Emb.	Embaixada dos Estados Unidos no Brasil
ARA	Bureau of Inter-American Affairs, Departamento de Estado
Bras. Emb.	Embaixada do Brasil nos Estados Unidos
CFLA	Country Files Latin America
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
FAB	Força Aérea Brasileira
FAOHC-ADST	The Foreign Affairs Oral History Collection of the Association for Diplomatic Studies and Training, Library of Congress.
FOIA	Freedom of Information Act
FRUS	Foreign Relations of the United States
IG\ARA	Interdepartmental Group for Inter-American Affairs
IPR	Informação para senhor presidente da República
JCS	Joint Chiefs of Staff

LOC	The Library of Congress
MRE	Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF.
NARA	National Archives and Records Administration
NPMP	Nixon Presidential Materials Papers
NPMS	Nixon Presidential Materials Staff
NSA	National Security Archives, George Washington University (Washington, D.C.)
NSC	National Security Council
NSDM	National Security Decision Memorandum
NSSM	National Security Study Memorandum
OMB	Office of Management and Budget
PD	Presidential Directive
PRM	Presidential Review Memorandum
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TCU	Tribunal de Contas da União
USIA	United States Information Agency
WHSF	White House Special Files

## Introdução

### Objetivo e Justificativa

Como a questão dos direitos humanos surgiu nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a década de 1970? Quais foram os principais atores nesse processo? Posteriormente, a superpotência utilizou-a apenas como uma alegação para intervir nos assuntos internos brasileiros? Sendo que, na verdade, a genuína preocupação norte-americana era somente com o programa nuclear brasileiro?

Com o objetivo de responder esses e outros questionamentos, desenvolvi este estudo. O período compreendido de análise inicia-se no governo Costa e Silva, em 1967, e se estende até a visita do presidente Carter ao Brasil, em março de 1978. A ideia é traçar a emergência da questão dos direitos humanos nas relações bilaterais, desde o início da radicalização do regime militar até o fim do período mais conturbado da abertura política promovida por Geisel. No mesmo intervalo, o Brasil abandonou uma situação de grande proximidade com os EUA vista no período de Castello Branco, para uma posição de discordância em alguns assuntos. Aproximava-se, de maneira cautelosa, com Médici; até divergir abertamente nas questões de proliferação nuclear e direitos humanos, com Geisel, em 1977.

Quanto ao emprego do termo “direitos humanos” cabem algumas ressalvas preliminares: na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, há trinta artigos. Eles não representam obrigatoriedade legal, mas Brasil e EUA deram seu voto favorável ao documento naquela oportunidade. Caso um país-membro da ONU utilize-se de princípios constantes na Declaração para pressionar outros, cabe uma pergunta, que deve ser mantida como questionamento ao longo da leitura deste trabalho: sabendo-se da impossibilidade de qualquer governo ser capaz de cumprir integralmente, e a todo tempo, todos os itens da Declaração, quais artigos deveriam ter primazia sobre outros?<sup>1</sup> Ou, em outras palavras, mesmo levando-se em conta a conjuntura interna de um país, o modo e a frequência das violações, quais deveriam ser consideradas inaceitáveis?

---

<sup>1</sup> No portal do Ministério da Justiça há o texto integral da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm).

## Discussão Bibliográfica

Quanto à bibliografia pertinente às relações Brasil – EUA, convém algumas ponderações. Nas análises de maior fôlego sobre o período em questão, predomina a tese da 'rivalidade emergente'. De acordo com essa ideia, a modernização conservadora e industrialização posta em marcha pelos militares brasileiros ocasionou um aumento de controvérsias – em um número crescente de assuntos – com os Estados Unidos. Além disso, para alguns governos norte-americanos, o desenvolvimento do Brasil não era interessante, e em várias oportunidades, agiu-se para contê-lo<sup>2</sup>. Em suma, a rivalidade entre os dois países era inevitável e cresceria conforme o Brasil ganhasse importância.

No entanto, ela não é a única interpretação possível. Com um enfoque alternativo, Matias Spektor chama atenção para um aspecto importante:

Ao olhar para o histórico das relações Brasil-Estados Unidos, é muito fácil deixar-se convencer de que todas as forças levaram inevitavelmente ao estranhamento mútuo e ao atrito. Esquece-se de que, à época, havia vetores importantes apontando na direção oposta. Esses últimos, nunca dominantes, são descartados no presente como se não houvessem sido opções reais e factíveis.<sup>3</sup>

A emergência da questão dos direitos humanos na agenda é um exemplo. Será que os esforços dos EUA, a partir de 1977, em colocar o tema como uma das questões prioritárias nas relações bilaterais estavam sempre vinculados a pressões sobre o acordo nuclear celebrado entre Brasil e Alemanha Ocidental? Não haveria uma complementaridade entre setores da sociedade brasileira que ansiavam pela imediata restauração das liberdades civis e a política com ênfase nos direitos humanos de Carter?<sup>4</sup>

Em outra interpretação alternativa recente, o historiador norte-americano James N. Green destaca o papel que organizações criadas por exilados, religiosos, acadêmicos e ativistas pelos direitos humanos nos EUA tiveram em denunciar prisões arbitrárias, assassinatos, desaparecimentos e torturas ocorridas nos regimes autoritários latino-

---

<sup>2</sup> Grosso modo, é a interpretação prevalecente para o período 1967-1978 em BANDEIRA, L. A. M. *Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*, 3ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011; CERVO, A.L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*, 3ª edição ampliada, Brasília, Editora UnB, 2008; e VIZENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro*, Editora UFRGS, 1ª edição, Porto Alegre, 1998.

<sup>3</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 15.

<sup>4</sup> Argumento ponderado, em outros termos, pelo cientista político Timothy Power que insiro em forma de questionamento. POWER, T. J. *Carter, Human Rights, and the Brazilian Military Regime: Revisiting the Diplomatic Crisis of 1977*. University of Oxford, Draft of December 2005, p. 2.

americanos durante o período em questão. O autor demonstra como essas redes internacionais de solidariedade conseguiriam influenciar gradativamente o debate interno sobre os rumos da política externa norte-americana.

Dessa forma, o ingresso da questão dos direitos humanos na agenda bilateral foi antecedido por uma série de ações, a primeira vista isoladas, de indivíduos e organizações que lutavam, em várias partes do mundo, contra a violência perpetrada pelo Estado. Em suas conclusões, Green faz um pertinente comentário sobre a falta de conexão da maioria dos observadores entre "a questão da tortura e repressão no Brasil (e mais tarde em outras partes da América Latina) e a questão das violações dos direitos humanos no bloco socialista" <sup>5</sup>.

Nesse sentido, a trajetória de alguns dissidentes políticos da ex-União Soviética durante a década de 1970 e a análise da conjuntura interna dos países integrantes de seu bloco merecem uma maior atenção de nossos pesquisadores. Isso é fundamental para que possamos ter uma apreensão mais sóbria e equilibrada do contexto internacional do respeito aos direitos humanos nesse período.

### **Fontes e Metodologia**

Utilizei, quase que exclusivamente, fontes primárias norte-americanas para este estudo, obtidas via internet. A predominância no emprego de um determinado acervo em relação a outro foi fruto da disponibilidade de documentos para o período delimitado. O principal desafio nesse processo é pensar sob quais critérios os documentos desses arquivos foram dispostos. Quais foram omitidos, mas se encontram disponíveis *in loco*, qual a extensão de documentos ainda não liberados e, por fim, qual a relação desses documentos faltantes com o “todo” a que tive acesso.

Mesmo ciente das limitações dessa escolha, acredito que ela seja válida; principalmente pela exiguidade do tempo. Dessa forma, há um predomínio claro de comunicações do Departamento de Estado no período de 1967 a 1972. Eles podem ser acessados na série Foreign Relations of the United States (em: <http://history.state.gov>). Do mesmo modo, ocorre uma preponderância de documentos do National Archives and Records Administration (NARA), de 1974 a 1976. Para vê-los, basta valer-se do

---

<sup>5</sup> GREEN, J. N. *Apesar de Vocês – Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*, Companhia das Letras, São Paulo, 2009, p. 487.

mecanismo de busca Access to Archival Databases (AAD) (em: <http://aad.archives.gov/aad>).

No entanto, procuro diversificar a análise empregando, ao longo de todo o estudo, documentos presidenciais das Bibliotecas Presidenciais de Richard M. Nixon (em: <http://www.nixonlibrary.gov>) e Gerald R. Ford (em: <http://www.ford.utexas.edu>). Faço isso utilizando o *The American Presidency Project* da Universidade da Califórnia, Santa Barbara (em: <http://www.presidency.ucsb.edu/index.php>), que reúne boa parte dessa documentação de forma ordenada.

Além desses acervos, sirvo-me dos arquivos da CIA (em: <https://www.cia.gov>). Os documentos que tratam das decisões do Conselho de Segurança Nacional (NSC) podem ser encontrados no sítio eletrônico da Federation of American Scientists (FAS), (em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/direct.htm>). O Presidential Recordings Program do Miller Center of Public Affairs, da Universidade de Virginia, reúne diversos arquivos de áudio, ou transcrições, de diálogos presidenciais. Está disponível (em: <http://whitehousetapes.net>). O National Security Archive (NSA), da Universidade George Washington, (em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/index.html>). As entrevistas com diplomatas norte-americanos que utilizei neste trabalho podem ser obtidas no endereço eletrônico da Biblioteca do Congresso, em America Memory, Diplomacy and Foreign Service (em: <http://www.loc.gov/index.html>).

Do lado brasileiro, fiz uso do acervo do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, DF. A pesquisa de documentos foi feita *in loco*. Além dele, lancei mão das bibliotecas digitais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por fim, há documentos citados que estão disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), no Rio de Janeiro, RJ (em: <http://www.fgv.br/cpdoc>).

Servi-me ainda, de forma complementar, dos acervos eletrônicos da revista *Veja* e dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, e *Jornal do Brasil*.

# CAPÍTULO 1 – A BUSCA PELA AUTONOMIA, “MILAGRE” E REPRESSÃO (1967-1969)

## 1.1 Costa e Silva, política externa e a situação doméstica

Duas semanas após o golpe que depôs o presidente João Goulart, o governo norte-americano discute internamente qual seria a melhor conduta na delicada situação política em que se encontrava o Brasil. O assessor de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, tem o seguinte diálogo por telefone com o presidente Lyndon B. Johnson:

Bundy: Nós temos uma mensagem que nós queremos remeter ao [*presidente provisório brasileiro*] Castelo Branco por ocasião de sua posse. Há uma divergência entre [*Lincoln*] Gordon, que quer ser muito caloroso, e a nossa visão na Casa Branca, na qual é necessária que o Sr. seja um pouco [*mais*] cuidadoso enquanto esse sujeito está aprisionando pessoas, e que uma mensagem mais rotineira seria desejável nesse cenário.

Johnson: Bem, eu seria um pouco caloroso. Essa seria minha.

Bundy: Certo.

Johnson: Eu me inclinaria favoravelmente um pouco.

Bundy: O Sr. se inclinaria?

Johnson: Sim. Eu acho –

Bundy: Isso será publicado.

Johnson: - [com Bundy aceitando] Isso será criticado. Eu sei disso, mas eu não ligo a mínima. Eu acho que... há algumas pessoas que necessitam ser presas aqui e ali também. Eu não sou um... Eu não acho necessário algum tipo de cruzada sobre eles, mas eu não quero – que eles...Eu queria que eles tivessem prendido alguns antes de eles terem tomado Cuba. Eu não quero ser efervescente e excessivamente emocional e – ir somente...

Bundy: Certo.... O Sr. quer encorajá-lo e dizer que nós vamos trabalhar juntos.

Johnson: [...] Eu quero ser caloroso e amistoso e expressar meus melhores desejos e esperanças para um democrático.

Bundy: Certo, eu entendi.

Johnson: - Constitucional, [*uma*] operação progressiva e afirmar que isso precisa de ambas. Que no mundo que nós vivemos, nós precisamos trabalhar juntos proximamente com o governo escolhido constitucionalmente lá, e que nós queremos que ele sabia que nosso...que nós...nós estamos ansiosos, nós estamos interessados em povos por todo o mundo, e particularmente no grande país dele [*Castelo Branco*].

Bundy: Certo. Eu compreendi. Eu posso providenciar isso.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Bundy: “We’ve got a message that we want to send out to [Brazilian provisional President] Castelo Branco on the occasion of his inauguration. There is a difference between [Lincoln] Gordon, who wants to be very warm, and our view in the White House, which is that you ought to be a little careful while this fellow is locking people up, and that a more routine message would be desirable at this stage.

Johnson: Well, I’d be a little warm. That would be mine.

Bundy: All right.

Johnson: I’d lean over a little.

Esta conversação ilustra, de maneira sintética, a divergência tática, interna do governo dos EUA, nas relações com o Brasil durante a maior parte do regime militar (1964-1985). Apesar de terem consentido com o golpe em 1964, o governo norte-americano e o brasileiro passaram por momentos de aproximação, afastamento e tensão nos anos subsequentes.

A Revolução Cubana, em 1959, marcou o início das preocupações norte-americanas sobre as reais possibilidades de difusão do comunismo pelo hemisfério ocidental. Os governantes dos EUA perceberam que as ideias revolucionárias encontravam maior abrigo onde havia miséria e desigualdade social. Os programas de ajuda econômica e de cunho social lançados em seguida, como a Aliança para o Progresso, Corpos de Paz (Peace Corps) e Alimentos para a Paz (Food for Peace) vão ao encontro a essa inquietação.

Após o golpe de 1964, a cúpula de Castello Branco se aproximava do governo norte-americano buscando, entre outros motivos, renegociar a dívida externa brasileira. Nesse processo, dois atores políticos, entre outros, exerceram papel relevante: o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, e o adido militar norte-americano, Vernon Walters. De 1964 a 1967, o Brasil suportou impopulares medidas recessivas que visavam conter a inflação, estabilizar a economia e atrair investimentos. Depois de conseguir prorrogar seu mandato por mais um ano, Castello Branco baixou o AI-2 após as eleições estaduais de 1965. As derrotas nos Estados da Guanabara e Minas Gerais desagradaram o governo, e mostraram que “a preservação do regime aconselhava a

---

Bundy: You would?

Johnson: Yeah. I think –

Bundy: It'll be published.

Johnson: - [with Bundy acknowledging] it'll be criticized. I know it, but I don't give a damn. I think that... there's some people that need to be locked up here and there too. I'm not a... I haven't got any crusade on them, but I don't want – them... I wish they'd locked up some before they took Cuba. I don't want to be effervescent and overflowing and – just go...

Bundy: Right.... You want to encourage him and say we're going to be working together.

Johnson: [...] I want to be warm and friendly and express the best of wishes and hopes for a democratic –

Bundy: Right, I get it.

Johnson: -constitutional, progressive operation and say it takes both. That in this world we live in, that we got to work closely together with the constitutionally selected government there, and we want him to know that our...that we... we're anxious, we're interested in people everywhere, and particularly in his great country.

Bundy: OK. I got it. I can fix that”.

*LBJ on Latin American Dictators*, 14 de abril de 1964. Presidential Recordings Program, Miller Center of Public Affairs, University of Virginia, WhiteHouseTapes.org. Acessado em: [http://www.whitehousetapes.net/clips/1964\\_0414\\_Branco/index.htm](http://www.whitehousetapes.net/clips/1964_0414_Branco/index.htm). (A tradução é o os grifos são nossos).

mudança de regras do jogo" <sup>7</sup>. As eleições presidenciais passariam a ser indiretas e os partidos políticos seriam dissolvidos. Seu ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, impusera-se como candidato a sucessão. Tinha o apoio de setores das Forças Armadas insatisfeitos com o governo, mas encontrava resistência de militares influentes que apoiavam Castello Branco<sup>8</sup>. Todavia, seu nome prevaleceu e foi ratificado pelo Congresso em outubro de 1966. Assumiria o posto em março do ano seguinte.

Em janeiro, Costa e Silva vai a Washington para se encontrar com o presidente norte-americano. Caminhando juntos pelos gramados da Casa Branca, Johnson agradece a atuação do Brasil durante a intervenção liderada pelos Estados Unidos na República Dominicana entre 1965 e 1966. O marechal comenta seu papel nesse episódio como ministro da Guerra, ressaltando a necessidade de “vigilância e ação contra o perigo do comunismo”. Em seguida, ambos seguem para uma reunião de gabinete com o atual secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Lincoln Gordon; o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John W. Tuthill, sua contraparte em Washington, Vasco Leitão da Cunha e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias e futuro ministro da Indústria e Comércio, Edmundo de Macedo Soares e Silva<sup>9</sup>.

O líder democrata fez questão de sublinhar a importância da influência de Gordon para que o governo norte-americano reconhecesse rapidamente o novo comando brasileiro após o golpe de 1964. Adicionalmente, afirmava que apesar disso lhe ter trazido algumas dificuldades, os eventos que se seguiram no Brasil mostravam que o julgamento que Gordon havia feito como embaixador no país estava correto. Segundo Johnson, o diplomata “era para ser considerado um herói e não um ‘bode expiatório’ ”<sup>10</sup>.

De acordo com o jornalista Carlos Chagas, que estava cobrindo a viagem do marechal, Costa e Silva e Gordon se desentenderam de maneira áspera. O novo presidente ressaltava que, passados três anos da Revolução, o país poderia se preocupar mais com o desenvolvimento e menos com a contenção da inflação. O secretário assistente o interrompeu e sugeriu que o foco do governo brasileiro deveria ser

---

<sup>7</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*, 6ª Reimpressão, Companhia das Letras, São Paulo, 2002, p. 240.

<sup>8</sup> Ibid..

<sup>9</sup> “vigilance and action against the danger of communism”. *Memorandum of Conversation*, Washington, 26 de janeiro de 1967. FRUS, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico, Brazil. Doravante, FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>10</sup> “was to be considered a hero and not a ‘scapegoat’”. Ibid.. (A tradução é nossa).

exatamente o oposto. Além disso, afirmou que, de tanto falar em desenvolvimento, um presidente brasileiro acabou em Paris<sup>11</sup>.

A referência era ao ex-presidente exilado em Portugal, mas constantemente em Paris, Juscelino Kubitschek. Segundo Chagas, logo após o comentário de Gordon, o marechal se irritou e com o dedo indicador voltado para o alto respondeu:

Olha aqui mister, vamos com muita calma. Com a sua opinião ou sem ela, o desenvolvimento será a chave de meu Governo. Precisamos da ajuda e cooperação do seu País, para colaborar com nosso desenvolvimento e, muito justamente, auferir os lucros proporcionais aos seus investimentos. Mas em nenhum momento eu tolerarei ingerências. Até porque vai ser muito difícil concretizá-las. E passe bem.<sup>12</sup>

Durante a administração Castello Branco, o peso da influência norte-americana nos assuntos políticos brasileiros se fez sentir de maneira significativa. O período é um dos momentos de maior aproximação nas relações Brasil – Estados Unidos. A conjuntura internacional era delicada e o Brasil vivia grandes dificuldades econômicas em 1964. As reformas empreendidas pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouvêa de Bulhões visavam reduzir a inflação, estabilizar a economia e atrair investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos.

Lincoln Gordon e Vernon Walters tinham trânsito desimpedido para circular entre a cúpula militar brasileira. Adido militar dos EUA no Brasil entre 1962 e 1967, Walters era amigo próximo de Castello Branco. Conheceram-se nos campos de batalha da Itália onde lutaram do mesmo lado durante a Segunda Guerra Mundial. Atuou ainda como tradutor em diversos encontros de cúpula Brasil – EUA<sup>13</sup>. Possuía relações sociais intensas com diversos militares influentes, de modo que Roberto Campos chegou a apelidá-lo de “soldado-diplomata”<sup>14</sup>.

Antes mesmo do término da administração Castello Branco, o número de funcionários na representação norte-americana e de outras agências trabalhando no país

---

<sup>11</sup> CHAGAS, C. *113 Dias de Angústia – Impedimento e Morte de um Presidente*, L&PM Editores, Porto Alegre, 1979, p. 172. Pouco tempo depois, Chagas se tornou o secretário de Imprensa do presidente Costa e Silva.

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> OLIVEIRA, F. M. de *Adido Extraordinário – Vernon A. Walters e o Brasil*, National Defense Intelligence College Press, Washington, 2009, p. 3.

<sup>14</sup> CAMPOS, R. O. *A Lanterna na Popa*, Topbooks, Rio de Janeiro, 2004, p. 547.

– principalmente da CIA – havia atingido uma cifra demasiadamente alta mesmo para os padrões da superpotência<sup>15</sup>.

O novo embaixador no Brasil, John Tuthill, havia sido uma recomendação de Gordon<sup>16</sup>. Sabendo das dificuldades da manutenção do mesmo arranjo político com a ascensão de Costa e Silva ao poder, Tuthill decidiu agir. Reduziu o número exagerado de funcionários das mais diversas agências atuando na embaixada. A Operação Topsy, como ficou conhecida, é caracterizada pelo braço direito do embaixador na administração da representação americana, Frank Carlucci:

Havia algo como 18 agências representadas no Brasil e o Departamento de Estado não controlava essas agências. Elas eram as mais difíceis de se lidar. Nós trouxemos uma força-tarefa especial para observar a CIA. Finalmente, depois de um ano, de esforço em tempo integral de minha parte e provavelmente de 80% do tempo do embaixador, nós terminamos com um corte de cerca de 30%.<sup>17</sup>

Esse corte de pessoal tinha como objetivos a redução de custos e a diminuição da influência política – pelo menos a mais explícita – do governo dos EUA nos assuntos internos brasileiros. Muitos funcionários norte-americanos da AID estavam espalhados pelo país, inclusive cuidando da arrecadação de impostos. Dessa forma, segundo Tuthill, os aspectos impopulares do governo de Castello Branco eram, inevitavelmente, associados com os EUA<sup>18</sup>.

Além disso, Costa e Silva tinha uma base de sustentação nas Forças Armadas de oficiais nacionalistas e céticos quanto ao desenvolvimento associado. Muitos identificavam as empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, como principais responsáveis pela manutenção das grandes desigualdades sociais do Brasil. Dessa forma, as exigências, dentro das Forças Armadas, em combater de forma incisiva

---

<sup>15</sup> Tuthill considerava o contingente da CIA na embaixada “muito grande” e “muito óbvio”. Além disso, tinha reservas em relação ao recrutamento de novos agentes que o órgão fazia. Dizia que 90% das pessoas que eram abordadas recusavam a proposta no final e que tal procedimento escancarou o recrutamento de novos agentes da CIA para o Brasil. *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, The Foreign Affairs Oral History Collection of the Association for Diplomatic Studies and Training, FAOHC-ADST. Havia 920 cidadãos norte-americanos trabalhando no país, e 1000 funcionários brasileiros a serviço do governo dos Estados Unidos. Cf. GREEN, J. N. *Apesar de Vocês – Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*, Companhia das Letras, São Paulo, 2009, p. 120.

<sup>16</sup> *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST.

<sup>17</sup> “There were something like 18 agencies represented in Brazil and the State Department didn't control those agencies. They were the hardest to deal with. We brought in a special task force to look at the CIA. Eventually, after a year, of full time effort on my part and probably 80 percent of the Ambassador's time, we ended up with a cut of about 30 percent”. *Interview with Frank C. Carlucci III*, entrevista iniciada em 1º de abril de 1997. Trecho referente a 30 de junho de 1997. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução é nossa).

<sup>18</sup> *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST.

o comunismo e a corrupção – identificada primordialmente com empresas transnacionais instaladas no Brasil – eram significativas. Assim, Costa e Silva, por esse e outros motivos, falava em recuperar o desenvolvimento de outros tempos e ‘humanizar a revolução’, já ciente de que a credibilidade das Forças Armadas estava em jogo frente a diversas reclamações e hostilidades ao regime autoritário<sup>19</sup>.

Em relação à política externa, Costa e Silva iniciou uma mudança em relação a algumas noções que orientavam o governo anterior. Em março de 1967, o ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, pontuou os conceitos agora inadequados para orientar a política externa: “a bipolaridade”, já que o conflito Leste-Oeste perdeu importância, o entendimento entre as duas superpotências progrediu e a desigualdade Norte-Sul se agravou; “a segurança coletiva”, porque não busca reduzir a desigualdade social; “a interdependência militar, política e econômica”, já que as políticas externas são orientadas pelos respectivos interesses nacionais e não por causas ideológicas; “o ocidentalismo”, porque vem contaminado de preconceitos que reprimem as vantagens do universalismo<sup>20</sup>. Desta maneira, delimitou que os resultados deveriam vir de três direções:

a) a reformulação das bases do comércio internacional e a ampliação das pautas e mercados para a exportação brasileira; b) a aquisição, pela via da cooperação internacional, da ciência e da tecnologia necessárias à independência econômica; c) o aumento dos fluxos financeiros, para empréstimos e investimentos, de origem mais diversificada, em melhores condições de pagamento ou em igualdade de tratamento com o capital nacional.<sup>21</sup>

Em memorando enviado ao presidente, o assessor especial de Johnson, Walt W. Rostow, mostrava-se preocupado com dois aspectos do novo governo brasileiro: política externa e o programa de estabilização econômica. Rostow dizia que havia uma “ambiguidade de difícil compreensão” na orientação da administração do marechal brasileiro. Por exemplo:

[...] nos assuntos internacionais Costa e Silva expressa uma identificação próxima com nossas políticas – e eu acredito que ele é sincero quanto a isso. Mas seu ministro das Relações Exteriores advoga publicamente uma política de ‘não-envolvimento’ no Vietnã, insiste em uma exceção no Tratado de

---

<sup>19</sup> BANDEIRA, L. A. M. *Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*, 3ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011, p. 149.

<sup>20</sup> CERVO, A.L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*, 3º edição ampliada, Brasília, Editora UnB, 2008, p. 382.

<sup>21</sup> *Ibid.*.

Não-Proliferação para testes nucleares visando fins pacíficos, bate na posição relutante da Venezuela nas suas queixas contra Cuba e toma uma posição equivocada em nossos esforços para desemaranhar o problema árabe-israelense.<sup>22</sup>

Num cenário internacional mais distendido, sua política externa evitava o debate Leste-Oeste da Guerra Fria por julgar mais interessante para o país discutir as desigualdades do eixo Norte-Sul. Costa e Silva buscava recursos e cooperação estrangeira na área técnica-científica, de maneira a aumentar a participação do Brasil “na revolução científica e tecnológica do século XX<sup>23</sup>”. Foi neste contexto que o presidente considerou importante a livre utilização para fins pacíficos da energia nuclear e recusou aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) de 1968; concertado pelas duas superpotências.

Quanto à estabilização econômica – iniciada por Castello Branco –, o governo norte-americano temia que os recursos enviados ao Brasil via agências e instituições multilaterais não seriam de nenhuma serventia se não houvesse responsabilidade fiscal e um programa financeiro que fosse mantido sem interrupções por parte do governo brasileiro. Os objetivos traçados pelas agências norte-americanas não tinham sido alcançados, e eles seriam obrigados a revisar a estratégia relacionada à assistência econômica. Para isso, entre outras medidas, Tuthill conversaria pessoalmente com Costa e Silva reafirmando o interesse da superpotência em continuar o apoio ao desenvolvimento brasileiro, e, ao mesmo tempo, renegociar objetivos traçados para a política econômica consonantes com a estabilização, desenvolvimento e programas de reformas<sup>24</sup>.

No final de julho de 1967, Tuthill se encontrou com Johnson para discutir a compra de aeronaves Mirage por parte do Brasil junto da França. Além disso, o presidente americano confiou ao diplomata uma carta a ser entregue a Costa e Silva. Em memorando enviado a Johnson no dia anterior, Rostow afirmava que a reunião do

---

<sup>22</sup> “puzzling ambivalence”. “[...] in foreign affairs Costa e Silva expresses close identification with our policies – and I believe he is sincere in this. But his Foreign Minister publicly advocates a “noninvolvement” policy on Vietnam, insists on a nuclear-test-for-peaceful-uses exception in the Non-Proliferation Treaty, strikes a reluctant stance on Venezuela's complaint against Cuba and takes an equivocal position on our efforts to unscramble the Israel-Arab problem”. *Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson* Washington, 14 de junho de 1967. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>23</sup> BANDEIRA, L. A. M. *Uma Tendência em Baixa: As Relações Entre o Brasil e os Estados Unidos* IN CERVO, A. L. (Org.) *O Desafio Internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*, Editora UnB, Brasília, 1994, p. 168.

<sup>24</sup> *Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson* Washington, 14 de junho de 1967. FRUS, 1964-1968, V. XXXI.

mandatário americano com Tuthill permitiria que este último asseverasse a Costa e Silva que havia dialogado diretamente com Johnson sobre a compra das aeronaves<sup>25</sup>.

Naquele período, Costa e Silva demonstrava interesse em comprar caças franceses Mirage, em vez dos norte-americanos F-5. Segundo Tuthill, o marechal afirmava que necessitava das aeronaves o mais rápido possível e que os franceses ofereceram condições interessantes de pagamento ao Brasil – de forma a isso não ser um gasto que drenaria recursos importantes da economia nacional. Dizia também que o moral da Força Aérea Brasileira (FAB) e das Forças Armadas brasileiras eram uma preocupação constante, sobretudo devido ao crescimento de atividades de guerrilha no país – citando inclusive o atentado ao aeroporto de Guararapes, no Recife, em 1966<sup>26</sup>.

Ainda em agosto, o embaixador Leitão da Cunha entregou uma carta-resposta de Costa e Silva a Johnson. O encontro em Washington ainda contou com Rostow e com o secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Covey Oliver. Trataram sobre a venda de caças, helicópteros e rifles; além do nacionalismo dentro das Forças Armadas brasileiras. Sobre esse último, o representante brasileiro disse que o país se encaminhava na direção de um “nacionalismo latente”. Tal situação poderia ser amenizada, segundo ele, por meio de uma “colaboração solidária e inteligente entre os líderes do Brasil e de países amigos, especialmente os Estados Unidos”. No entanto, destacou que, se o “nacionalismo latente” não fosse moderado, isso poderia levar “a incidentes ou eventos atípicos na história geral das relações entre Brasil e Estados Unidos”<sup>27</sup>.

Por fim, Leitão da Cunha barganhou explicitamente a compra dos caças supersônicos:

Fundamentalmente, o Brasil não está interessado na aquisição de aeronaves militares supersônicas em outro lugar [*fora dos EUA*]; mas, se não há uma oportunidade razoável para adquirir tais aeronaves dos Estados Unidos, o Brasil terá que procurar em outro lugar, incluindo a França, país do qual o Brasil até recebeu uma sugestão de que uma fábrica de Mirages possa ser montada no Brasil.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1967. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. Cf. nota nº 2.

<sup>26</sup> *Ibid.*. Cf. GASPARI, E. op. cit., pp. 240-244.

<sup>27</sup> “latent nationalism”; “intelligent and understanding collaboration between the leaders of Brazil and friendly countries, especially the United States” e “incidents or events not typical of the general history of relations between Brazil and the United States”. *Memorandum of Conversation*, Washington, 29 de agosto de 1967. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>28</sup> “Fundamentally, Brazil is not interested in acquiring supersonic military aircraft elsewhere; but, if there is no reasonable opportunity to acquire such aircraft from the United States, Brazil will have to look elsewhere, including France, from which country Brazil has even received a suggestion that a Mirage factory be set up in Brazil”. *Ibid.*. (A tradução e o grifo são nossos).

Em relação à venda dos caças, Johnson se preocupava com a reação do Congresso na questão das diretrizes sobre assistência militar. Já sobre os rifles e helicópteros, o presidente norte-americano dizia que compreendia a urgência dos pedidos dos brasileiros, mas o crescente envolvimento dos EUA no Vietnã tornou a demanda por armamentos desproporcional à oferta<sup>29</sup>.

No final do ano, as perguntas sobre a liberação de mais recursos para o Brasil, e sob quais condições, persistiam dentro do governo Johnson, bem como a preocupação em relação à rejeição do Congresso no assunto. De acordo com memorando de Rostow a Johnson, o Brasil não havia tomado as medidas necessárias para corrigir seus problemas econômicos. As reservas estavam diminuindo e o país encarava a possibilidade da volta renovada da inflação. Por isso, os empréstimos estavam sendo adiados desde os US\$ 25 milhões concedidos em julho<sup>30</sup>.

Segundo Rostow, Tuthill era favorável à liberação imediata de mais US\$ 25 milhões. O embaixador americano acreditava que o presidente brasileiro estava comprometido com a estabilização da economia, e que tal medida teria um impacto político positivo nas relações bilaterais<sup>31</sup>.

O assessor especial do presidente ainda afirmava que, dada a importância do Brasil e as boas relações entre Johnson e o marechal, ele era favorável a uma decisão rápida e consistente com os objetivos principais dos Estados Unidos no âmbito bilateral: manter o bom momento do Brasil em direção à estabilização e conservar um retrospecto em relação ao país capaz de ganhar um apoio contínuo no Congresso<sup>32</sup>.

Em memorando ao presidente alguns dias depois, Rostow afirmava que não eram necessárias novas discussões sobre a ajuda ao Brasil. As conversações com o ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, encaminharam o assunto: US\$ 25 milhões concedidos no início de janeiro – em troca da adoção de algumas medidas por parte do governo brasileiro na economia –, e US\$ 50 milhões como parte do programa de empréstimo do ano seguinte<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Ibid..

<sup>30</sup> *Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson* Washington, 5 de dezembro de 1967. FRUS, 1964-1968, V. XXXI.

<sup>31</sup> Ibid..

<sup>32</sup> Ibid..

<sup>33</sup> Ibid.. Cf. nota nº 4.

No início de 1968, o coordenador da Aliança para o Progresso e secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Covey Oliver, encaminhou uma carta sobre a situação no Brasil para a apreciação do secretário de Estado, Dean Rusk. No dia seguinte, ela foi copiada pelo assistente de Segurança Nacional, Walt Rostow, e remetida ao presidente Johnson. Nela, Oliver afirmava que o fraco desempenho do presidente aliado à ferrenha oposição, principalmente de Carlos Lacerda, o colocava em uma situação em que seus principais assessores pediam uma reação mais firme<sup>34</sup>.

A oposição o acusava de ser um líder fraco, da existência de corrupção em seus ministérios e do estado geral de uma “tirania militar”. Segundo Oliver, havia evidências de um possível plano entre oficiais extremistas para assassinar Lacerda caso ele prosseguisse com seus duros ataques à instituição militar. O coordenador da Aliança para o Progresso colocava em suspeita essa possibilidade, entretanto assinalava sobre a possibilidade de ações mais autoritárias por parte do governo brasileiro<sup>35</sup>.

De acordo com Oliver, Tuthill temia que o governo de Costa e Silva retrocedesse ao uso da força para lidar com a oposição civil. Segundo ele, a administração havia falhado em construir uma base política civil digna de crédito, ou em conceder um papel real de atuação para seus apoiadores no Congresso. Com os militares sendo tão fortemente provocados, o embaixador previa “consequências muito sérias para as relações EUA-Brasil” devido às violentas reações da imprensa que ocorreriam em ambos os países e às atitudes de membros-chave do Congresso norte-americano em relação a regimes militares latino-americanos<sup>36</sup>.

Ironicamente, destacava Oliver, as relações bilaterais estavam em um bom momento. Os entendimentos sobre a questão do café e da assistência econômica estavam bem encaminhados, e o chanceler Magalhães Pinto “tem feito recentemente um esforço evidente para melhorar as relações com os Estados Unidos, provavelmente refletindo sua esperança em construir um apoio norte-americano a ele para suceder Costa e Silva”. No entanto, de acordo com o norte-americano, era possível que nos próximos meses ocorressem “tendências contraditórias nos campos político e diplomático”<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> *Information Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson*, Washington, 16 de fevereiro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI.

<sup>35</sup> *Ibid.*.

<sup>36</sup> “very serious consequences for U.S. - Brazilian relations”. *Ibid.*. (A tradução é nossa).

<sup>37</sup> “has recently been making obvious efforts to improve his relations with the U.S., probably reflecting his hope to build U.S. support for him as a successor to Costa e Silva” e “contradictory trends in the political and diplomatic scenes”. *Ibid.*. (A tradução é nossa).

Uma dessas “tendências contraditórias” seria os dois encontros de Tuthill com Lacerda. Este, desde 1966, em companhia de seus antigos adversários políticos, os ex-presidentes exilados João Goulart e Juscelino Kubitschek, buscava arregimentar um bloco organizado de oposição ao regime instaurado no poder em 1964 – que, na época, teve o seu apoio.

Em entrevista concedida em 1987, Tuthill afirmou que, quando julgou necessário se encontrar com Lacerda, não achava que isso deveria ser feito de maneira camuflada, já que sabia que as linhas telefônicas da embaixada norte-americana estavam grampeadas. Em uma posterior reunião com Costa e Silva, o embaixador alegou que o marechal trouxe o assunto à tona. Este asseverou que se encontrando com Lacerda, Tuthill estaria sendo “desleal” a ele, e acrescentou: “Sr. Embaixador, eu agradeceria, portanto, se o Sr. não se encontrasse mais [com] o Lacerda”<sup>38</sup>.

O representante norte-americano não se acanhou:

Bem, Sr. Presidente, eu lamento muito desapontá-lo. Seu embaixador em Washington é livre para se encontrar com o partido de oposição nos Estados Unidos o quanto ele queira, não os terroristas. E eu não vou me encontrar com os terroristas no Brasil. Eu tenho que manter a minha própria liberdade para encontrar pessoas no Brasil, não importando se elas concordam ou não com o governo.<sup>39</sup>

Alguns militares pediam que Tuthill fosse considerado *persona non grata* no país<sup>40</sup>. Em um primeiro momento, um grupo de militares contrários a Lacerda e à Frente Ampla declararam que interpretavam o encontro entre o ex-governador e o embaixador como uma indicação do início de um processo de transformação da política externa americana. Tal curso de acontecimentos, afirmava o mesmo grupo, poderia alterar a política doméstica brasileira<sup>41</sup>.

Segundo o administrador-chefe da embaixada, Frank Carlucci, Tuthill acreditava que o encontro com Lacerda era “a coisa certa a fazer”. Havia, de acordo

---

<sup>38</sup> "disloyal" e "Mr. Ambassador, I would appreciate, therefore, if you would not any more see Lacerda." *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. Em sua versão oficial, o embaixador dizia que se encontrou com Lacerda para rebater acusações do ex-governador sobre a política americana. Além disso, a reunião tinha como objetivo dialogar sobre as possibilidades de utilização da energia nuclear, e tratar da questão do café solúvel. Cf. *Folha de S. Paulo*, 8 de março de 1968, p.1 e *Folha de S. Paulo*, 16 de março de 1968, p. 5. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>39</sup> "Well, Mr. President, I'm very sorry to disappoint you. Your ambassador in Washington is free to see the opposition party in the United States as much as he wants, not the terrorists. And I'm not going to see the terrorists in Brazil. I have to maintain my own freedom to see people in Brazil, whether or not they agree with the government". *Ibid.*. (A tradução é nossa).

<sup>40</sup> *Ibid.* e *Folha de S. Paulo*, 6 de março de 1968, p. 3.

<sup>41</sup> *Folha de S. Paulo*, 1º de março de 1968, p. 3.

com esse assessor, um julgamento da situação política brasileira na qual o país se libertaria logo do jugo militar, além da emergência de uma nova classe política nesse processo. Assim, os representantes dos EUA se interessariam em identificar e manter boas relações com esses líderes políticos – sem se preocupar com a opinião da cúpula militar brasileira<sup>42</sup>.

Apesar de Carlos Lacerda não ser uma “nova” liderança política, o embaixador americano enxergou, talvez por um breve período, que a Frente Ampla tivesse capacidade de fazer frente ao poder instalado em 1964. Ou ele próprio supôs que, encontrando-se com líderes políticos de oposição, poderia influir de maneira a provocar uma mudança de atitude no governo brasileiro.

Nada disso aconteceu. Baixado o AI-5, em dezembro, Lacerda foi detido e enviado a um quartel por ordem do chefe de Gabinete Militar do presidente, general Jayme Portella de Melo. O comandante do I Exército, general Syseno Sarmiento, prendeu Kubitschek nas escadas do teatro Municipal do Rio de Janeiro<sup>43</sup>.

## **1.2 Congresso norte-americano, ajuda econômica e assistência militar**

No final de fevereiro de 1968, Rostow enviou um memorando sugerindo que o presidente aprovasse um orçamento no valor de US\$ 255 milhões para assistência econômica ao Brasil. Desse montante, US\$ 170 milhões seriam referentes ao programa de empréstimos do ano-fiscal de 1968; US\$ 50 milhões referentes ao ano anterior; US\$ 35 dizia respeito ao programa Alimentos para a Paz<sup>44</sup>. Segundo o assessor de Johnson, apesar do déficit orçamentário, da expansão exagerada do crédito e da diminuição no nível de reservas em moeda estrangeira, o Brasil apresentava alguns resultados positivos. A inflação havia sido reduzida em 1967 e o programa de liberalização das importações mantido<sup>45</sup>.

Pouco tempo antes, entretanto, o documento que rege a assistência americana a países estrangeiros, o *Foreign Assistance Act of 1961*, havia recebido duas emendas.

---

<sup>42</sup> “the right thing to do”. *Interview with Frank C. Carlucci III*, entrevista iniciada em 1º de abril de 1997. Trecho referente a 3 de outubro de 1997. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução é nossa).

<sup>43</sup> GASPARI, E. op. cit., p. 341.

<sup>44</sup> *Action Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson in Texas*, Washington, 23 de fevereiro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. Até 1976, o ano-fiscal nos Estados Unidos tinha início em 1º de julho e término em 30 de junho do ano seguinte. A partir dessa data, o Congresso determinou o início em 1º de outubro, e a conclusão em 30 de setembro do ano seguinte.

<sup>45</sup> *Ibid.*.

Uma dos deputados Silvio O. Conte e Clarence Long; e outra do senador Stuart Symington.

A Emenda Conte-Long tornava necessário que o presidente cessasse a assistência econômica a qualquer “país subdesenvolvido” que se utilizasse de assistência militar para adquirir sistemas bélicos sofisticados (por exemplo, os caças americanos F-5 ou os franceses Mirage). O grau da interrupção da ajuda econômica seria equivalente ao custo dos equipamentos adquiridos pelo país. Grécia, Turquia, Irã, Israel, Taiwan, Filipinas, Coréia e qualquer outro país que o presidente julgasse necessário, especificamente baseado na segurança nacional, estariam livres dessa medida<sup>46</sup>.

O único obstáculo que se colocava em relação à confirmação do orçamento de ajuda ao Brasil era a possibilidade da aplicabilidade da Emenda Conte-Long; se Costa e Silva se decidisse pela compra dos jatos supersônicos e de outros sistemas bélicos sofisticados. Rostow asseverava, entretanto, que a ajuda estava estruturada de maneira a permitir deduções baseadas na Emenda, se isso fosse necessário<sup>47</sup>.

### **1.3 Radicalização, AI-5 e as relações bilaterais**

Em documento preparado pela CIA, pelas equipes de inteligência do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa e da Agência de Segurança Nacional afirmava-se que, apesar dos progressos econômicos alcançados pelo Brasil em 1967, “[...] seus problemas são extremamente fundamentais, numerosos, e inter-relacionados para permitir qualquer grande ganho nos próximos dois anos<sup>48</sup>”.

No mesmo documento, encontravam-se também prognósticos sobre a política externa brasileira para os próximos anos:

---

<sup>46</sup> *Probable Consequences of a Refusal by the US to Sell F-5 Aircraft in Latin America*, Washington, 29 de janeiro de 1968. FRUS, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico, Regional. Cf. nota nº 2. A Emenda Symington estabelecia que o presidente interromperia empréstimos para o desenvolvimento de países estrangeiros e assistência via *Alimentos para a Paz* a qualquer país que tivesse despesas militares “a um grau que interferisse materialmente em seu desenvolvimento”.

<sup>47</sup> *Action Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson in Texas*, Washington, 23 de fevereiro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. O acordo sobre créditos e empréstimos dos Estados Unidos ao Brasil foi ratificado pelos dois países em 23 de maio de 1968. Cf. nota nº4.

<sup>48</sup> “[...] its problems are too fundamental, too numerous, and too interrelated to permit any great gains in the next two years”. *National Intelligence Estimate, NIE*, Washington, 21 de março de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

Apesar do crescente nacionalismo do Brasil, o governo Costa e Silva manterá uma atitude mais amistosa em relação aos EUA do que os regimes de Quadros ou Goulart. Ele não seguirá, entretanto, a liderança dos EUA nos assuntos internacionais de forma próxima como o [regime] de Castello Branco, e nós acreditamos que ele será menos compreensivo em relação ao papel dos EUA no Vietnã. Ele provavelmente continuará a se opor à ratificação do tratado internacional de não-proliferação nuclear em sua forma atual.<sup>49</sup>

As previsões da agência de inteligência norte-americana quanto à política externa brasileira – pelo menos até o AI-5 – estavam corretas. Já em relação ao progresso econômico, ninguém imaginaria que 1968 terminaria como o primeiro ano do chamado milagre brasileiro. O PIB teve crescimento de 9,8%<sup>50</sup>, ante 4,2% no ano anterior. Houve importante expansão na indústria e nas exportações.

Apesar desses indicadores favoráveis na área econômica, o Brasil vivera um ano de intensa inquietação política. Greves, protestos estudantis, e numerosas manifestações de rua se integraram ao cenário político do país. Costa e Silva acenava decretar estado de sítio como resposta às agitações dos estudantes<sup>51</sup>. Com o aumento da repressão e intensificação da polarização política, o número de denúncias de torturas voltava a crescer<sup>52</sup>.

Em setembro, do alto da tribuna da Câmara, o deputado do MDB, Marcio Moreira Alves indagou por quanto tempo o Exército serviria de abrigo a torturadores e conclamou “um boicote às paradas” das comemorações da Semana da Pátria<sup>53</sup>. A cúpula militar reivindicou uma licença da Câmara para processar o parlamentar pelas suas declarações. O presidente do partido governista, senador Daniel Krieger, encaminhou uma carta ao presidente declarando o provável desfecho que tal atitude do Executivo traria:

O processo depende de licença da Câmara. A tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto nos levam à convicção da negação da licença. Criada essa situação, dela decorreria uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do país.<sup>54</sup>

---

<sup>49</sup> “Despite Brazil's increasing nationalism, the Costa e Silva government will maintain a much friendlier attitude toward the US than the Quadros or Goulart regimes did. It will not, however, follow the US lead in international matters as closely as Castello Branco's did, and we believe it will be less sympathetic toward the US role in Vietnam. It will probably continue to oppose ratification of the international treaty on nuclear nonproliferation in its present form”. Ibid.. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>50</sup> IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, 1550 a 1985*, vol. 3, Séries Estatísticas Retrospectivas (Rio de Janeiro: IBGE, 1987) IN GORDON, L. *A Segunda Chance do Brasil*, Editora Senac, 2ª edição, São Paulo, 2002, p. 122, Tabela 3-1.

<sup>51</sup> GASPARI, E. op. cit., p. 318.

<sup>52</sup> Ibid., p. 386 e 388.

<sup>53</sup> Ibid., p. 316. Cf. 26.

<sup>54</sup> KRIEGER, D. *Desde as Missões*, p. 331 IN GASPARI, E. op. cit., p. 317.

Em outubro, um grupo guerrilheiro de esquerda mata o capitão norte-americano e veterano da guerra do Vietnã, Charles R. Chandler, em uma emboscada em São Paulo. De acordo com Tuthill, ele, “tolamente”, começou a participar de uma série de discussões públicas nas quais deixava implícito ser “muito próximo ao General Westmoreland e às operações de inteligência [americanas]<sup>55</sup>”. O diplomata afirmou que o capitão fazia parte do grupo de inteligência do Exército norte-americano. Segundo Elio Gaspari, Chandler concedeu algumas entrevistas e ministrou ao menos uma palestra aos militares brasileiros sobre o conflito na Indochina<sup>56</sup>. Ainda de acordo com o jornalista, sua eliminação foi advogada por uma organização armada baseada em duas denúncias: “era um agente da Central Intelligence Agency e torturara vietcongues<sup>57</sup>”.

O embaixador Tuthill relatou que, após esse episódio, começou a ser ameaçado. O governo brasileiro se dispôs a reforçar a segurança da embaixada. Os norte-americanos concordaram com um efetivo de tropas inferior ao oferecido, e em posições ocultas<sup>58</sup>. Ainda foram ofertados escolta e um segurança particular para os deslocamentos do embaixador. Tuthill não concordou, e optou então por andar com um marine (fuzileiro naval) junto ao motorista. Por fim, acabou cedendo e fazia o trajeto da sua residência à embaixada com um oficial à paisana, e um motorista que alternava três ou quatro rotas diferentes do mesmo trecho<sup>59</sup>.

Ao mesmo tempo, a radicalização política crescia dentro das Forças Armadas brasileiras. A instituição vivia um quadro de grave crise interna. No final de novembro, um documento da CIA sintetizava tal conjuntura:

Os protestos e os problemas internos dos militares, como os baixos salários, espalharam a insatisfação nas Forças Armadas, que, por sua proximidade do governo, tiveram de suportar o grosso dos ataques da oposição. Os chefes militares, preocupados com a insatisfação, sobretudo entre os oficiais mais jovens, estão pressionando o presidente para melhorar o funcionamento de seu governo e para liquidar as forças de oposição mais radicais. Embora Costa e Silva tenha sido capaz de evitar ações drásticas que posteriormente virão a debilitar as fracas instituições civis, como o Congresso, uma piora substancial da situação política pode muito bem forçá-lo a aceitar o aumento

---

<sup>55</sup> “foolishly”. *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. William C. Westmoreland foi o general norte-americano responsável pelo comando unificado das operações militares no Vietnã do Sul entre 1964 e 1968. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>56</sup> GASPARI, E. op. cit., p. 325-326. Ver nota 52.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 326.

<sup>58</sup> *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST.

<sup>59</sup> *Ibid.*.

do controle militar sobre a política do governo, ou então a enfrentar o perigo de ser deposto.<sup>60</sup>

Em 12 de dezembro, o pedido para processar o deputado Moreira Alves foi recusado em votação parlamentar<sup>61</sup>. Concretizara-se a “crise institucional” descrita por Krieger, e o antagonismo entre Câmara e Forças Armadas tornou-se evidente. Acuado no palácio Laranjeiras, Costa e Silva ainda se recusou a receber o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel; o comandante do I Exército, Syseno Sarmiento; e o ministro do Exército, Lyra Tavares<sup>62</sup>.

No dia seguinte, com os ministros reunidos à mesa de jantar do palácio, é anunciado o Ato Institucional nº 5. O Congresso seria fechado por tempo indeterminado. Foram instituídas, novamente, as cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos e dispensas sumárias. Banidas as liberdades democráticas e a garantia do *habeas corpus* em “casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular<sup>63</sup>”.

Durante o encontro, o presidente afirmou que ao ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, cabia a responsabilidade direta pela redação do documento. Como último ministro a discursar, Gama e Silva declarou:

A experiência demonstra como foi errado ter fixado prazos no Ato Institucional nº 1. Penso que isto é motivo mais do que suficiente para justificar que este Ato, outorgado como foi, possa até mesmo ser revogado a curto ou a longo prazo [...] mas limitá-lo [...] seria incidirmos no mesmo erro do Ato Institucional nº1, quando a Revolução se autolimitou.<sup>64</sup>

Momentos antes, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, havia se declarado de pleno acordo com o Ato, dizendo até mesmo que mudanças constitucionais mais profundas eram necessárias para que o Brasil pudesse alcançar “o seu desenvolvimento com maior rapidez”. Tinha o apoio de Gama e Silva, Orlando Geisel, e do ministro do Interior, Affonso de Albuquerque Lima<sup>65</sup>.

Delfim demonstrou “otimismo” em relação aos investimentos estrangeiros não serem afetados, já que “seriam mantidas as condições de segurança, a oportunidade de

---

<sup>60</sup> *The Military in Brazil, Special Report* da *Weekly Review* da Central Intelligence Agency, de 29 de novembro de 1968. Departamento de Estado IN GASPARI, E. op. cit., p. 330-331.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 331.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 332.

<sup>63</sup> *Ato Institucional nº 5*, Art. 10. Brasília, 13 de dezembro de 1968. Publicações, Texto Integral de Norma Jurídica, Portal do Senado Federal, Brasília, DF.

<sup>64</sup> GASPARI, E. op. cit., p. 338.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 336 e 338.

lucros e a liberdade de ação [para] tornar o Brasil atraente ao capital estrangeiro”. O comentário do presidente da Câmara de Comércio norte-americana em São Paulo ao cônsul-geral dos EUA ia na mesma direção: “as empresas norte-americanas em São Paulo apoiam o governo brasileiro e consideram [o] AI-5 a melhor coisa que poderia ter acontecido ao país<sup>66</sup>”.

Se, no campo comercial, a adesão entusiasmada à ditadura não tinha graves consequências imediatas, na esfera diplomática a situação era distinta. Na semana anterior ao AI-5, Tuthill era chamado para consultas pelo Departamento de Estado<sup>67</sup>. Após a edição do Ato, o responsável pela embaixada americana, William Bolton, afirmava em telegrama a Washington que, daquele momento em diante, evitar atritos entre os governos dos dois países sobre políticas e atitudes de ambos era fundamental. No entanto, achava razoável que um alto representante governamental norte-americano fizesse uma declaração pública condenando o “retrocesso no desenvolvimento da democracia brasileira”, sem apontar diretamente grupos ou pessoas responsáveis pela situação<sup>68</sup>. Bolton asseverava que, apesar da cúpula militar ser “nacionalista e estreita”, eles seriam favoráveis aos Estados Unidos em um confronto Leste-Oeste explícito. Assegurava, ainda, que era “altamente provável” que esse grupo continuasse no poder por ainda algum tempo<sup>69</sup>. Finalmente, destacava que era com esses líderes militares que os norte-americanos “deveriam buscar cooperação em empresas de interesse mútuo”, e, por meio deles, “trabalhar para ajudar o Brasil emergir do subdesenvolvimento do qual suas próprias atitudes eram uma manifestação”<sup>70</sup>.

Classificando como “cruel” o ato baixado pelos militares brasileiros, não só no contexto interno do país, mas no dos regimes militares sul-americanos, o Departamento de Estado enviava um telegrama a sua embaixada no Rio com uma série de questionamentos sobre o líder militar brasileiro e possíveis desdobramentos: “Costa e Silva não parecia obviamente qualificado [para ser um líder nacional]. Ele se

---

<sup>66</sup> “Business reactions to IA-5”, telegrama nº 13359, Rio de Janeiro a Washington, 21 de dezembro de 1968, FRUS, caixa 1910 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 145.

<sup>67</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 143.

<sup>68</sup> “setback in development of Brazilian democracy”. *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>69</sup> “nationalist and narrow” e “highly likely”. *Ibid.* (A tradução é nossa).

<sup>70</sup> “must obtain cooperation in enterprises of mutual interest” e “work to help Brazil emerge from the underdevelopment of which their own attitudes are one manifestation”. *Ibid.* (A tradução é nossa)

reafirmará? Algum outro líder ou grupo de líderes emergirá? Ou nós teremos que lidar com tipos como Gama e Silva, Portella, e Siseno Sarmiento [*sic*]?"<sup>71</sup>.

Como se comportarão a imprensa e os religiosos críticos ao regime? Quem os apoia de fato? O Departamento de Estado afirmava não conseguir identificar nenhum grupo importante não-militar que apoiasse as medidas recentes. Isso sendo verdadeiro, eles se perguntavam por quanto tempo as Forças Armadas permaneceriam unidas e conseguiriam governar o país efetivamente<sup>72</sup>.

Apesar de se mostrar “claramente insatisfeitos” com a situação brasileira, o Departamento de Estado considerava a existência de alguns fatores que os levava a “evitar expressar insatisfação excessiva oficialmente e publicamente”<sup>73</sup>. Entre eles estavam: não havia a necessidade de um realinhamento dos interesses americanos no país devido aos recentes acontecimentos e, apesar da dura repressão, o Brasil tinha uma tradição profunda de moderação que se reafirmaria em um curto prazo de tempo; a principal questão, pelo menos a longo prazo, era:

Um sério problema que nos encara é evitar que os líderes brasileiros avancem na direção de mais atos irracionais que possam afetar nossas relações agora e no futuro, enquanto que, ao mesmo tempo, não [*podemos*] induzir os democratas brasileiros e outros no hemisfério a acreditar que nós somos complacentes. Não há provavelmente uma maneira de alcançar integralmente esses objetivos irreconciliáveis, mas nós devemos tentar refletir sobre o melhor equilíbrio [*possível*].<sup>74</sup>

Em reunião privada com o chanceler Magalhães Pinto e com o secretário-geral do Itamaraty, Mario Gibson Barboza, Tuthill afirmou que o governo dos Estados Unidos cumpriria com suas obrigações em termos de empréstimos e créditos ao governo brasileiro. Mas, a partir daquele momento, tomaria uma posição de “esperar para ver” sobre futuros programas da AID, e outros que estavam sendo negociados naquele momento<sup>75</sup>.

---

<sup>71</sup> “Costa e Silva would obviously not seem qualify. Will he reassert himself? Will some other leader or group of leaders emerge? Or are we going to have to deal with likes of Gama e Silva, Portella, and Siseno Sarmento?”. *Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil*, Washington, 17 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (a tradução é nossa)

<sup>72</sup> *Ibid.*

<sup>73</sup> “clearly unhappy” e “to avoid expressing excessive unhappiness officially and publicly”. *Ibid.* (A tradução é nossa).

<sup>74</sup> “A major problem facing us is to avoid pushing Brazilian leaders into further irrational acts affecting our relations now and in future while, at same time, not leading Brazilian democrats and others in hemisphere to believe we complacent. There probably no way of fully achieving these irreconcilable goals, but we must endeavor strike best balance”. *Ibid.* (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>75</sup> “wait and see”. *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

De acordo com o embaixador norte-americano, Magalhães Pinto fez uma longa exposição sobre os fatos que levaram à decretação do último ato institucional. Em linhas gerais, confirmou que as pressões estavam num *crescendo* há algum tempo. O discurso do deputado Marcio Moreira Alves não representava mais de 10 ou 15% do problema. O processo havia sido “mal manejado e mal resolvido”. E por isso tinha atraído a atenção geral. Depois do pedido para processar o deputado ser recusado em votação no Congresso, “tornou-se claro que os militares queriam que o presidente agisse”<sup>76</sup>.

O chanceler brasileiro ainda afirmou que seria de grande utilidade que o governo dos Estados Unidos agisse “com maior prudência” naquela situação. Acrescentou que qualquer ação de caráter condenatório naquele momento “poderia danificar permanentemente as relações EUA-Brasil”. Prosseguiu asseverando que não teria serventia a interrupção das negociações sobre os tópicos que estavam sob consideração entre os dois países. “Congelá-los neste momento”, disse o ministro, “poderia levar a uma reação nacionalista no Exército contra os EUA”<sup>77</sup>.

O embaixador americano comentou que a declaração de Delfim Netto no dia anterior havia sido feita sem nenhuma consulta junto ao governo americano, além de ser “claramente não-colaborativa”. De acordo com Tuthill, o governo brasileiro estava pressionando o americano por uma iniciativa nos programas da AID, que, anteriormente ele não demonstrava interesse real. E foi duro: “Tentativas em usar a ajuda [*econômica*] para fins políticos pode forçar a uma decisão do governo dos EUA que não seria do interesse de nenhum dos dois países”<sup>78</sup>.

O chanceler respondeu que Delfim havia feito a declaração sem consultá-lo. Garantiu que iria conversar com o ministro da Fazenda e outros responsáveis pela área econômica, a fim de que não agissem de maneira precipitada, já que isso poderia criar dificuldades políticas<sup>79</sup>.

Rostow sabia que a situação era delicada. Em telegrama a Tuthill, dizia que os “riscos eram altos”, já que uma ditadura militar essencialmente malograda e repressiva

---

<sup>76</sup> “poorly handled and poorly resolved” e “it became clear that military wanted President to take action”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>77</sup> “with greatest prudence”, “could permanently damage US–Brazil relations” e “Freezing them at this moment [...], could lead to nationalistic reaction in army against US”. Ibid.. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>78</sup> “distinctly unhelpful” e “Attempts to use aid for political purposes could force a decision on USG which would not be in interest of either our countries”. Ibid.. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>79</sup> Ibid..

poderia iniciar uma “grave erosão nas relações EUA-Brasil” – que eles deveriam evitar. Afirmou que talvez fosse necessário suportar essa erosão, em caráter temporário, para evitar uma identificação próxima com o governo Costa e Silva. Assegurou, ainda, que “nossos interesses de longuíssimo prazo no Brasil podem ser mais bem servidos trabalhando com os grupos insatisfeitos no país”<sup>80</sup>. O secretário de Estado prosseguiu sublinhando que a grande maioria dos funcionários graduados do governo americano concordava que Costa e Silva e seus auxiliares reagiram de maneira desproporcional à ameaça real. Além disso, apresentava alguns questionamentos:

É muito tarde para eles [*Costa e Silva e seus principais auxiliares*] repararem o equilíbrio? Pode uma apreciação de brasileiros-chave sobre o futuro das relações EUA-Brasil desempenhar um papel na mudança de direção das obstinadas forças militares, ou ao menos levá-las a reparar parte dos danos já realizados? Ainda há tempo para prevenir que atos piores possivelmente venham à tona?<sup>81</sup>

Prosseguiu dizendo que as mudanças ocorridas no Brasil ainda não haviam sido entendidas na opinião pública norte-americana como “uma transição definitiva e irrevogável” do respeito às normas democráticas. Em seguida, fez uma advertência:

Ainda há tempo e uma boa oportunidade para evitar a solidificação da opinião pública nos EUA em linhas que tornariam muito difícil para qualquer administração neste país a prosseguir nesses graus de cooperação e assistência mútua que as necessidades do povo brasileiro e nossa própria amizade profunda por eles tornam desejável.<sup>82</sup>

No final do telegrama, o secretário de Estado pedia a opinião do embaixador sobre a possibilidade do general Vernon Walters vir a auxiliá-lo de alguma forma<sup>83</sup>. Em telegrama subsequente, a embaixada concordava com a análise geral da situação, mas

---

<sup>80</sup> “the stakes are high”, “serious erosion in U.S.–Brazil relations” e “our very long term interests in Brazil may best be served by working with what have become the disaffected groups in the country”. *Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil*, Washington, 19 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>81</sup> “Is it too late for them to redress the balance? Can a look by key Brazilians at U.S.–Brazil relations for the future play a part in turning the military juggernaut around, or at least in getting them to repair some of the damage already done? Is there still time to head off possibly worse acts yet to come?”. *Ibid.*. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>82</sup> “a definitive and irrevocable transition” e “There is still time and a good opportunity to avoid the congealing of public opinion in the U.S.A. along lines that would make it very difficult for any administration in this country to continue those degrees of cooperation and mutual assistance that the needs of the Brazilian people and our own deep friendship for them make desirable”. *Ibid.*. (A tradução é nossa).

<sup>83</sup> *Ibid.*.

chamava atenção quanto a possíveis desdobramentos internos após uma ação precipitada. De acordo com Tuthill, a vinda de um emissário:

[...] poderia ser vista como uma interferência nos assuntos brasileiros e seria claramente contra produtiva. Se o emissário fosse um militar, seria interpretado por todos como um apoio do governo dos EUA às ações recentes do governo do Brasil e um encorajamento a um movimento ainda mais à direita, não importando o que ele pudesse dizer após a chegada.<sup>84</sup>

O embaixador norte-americano no Rio sabia da existência de vários elementos militares que influenciavam fortemente o presidente brasileiro, e que a situação da estrutura de poder havia sido alterada de forma significativa, “respostas precisas são impossíveis”<sup>85</sup>.

Tuthill concordava com a análise do Departamento de Estado, que apontava Costa e Silva como um líder não suficientemente qualificado para a tarefa de governar o Brasil naquelas circunstâncias. No entanto, segundo o embaixador, dentre as possíveis alternativas, ele parecia ser tão capaz quanto qualquer outro alto funcionário de seu governo. O representante americano deixava claro que o mandatário brasileiro não tinha mais a mesma autonomia em suas decisões que desfrutava anteriormente – e não parecia que conseguiria reconquistá-la. Além disso, colocava em dúvida suas chances de completar o mandato<sup>86</sup>.

De acordo com Tuthill, havia um “cabo de guerra” entre militares moderados e radicais. Segundo ele, o desfecho dessa disputa dependeria da “base de apoio ao regime”. Sublinhava que o único grupo não-militar de apoio às recentes medidas autoritárias havia sido a “classe empresarial-conservadora”, particularmente de São Paulo. O diplomata afirmava que tal grupo acreditava na capacidade da cúpula militar brasileira de implementar políticas que beneficiariam a iniciativa privada. Ressaltava, por outro lado, que existiam empresários influentes que se opunham às ações recentes

---

<sup>84</sup> “would be viewed as interference Brazilian affairs and would be distinctly counterproductive. If emissary were a military figure would be interpreted by one & all as USG support for recent GOB moves and encouragement further movement to the right, no matter what he might say after arrival”. *Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil*, Washington, 19 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. De acordo com a nota nº 3. (A tradução é nossa).

<sup>85</sup> “precise answers are impossible”. *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>86</sup> *Ibid.*.

do governo brasileiro e estavam preocupados com as inclinações políticas dos líderes militares<sup>87</sup>.

A embaixada ainda se declarava cética quanto à reabertura do Congresso – mesmo expurgado – e abrandamento da censura à imprensa. Quanto à oposição ao regime vinda da Igreja, o documento destacava as recentes declarações, em tom crítico, do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Aluisio Lorscheider; do cardeal da Guanabara, Jayme Câmara; e do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Terminava destacando que a tendência mais provável, em relação à Igreja, era a de a mesma se pronunciar abertamente e de maneira cada vez mais unida após da instituição do AI-5<sup>88</sup>.

Em correspondência no dia 28, Tuthill afirmava que, apesar da embaixada e do Departamento de Estado não saberem qual seria a posição do novo governo norte-americano, que assumiria no dia 20 de janeiro, frente aos últimos acontecimentos no Brasil, ele esperava uma postura “moldada pela tradicional preocupação dos EUA pelas liberdades individuais”. Asseverava que, provavelmente, a extensão do período de “esperar para ver” – principalmente com relação aos compromissos de assistência econômica – seria “influenciada por ações brasileiras futuras em relação às liberdades civis, liberdade de imprensa, e [assuntos] correlatos<sup>89</sup>”. Nessa linha, recomendava um adiamento no pagamento de US\$ 50 milhões ao governo brasileiro previsto no Programa de Financiamento do Ano-Fiscal de 1968. Advertia que o governo norte-americano deveria esperar “pressão diplomática considerável” pela liberação desse capital e que nenhuma recomendação deveria ser feita em relação à segunda parcela dessa ajuda econômica<sup>90</sup>.

Em janeiro, o embaixador americano, em companhia do chanceler Magalhães Pinto, visitou Costa e Silva na residência presidencial de Petrópolis. De acordo com Tuthill, o marechal afirmou que ele deixaria seu posto numa época em que a “América

---

<sup>87</sup> “tug of war”, “regime's base of support” e “conservative-business class”. Ibid.. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>88</sup> Ibid..

<sup>89</sup> “shaped by traditional U.S. concern for individual freedoms”, “wait-and-see” e “influenced by future Brazilian actions regarding civil liberties, press freedom, and the like”. *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1968. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>90</sup> “considerable diplomatic pressure”. Ibid.. (A tradução é nossa).

Latina suscitava uma impressão confusa: Colômbia em estado de sítio, Peru, Bolívia, Argentina e agora o Brasil sob ‘regimes de exceção’<sup>91</sup>.

O presidente brasileiro assinalou que os americanos não eram capazes de entender os problemas que afetavam as nações em desenvolvimento. Além disso, declarava que o Brasil não podia se basear no sistema político da superpotência<sup>92</sup>.

Tuthill assegurou que não era um desejo dos EUA impor aos outros países um padrão de conduta em seus assuntos domésticos. Entretanto, lembrou que Costa e Silva declarou a ele, ainda antes de assumir, que o embaixador deveria ter três coisas em mente:

1) os militares eram a mais importante instituição política no Brasil, 2) os militares querem que Costa e Silva seja o presidente e 3) ele, Costa e Silva, trabalharia para um retorno a uma situação na qual ou um civil ou um militar pudesse ser escolhido [*eleito*] presidente.<sup>93</sup>

O representante americano ainda afirmou ao marechal que utilizou essas declarações do líder brasileiro em suas comunicações a Washington. Em seguida, em tom irônico, questionou Costa e Silva se havia alguma mensagem que ele gostaria que fosse transmitida ao presidente Johnson e a seus principais assessores<sup>94</sup>.

O marechal responde que, como Tuthill vivenciou a conjuntura política brasileira *in loco*, ele deveria ser capaz de explicar a “situação em sua totalidade” para Washington, declarando que havia “tranquilidade total” no Brasil. Costa e Silva frisou a capacidade da cúpula militar em manter a ordem. Prometeu restaurar os fundamentos democráticos quando fosse possível, com a precaução necessária<sup>95</sup>.

No final do documento, o embaixador adicionou seus comentários sobre o encontro. Tuthill achava que Costa e Silva queria dar a impressão de que havia feito “um ligeiro – e temporário – desvio do caminho democrático”. De acordo com o diplomata, o marechal iniciou um monólogo no qual era difícil um adendo, e o terminou de forma repentina, mas afável<sup>96</sup>. O representante americano especulava:

---

<sup>91</sup> “Latin America gives a confused impression: Colombia in state of siege, Peru, Bolivia, Argentina and now Brazil under ‘exceptional regimes’”. *Telegram From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1969. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução é nossa).

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> “[...] 1) the military is the most political institution in Brazil, 2) the military want Costa e Silva to be President and 3) he, Costa e Silva would work for a return to a situation in which either a civilian or a military man could be chosen President”. *Ibid.* (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>94</sup> *Ibid.*

<sup>95</sup> “entire situation” e “complete tranquility”. *Ibid.* (A tradução é nossa).

<sup>96</sup> “slight— and temporary—detour from the democratic path”. *Ibid.* (A tradução é nossa).

É difícil saber o quanto disso [*monólogo*] ele mesmo acredita. Ele está, sem dúvida, agora ciente das obstinadas forças internas às Forças Armadas brasileiras, mas ele pode estar convencido (ou tentando se convencer) de que ele pode contê-las. A impressão geral que ele nos dava era essa, apesar de sua prudência nativa, ele pode estar subestimando as forças em andamento neste país.<sup>97</sup>

De acordo com documentação coletada pelo historiador James N. Green, alguns dias antes, uma “fonte fidedigna da embaixada” norte-americana havia conversado com Golbery do Couto e Silva. Um dos artífices do golpe de 1964, criador e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o governo Castello Branco. O general afirmava que “as únicas restrições existentes aos elementos militares extremistas têm sido a ferocidade da reação da imprensa estrangeira, especialmente a norte-americana, aos acontecimentos desde 13 de dezembro, e a atitude da Igreja”<sup>98</sup>. Entretanto, o militar preveniu os funcionários da embaixada dos Estados Unidos sobre a possibilidade das pressões internacionais serem contraproducentes, de modo a aglutinar os militares em torno de um radicalismo nacionalista.

Ainda em dezembro, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Orlando Geisel, esteve como o adido do Exército dos Estados Unidos. O brasileiro desejava conversar sobre reportagens e editoriais a respeito do Brasil que estavam sendo veiculadas na imprensa norte-americana. Apesar de não ser próximo ao presidente Costa e Silva, Geisel – irmão do futuro presidente Ernesto Geisel – era uma figura influente e ocupava um cargo de prestígio nas Forças Armadas Brasileiras. De acordo com o adido, depois do ler alguns editoriais do *New York Times*, *Washington Post* e *Christian Science Monitor*, o general ficou furioso e afirmou:

Os que escrevem sobre ansiedades e aspirações democráticas de 80 milhões de brasileiros estão sonhando que a maior parte de nossa população sequer suspeita do que seja a democracia no sentido norte-americano. Nosso povo não demonstrou a menor inquietação com as medidas recentes. A maioria

---

<sup>97</sup> “It is difficult to know how much of this he believes himself. He is, of course, now aware of the restless forces within the Brazilian military but he may be convinced (or trying to convince himself) that he can contain them. The general impression that he gave us was that, despite his native shrewdness, he may well be underestimating the forces at work in this country”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>98</sup> “Former SNI chief views crisis”, telegrama nº 14713, Rio de Janeiro a Washington, 28 de dezembro de 1968, FRUS, Caixa 1910 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 148. Green não cita o nome do adido, mas tudo indica que se trata do coronel Arthur Moura – substituto de Vernon Walters no posto de adido militar da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro de 1967 a 1975. Assim como Walters, Moura falava português fluentemente e possuía contatos próximos com influentes militares brasileiros. *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1975, p. 5.

aceitou e deseja medidas que lhes permitam trabalhar em paz sem se preocupar com agitação e exploração.<sup>99</sup>

Ao comentar esse encontro com o Departamento de Estado, Tuthill dizia que a postura de Geisel, possivelmente, revelava as posições de uma parte considerável dos militares brasileiros, já que o general geralmente se mostrava “calmo, moderado e discreto” ao tratar situações delicadas<sup>100</sup>.

Quanto às opiniões de Golbery, o embaixador norte-americano julgava que, apesar de o mesmo estar “do lado de fora” do poder, elas deveriam ser apreciadas, já que ele ainda era “uma das figuras mais equilibradas e inteligentes [...] e mantinha diversos contatos militares, o que torna sua avaliação razoável à luz da informação disponível à embaixada vinda de outras fontes”<sup>101</sup>.

De acordo com o diagnóstico de Golbery, não havia ameaça ao regime e os generais no poder estavam “vendo fantasmas”. O AI-5 era resultado de um governo confuso, liderado por um homem emocional. Achava o ministro Gama e Silva um “maluco” e duvidava da reabertura do Congresso dentro de poucos meses. Previa um quadro que ainda se agravaria com mais cassações. Era cético quanto a um arroubo de comedimento por parte de Costa e Silva: “Muita gente tem contas pessoais a ajustar”<sup>102</sup>.

Sem possibilidade de grandes mudanças em curto prazo no Brasil, restava saber que posição, perante o país, o novo governo norte-americano assumiria. Em quatro anos, os norte-americanos saíram de uma posição em que imaginavam poder influir na realidade brasileira de forma decisiva, para uma obstinada não-interferência nos assuntos internos do país. De acordo com o embaixador Tuthill, grande parte dos norte-americanos “tinham a visão de que os ‘nativos’ [brasileiros] não tinham condições de administrar seu próprio país. Mas nós não temos condição da mesma maneira”<sup>103</sup>. O republicano Richard M. Nixon assumiria a presidência em janeiro de 1969 seguindo esse roteiro.

---

<sup>99</sup> “Brazilian military views of U.S. press reactions to Institutional Act n° 5”, telegrama n° 14544, Rio de Janeiro a Washington, 20 de dezembro de 1968, FRUS, Caixa 1910 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 147-148.

<sup>100</sup> Ibid., p. 148.

<sup>101</sup> “Former SNI chief views crisis”, telegrama n° 14713, Rio de Janeiro a Washington, 28 de dezembro de 1968, FRUS, Caixa 1910 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 148.

<sup>102</sup> Telegrama do embaixador John Tuthill ao Departamento de Estado, 3 de janeiro de 1969. Em *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998 IN GASPARI, E. op. cit., p. 343.

<sup>103</sup> “[...] had the view that the ‘natives’ really couldn't run their own country. But we can't run it either”. *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução e o grifo são nossos).

## CAPÍTULO 2 – ANOS DE PRAGMATISMO (1969-1974)

### 2.1 Nixon, Rockefeller, Kissinger e as relações com o Brasil

Em um de seus primeiros dias no cargo, o presidente Richard M. Nixon recebeu a visita do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o ex-presidente do Equador, Galo Plaza. O novo mandatário americano queria uma sugestão sobre quem nomear para servir de emissário à América Latina, a fim de recolher opiniões, comentários e pontos de vista de dirigentes da região sobre a situação ao sul do Rio Grande. Plaza sugeriu Nelson A. Rockefeller, governador de Nova York<sup>104</sup>. Este já havia visitado os países latino-americanos diversas vezes, além de ter ocupado postos importantes nas administrações de Roosevelt, Truman e Eisenhower, que lidavam diretamente com as repúblicas americanas<sup>105</sup>.

Nixon e Rockefeller haviam sido adversários durante as primárias do Partido Republicano nas eleições presidenciais de 1960 e 1968. Nixon o venceu em ambas. Entre os candidatos republicanos em 1968, o governador de Nova York representava a ala mais moderada do partido, enquanto Nixon era identificado com a direita, e o governador da Califórnia, Ronald Reagan, tinha o apoio de uma ala ainda mais conservadora<sup>106</sup>. As preocupações sociais e filantrópicas de Rockefeller, aliadas com

---

<sup>104</sup> *Letter to the President*, Nova York, 30 de agosto de 1969. IN ROCKEFELLER, N. *The Rockefeller Report on the Americas*, Quadrangle Books, Chicago, 1969, p. 5. *Veja*, 18 de junho de 1969, p. 22. Nixon confirma oficialmente Rockefeller como seu emissário em fevereiro. As viagens tiveram início em abril. Cf. *Statement Announcing Governor Nelson A. Rockefeller's Mission to Latin America*, 17 de fevereiro de 1969, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB.

<sup>105</sup> Em 1940, Roosevelt o incumbiu de dirigir uma agência que foi ganhando poder com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. O Office of Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas tornou-se, no ano seguinte, o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA). Segundo o historiador Antonio Pedro Tota, nesse processo, o "Office" passou "de escritório de coordenação [...] a escritório do coordenador". Os objetivos principais da agência eram: "a) difundir 'informações' positivas sobre os Estados Unidos, por intermédio de uma rede de comunicação mantida pelo OCIAA, em estreita colaboração com os países do continente; b) contra-atacar a propaganda do Eixo. Havia também a preocupação de difundir nos Estados Unidos uma imagem favorável das 'outras Repúblicas'". Cf. TOTA, A. P. *O Imperialismo Sedutor*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000, p. 50-55. Em 1944, a agência se tornou Office of Inter-American Affairs, e foi finalmente fechada pelo presidente Truman em maio de 1946. *Ibid.*, p. 190. No biênio 1944-1945, Rockefeller foi secretário de Estado Assistente para Repúblicas Americanas. Em 1950, Truman o indicou para dirigir o International Development Advisory Board; Conselho que foi criado para implementar um plano de assistência técnica agrícola internacional. Na gestão Eisenhower, dirigiu um comitê com a missão de melhorar a gestão e eficiência do poder executivo, e depois se tornou Assistente Especial do presidente em Assuntos Internacionais. Conforme REICH, C. *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds to Conquer, 1908-1958*. New York, Doubleday, 1996, pp. 521-527 e p. 558.

<sup>106</sup> PERSICO, J. E. *The Imperial Rockefeller – A Biography of Nelson A. Rockefeller*. Washington Square Press, New York, 1983, p. 69.

seu internacionalismo sofisticado e sua fama de mulherengo, talvez provocassem mais repulsa do que atração dentre os quadros do partido. Ou, como ele mesmo disse, falando em espanhol, numa entrevista na Argentina quando perguntado por que nunca conseguira ser eleito presidente: “Eu estava no partido errado”<sup>107</sup>.

Após a posse de Nixon, o governador de Nova York sublinhava, em tom jocoso, o curioso fato de que um de seus assessores mais próximos ter chegado à Casa Branca sem ele: “Por três vezes Henry e eu trabalhamos em campanhas presidenciais. E em 1968, nós finalmente conseguimos. Henry chegou à Casa Branca<sup>108</sup>”. O assessor de Segurança Nacional do presidente Nixon, Henry Kissinger, vinha de uma longa associação política com Nelson Rockefeller. Quando este esteve, durante a gestão Eisenhower, como Assistente Especial para Assuntos Internacionais, reuniu uma equipe de acadêmicos para assessorá-los, entre eles o imigrante alemão de origem judaica que havia fugido do nazismo na década de 1930. Em 1956, Kissinger se tornou diretor de uma instituição privada financiada pela Rockefeller Brothers Fund Special Studies Project, a *America at Mid-Century*. Reunindo autoridades em debates, painéis e produzindo relatórios sobre temas relevantes, a instituição visava influenciar nas decisões sobre a política internacional dos Estados Unidos. Além disso, nas tentativas presidenciais de Rockefeller era naturalmente Kissinger o responsável por formulações nessa área<sup>109</sup>. Nos discursos que ele elaborara para Rockefeller, na campanha de 1968, a preocupação em distender as relações com países do bloco comunista – a depois tão comentada *détente* – já era patente<sup>110</sup>, assim como no ensaio *Temas Centrais da Política Externa Americana*:

Por duas décadas depois de 1945, nossas atividades internacionais eram baseadas na suposição de que a tecnologia mais a perícia administrativa nos proporcionavam a capacidade para recompor o sistema internacional e provocar transformações internas nos “países nascentes”. Este conceito diretamente ‘operacional’ de ordem internacional se evidenciou simples demais. A multipolaridade política torna impossível à imposição de uma determinação americana. Nosso desafio mais profundo será o de evocar a criatividade de um mundo pluralístico, baseando a ordem na multipolaridade

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 75-76.

<sup>108</sup> “Three times Henry and I worked on presidential campaigns. And in 1968, we finally made it. Henry went to the White House”. Ibid., p. 76. (A tradução é nossa).

<sup>109</sup> Ibid., p. 77. E KISSINGER, H. *White House Years*. Simon & Schuster Paperbacks, New York, 1979, p. 4. No primeiro volume de suas memórias, Kissinger afirma que foi Rockefeller quem o apresentou ao “policymaking” de alto nível durante a administração Eisenhower. O livro é dedicado ao ex-governador de Nova York.

<sup>110</sup> PERSICO, J. E. op. cit., p. 77-78.

política ainda que a supremacia da força militar permaneça com os dois superpoderosos.<sup>111</sup>

Em sua visão, os programas iniciados no âmbito da Aliança para o Progresso de Kennedy, como os Corpos de Paz (*Peace Corps*) e o Alimento para a Paz (*Food for Peace*), possuíam uma abordagem simplista do tipo de relação desejada com os países que recebiam o auxílio. Além disso, a crença de que, com a conhecida engenhosidade americana (*american ingenuity*), qualquer problema, mesmo de âmbito internacional, poderia ser resolvido, estava sendo colocada em xeque com a guerra do Vietnã. No mesmo ensaio, suas palavras sobre o resultado do conflito soam quase proféticas:

Se os Estados Unidos continuarem como administradores de todas as áreas não-comunistas, suas reservas psicológicas se esgotarão. Nenhum país pode agir com sensatez simultaneamente em todas as partes do globo e em todos os momentos. Um mundo mais pluralístico – especialmente em relações amistosas – é de interesse a longo termo para nós. A multipolaridade política, embora difícil de ser aplicada, vem a ser a condição prévia para uma nova era de criatividade. Por mais penoso que seja admitir isso, poderíamos usufruir benefícios por meio de um contrapeso que disciplinasse nossa impetuosidade ocasional e, pelas perspectivas históricas, modificasse a nossa tendência para soluções ‘finais’ e abstratas.<sup>112</sup>

A invasão do Camboja, em 1970, com 100 mil homens, revelou-se um erro estratégico. O resultado imediato foi prolongar a guerra ainda mais. A repercussão na opinião pública foi a pior possível, e o desgaste inevitável<sup>113</sup>. No mesmo ano, o Senado impediu o Executivo de utilizar tropas fora do Vietnã do Sul<sup>114</sup>. Em 1972, em contraste, os Estados Unidos tentaram se aproximar da República Popular da China por meio de uma longa e muito noticiada visita presidencial, e assinaram com a União Soviética um documento que visava a diminuição mútua de armas estratégicas (SALT I). A aproximação para consultas com os países comunistas revelou-se bem sucedida na amenização das tensões da Guerra Fria e de sua corrida armamentista. Neste cenário, Nixon foi reeleito em 1972.

---

<sup>111</sup> KISSINGER, H. *Política Externa Americana – ensaio Temas Centrais da Política Externa Americana*, Editora Expressão e Cultura, 1969, p. 59. Vale ressaltar que, quando esse ensaio foi elaborado, Kissinger ainda não ocupava o cargo de assessor de Segurança Nacional do presidente Nixon.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 75 e 76.

<sup>113</sup> O documentário *Corações e Mentos* (1974), dirigido por Peter Davis, mostra a guerra do Vietnã *in loco*. Inclui depoimentos de ex-combatentes, autoridades norte-americanas e sobreviventes vietnamitas. A ênfase é no impacto que a guerra causou na população local, trazendo imagens incômodas e chocantes do conflito. Teve grande repercussão na época. *Oscar* de melhor documentário em 1975.

<sup>114</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 22.

Ao mesmo tempo, nota-se também a semente da política de delegação defendida por alguns estrategistas americanos – e por Kissinger – dentro da nova ordem da multipolaridade política:

Nas décadas de quarenta e cinquenta, nós oferecemos o remédio, o recurso; no fim da de sessenta e na de setenta nosso papel será o de ter de contribuir para uma estrutura que fomente a iniciativa dos outros. Somos materialmente superpoderosos, mas nossos objetivos só terão expressão significativa se gerarem cooperatividade espontânea. Podemos continuar a contribuir para os programas positivos e de defesa, mas precisamos tentar incentivar, em vez de reprimir, um senso de responsabilidade local.<sup>115</sup>

Esse “senso de responsabilidade local”, defendido por Kissinger, poderia ser uma oportunidade estratégica interessante para o Brasil. O Brasil “potência”, que já se desenhava no final da década de 1960 com altas taxas de crescimento econômico e um governo anticomunista, seria um ótimo país – de acordo com a visão norte-americana – para se delegar algum poder de influência no restante da América do Sul.

Todavia, essa nova política despertaria uma série de dúvidas e questionamentos em seus formuladores. Matias Spektor sintetiza as principais dificuldades:

[...] Até que ponto as supostas potências médias estariam dispostas e seriam capazes de assumir responsabilidades? Seriam xerifes nas respectivas regiões ou apenas ajudariam a legitimar decisões americanas mais controversas? Como é que Washington faria para transformar o ‘sistema imperial’ em uma ‘ordem imperial multirregional’? O que aconteceria se essas potências regionais aceitassem maiores responsabilidades, mas também buscassem limitar o poder e a influência dos Estados Unidos em suas regiões? E quais potências médias seriam merecedoras de atenção especial: Indonésia, Irã, Nigéria, Brasil, África do Sul, Zaire, Turquia, Paquistão, México, Austrália ou Argélia?<sup>116</sup>

Com relação à possibilidade de o Brasil vir a ser um desses países, segundo Spektor, o papel de Rockefeller foi decisivo:

[...] Rockefeller ajudou a sedimentar o interesse de Kissinger pelo Brasil. Segundo o próprio Kissinger, ‘sua presença assegurava que o Brasil seria visto como um lugar importante’. Arnold Nachmanoff, assistente de Kissinger responsável por operacionalizar a política para o Brasil, é mais enfático ainda: ‘O grande impulso por trás da história do Brasil foi Rockefeller’.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> KISSINGER, H. *Política Externa Americana – ensaio Temas Centrais da Política Externa Americana*, Editora Expressão e Cultura, 1969, p. 95 e 96.

<sup>116</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 19.

<sup>117</sup> Ibid., p. 30.

Além disso, Nixon acreditava que a tentativa de implementar uma política para o Brasil poderia ser uma opção de baixo custo<sup>118</sup>. Poucos dias depois de sua posse, o presidente pediu um amplo estudo que analisasse “a situação política, econômica e de segurança e os principais problemas relevantes aos interesses de segurança dos Estados Unidos e às relações bilaterais e multilaterais dos Estados Unidos”<sup>119</sup>. Com relação à América Latina, as perguntas mais interessantes, além das preocupações com a subversão comunista, tratavam de examinar o grau de aceitação que os governos militares gozavam; a possibilidade de algum país ser reconhecido pelos outros como líder regional e, finalmente, quais eram as reclamações mais comuns dos líderes políticos da região acerca das políticas de segurança, comércio e economia dos Estados Unidos<sup>120</sup>.

Um memorando, no dia seguinte ao NSSM 9, do secretário assistente substituto de Assuntos Inter-Americanos, Viron Vaky, a William P. Rogers, secretário de Estado, caracteriza a situação interna do Brasil e expõe a delicada condição das relações bilaterais:

Nosso balanço até agora é que o AI-5 representou um ato desnecessário e regressivo por parte do governo do Brasil; que a luta pelo poder entre líderes militares no Brasil está se desenrolando num tal andamento que o posto do presidente Costa e Silva não está, de maneira alguma, seguro; que não há promessa de que o governo do Brasil retrocederá em direção a um governo mais democrático em uma projeção futura; que a condenação explícita do governo do Brasil pelos Estados Unidos pode bem desencadear mais autoritarismo, nacionalismo e anti-Americanismo no Brasil. [...] Nós não temos razão alguma para acreditar que desagradar à fúria do grupo militar que controla o Brasil poderia ser de nosso interesse, apesar de que o aumento da opressão da população pelos militares pode alterar essa visão. [...]

A situação política no Brasil continua a ser instável. Entretanto, durante os próximos dias e semanas, enquanto ela se torna mais clara e nós recebermos recomendações adicionais de nossa Embaixada lá, nós teremos que tomar decisões sobre elementos-chave em nossos programas de assistência militar e econômica. Essas decisões devem ser baseadas em uma abordagem conceitual ao Brasil à luz de novas circunstâncias. Elas terão também o efeito de definir o tipo de relações que nós queremos ter com o governo brasileiro ao longo do período à frente. Além disso, tenderão a sinalizar a outros países no Hemisfério a atitude que a nova Administração aqui sediada tenciona ter em relação a governos militares na América Latina.

---

<sup>118</sup> Ibid..

<sup>119</sup> “political, economic and security situation and the major problems relevant to U.S. security interests and U.S. bilateral and multilateral relations”. *NSSM 9 Review on International Situation*, FAS, 23 de janeiro de 1969, p. 1. (A tradução é nossa). Os Memorandos de Estudo sobre Segurança Nacional (a sigla NSSM, em inglês) eram “elaborados por jovens acadêmicos que revisavam criticamente alguns temas centrais da diplomacia, oferecendo a Kissinger e Nixon uma gama de opções sobre questões nas quais eles não possuíam experiência direta”. Cf. SPEKTOR, M. op. cit., p. 31. Tratava-se, segundo o autor, de uma novidade instituída por Kissinger.

<sup>120</sup> *NSSM 9 Review on International Situation*, FAS, 23 de janeiro de 1969, p. 39-40.

Nós continuaremos a trazer esses assuntos a sua atenção no momento adequado, mas eu quis alertá-lo agora da seriedade e da natureza de longo alcance do problema brasileiro.<sup>121</sup>

Quarenta dias após a decretação do AI-5, o governo Nixon via-se obrigado a lidar com o impacto da radicalização interna brasileira nas relações bilaterais. Vaky expõe um quadro difícil, mas não sugere um posicionamento imediato do Departamento de Estado. Entretanto, não descarta uma condenação aberta norte-americana aos acontecimentos no Brasil se houvesse uma escalada na violência imposta pelo regime. Na grande imprensa e no Congresso dos Estados Unidos, o autoritarismo radical brasileiro foi reprovado<sup>122</sup>.

Quanto à imposição do ato, em dezembro, o embaixador Tuthill fez uma recomendação ao Departamento de Estado; que protestasse fortemente junto ao governo do Brasil. O secretário de Estado do presidente Johnson, Dean Rusk, não acatou a sugestão, alegando que os investimentos norte-americanos não corriam perigo, e ninguém havia sido morto<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> “Our appraisal so far is that IA-5 represented a regressive and unnecessary act by the GOB; that jockeying for power among military leaders in Brazil is proceeding at such a rate that the tenure of President Costa e Silva is by no means secure; that there is no assurance that the GOB will move back toward more democratic government in the foreseeable future; that overt condemnation of the GOB by the U.S. could well trigger more authoritarianism, nationalism, and anti-Americanism in Brazil; [...] We have no reason to believe that incurring the wrath of the controlling military group in Brazil would be in our interest, although further oppression of the population by the military could alter this view”. [...]

“The political situation in Brazil continues to be unstable. However, during coming days and weeks, as it clarifies and we receive further recommendations from our Embassy there, we will need to make decisions about key elements in our economic and military assistance programs. These decisions must be based upon a sound conceptual approach to Brazil in the light of the new circumstances. They will also have the effect of defining the kind of relations we want to have with the Brazilian government over the period ahead. In addition, these decisions will tend to signal to other countries in the Hemisphere the attitude the new Administration here at home intends to take toward military governments in Latin America”.

“We will be bringing these matters to your attention at the appropriate time, but I did want to alert you now to the serious and far-reaching nature of the Brazilian problem”. *Information Memorandum From the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Vaky) to Secretary of State Rogers*, Washington, 24 de janeiro de 1969. FRUS, 1969-1976, Volume E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, Brazil. Doravante, FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>122</sup> No *Miami Herald*, o jornalista William Montalbano classificou as medidas tomadas por decreto no Brasil como “reação convulsiva de uma revolução que azedou” e “jogada arriscada e desesperada de um governo que perdeu a confiança do povo”. Além dele, o *Christian Science Monitor* asseverou que “os líderes militares do Brasil impuseram regras restritivas e ditatoriais à maior nação da América Latina”. O *Washington Post* demandou ao presidente Nixon que se afastasse do regime. O *New York Times* declarou: “Os líderes militares brasileiros novamente descartaram o governo constitucional e impuseram uma ditadura ao país”. Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 142 e 146-147.

<sup>123</sup> WESSON, R. *The United States and Brazil – Limits of Influence*, Nova York, Praeger Publishers, 1981, p. 57 IN BANDEIRA, L. A. M. *Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*, 3ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011, p. 159. John W. Tuthill deixou seu posto no Brasil em 9 de janeiro de 1969. Onze dias antes da posse de Nixon.

Tal posição pragmática norte-americana fica ainda mais clara em um memorando do então assistente especial do presidente, Walt Rostow, ao presidente Johnson, pouco antes da posse de Nixon, onde se percebe a adoção de uma posição de espera em relação a novos acontecimentos no Brasil:

[...] não denunciar publicamente a tendência ditatorial – mas precaver-se de qualquer novo compromisso de ajuda até que a luta entre moderados e radicais no Exército se resolva. Nossa Embaixada no Rio de Janeiro também defende essa mesma linha de ação. Estado [*Departamento de Estado*] também seguiu essa linha desde 13 de dezembro – enquanto estivermos mantendo contatos diplomáticos, de ajuda e militares, nós estamos ‘revedo’ nossos programas de assistência, uma maneira polida de dizer ‘sem novos compromissos’.<sup>124</sup>

Rostow prossegue afirmando que, a essa altura, é melhor não liberar uma parcela de US\$ 50 milhões em ajuda para o Brasil enquanto a situação política não se tornar um pouco mais clara. Além disso, havia a preocupação de “fortes reações negativas” no Congresso se a quantia fosse liberada prontamente<sup>125</sup>. Assim, a decisão sobre liberação de recursos ao Brasil foi deixada para a administração Nixon.

No final de fevereiro, a parcela de US\$ 50 milhões fora finalmente aprovada e o capital liberado no início de março. Adicionalmente, negociações para empréstimos da AID, no valor de US\$ 113 milhões, totalizando nove projetos, avançaram. Por outro lado, tratativas para aquisição de embarcações leves armadas e dois esquadrões de aeronaves A-4 foram postergados<sup>126</sup>.

Não por acaso, os adiamentos eram na área militar. A já referida inquietação da administração Nixon com as repercussões negativas de tais entendimentos no Congresso; os possíveis desdobramentos de uma ala das Forças Armadas, ainda mais

---

<sup>124</sup> “[...] not publicly denouncing the dictatorial trend—but holding back any new aid commitments until the struggle between moderates and radicals in the army is resolved. Our Embassy in Rio de Janeiro also advocates this course. State has followed this line since December 13 — while maintaining normal diplomatic, aid, and military contacts, we have been “reviewing” our assistance programs, a polite way of saying “no new commitments.” *Information Memorandum From the President's Special Assistant (Rostow) to President Johnson* Washington, 13 de janeiro de 1969. FRUS, 1964-1968, V. XXXI. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>125</sup> *Ibid.*.

<sup>126</sup> De acordo com *Memorandum From Arnold Nachmanoff of the National Security Council Staff to the Senior Military Advisor, National Security Council Staff (Haig)*, Washington, 27 de fevereiro de 1969 e *Memorandum From the Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon*, Washington, 18 de março de 1969. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. Para mais sobre a ligação entre a edição do AI-5 e o congelamento da ajuda norte-americana, ver SUMMA, R. *Une amitié calculée: Les relations entre les États-Unis et le Brésil durant les dix premières années de la dictature militaire (1964-1974)*, Master Recherche en Relations Internationales, École Doctorale de Sciences Po, Paris, 2009, Annexe 10, p. 164-166.

nacionalista, ter maior influência ou mesmo tomar o poder, é lembrada por Moniz Bandeira:

O fato de oficiais da direita nacionalista, como Albuquerque Lima, terem sido os que mais pressionaram Costa e Silva para editar o Ato Institucional nº 5 inquietou, possivelmente, os Estados Unidos quanto aos rumos do regime autoritário no Brasil, sobretudo depois do exemplo do Peru, onde os militares, sob o comando do general Juan Velasco Alvarado, apossaram-se do poder (1968) e expropriaram a Internacional Petroleum Company.<sup>127</sup>

O nacionalismo do grupo de Albuquerque Lima derivava facilmente para antiamericanismo, já que esta ala das Forças Armadas associava corrupção com os lucros auferidos por empresas estrangeiras no Brasil. Além disso, defendiam a decretação do AI-5 “com o elevado objetivo de vê-lo aplicado na solução dos graves e angustiantes problemas nacionais, que só poderiam ser resolvidos dentro de um processo autenticamente revolucionário”<sup>128</sup>.

Nesta conjuntura, um memorando da CIA de fevereiro de 1969 advertiu o crescimento do nacionalismo, não só entre os oficiais brasileiros, mas também entre os civis:

[...] A geração de oficiais que lutou na Itália está se aposentando e a nova linhagem não tem um laço de envolvimento com os oficiais norte-americanos, como brasileiros em geral, estão mais propensos a argumentos nacionalistas do que antes, e o dia em que um ministro das Relações Exteriores podia dizer (como fez o de Castello Branco) que ‘o que é bom para os EUA é bom para o Brasil’ passou. Muitos militares e civis reagem positivamente à acusação de que os Estados Unidos estariam manipulando os assuntos brasileiros de acordo com seus próprios interesses.<sup>129</sup>

A célebre frase tornou-se um símbolo da “subserviência” brasileira aos Estados Unidos durante o mandato de Castello Branco. Exageros à parte, o memorando fala do acirramento da luta política interna no Brasil e do contraste em relação a uma época em

---

<sup>127</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 160.

<sup>128</sup> Ibid., p. 161.

<sup>129</sup> “[...] The generation of military officers who fought in Italy is reaching retirement age and the newer breed lacks that bond of sympathy with the U.S. Military officers, like Brazilians generally, are now far more susceptible to nationalistic arguments than before, and the day is past when a foreign minister could say (as Castello Branco’s did) that ‘what’s good for the US is good for Brazil’. Many military men are as responsive as civilians to the charge that the US is trying to manipulate Brazilian affairs for its own purposes”. *The Situation in Brazil*, 13 de fevereiro de 1969, CIA, CIA-FOIA, p. 10. (A tradução é nossa).

que a comunhão de interesses entre as chancelarias – simbolizada na frase de Juracy Magalhães – dos dois países era muito maior <sup>130</sup>.

Outro ator político importante do período Castelo Branco, e da época dos laços de amizade entre os militares do Brasil e dos Estados Unidos nos campos de batalha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, Vernon Walters, sugere quais seriam as perspectivas para o Brasil. Ex-adido militar na Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, amigo próximo de Castelo Branco, e, à época, servindo como adido militar em Paris, envia um memorando a Kissinger em que traçava “três alternativas possíveis” ao governo de Costa e Silva:

a) Uma tomada de poder por comunistas castristas [...] b) Um governo formado pela oposição ‘Frente Ampla’ [...] c) Um governo democrático (pelos padrões norte-americanos), amigável aos Estados Unidos e cujas políticas seriam similares às nossas. Esta é em minha opinião uma possibilidade extremamente remota por algum tempo. <sup>131</sup>

Entre as opções possíveis de ação que ele enxergava para os Estados Unidos, destacamos três observações:

[...] Nós devemos fazer tudo o que pudermos a fim de reconhecer que o desenvolvimento deve ganhar a corrida contra a subversão. Nós podemos, se nós quisermos discretamente lembrar o governo do problema de relações públicas que eles terão nos EUA se certas práticas inaceitáveis para amplos setores de nossa opinião pública continuarem. Se nós nos desentendemos com o governo atual, nós perderemos a capacidade de influenciá-lo. [...]

---

<sup>130</sup> Antes de assumir o posto de embaixador em Washington, designado por Castelo Branco em 1964, Magalhães compareceu a um almoço oferecido pela Câmara de Comércio Norte-Americana em São Paulo. Autoridades dos dois países e o embaixador Gordon também estavam presentes. Quando perguntado por um repórter “com que espírito” ele iria assumir seu cargo nos EUA, o futuro ministro das Relações Exteriores de Castelo Branco declarou: “O Brasil [...] fez duas guerras como aliado dos Estados Unidos e nunca se arrependeu. Por isso eu digo que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Como Elio Gaspari afirmou, a “primeira parte da resposta foi esquecida”. Magalhães declarava que determinados aspectos positivos da sociedade norte-americana poderiam ser adotados pelo Brasil: “Se o regime democrático é bom para os Estados Unidos, é claro que também é bom para o Brasil. Se a liberdade de pensamento faz bem aos Estados Unidos, não faz mal ao Brasil. Se a prosperidade dos americanos cresce a cada ano, não há por que rejeitá-la no Brasil. Em suma, as coisas boas da América do Norte são também muito boas para nós. Não falei do que é mau, nocivo ou vicioso”. Cf. depoimento ao jornalista J. A. GUEIROS em *O Último Tenente*, Editora Record, Rio de Janeiro, 1996, p. 325 e artigo de Elio Gaspari *Juracy@edu para Gilmar.Mendes@org* publicado na *Folha de S. Paulo* em 17 de novembro de 2010, A6.

<sup>131</sup> "a) A Communist Castroite takeover [...] b) A government formed by the opposition "Broad Front" [...] c) A democratic (by US standards) government, friendly to the United States and whose policies would be similar to ours. This is in my opinion an extremely remote possibility for some time to come". Paris, sem data (provavelmente janeiro de 1969). FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

Gostemos ou não e provavelmente a menos que aconteça uma tomada radical do poder, os militares no Brasil e em outros países da América do Sul desempenharão um papel mais amplo na vida da nação do que nós desejaríamos. Isto nós não podemos mudar num futuro próximo. [...] Se o Brasil cair, não será outra Cuba. Será outra China.<sup>132</sup>

O general exagerou sobre a possibilidade de a esquerda tomar o poder. Entretanto, a ênfase que ele colocou no desenvolvimento como competidor da subversão é interessante. Desde, aproximadamente, o início da década de 1960 os norte-americanos consideravam que os países latinos de maior desigualdade social e miséria material seriam os mais propensos às ideias subversivas. Por outro lado, Walters não admite que os interesses dos Estados Unidos no Brasil possam sofrer limitações ou constrangimentos por um ato ditatorial unilateral. E, jogando duro, acena, já em 1969, a possibilidade de denunciar violações de direitos humanos por parte de autoridades brasileiras, caso insistissem em manter uma posição rígida. Todavia, dada a tensão interna no Brasil, a condenação aberta de atos do governo brasileiro por parte de autoridades americanas seria, pelo menos nesse estágio, extremamente arriscada e possivelmente contraproducente.

## 2.2 A Doutrina Nixon e a Missão Rockefeller no Brasil

Nixon e Kissinger mudariam a ênfase da política externa norte-americana para os países hemisféricos. Em abril, na Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), discursando sobre as relações dos Estados Unidos com a América Latina, o presidente norte-americano afirmava:

O que precisamos é de uma nova política. Precisamos de novos programas. Precisamos de novas abordagens [...] Eu quero que nossas políticas sejam as derivadas de olhos, ouvidos, mentes e corações abertos.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> “We should do all we can to recognize that development must win the race with subversion. We can if we wish discreetly point out to the government the public relations problem that they will have in the U.S. if certain practices which are distasteful to large sectors of our public opinion are continued. If we quarrel with the present government we lose our ability to influence it”. [...]

“Whether we like it or not it is probable that unless there is a radical takeover that the military in Brazil as in the other countries of South America will play a far larger part in the life of the nation than we would like to see them do. This we cannot change in the near future”. [...]

“If Brazil were to be lost it would not be another Cuba. It would be another China”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>133</sup> “What we need is a new policy. What we need are new programs. What we need are new approaches”. [...] “I want our policies to be ones which are derived from open eyes, open ears, open minds, and open hearts”. *Remarks to the Assembly of the Organization of American States*, Washington, 14 de abril de 1969, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. (A tradução é nossa).

A questão, segundo Nixon, não deve ser o que os Estados Unidos podem fazer para a América Latina, e sim o que os EUA e a América Latina podem fazer juntos. O mandatário assevera que esta seria a abordagem da missão Rockefeller. Os olhos, ouvidos, mentes e corações seriam dos técnicos e assessores do governador que o acompanhariam em um giro por 20 países da América Latina a partir de abril. Antes da partida da missão, Nixon afirma que eles iriam com:

[...] o propósito extremamente necessário de ouvir os líderes da América Latina e voltando a Washington fazer recomendações para novas diretrizes e novas políticas.

O grupo vai sem ideias pré-concebidas contra os programas existentes, mas com a mente aberta em relação a novas abordagens. [...] Será de importância vital não somente para novas relações e um melhor relacionamento entre os Estados Unidos e nossos amigos na América Latina, mas em direção ao desenvolvimento de novas diretrizes políticas nessa área crítica do mundo. <sup>134</sup>

Em posterior discurso ao Congresso sobre assistência a outros países, o presidente estabelece a justificativa central e as quatro principais linhas de ação do que ficou conhecido como Doutrina Nixon:

[...] nenhum governo, não importa o quão rico ou bem-intencionado, pode por si mesmo ser capaz de lidar com o desafio de melhorar o padrão de vida de dois terços da população mundial. Esta realidade não nos deve levar ao abandono de forma impotente, num isolamento ressentido.

As linhas de ação para assistência aos países em desenvolvimento seriam:

1. Inscrever a iniciativa privada [...] 2. Expandir a assistência técnica [...] 3. Compartilhar o esforço assistencial [...] 4. Estimular o progresso na produção de alimentos e planejamento familiar. <sup>135</sup>

A importância em incluir a iniciativa privada no processo vinha das limitações orçamentárias causadas pela preocupação com a balança de pagamentos. A questão do

---

<sup>134</sup>“[...] very necessary purpose of listening to the leaders of Latin America and coming back to Washington and making recommendations for new directions and new policies”.

“The group goes with no preconceived prejudices against existing programs, but it has an open mind with regard to new approaches”. [...] “It will be vitally important to not only the new relations and a better relationship between the United States and our friends in Latin America, but toward developing new policy directions in this critical area of the world”. *Remarks Prior to the Departure of Governor Nelson A. Rockefeller for Latin America*, Key Biscayne, 11 de maio de 1969, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. (A tradução é nossa).

<sup>135</sup>“[...] no single government, no matter how wealthy or well-intentioned, can by itself hope to cope with the challenge of raising the standard of living of two-thirds of the world’s people. This reality must not cause us to retreat into helpless, sullen isolation”. [...]

“1. Enlist private enterprise [...] 2. Expanding technical assistance [...] 3. Sharing the assistance effort [...] 4. Furthering food production and family planning”. *Special Message to the Congress on Foreign Aid*, Washington, 28 de maio de 1969, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. (A tradução é nossa).

compartilhamento do esforço de assistência aos países em desenvolvimento com outras nações desenvolvidas capitalistas via bancos internacionais de desenvolvimento e da Organização das Nações Unidas (ONU), tinha a mesma raiz de inquietação. A expansão da assistência técnica, ao mesmo tempo, poderia envolver empresas interessadas em expandir suas atividades nas áreas de agricultura, educação e planejamento familiar e aliviar os compromissos financeiros do governo norte-americano no exterior.

A tese central da Doutrina Nixon foi exposta, ainda de maneira mais sintética, pelo presidente em discurso ao Congresso sobre política externa no início do ano seguinte:

[...] os Estados Unidos participarão na defesa e desenvolvimento de aliados e amigos, mas a América não pode – e não irá – conceber *todos* os planos, planejar *todos* os programas, executar *todas* as decisões e se responsabilizar por *toda* a defesa das nações livres do mundo. Nós ajudaremos onde isto faz uma real diferença e é considerado de nosso interesse.<sup>136</sup>

O presidente norte-americano procurava demonstrar – principalmente para os países aliados da América Latina – que o desengajamento relativo da superpotência nas questões de segurança e desenvolvimento hemisféricas não deveria ser interpretado como um abandono desses países à própria sorte.

Entretanto, uma aproximação e identificação imediata com vários países do hemisfério eram, tampouco, desejadas. Isso poderia causar um desgaste desnecessário, pela associação da imagem do mandatário norte-americano, ou o eventual endosso dele, a ditaduras. Além do fato evidente de que, naquele momento, a América Latina não era um dos primeiros itens na lista de prioridades dos Estados Unidos em sua política exterior.

Por outro lado, se Nixon enviasse um técnico de perfil baixo, ou pouco poder de influência no governo, para uma viagem pelas Américas, as autoridades latino-americanas poderiam sentir-se desprestigiadas. Nesse sentido, a escolha do governador de Nova York para essa missão combinaria cautela política em relação aos regimes do hemisfério (entre eles, sem dúvida, o Brasil), e, ao mesmo tempo, publicidade e prestígio à ação.

---

<sup>136</sup> “[...] the United States will participate in the defense and development of allies and friends, but that America cannot – and will not – conceive *all* the plans, design *all* the programs, execute *all* the decisions and undertake *all* the defense of the free nations of the world. We will help where it makes a real difference and is considered in our interest”. *First Annual Report to the Congress on United States Foreign Policy for the 1970's*, Washington, 18 de fevereiro de 1970, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. (A tradução é nossa).

Rockefeller, com sua comitiva de 24 assessores, chegam ao Brasil em junho. Um encontro com Costa e Silva e, em seguida, um jantar em companhia dos ministros e do mandatário brasileiro estavam logo no primeiro dia da agenda do emissário do presidente Nixon.

O governador de Nova York afirmava à imprensa que era “preciso desenvolver uma maior compreensão mútua, tão essencial para conversações e colaboração proveitosas” e lembrava que não tinha vindo ao Brasil para “oferecer”, e sim “para ouvir conselhos e transmiti-los ao presidente dos Estados Unidos”<sup>137</sup>. De seu lado, Costa e Silva que, além de apresentar sugestões para redesenhar a política americana para a América Latina, deveria estar apto a mostrar a “aderência política do seu governo à realidade brasileira”<sup>138</sup>. Em outras palavras, o governo brasileiro procurava manifestar a “necessidade” da ditadura na atual conjuntura e, ao mesmo tempo, mostrar que havia um mínimo de estabilidade e previsibilidade política no país para que, desta maneira, ele fosse digno de confiança de mais empréstimos americanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento. Os representantes norte-americanos adotavam um discurso cauteloso com relação ao governo brasileiro, já que sabiam dos danos que uma associação próxima a uma ditadura poderia causar na opinião pública doméstica.

No Congresso, houve quem sugerisse que o governador deveria cancelar a viagem. A afirmação havia sido feita pelo senador democrata do estado de Idaho, Frank Church. Rockefeller respondeu pela imprensa dizendo que se o parlamentar o acompanhasse na viagem, “aprenderia algumas coisas” e concluiu de maneira pragmática, sustentando que “Embora os Estados Unidos nem sempre estejam de acordo com os países latino-americanos, não deixaremos que isso prejudique nossa viagem”<sup>139</sup>.

Church presidiria, a partir de 23 de junho, uma Subcomissão de Relações Interamericanas para apurar a ajuda militar dos Estados Unidos à América Latina. O alvo principal da Subcomissão era investigar “as vendas de material militar”, além de

---

<sup>137</sup> *Folha de S. Paulo*, 17 de junho de 1969, p. 1. *Veja*, 18 de junho de 1969, p. 23-24 e *Folha de S. Paulo*, 17 de junho de 1969, p. 12. Desde a década de 1940, as visitas de Rockefeller ao Brasil, como representante do governo norte-americano, foram relativamente frequentes. Esta era a terceira etapa das viagens da missão na América Latina. Os países a serem visitados eram Brasil, Paraguai e Uruguai. *Folha de S. Paulo*, 16 de junho de 1969, p. 7. Na etapa anterior da viagem, a comitiva enfrentou fortes protestos no Equador, onde dez pessoas morreram nos confrontos entre manifestantes e polícia. Em seguida, o governo da Venezuela cancelou o convite e o Departamento de Estado se encarregou de fazer o mesmo a respeito das visitas ao Chile e Peru. Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 157.

<sup>138</sup> *Veja*, 25 de junho de 1969, p. 17.

<sup>139</sup> *Folha de S. Paulo*, 17 de junho de 1969, p. 3.

“programas de treinamento, as operações das bases militares e as manobras conjuntas na América Latina”<sup>140</sup>.

No segundo dia da visita, a reunião com os ministros foi atrasada para mais uma conversa entre Costa e Silva e Rockefeller. O governador mencionou as questões de cerceamento da imprensa, prisões arbitrárias, liberdades políticas e acadêmicas. Após o encontro, o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, concedeu uma entrevista coletiva aos jornalistas estrangeiros afirmando que o presidente havia declarado a Rockefeller que tinha planos de reconvocar o Congresso em breve<sup>141</sup>.

Após o segundo encontro, o emissário de Nixon participou de exposição sobre o plano estratégico brasileiro (programa de planejamento integrado) e viajou ao Rio. Lá se reuniu com grupos de trabalho e, em seguida, ofereceu uma recepção no Copacabana Palace.

Na apresentação de Hélio Beltrão, ministro do Planejamento, as observações das autoridades brasileiras à missão Rockefeller podem ser reduzidas a quatro pontos: 1) a ajuda norte-americana via Aliança para o Progresso é escassa e incerta; 2) o Brasil não é qualquer nação latino-americana e deseja ter suas singularidades observadas; 3) é necessário que o governo dos Estados Unidos lide com a “tendência protecionista” a fim de favorecer o café solúvel brasileiro; 4) dilatar o prazo, aumentar o volume e diminuir os juros dos empréstimos concedidos ao Brasil<sup>142</sup>.

Dessa maneira, a principal reivindicação do governo brasileiro seria a necessidade do governo dos Estados Unidos definirem:

[...] um programa mínimo de cooperação, que assegure condições de maior estabilidade à assistência financeira e comercial, e que nos permitam atingir mais rapidamente os objetivos do programa estratégico.<sup>143</sup>

Ainda no Rio, o enviado de Nixon se encontrou com sete estudantes em um evento organizado pela embaixada norte-americana. Um dos participantes da reunião, Maurício Camargo, disse que nenhum deles era líder estudantil, e ainda afirmou: “Os líderes estão na prisão ou escondidos”. O governador garantiu que havia tratado da

---

<sup>140</sup> Ibid., p. 9.

<sup>141</sup> *Pledge of return reported*, artigo de Juan de Onis no *New York Times*. 18 de junho de 1969, p. 15 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 158.

<sup>142</sup> *Folha de S. Paulo*, 18 de junho de 1969, p. 1.

<sup>143</sup> *Folha de S. Paulo*, 18 de junho de 1969, p. 3.

prisão arbitrária de estudantes e liberdade acadêmica com o presidente brasileiro. No entanto, não sinalizou quais foram as reações de Costa e Silva<sup>144</sup>.

No último dia, Rockefeller estabeleceu contato com setores do comércio, concedeu uma entrevista coletiva e viajou a São Paulo, onde se encontrou com industriais e banqueiros. Classificou as observações dos empresários como “justas”, e afirmou que elas seriam levadas em conta na formulação de políticas entre os dois países. Ressaltou, entretanto, a dependência da aprovação pelo Congresso norte-americano, no qual os governistas eram minoria<sup>145</sup>.

Sobre a visita, o cientista político Paulo Fagundes Vizentini sintetiza afirmando que “O discurso e a agenda vagos [da missão Rockefeller] foram contra-atacados pelo lado brasileiro com questões bem concretas”<sup>146</sup>. De fato, Magalhães Pinto e Hélio Beltrão falaram abertamente e com franqueza aos norte-americanos sobre as iniquidades que os incomodavam nas relações do Brasil com os Estados Unidos. Se a agenda de Rockefeller era mesmo somente ouvir os brasileiros, o objetivo da viagem fora atingido.

### 2.3 O Relatório, o sequestro e a Junta Militar

No dia 30 de agosto, o governador entregou o relatório final sobre a América Latina ao presidente norte-americano. A parceria de baixo custo defendida por Nixon também encontraria eco, mas de maneira mais autocrítica, em seu relatório:

[...] em suas relações, os Estados Unidos tem frequentemente demonstrado, ao menos subconscientemente, uma atitude paternalista em relação às outras nações do hemisfério. Tem tentado dirigir os assuntos internos de outras nações em um grau inadequado, pensando, talvez de maneira arrogante, que sabe o que é melhor para eles. Tem subestimado as capacidades dessas nações e sua disposição em assumir responsabilidade gradual em desenvolvimentos futuros. Os Estados Unidos têm falado sobre parceria, mas não as pratica verdadeiramente.<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> *Rockefeller raises civil rights issues with Brazil's chief*, artigo de Juan de Onis no *New York Times*, 19 de junho de 1969, p. 1 IN GREEN, J. N. op. cit., 158.

<sup>145</sup> *Veja*, 18 de junho de 1969, p. 24 e *Folha de S. Paulo*, 19 de junho de 1969, p. 10.

<sup>146</sup> VIZENTINI, P. F. *A política externa do regime militar brasileiro*, Editora UFRGS, 1ª edição, Porto Alegre, 1998, p. 98.

<sup>147</sup> “[...] in its relations, the United States has all too often demonstrated, at least subconsciously, a paternalistic attitude toward the other nations of the hemisphere. It has tried to direct the internal affairs of other nations to an unseemly degree, thinking, perhaps arrogantly, that it knew what was best for them. It has underestimated the capacities of these nations and their willingness to assume responsibility for the course of future developments. The United States has talked about partnership, but it has not truly practiced it”. ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 21. (A tradução é nossa).

Desse modo, os norte-americanos buscavam se livrar do “estigma do colonialismo”, como sublinha bem Matias Spektor – quando se refere à política de delegação –, ao mesmo tempo em que tentavam “mostrar aos países mais fracos o lado benigno da hegemonia americana”<sup>148</sup>. Esta permitiria, gradualmente, uma maior liberdade de ação dessas nações no plano internacional. O objetivo principal da estratégia não havia mudado: combater o comunismo em escala global. Nelson Rockefeller sustentava que a grande questão para os Estados Unidos era:

[...] como ele pode cooperar de maneira a ajudar os povos do hemisfério a atingir suas necessidades básicas apesar dos desentendimentos filosóficos que o país pode ter quanto à natureza de alguns regimes em especial. Deve procurar caminhos pragmáticos para ajudar os povos sem necessariamente avalizar seus governos. Deveria reconhecer que as relações diplomáticas são meramente conveniências práticas e não medidas de julgamento moral. Isto pode ser feito mantendo linhas formais de comunicação sem a aceitação entusiasmada de tais regimes.<sup>149</sup>

O governador aponta uma saída realista para impasses nas relações diplomáticas. O foco deve ser a defesa dos interesses norte-americanos. Por ora, medidas autoritárias de ditaduras da região não deveriam merecer comentários do governo. Tal posição tinha, pelo menos, dois fatores de desgaste que se tornariam mais agudos com o tempo: a maioria oposicionista no Congresso que já começava a se manifestar e, além disso, um possível agravamento político da situação doméstica desses países noticiada pela imprensa internacional.

A segurança interna dos países latino-americanos foi um item que ganhou destaque no relatório de Rockefeller. Uma das recomendações tratava da importância em manter programas de treinamento de pessoal – militar e policial – norte-americanos junto às outras nações hemisféricas. Além disso, o termo Programa de Assistência Militar deveria ser abandonado em troca de outro mais apropriado: Programa de Segurança do Hemisfério Ocidental. A ênfase era distinta. Segundo o governador, os Estados Unidos deveriam estar aptos a fornecer armas e equipamentos aos países latino-americanos para combater a subversão. O foco deveria ser abastecer forças de segurança

---

<sup>148</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 22.

<sup>149</sup> “[...] how it can cooperate to help meet the basic needs of the people of the hemisphere despite the philosophical disagreements it may have with the nature of particular regimes. It must seek pragmatic ways to help people without necessarily embracing their governments. It should recognize that diplomatic relations are merely practical conveniences and not measures of moral judgement. This can be done by maintaining formal lines of communication without embracing such regimes”. ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 58. (A tradução é nossa).

pequenas, ágeis e leves capazes de enfrentar os grupos guerrilheiros de maneira mais eficiente<sup>150</sup>. Sugestão que parece ter sido levado em conta pelo presidente norte-americano.

Interessante notar que, quanto às recomendações específicas ao Brasil, Rockefeller aconselhou Nixon a alocar mais recursos para financiar um programa brasileiro de navios destróieres. De acordo com um dos integrantes do *staff* do Conselho de Segurança Nacional, o presidente declinou da recomendação pelas complexidades inerentes ao assunto, a exiguidade do tempo para conseguir nova aprovação de recursos e restrições legislativas quanto à obtenção de financiamentos para assistência militar<sup>151</sup>.

Rockefeller fez essa sugestão provavelmente ciente da insatisfação de setores do governo brasileiro com a questão dos limites do mar territorial. As embarcações poderiam servir para patrulhar a costa brasileira e defendê-la contra submarinos estrangeiros. Tal proposta faz sentido quando se constata que alguns meses depois, em março de 1970, o Brasil decretava o novo limite de 200 milhas para suas águas territoriais<sup>152</sup>. Um assunto que, nos anos seguintes, se tornou objeto de atritos crescentes entre as duas chancelarias.

No que tange o combate ao comunismo, a conhecida relação entre grandes desigualdades sociais e penetração eficaz de ideias subversivas era o que mais preocupava o governador de Nova York. Ele admitia que ,mesmo entre as pessoas que desfrutavam dos benefícios da industrialização recente e uma melhora no padrão de vida, havia:

[...] uma tendência crescente na perda de confiança e na convicção de um propósito. Isto torna o solo fértil para forças perturbadoras sempre presentes e prontas para explorar aqueles que estão em dúvida e causar desconforto emocional naqueles que estão inquietos.<sup>153</sup>

---

<sup>150</sup> ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 63-64. Ainda de acordo com o relatório, os Estados Unidos não mais deveriam manter missões militares permanentes em outros países hemisféricos. Tal atitude marcava uma presença ostensiva desnecessária.

<sup>151</sup> *Memorandum From Viron P. Vaky of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 2 de dezembro de 1969. FRUS, 1969-1976. V. E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, American Republics Regional (docs. 1-58), document 18.

<sup>152</sup> Em maio de 1971, durante as audiências no Senado presididas por Church, o embaixador dos EUA no Brasil, William Rountree, confirmou o interesse brasileiro em comprar equipamentos bélicos antissubmarinos. Cf. *Veja*, 4 de agosto de 1971, p. 4. Tratamos mais amplamente deste tema no item '5.3 Atritos Pontuais'.

<sup>153</sup> “[...] increasing tendency to lose confidence and sureness of purpose. This makes fertile soil for the ever-present disruptive forces ready to exploit those who are uncertain and to stir up those who are restless”. ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 22. (A tradução é nossa).

Dentre essas “forças perturbadoras”, Rockefeller destacava o nacionalismo que estava:

[...] se desenvolvendo rapidamente em grande parte da região com forte antiamericanismo subentendido. A frustração crescente é evidenciada sob a forma de instabilidade política, oportunidades econômicas e educacionais limitadas, e a incapacidade ou lentidão das estruturas governamentais em resolver os problemas do povo.<sup>154</sup>

Apesar de ser reconhecido como um político moderado dentro do quadro ideológico do partido Republicano, Rockefeller era um ferrenho anticomunista e apoiaria medidas drásticas, se necessário, para lidar com a questão<sup>155</sup>. Em relação à cooperação com os países latino-americanos, afirmava que o grande dilema colocado para os governos da região era:

[...] que eles sabem que a cooperação e a participação dos Estados Unidos podem contribuir significativamente para que seus objetivos de desenvolvimento sejam alcançados mais aceleradamente, mas seu senso de legitimidade política pode bem depender do grau de independência que eles podem manter dos Estados Unidos.<sup>156</sup>

No Brasil, o quadro político estava radicalizado, e o nacionalismo emergia com mais força em alguns setores das Forças Armadas. Oficiais mais jovens, principalmente, identificavam certa leniência de Costa e Silva no combate à corrupção, associada imediatamente com o livre empreendimento e o capital estrangeiro<sup>157</sup>. Grupos de direita armada atuavam visando justificar o endurecimento do regime, e grupos de esquerda, muitos com treinamento militar e ideológico em Cuba, intensificavam, da mesma maneira, suas atividades<sup>158</sup>.

Tal situação preocupava, obviamente, o governo norte-americano. Sobre a atuação de grupos guerrilheiros na América Latina, influenciados pelos ideários castrista e maoísta e pela ameaça, ainda persistente, de subversão comunista no continente, Rockefeller afirma em seu relatório:

---

<sup>154</sup> “[...] burgeoning in most of the region with strong anti-United States overtones. Increasing frustration is evidenced over political instability, limited educational and economic opportunities, and the incapacity or slowness of existing government structures to solve the people’s problems”. *Ibid.*, p. 23. (A tradução é nossa).

<sup>155</sup> Ver PERSICO, J. E. *op. cit.*, p. 65. Trata da dura posição de Rockefeller sobre a guerra do Vietnã.

<sup>156</sup> “[...] that they know that U.S. cooperation and participation can contribute greatly to accelerating achievement of their development goals, but their sense of political legitimacy may well depend on the degree of independence they can maintain from the United States”. ROCKEFELLER, N. *op. cit.*, p. 29-30. (A tradução é nossa).

<sup>157</sup> BANDEIRA, L. A. M., *op. cit.*, p. 149.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 163 e GASPARI, E. *op. cit.*, p. 327-328.

Claramente, a opinião nos Estados Unidos de que o comunismo não é mais um fator decisivo no Hemisfério Ocidental é completamente errada.

Nós encontramos, de maneira quase que universal, entre as repúblicas americanas uma profunda preocupação com a ameaça que é dirigida a elas – os Estados Unidos deve estar alerta e preocupado sobre esta ameaça extrema que se coloca perante a ele e ao hemisfério como um todo.<sup>159</sup>

As chances que grupos guerrilheiros de esquerda tinham de tomar o poder no Brasil eram remotas, mas isso não significava que eles não seriam capazes de incomodar o regime. Em setembro de 1969, o embaixador norte-americano Charles B. Elbrick é sequestrado no Rio de Janeiro. Dois grupos da esquerda armada, a Dissidência Universitária da Guanabara e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), levaram o embaixador e exigiram que quinze presos fossem libertados em um prazo de quarenta e oito horas<sup>160</sup>. O governo brasileiro, sob pressão dos norte-americanos, atendeu às exigências dos sequestradores no prazo estipulado e soltou os presos, terminando, assim, a ação com o embaixador livre e ileso.

Nesse período, o Brasil estava sendo presidido por uma Junta Militar Provisória. Costa e Silva havia ficado impossibilitado de prosseguir por problemas de saúde, e seu vice, Pedro Aleixo, fora impedido de assumir pelos ministros militares das três armas. Em 31 de agosto, o General Aurélio de Lyra Tavares (Exército), o Almirante Augusto Rademaker (Marinha), e o Marechal do ar Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica) assumem o poder, em caráter temporário, até que o presidente se recuperasse e estivesse apto a voltar ao cargo.

Ao mesmo tempo, as dissidências no interior das Forças Armadas recrudesciam. Críticos de longa data do governo, os generais Albuquerque Lima e Moniz de Aragão acusavam a Junta de não espelhar “as crenças revolucionárias” dos oficiais mais jovens. O General Syseno Sarmiento, comandante do I Exército no Rio de Janeiro, declarava abertamente que a tomada de poder pelos três ministros era “uma ideia muito ruim”. Argumentava que o país não poderia esperar o restabelecimento da

---

<sup>159</sup>“Clearly, the opinion in the United States that communism is no longer a serious factor in the Western Hemisphere is thoroughly wrong”.

“We found almost universally that the other American republics are deeply concerned about the threat that it poses to them – and the United States must be alert to and concerned about the ultimate threat it poses to the United States and the hemisphere as a whole”. ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 35. (A tradução é nossa).

<sup>160</sup> Cf. GASPARI, E. *A Ditadura Escancarada*, 5ª Reimpressão, Companhia das Letras, São Paulo, 2002, pp. 89-97. Para detalhes da movimentação diplomática americana exigida para a libertação do embaixador ver FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. Document 123: *Editorial Note* (sem data).

saúde do presidente e antevia intensa pressão dos oficiais por uma mudança de poder numa situação que poderia se tornar rapidamente mais radicalizada<sup>161</sup>.

O governo americano sabia que a chance de Costa e Silva retomar o poder era mínima. De acordo com um memorando da CIA emitido em setembro, o único civil que poderia assumir o poder seria o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva. Entretanto, apesar de ter opiniões similares à maioria dos militares nas questões de segurança, como um civil, ele não gozava de apoio e prestígio dentro das Forças Armadas para ser alçado a esse posto<sup>162</sup>.

Ainda segundo a Agência de Inteligência norte-americana, se um general da “velha guarda” (Médici, Geisel, Muricy ou Lyra Tavares) fosse eleito, a ala nacionalista (Albuquerque Lima, Syseno Sarmento e Dutra de Castilho) provavelmente continuaria insatisfeita, e não desistiriam de tentar levar um homem de sua confiança à presidência<sup>163</sup>.

A preocupação dos norte-americanos com o grupo de Albuquerque Lima dizia respeito à possibilidade de realização de reformas sociais e econômicas que prejudicassem os grandes proprietários de terra, empresários e outros membros das classes privilegiadas. Além disso, os nacionalistas “esposariam, provavelmente, uma política externa muito mais nacionalista e ‘independente’ que poderia acarretar em uma tensão adicional nas relações do Brasil com os Estados Unidos”<sup>164</sup>.

Todavia, o nome que prevaleceu nas Forças Armadas foi o de Emílio Garrastazu Médici<sup>165</sup>. O Congresso Nacional foi reaberto para ratificar a escolha em 25 de outubro. Cinco dias depois ele era empossado presidente da República.

## **2.4 Médici, a Diplomacia do Interesse Nacional e as relações com os EUA**

Médici assumira para dar prosseguimento ao projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista. Estava à frente do comando do III Exército sediado em Porto

---

<sup>161</sup> “Revolutionary beliefs” e “very bad idea”. Cf. *Instability in Brazil*, 11 de setembro de 1969, CIA, CIA-FOIA, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>162</sup> Ibid., p. 5.

<sup>163</sup> Ibid., p. 6.

<sup>164</sup> “[...] would probably espouse a much more nationalistic and ‘independent’ foreign policy that could put an additional strain on Brazil’s relationships with the US”. Aparentemente, temia-se que o grupo nacionalista decretasse uma ampla reforma agrária e nacionalizasse empresas estrangeiras. Ibid., p. 8. (A tradução é nossa).

<sup>165</sup> Para o processo de escolha e a aceitação de Médici ver SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*, Editora Marco Zero, São Paulo, 1985, p. 59-60 e BARBOZA, M. G. *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora Record, Rio de Janeiro, 1992, p. 129-131.

Alegre quando foi chamado pela Junta Militar. Antes disso, entre outros postos, havia ocupado o cargo de adido militar nos Estados Unidos e chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) no governo anterior.

Na semana que antecedeu a posse, o novo ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, preparava, junto com dois assessores próximos ao novo presidente, além de uma pequena equipe de civis e militares, as bases do *Projeto Brasil, Grande Potência*. Este acatava, em grande parte, as linhas delineadas pelo *Plano Trienal* de Hélio Beltrão, antecessor e ex-chefe de Velloso<sup>166</sup>.

Os pontos em comum entre os dois planos eram os seguintes:

[...] 1 – o desenvolvimento é o objetivo principal e o combate à inflação deve ser executado em função desse objetivo; 2 – o esforço interno é a grande mola propulsora do desenvolvimento e, por isso, sensivelmente mais importante que a ajuda externa; 3 – ‘um vigoroso mercado interno’ é indispensável para que possamos ‘ingressar no regime de economia de escala’, ou seja, o aumento do volume de produção para reduzir os custos; 4 – a diminuição das importações, procurando reservar o mercado interno para a indústria brasileira; 5 – fortalecimento do empresariado nacional contra a pressão das grandes organizações mundiais; 6 – a economia brasileira já é capaz de gerar a poupança interna, e os investimentos programados são uma animadora constatação de que o Brasil tem condições de criar recursos próprios para aplicar nos setores fundamentais da sua economia, principalmente nas obras de infraestrutura.<sup>167</sup>

Desse modo, restaria aos recursos externos a “função essencial de auxiliar o equilíbrio do balanço de pagamentos e a incorporação de tecnologia”<sup>168</sup>. O projeto ainda tinha como objetivo multiplicar em algumas vezes a renda *per capita* do brasileiro até a metade da década de 1970.

Essas metas seriam apresentadas formalmente no ano seguinte dentro do programa *Metas e Bases para a Ação do Governo*. Seu objetivo principal era “o ingresso do país no mundo desenvolvido até o final do século”. O *I Plano Nacional de Desenvolvimento de 1971* é ainda mais explícito em sua meta principal: “[...] manutenção do Brasil na lista dos 10 países de maior nível global do PIB, passando da posição de nono para oitavo colocado; e superação da barreira dos 500 dólares de renda *per capita* em 1974”<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> *Veja*, 29 de outubro de 1969, p. 30.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 30-31.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>169</sup> BRASIL. *Metas e Bases para a Ação do Governo*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970, p. 15; BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*, Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971, p. 7 IN SOUTO, C. V. *A Diplomacia do Interesse Nacional – a política externa do Governo Médici*. UFRGS Editora, 1ª edição, Porto Alegre, 2003, p. 25-26.

Assim, mantendo Delfim Netto como ministro da Fazenda, Médici preocupou-se em “compatibilizar as mesmas diretrizes de política econômica, favoráveis ao capital estrangeiro, com o esforço de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que sensibilizava as Forças Armadas com o Projeto Brasil – Grande Potência”<sup>170</sup>.

Nesse período, ocorreu um aumento expressivo de investimentos estrangeiros no país. O salto foi de US\$ 61 milhões, em 1968, para US\$ 900 milhões, em 1973<sup>171</sup>. O volume de exportações passaria de US\$ 1,5 bilhão em 1967, para US\$ 6,2 bilhões em 1973. Entre 1964 e 1971, o café saiu de uma posição em que ocupava 55% das exportações para apenas 13%. Já os manufaturados, no mesmo período, tiveram sua fatia sextuplicada na pauta<sup>172</sup>.

De 1969 a 1973, o país cresceu aproximadamente 11,5%, com um aumento médio de mais de 8,5% no PIB *per capita*. A inflação, apesar de oscilar entre 15% e 20%, foi mantida sob controle. Por outro lado, o endividamento como porcentagem do PIB passou de 11,9% em 1969, para 15,9% em 1973<sup>173</sup>.

O forte crescimento do Brasil nessa época ficou conhecido como milagre brasileiro. Vizentini caracteriza o tripé econômico responsável por isso:

[...] as empresas estatais encarregavam-se da infraestrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta); as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos); e o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. [...] Longe de gerar rivalidade, o tripé estabelecia uma divisão de trabalho e, uma vez que o crescimento econômico era expressivo, havia lugar para todos.<sup>174</sup>

Ficou célebre a frase de Delfim Netto de que: "é preciso primeiro fazer o bolo crescer, para só depois dividi-lo". Mesmo levando em conta o arrocho salarial, surgiu uma nova classe consumidora composta de profissionais liberais e técnicos vinculados ao milagre brasileiro. Diante dessa disparidade, a venda de automóveis e

---

<sup>170</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 171.

<sup>171</sup> PEREIRA, J. E. de C. *Financiamento Externo e crescimento econômico no Brasil – 1963/73*, Relatório de Pesquisas nº 27, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1974, p. 52 IN BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 172.

<sup>172</sup> IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*; HURRELL, *The Quest for Autonomy*, p. 145 IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 42.

<sup>173</sup> IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, 1550 a 1985*, vol. 3, Séries Estatísticas Retrospectivas (Rio de Janeiro: IBGE, 1987) IN GORDON, L. op. cit., p. 122, Tabela 3-1.

<sup>174</sup> VIZENTINI, P. F. op. cit., p. 133.

eletrodomésticos chegou a crescer o dobro, quando comparada aos bens de consumo mais baratos<sup>175</sup>.

O governo teve participação ativa no setor de infraestrutura. Grandes projetos foram iniciados: a ponte Rio – Niterói, a rodovia Transamazônica, enormes barragens para usinas hidrelétricas como a de Itaipu, estádios de futebol, além de investimentos na área de mineração e plantas industriais<sup>176</sup>.

Todavia, Delfim Netto, um dos principais arquitetos do plano econômico brasileiro, e Mário Gibson Barboza, ministro das Relações Exteriores, tinham visões distintas sobre qual deveria ser a orientação internacional do Brasil na esfera econômica. O primeiro defendia:

[...] uma cooperação mais estreita com o Primeiro Mundo, pois considerava que o ‘milagre econômico’, por sua própria dinâmica e lógica interna e externa, implicava numa parceria privilegiada.<sup>177</sup>

Por outro lado, um grupo prestigioso do Itamaraty:

[...] defendia a retomada de uma orientação que se identificava com certos elementos da Política Externa Independente, invocando a necessidade de uma maior aproximação com o Terceiro Mundo e os organismos multilaterais. Finalmente, no âmbito da segurança, a articulação com a política externa processava-se, ideologicamente, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, cujo conteúdo geopolítico e estratégico definia a necessidade de preservar as ‘fronteiras ideológicas’.<sup>178</sup>

O novo chanceler era nitidamente mais influenciado por esse grupo do que pelas ideias do ministro da Fazenda. Dessa maneira, na visão de Barboza, a política externa brasileira possuía cinco objetivos:

a) provocar mudança nas regras da convivência internacional e na cristalização do poder; b) usar o poder nacional decorrente do crescimento em favor dos povos que aspiram ao progresso; c) auxiliar a implantação da nova ordem econômica internacional, até mesmo como requisito da paz, que não resulta da manutenção do *status quo* e do equilíbrio de poder; d) manter ativa solidariedade com os povos em vias de desenvolvimento; e) ampliar em extensão e profundidade o universalismo da ação externa.<sup>179</sup>

---

<sup>175</sup> Ibid..

<sup>176</sup> Ibid., p. 133-134.

<sup>177</sup> Ibid., p. 136.

<sup>178</sup> Ibid..

<sup>179</sup> CERVO, A.L.; BUENO, C. op. cit., p. 384. A política externa do governo Médici ficou conhecida como Diplomacia do Interesse Nacional. Gibson Barboza fora chefe de gabinete de Raul Fernandes, Afonso Arinos e San Tiago Dantas. Entre 1968 e 1969 foi secretário-geral do Itamaraty, e, quando Médici o convidou para a chancelaria, atuava como embaixador em Washington.

Essa agenda solidária e universalista com os países em desenvolvimento fica clara quando examinamos as relações multilaterais do Brasil no período<sup>180</sup>. Entretanto, uma importante característica, como nos lembra Cíntia Vieira Souto, é suprimida:

[...] a total separação entre bilateralismo e multilateralismo. Essa ‘plataforma’ era obviamente multilateral. O bilateral, conforme o Ministro, tem de ser tratado individualmente, e [...] isso vale especialmente para os países com os quais o Brasil possuía relações já firmes: os latino-americanos, os Estados Unidos, os países da Europa ocidental, o Japão.<sup>181</sup>

Desse modo, as relações Brasil – Estados Unidos podem ser relativamente isoladas de outros relacionamentos bilaterais e da orientação geral multilateral de nossa política externa.

Em vários pontos, havia uma convergência entre a Diplomacia do Interesse Nacional de Médici e a Doutrina Nixon. Ambas tinham um enfoque realista e prático. De seu lado, os Estados Unidos iniciavam uma política de distensão com o bloco comunista, ao mesmo tempo em que concediam, inevitavelmente, mais liberdade de ação aos países integrantes de seu bloco hemisférico. Assim, esquivava-se de arcar com os altos custos de combater o comunismo por todo o mundo delegando responsabilidades, e admitindo reconhecimento especial, a países-chave. O Brasil das altas taxas de crescimento econômico procurava adequar uma política externa à defesa dos seus interesses em ascensão. Evitava, quando era possível, questões ideológicas nos contatos bilaterais, ao mesmo tempo em que tinha uma postura que primava pelo universalismo nas relações multilaterais.

Nesse período, houve um declínio relativo do poder norte-americano, ao mesmo tempo que a Europa Ocidental e o Japão passaram a ter maior relevância na ordem internacional. O Brasil buscou uma inserção que integrasse esses “novos” atores, além de diversificar suas parcerias comerciais com o Oriente Médio, África e América Latina. O país recorria a uma estratégia pragmática em que tentava aproveitar as

---

<sup>180</sup> SOUTO, C. V. op. cit., pp. 41-57. Nessas páginas, a autora trata da política multilateral brasileira desenvolvida no âmbito da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e na ONU.

<sup>181</sup>Ibid., p. 33. Barboza tentou estabelecer relações, ainda que informais, com a China comunista. De início, Médici reagiu positivamente à proposta, mas em seguida ela foi vetada pelo Conselho de Segurança Nacional. Cf. SOUTO, C. V. op. cit., p. 31.

possibilidades que se abriam a ele. Já os Estados Unidos, dentro da Doutrina Nixon, procuravam não interferir de maneira tão explícita e dispendiosa nos assuntos de outros países<sup>182</sup>.

Assim, a inserção internacional do Brasil se caracterizou como a de um país que:

[...] exportava cada vez mais para a América Latina – e se empenhava em abrir os mercados da África e do Oriente Médio – manufaturados, capitais e serviços, competindo com os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, aos quais continuava a vender, principalmente, produtos primários, tais como café, soja, milho, minérios etc. Esse papel intermediário entre as velhas potências capitalistas do Norte, com as quais aprofundava os vínculos econômicos e financeiros, e as nações em via de desenvolvimento do Sul, cujos mercados disputava, determinou, em larga medida, a ambiguidade da política exterior do Brasil, durante o governo de Médici, e o caráter contraditório de suas relações com os Estados Unidos.<sup>183</sup>

A rápida industrialização induzida pelo regime militar mudou substancialmente o perfil de exportações do país. Ao mesmo tempo, percebia-se uma modificação em relação ao peso dos parceiros comerciais tradicionais do Brasil. Durante os anos Nixon (1969-1974), as exportações do Brasil para os EUA tiveram queda de 26,4% para 21,9% na pauta global brasileira. Em relação à Europa, a queda foi ainda maior, de 46,2% para 37,4%. Por outro lado, o Japão, por sua vez, observou um crescimento de 4,6% para 7,8%, e a África, de 1,5% para 5,24%<sup>184</sup>. O “papel intermediário” entre os países capitalistas desenvolvidos do norte e as nações em desenvolvimento do sul, segundo Bandeira, é que determina em grande parte a “ambiguidade da política exterior do Brasil” no governo Médici. Tal aspecto é caracterizado por Maria Regina Soares de Lima e Gerson Moura como “dupla inserção no plano internacional”. De acordo com os autores:

Essa dupla inserção dizia respeito às formas de relacionamento com os países capitalistas avançados, pois para certo tipo de questões a diplomacia brasileira preferia atuar nos foros multilaterais, enquanto em outras privilegiava a relação bilateral, apresentando-se assim ora como integrante do Terceiro Mundo, que deveria receber benefícios e vantagens que lhe possibilitassem mais crescimento econômico; e ora como país

---

<sup>182</sup> SOUTO, C. V. op. cit., p. 122.

<sup>183</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 173. Entre 1964-1967 e 1968-1971 as exportações do Brasil aos Estados Unidos registraram queda de 33% para 26% do total. Por outro lado, entre 1964 e 1973, a fatia da Europa Ocidental e do Japão no comércio do Brasil saltou de 36% para 49%. Conforme VIZENTINI, P. F., op. cit., p. 149.

<sup>184</sup> IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*; HURRELL, *The Quest for Autonomy*, p. 145 IN SPEKTOR, M. op cit., p. 43.

industrializado, que deveria ser tratado como interlocutor à altura pelos países do Primeiro Mundo.<sup>185</sup>

Já Vizentini qualifica este posicionamento brasileiro como “divisão do trabalho entre multilateralismo e o bilateralismo”. Desse modo, segundo ele, se estabeleceu:

[...] uma espécie de divisão de trabalho entre o multilateralismo e o bilateralismo, na medida em que o primeiro era voltado às questões ligadas à ordem política econômica mundial, onde o Brasil exercia uma diplomacia geralmente contestatória e geralmente voltada para questões gerais, que o país não possuía condições de enfrentar isoladamente. Já o bilateralismo, dizia respeito aos interesses materiais do País.<sup>186</sup>

Não apenas aos interesses materiais, o componente geopolítico foi um componente importante às relações com os Estados Unidos. A ascensão de governos de esquerda no Peru e no Chile, além da instabilidade política na Argentina e no Uruguai levou os Estados Unidos a observarem de maneira mais próxima os desenvolvimentos na América do Sul e a dialogar com o Brasil a respeito disso. Do lado brasileiro, a possibilidade de ter acesso ao “clube” de países desenvolvidos visando obter prestígio e reconhecimento, era precisamente o objetivo da chancelaria nas relações com os Estados Unidos. Para isso, uma política pragmática que evitasse atritos desnecessários, discursos extremados e sublinhasse interesses e afinidades comuns era fundamental.

Sendo assim, dentro do paradigma tradicional de nossa política externa, seria possível classificar as relações com os Estados Unidos dentro da lógica do alinhamento ou afastamento? Tal paradigma não seria inadequado num quadro da Guerra Fria que se afastava da bipolaridade?

Souto é precisa quando afirma que, no período Médici, as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos mostram o quão inadequado é o “paradigma dualista”. Ou seja, o Brasil não era adepto nem do “alinhamento automático”, nem do “nacionalismo antiamericano”<sup>187</sup>.

De acordo com a autora, o “caráter da relação” não seria “nem de subordinação, nem de antagonismo”. A busca seria por “tirar proveito de uma relação

---

<sup>185</sup> LIMA, M. R. S.; MOURA, G. *A Trajetória do Pragmatismo – Uma Análise da Política Externa Brasileira. Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, nº 3, 1982, p. 352-353.

<sup>186</sup> VIZENTINI, P. F., op. cit., p. 137.

<sup>187</sup> SOUTO, C. V., op. cit., p. 18.

especial, mas não subordinada" <sup>188</sup>. Ou seja, as linhas gerais do pragmatismo que ficariam mais claras durante o governo Geisel já se faziam presentes nesse período.

## 2.5 Relações Brasil – EUA (1969-1974)

### 2.5.1 Relações políticas

Logo após a posse de Médici, o resultado de um longo estudo sobre o Brasil feito por um grupo *ad hoc*, sob a direção de um comitê reunido pelo Departamento de Estado, foi encaminhado a Kissinger<sup>189</sup>. Segundo o documento, as políticas e programas norte-americanos com relação ao país, numa projeção para os próximos cinco anos, seriam determinadas por três fatores essenciais:

1) Nossa postura em relação aos acontecimentos políticos internos [...] (2) A importância com a qual nós enfatizamos o desenvolvimento econômico brasileiro [...] (3) Nossa abordagem ao desenvolvimento social no Brasil. <sup>190</sup>

Quanto ao primeiro ponto, com a garantia de que os militares ficariam no poder pelo menos até março de 1974, o estudo afirma que o governo americano deveria se decidir qual postura, em longo prazo, adotaria em relação ao governo brasileiro. Haveria duas possibilidades:

-- Dissociação do regime de acordo com a opinião geral de que sua base é estreita, autoritária e repressiva [...]  
-- Aceitação pragmática da situação e uma postura de não-interferência em relação aos acontecimentos políticos internos no Brasil. <sup>191</sup>

No tocante ao desenvolvimento econômico, o questionamento era sobre se os empréstimos norte-americanos ao Brasil deveriam ou não ser incrementados de maneira a aumentar ainda mais o crescimento econômico do país.

---

<sup>188</sup> Ibid., p. 67.

<sup>189</sup> *NSSM 67 Program Analysis of Brazil*, Washington, 12 de julho de 1969. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. O presidente Nixon solicitou a elaboração do estudo em julho.

<sup>190</sup> "(1) Our Attitude Toward Internal Political Developments [...] (2) The Importance We Place on Brazilian Economic Development [...] (3) Our Approach To Social Development in Brazil". *Brazil Program Analysis*, Washington, 1º de novembro de 1969, p. 4. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>191</sup> "-- Disassociation from the regime on the grounds that it is narrowly based, authoritarian and repressive [...]" -- Pragmatic acceptance of the situation and a "hands off" posture toward internal political developments in Brazil". Ibid.. (A tradução é nossa).

Já em relação ao desenvolvimento social do Brasil, a questão subjacente para o governo americano, de acordo com o estudo era: “[...] nós deveríamos apoiar as iniciativas brasileiras para um avanço social acelerado?”<sup>192</sup>. A resposta negativa leva em conta que a área social é muito sensível para a aplicação de medidas de ajuda externa e que o crescimento econômico seria prioritário em relação a elas. Já a resposta afirmativa pondera que o gasto norte-americano na área social poderia ser relacionado a uma “desejada mudança institucional”<sup>193</sup>.

Além disso, o estudo listava quatro opções possíveis para o governo americano em seu relacionamento com o Brasil nos próximos anos: Dissociação, Diminuição de Gastos (algo como um desengajamento relativo), Apoio Econômico e Ênfase Social<sup>194</sup>. A segunda alternativa prevaleceu. Os norte-americanos optariam – cientes dos riscos já levantados por funcionários do Departamento de Estado – pela “aceitação pragmática do governo militar brasileiro”<sup>195</sup>.

Com o estudo sobre o Brasil pronto e o relatório de Rockefeller concluído e analisado, Nixon foi capaz de delinear mais claramente qual seria a política dos Estados Unidos para a América Latina. Em discurso no evento anual da Associação Interamericana de Imprensa, em Washington, o presidente norte-americano apresentou os princípios que norteariam a nova abordagem. A ajuda econômica seria feita, primordialmente, via bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais, somente em poucos casos seria feita por meio de empréstimos bilaterais<sup>196</sup>. Além disso, não haveria mais uma vinculação direta entre o empréstimo recebido e a obrigação do tomador em gastá-lo comprando somente dos Estados Unidos<sup>197</sup>.

Entre as recomendações do Relatório Rockefeller, que estavam sendo analisadas, o presidente destacou duas: as que tratavam dos problemas de países em desenvolvimento com o pagamento dos serviços de suas dívidas e as que lidavam com as preferências comerciais (*trade preferences*). Afirmava que havia soluções criativas para a questão dos serviços das dívidas, mas que deveriam ser mais bem estudadas quanto à viabilidade para implantação. Sobre a questão das preferências comerciais,

---

<sup>192</sup> “[...] should we support Brazilian initiatives for accelerated social improvement?”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>193</sup> Ibid., p. 5.

<sup>194</sup> Ibid., p. 5-9. As opções eram “Disassociation”, “Retrenchment”, “Economic Support” e “Social Emphasis”. (A tradução é nossa).

<sup>195</sup> Ibid., p. 6.

<sup>196</sup> Cf. *Remarks at the Annual Meeting of the Inter American Press Association*, Washington, 31 de outubro de 1969, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB.

<sup>197</sup> Ibid. e *Veja*, 5 de novembro de 1969, p. 56-57.

Nixon asseverava que o objetivo do governo norte-americano era de tê-las com todos os países em desenvolvimento, particularmente os latino-americanos<sup>198</sup>.

Apesar da instabilidade política recente, o Brasil já mostrava expressivo crescimento econômico com inflação relativamente alta, mesmo que sob controle, no biênio 1968-1969. Segundo correspondência da Embaixada norte-americana no Rio, o novo governo brasileiro trazia consigo uma perspectiva de melhora nas relações com a potência hemisférica:

Do ponto de vista dos Estados Unidos, Médici parece oferecer algumas vantagens específicas em relação a seu antecessor. Sua forte ligação própria e respeito pelos Estados Unidos são bem conhecidos. Nós podemos assumir como hipótese que ele estará inclinado a ouvir amigavelmente as sugestões da nova administração dos Estados Unidos sobre as relações Estados Unidos – Brasil. O gabinete de ministros, de início, mantém posições de importância-chave do ponto de vista dos contatos dos Estados Unidos (por ex. Gibson Barbosa, Passarinho e Delfim Neto) são homens que mostraram previamente interesse e uma habilidade em cooperar com os Estados Unidos para vantagens mútuas.<sup>199</sup>

Em maio de 1970, Nixon aprovou novo orçamento para o Brasil. Aconselhado por Kissinger, ele determinou a ajuda de US\$ 112 milhões, mas não autorizou US\$ 75 milhões adicionais do programa de assistência, enquanto o Brasil não detalhar melhor seus planos de liberalização das importações<sup>200</sup>. Na verdade, o assessor do presidente já havia sido questionado sobre a necessidade dessa parcela da assistência pelo Bureau de Orçamento e Tesouro. Além do argumento de Kissinger, eles alegavam que as reservas

---

<sup>198</sup> *Statement on Governor Rockefeller's Report on Latin America*, Washington, 10 de novembro de 1969. Sobre as recomendações que estavam sendo analisadas pelo governo ver: *Remarks at Governor Rockefeller's News Briefing on His Report on Latin America*, Washington, 10 de novembro de 1969. Public Papers of the Presidents, APP, UCSB.

<sup>199</sup> "From the U.S. standpoint, Médici appears to offer some specific advantages over his predecessor. His own strong attachment and respect for the United States are well known. We can assume that he will be inclined to listen sympathetically to the suggestions of the new U.S. administration concerning U.S.-Brazil relationships. The Cabinet officers holding dawn positions of key importance from the standpoint of U.S. contacts (e.g., Gibson Barbosa, Passarinho and Delfim Neto) are men who have previously indicated an interest in and an ability for cooperating with the United States to mutual advantage". *Airgram A-709 From the Embassy in Brazil to the Department of State*, 9 de dezembro de 1969. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. Gibson era embaixador do Brasil em Washington quando Médici o convidou para ser chanceler. Jarbas Passarinho fora ministro do Trabalho e Previdência Social de Costa e Silva; tornou-se ministro da Educação na gestão Médici. Antônio Delfim Netto prosseguiu no cargo como ministro da Fazenda. (A tradução é nossa).

<sup>200</sup> *Memorandum From the Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon*, Washington, 15 de abril de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. O comércio bilateral, em 1969, foi de aproximadamente US\$ 800 milhões em cada direção. Isso representava 30% das importações brasileiras e 26% das exportações. Cf. U.S. SENATE, *U. S. Policies and Programs in Brazil*, Hearings Before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relations, 4,5 e 11 de maio de 1971, U.S. Government Printing Office, Washington, 1971, p. 245.

em moeda estrangeira do Brasil estavam em seu ponto mais alto na década, e se esperava que crescessem ainda mais<sup>201</sup>.

A preocupação em não aprovar o orçamento em sua totalidade, como apresentado pelo secretário de Estado, William P. Rogers, tinha ainda um aspecto político importante:

[...] Renovação de um programa assistencial bilateral de larga escala do tipo que nós mantivemos no passado, após interrupção de um ano e meio e em um momento em que a necessidade econômica de ajuda externa ao Brasil é questionável, seriam encarados pelos brasileiros, assim como pelo nosso próprio Congresso e imprensa, como um apoio ao governo atual e suas políticas.<sup>202</sup>

Em memorando a Kissinger, Vaky foi mais reticente de que o assessor de Segurança Nacional quanto a qualquer tipo de identificação com o governo brasileiro:

[...] Nós deveríamos ao menos considerar a questão se esse tipo de identificação próxima com o regime Médici alienará outros setores da sociedade brasileira que, em longo prazo, podem ser mais importantes para o intento de um relacionamento Estados Unidos – Brasil construtivo.<sup>203</sup>

Lentamente, a preocupação do Departamento de Estado em ser visto proximamente associado ao regime brasileiro e suas práticas crescia. Porém, em outro documento do membro do staff do National Security Council (NSC) ao assessor de Segurança Nacional, Vaky afirmou que a venda de equipamentos militares ao Brasil geraria alguma crítica no Congresso, mas em nível tolerável. As compras brasileiras eram relativamente pequenas, e, segundo o mesmo, a recusa em atender aos brasileiros causaria uma irritação desproporcional às demandas<sup>204</sup>.

Outro membro do *staff* do Conselho de Segurança Nacional, Arnold Nachmanoff, acreditava que o estudo sobre o Brasil havia excetuado uma série de questões importantes nas relações bilaterais. Em um memorando a Kissinger, ele

---

<sup>201</sup> *Memorandum From the Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon*, Washington, 15 de abril de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil.

<sup>202</sup> “[...] Renewal of a large scale bilateral aid program of the kind we carried out in the past, after a year and a half lull and at a time when Brazil's economic need for external aid is questionable, would be taken by the Brazilians, as well as by our own Congress and press, as an endorsement of the present government and its policies”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>203</sup> “[...] We should at least consider the question of whether this kind of close identification with the Médici regime will alienate other sectors of Brazilian society which in the longer term may be more important to achievement of a constructive U.S.-Brazilian relationship”. Ibid.. Cf. nota de rodapé 1.

<sup>204</sup> *Memorandum From Viron P. Vaky of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 19 de maio de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil.

destacava: o problema do café solúvel; as políticas norte-americanas de importação de têxteis; a política de venda de armamentos; e finalmente, o impacto que “relatos de tortura e repressão”<sup>205</sup> teriam nos programas de cooperação e nas relações com o governo brasileiro. Segundo ele, questões de “imagem/moral” deveriam ser levadas em conta antes do estabelecimento de uma política coerente nas relações com o Brasil. Nachmanoff ressaltou, entretanto, um acontecimento posterior à publicação do relatório, mas com implicações sérias nas relações bilaterais; a eleição do socialista Salvador Allende no Chile:

[...] Parece claro que um elemento importante de nossa estratégia atual envolverá procurar apoio e cooperação em todos os casos possíveis com o governo do Brasil em nossos esforços para frustrar que o governo de Allende alcance os seus objetivos.<sup>206</sup>

Visando um debate mais profundo sobre o NSSM 67, o Grupo Sênior de Revisão do NSC se reuniu em 1º de dezembro de 1970 sob o comando de Kissinger. Na pauta estava incluído, entre outros pontos, “o impacto que o estabelecimento do governo de Allende no Chile teria nas opções políticas dos Estados Unidos no Brasil”<sup>207</sup>. Um dos representantes do Departamento de Estado, John H. Crimmins, afirma que os brasileiros estavam muito preocupados com os acontecimentos no Chile e seu desdobramento imediato em relação a Cuba (reatamento de relações). Entretanto, ele não via possibilidade de o governo brasileiro influenciar os militares chilenos a se oporem a Allende. Crimmins apostava apenas que poderia contar com o apoio brasileiro nas votações sobre o Chile na Organização dos Estados Americanos (OEA). Além

---

<sup>205</sup>“reports of torture and repression”. *Memorandum From Arnold Nachmanoff of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 25 de novembro de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>206</sup> “[...] It seems clear that a major element of our present strategy will involve seeking support and cooperation wherever feasible from the Government in Brazil in our efforts to frustrate achievement of the Allende Government's objectives”. *Ibid.*. Já K. Wayne Smith, outro membro do *staff* do Conselho de Segurança Nacional, achava um erro nortear uma aproximação ao governo brasileiro baseada no desejo de impedir que os objetivos do governo de Allende fossem alcançados. Conforme *Memorandum From K. Wayne Smith of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 27 de novembro de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>207</sup> “[...] the impact of establishment of the Allende Government in Chile on US policy options in Brazil”. *Senior Review Group Meeting, Brazil – NSSM 67*, Washington, 1º de dezembro de 1970, p. 1. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. Nesta reunião, estavam presentes representantes do Departamento de Estado, Departamento de Defesa, CIA, JCS, AID, OMB, USIA e do *staff* do NSC. (A tradução é nossa).

disso, dizia que era preciso evitar atritos desnecessários nas relações com o Brasil, como no caso das restrições aplicáveis caso o país optasse pela compra dos aviões Mirage<sup>208</sup>.

Nesse sentido, como bem observou Spektor, era essencial que:

[...] mesmo que o Brasil fosse incapaz ou não aceitasse tomar para si o fardo de conter o Chile de Allende, estender a linguagem da parceria e da *delegação* ao Brasil poderia melhorar a posição americana na América Latina a um baixo custo.<sup>209</sup>

Reconhecimento, distinção, ou algum gesto de especial atenção por parte dos americanos poderiam ser muito importantes para a relação com o Brasil. Esse status de consulta privilegiado foi enfatizado por Nachmanoff em memorando a Kissinger:

O estilo de nossa relação com o Brasil é provavelmente tão importante quanto sua substância. O Brasil é o maior país da América Latina; ele se vê como uma grande potência e acredita que deve possuir um relacionamento especial com a 'outra' grande potência no hemisfério. Devemos ser capazes de jogar com isso sem ofender seriamente outros latino-americanos... Podemos também fazer com que [os brasileiros] se considerem um de nossos aliados globais.<sup>210</sup>

Pouco tempo depois, a declaração do presidente Nixon de que “para onde for o Brasil, irá da mesma forma o resto do continente latino-americano” ascenderia o alarme do que seria uma grave ofensa aos “outros países latino-americanos”. Anos mais tarde, Kissinger reconheceria que o grande problema era justamente esse: como reconhecer o Brasil como especial dentro do hemisfério sem, ao mesmo tempo, subestimar os outros países latino-americanos?

### **2.5.2 Direitos humanos e audiências no Senado**

Se, no plano político, as arestas pareciam estar sendo aparados, no plano dos direitos humanos os ruídos cresceriam gradativamente. A visibilidade que a questão da tortura e violações dos direitos humanos nas prisões brasileiras tiveram na imprensa, nacional e estrangeira, variou bastante durante os primeiros anos do regime militar.

---

<sup>208</sup> Ibid., p. 9. A compra de uma esquadrilha de aviões Mirage acabou sendo concretizada pelo governo brasileiro junto à França em 1970, *Veja*, 19 de maio de 1971, p. 27.

<sup>209</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 34.

<sup>210</sup> Nachmanoff a HAK, confidencial, 1º dez 1970, NPMS, WHSF, Confidential Files, cx. 5, NARA. IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 35.

Publicações que apoiaram o golpe, em um primeiro momento, passaram a cobrar providências do governo em relação a esse aspecto meses depois.

Nesse cenário, em setembro de 1964, o presidente Castello Branco envia ao nordeste seu chefe de Gabinete Militar, general Ernesto Geisel, para apurar alegações de torturas. O jornalista Marcio Moreira Alves havia tomado a frente denunciando em suas reportagens no jornal *Correio da Manhã*, indícios de mais de oitenta casos de sevícias<sup>211</sup>.

Alves clamava pela criação de uma comissão independente capaz de investigar as alegações de tortura e morte, de modo que os responsáveis fossem punidos. De acordo com James Green, a viagem de Geisel ao nordeste “serviu para deter a tortura de prisioneiros políticos em Recife por quase um ano”<sup>212</sup>, mas não foi capaz de punir os responsáveis.

Dois anos depois, Marcio Moreira Alves publica uma antologia de seus artigos publicados entre 1964 e 1965, intitulada *Torturas e torturados*. Sob o argumento de que o livro “ofendia a dignidade das Forças Armadas”, o Ministério da Justiça ordenou que boa parte dos exemplares da primeira edição fosse confiscada<sup>213</sup>. A medida visava enfraquecer e inviabilizar a candidatura do jornalista ao Congresso Nacional pelo MDB. Em novembro de 1966, o Tribunal Superior Eleitoral acabou por arbitrar a favor de Moreira Alves, sua candidatura foi validada e ele foi tranquilamente eleito. Em junho do ano seguinte, o deputado conseguiu outra decisão judicial em seu favor, permitindo a publicação de uma segunda edição de seu livro. Nele, o jornalista admitia que a tortura de presos políticos tivesse diminuído no nordeste desde agosto de 1964. Por outro lado, mostrava, por meio de documentos, que havia “um recrudescimento de incidentes no Rio de Janeiro pela Força Aérea, Polícia do Exército, Centro de Inteligência da Marinha e a polícia política”<sup>214</sup>.

Green ainda observa que, um ano após o golpe, “a questão da tortura foi posta de lado, com predominância de temas políticos e da defesa da liberdade de expressão, de imprensa e do direito de associação sob a ditadura”<sup>215</sup>. De fato, ele nota que, na imprensa norte-americana, entre 1965 e 1969, as notícias que se tinha do Brasil, mesmo quando em tom crítico ao regime, registravam as arbitrariedades das autoridades

---

<sup>211</sup> GREEN, J. op. cit., p. 76.

<sup>212</sup> Ibid..

<sup>213</sup> Ibid..

<sup>214</sup> ALVES, M. M. *Torturas e Torturados*, p. 242 e 18 IN GREEN, J. op. cit., p. 77.

<sup>215</sup> GREEN, J. op. cit., p. 77.

brasileiras, mas “não mencionavam a tortura como política governamental sistemática”<sup>216</sup>.

Contudo, a possibilidade de não punição dos militares envolvidos nessas denúncias passou – segundo a oportuna expressão de Elio Gaspari – “a senha da impunidade”<sup>217</sup>.

A situação se agravou, principalmente após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. De acordo com John Crimmins, diplomata norte-americano do ARA, Bureau de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, em 1968, o Bureau estava “recebendo todos os tipos de relatórios do serviço de inteligência dizendo que a tortura estava sendo usada contra prisioneiros [*no Brasil*]. Era interessante já que muitos militares [*norte-americanos*] estavam relutantes em aceitar isso”<sup>218</sup>.

Foi a questão da tortura, sem dúvida, que se transformaria no “ponto focal da condenação internacional do regime”<sup>219</sup>. O assunto voltava à imprensa – brasileira e estrangeira. Em 3 de dezembro, a revista *Veja* estampava em sua capa: “O Presidente não admite torturas”. De acordo com a reportagem, o Serviço Nacional de Informação (SNI) informou ao presidente que a imprensa europeia estava tornando públicas as diversas modalidades de sevícias as quais os presos brasileiros eram submetidos. Ainda segundo a revista, a divulgação das bárbaras práticas das autoridades brasileiras “irritaram profundamente” o presidente Médici<sup>220</sup>. Na semana seguinte, em uma capa intitulada “Torturas”, a mesma publicação relatava alguns casos concretos de pessoas que haviam sofrido tratamento indigno na prisão<sup>221</sup>.

Ainda em dezembro, um grupo de eminentes católicos europeus encaminhou ao papa Paulo VI um dossiê intitulado “Terror e tortura no Brasil”, o qual agrupava relatos sobre assassinatos e sevícias cometidas no país. Cinco dias após a chegada desse documento às mãos de Paulo VI, Dom Hélder Câmara se encontrou com o pontífice em Roma. Segundo o arcebispo brasileiro, o papa lhe havia declarado: “Lemos a documentação enviada pelo senhor sobre a tortura no Brasil [...] a Igreja não tolerará

---

<sup>216</sup> Ibid..

<sup>217</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*, 6ª Reimpressão, Companhia das Letras, São Paulo, 2002, p. 150.

<sup>218</sup> “[...] were getting all sorts of intelligence reports of torture being used against prisoners. It was interesting that the military was very reluctant to accept this”. *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>219</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 138.

<sup>220</sup> *Veja*, 3 de dezembro de 1969, p. 23.

<sup>221</sup> *Veja*, 10 de dezembro de 1969, p. 23-27.

mais o cometimento de atrocidades e torturas num país que se diz cristão" <sup>222</sup>. Pouco tempo depois, em março, o papa afirmou, em discurso na basílica de São Pedro, que fez uma “intervenção de dever moral” em relação aos prisioneiros políticos que estavam sendo vítimas de torturas na América Latina<sup>223</sup>.

Médici se reuniu com seus assessores e com o embaixador do Brasil na Santa Sé, José Jobim. Decidiu despachar um de seus auxiliares mais próximos, o coronel Manso Neto, para conversações no Vaticano. Conforme destacou James Green, o desentendimento entre o governo brasileiro e os religiosos na questão dos direitos humanos “passara ao domínio público e à esfera internacional” <sup>224</sup>.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, uma articulação entre acadêmicos e religiosos iniciava a divulgação do grave estado de repressão em que vivia o Brasil<sup>225</sup>. Essa aliança influenciou o estabelecimento, em 1971, de uma Comissão no Senado norte-americano para analisar as políticas e programas de ajuda ao país<sup>226</sup>. Além dela, durante todo o ano de 1970, a imprensa internacional divulgou amplamente a pesada repressão que assolava o Brasil<sup>227</sup>.

Em abril, o governo norte-americano se juntou ao coro internacional de denúncias de práticas de tortura nas prisões brasileiras feitas pela Anistia Internacional, *Civilitá Cattolica*, e pela Comissão Internacional de Juristas. Já em agosto, “o governo Médici criou o Conselho de Direitos Humanos para ouvir casos de supostas violações a esses direitos. Ao subordiná-lo ao ministro da Justiça, que negara todas as acusações, o governo condenou o Conselho à futilidade” <sup>228</sup>. Desta maneira, gradativamente, os abusos cometidos iam sendo deixados para trás, já que a ameaça da guerrilha diminuía e outros países também cometiam violações – mudando, em parte, o foco para outros lugares.

Entretanto, em fevereiro, o Washington Post publicou um editorial baseado em um relato que havia sido vinculado na New York Review of Books intitulado *Tortura*

---

<sup>222</sup> DELLA CAVA, R. *Torture in Brazil*, p. 141 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 221-222.

<sup>223</sup> *Pope deplores Brazil torture*, The Washington Post, 26 de março de 1970, p. A-24 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 223.

<sup>224</sup> NC News Service, “Brazil to explain Church-State friction to Vatican” IN GREEN, J. N. op. cit., p. 223.

<sup>225</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 223-227 e p. 250-260.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 324-325.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 227 e 229.

<sup>228</sup> SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*, 5ª Reimpressão, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994, p. 305.

no Brasil, assinado pela Frente Brasileira de Informações<sup>229</sup>. Em abril, a Latin American Studies Association (LASA) – organização de estudiosos norte-americanos que trabalhavam com a América Latina – havia aproveitado uma de suas conferências para divulgar uma publicação de dezoito páginas, chamada *Terror in Brazil*, que tratava da reprodução de artigos publicados em revistas religiosas e em jornais que denunciavam a tortura e a repressão no Brasil. Os acadêmicos Ralph Della Cava e Brady Tyson, além de outros participantes do American Committee for Information on Brazil, sabiam ter em mãos uma grande oportunidade de mobilização de intelectuais contra a repressão. Após esse acontecimento, os latino-americanistas se uniram de maneira a se opor abertamente e denunciar, sempre que possível, as arbitrariedades do regime brasileiro<sup>230</sup>.

No ano seguinte, em janeiro, os norte-americanos Saul Landau e Haskell Wexler foram ao Chile para filmar um documentário intitulado *Conversa com Allende*, sobre o presidente socialista eleito pelo voto direto. Entretanto, lendo o jornal em Santiago, Landau ficou sabendo que setenta brasileiros haviam sido mandados de avião ao Chile em troca do embaixador suíço que havia sido sequestrado no Brasil<sup>231</sup>. Ciente da oportunidade, ele entrou em contato com os brasileiros e descobriu que todos haviam sido torturados na prisão. Desse modo, Landau se propôs a fazer um filme no qual entrevistava dezessete dentre os brasileiros libertados. O documentário *Brazil: A Report on torture* foi o primeiro a registrar depoimentos sobre a tortura como arma contra presos políticos latino-americanos. Segundo o diretor:

Creio que o principal objetivo em fazer o filme era trazer à atenção do público norte-americano o fato de que a tortura tinha se transformado em procedimento rotineiro e sistemático no Brasil, e que o governo dos Estados Unidos estava apoiando um regime que se dedicava a esse tipo de atividade.

<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 226-227.

<sup>230</sup> Ibid., p. 250-251.

<sup>231</sup> Em 7 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro, ocorreu o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bücher. Os sequestradores exigiam a liberação de setenta presos políticos, que foram remetidos ao Chile. Bücher foi solto em 16 de janeiro de 1971. SINGER, A.; GOMES, M. H.; VILLANOVA, C.; DUARTE, J. (Orgs.) *No Planalto, com a Imprensa*. Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Brasília, 2010, p. 116.

<sup>232</sup> GREEN, J. op. cit., p. 352.

O filme teve uma exibição pública em Washington, onde um funcionário da embaixada brasileira compareceu e relatou o conteúdo do mesmo aos seus superiores, pouco tempo depois foi vinculado pela TV pública de Nova York<sup>233</sup>.

Um dos depoentes no filme é Tito de Alencar Lima, frade católico conhecido como Frei Tito, que depois fugiu para a Itália e faleceu na França em 1974. Tito havia sido preso no congresso clandestino da União Nacional de Estudantes (UNE) em Ibiúna, em 1968. Ele exemplificava o crescente envolvimento de religiosos com grupos de oposição ao regime militar<sup>234</sup>. Em comunicação de setembro de 1969 ao Departamento de Estado, a embaixada norte-americana no Rio de Janeiro já chamava a atenção quanto a esse fato:

A captura de subversivos suspeitos, incluindo membros do clero, está adicionando tensões significativas além das já existentes entre as autoridades e a Igreja. Ambos os lados irão, provavelmente, se distanciar consideravelmente a fim de evitar uma confrontação aberta em escala nacional. Entretanto, um contínuo, *crescendo* de acusações e contra-acusações expandiria inevitavelmente o desacordo, com algumas consequências na posição geral de Médici no país como um todo.<sup>235</sup>

Esse prognóstico já levava em conta o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, ocorrido em março, no Recife. Ele era assistente de um dos mais ferrenhos críticos do regime militar, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Pereira Neto fora executado depois de uma série de ameaças pessoais, à residência do arcebispo, e às dependências administrativas de sua Igreja<sup>236</sup>.

A morte teve repercussão internacional e serviu para aproximar ativistas católicos antes separados por grandes distâncias geográficas. Como observou James Green:

Durante 1969, o arcebispo se tornara um ícone representativo das forças dedicadas aos pobres e oprimidos da América Latina. A cobertura noticiosa que mostrava sua personalidade pública como opositor beligerante do

---

<sup>233</sup> Como resultado, Saul Landau e Haskell Wexler ficariam proibidos de obter vistos e entrar no Brasil. *Ibid.*, p. 355.

<sup>234</sup> Para mais sobre Frei Tito ver *Batismo de Sangue*, filme de Helvécio Ratton. Ele é baseado em livro homônimo de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto.

<sup>235</sup> “The round-up of suspected subversives including members of the clergy is adding significantly to existing tensions between the authorities and the Church. Both sides will probably go to considerable lengths to avoid a flat confrontation on a national scale. However, a continuing, crescendo of accusations and counter-accusations would inevitably widen the breach, with some consequent effect on Médici’s general standing in the country at large”. *Airgram A-709 From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1969. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>236</sup> GREEN, J. N. *op. cit.*, p. 162-164.

governo militar foi notada internacionalmente e o transformou na fisionomia do Brasil católico no exterior.<sup>237</sup>

Em artigo publicado em 7 de março de 1971 no *Washington Post*, o jornalista Dan Griffin fazia um breve histórico das últimas denúncias de tortura no Brasil – feitas por religiosos – e da recusa, por parte do governo brasileiro, em permitir a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, órgão da OEA) para investigar acusações de tortura de presos políticos no país.

Griffin relatava que, em fevereiro, o arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, havia pedido para que fossem fixadas, nas portas das Igrejas de toda sua região administrativa, um cartaz dizendo que ele havia constatado pessoalmente que um padre de seu prelado e uma assistente social haviam sido barbaramente torturados no DOPS após terem sido presos sob suspeita de subversão.

No mesmo artigo, o jornalista norte-americano ainda lembrava casos semelhantes em 1969 e 1970, em que o denunciante dos maus-tratos havia sido um religioso. O bispo Waldyr Calheiros, de Volta Redonda, em julho de 1969; o bispo Felício da Cunha Vasconcelos, de Ribeirão Preto, em novembro; bispos e padres do Maranhão em agosto do ano seguinte; Dom Hélder Câmara, e o cardeal Eugênio Sales, arcebispo de Salvador<sup>238</sup>.

Em fevereiro de 1971, já se percebia uma mudança entre os padres que eram céticos quanto às acusações de uma política sistemática de tortura por parte do governo brasileiro. Em carta de solidariedade enviada ao bispo Calheiros, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmava: “Torturas, infelizmente, existem sim no Brasil, e em muitos casos das mais chocantes maneiras”<sup>239</sup>.

Dentro da Igreja houve também líderes leigos que se destacaram na oposição ao regime militar. Branca Moreira Alves, mãe do jornalista e ex-deputado Marcio, foi uma delas. A perseguição ao filho, a padres, e freiras a impulsionou, de forma mais ativa, “aos círculos da oposição”<sup>240</sup>.

---

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 165-166.

<sup>238</sup> *Tortures in Brazil Leak Out Despite Rebuff of OAS Probe*, *Washington Post*, 7 de março de 1971 IN U.S. SENATE, op. cit., p. 305-306. Em novembro de 1970, o governo do Brasil manifestou publicamente que não permitiria o ingresso de integrantes da CIDH no país. A justificativa era que isso caracterizava interferência nos assuntos internos da nação. Cf. *Brazil refuses investigation of torture charges*, *The Washington Post*, 22 de novembro de 1970, p. A-13 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 287.

<sup>239</sup> “Tortures, unfortunately, do exist in Brazil, and in many cases in the most shocking ways”. U.S. SENATE, op. cit., p. 306. (A tradução é nossa).

<sup>240</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 211.

Do exílio em Santiago, Márcio Moreira Alves entrou em contato com uma rede de informações que tinha um objetivo principal coletar relatos e documentação da repressão no Brasil e divulgá-los no exterior<sup>241</sup>. Em junho de 1969, Alves conseguiu viajar aos Estados Unidos a convite do professor Brady Tyson, da American University. Esteve em Washington, onde se reuniu com o senador Mike Mansfield, líder da maioria democrata na Casa, e com o senador Edward Kennedy, do estado de Massachusetts. Discutiu com eles a situação política no Brasil e pediu o “apoio de ambos para uma campanha que visava isolar internacionalmente o regime militar”<sup>242</sup>.

Em abril, um discurso do senador Kennedy em uma pequena cidade do Estado de Montana gerou grande repercussão, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Falando sobre a política externa americana para a América Latina, o representante de Massachusetts afirmava:

Apesar de nossas fortes tradições de democracia, os Estados Unidos continuam a apoiar os regimes na América Latina que negam os direitos humanos básicos. Quedamo-nos silenciosos enquanto prisioneiros políticos são torturados no Brasil. Estudantes, padres e freiras cujo único crime foi conhecerem alguém suspeito de ser revolucionário sofrem castigos cruéis.

E, sobre a realidade política brasileira, ainda acrescentou:

Devemos condenar tal repressão. É uma negativa flagrante de nossos próprios ideais identificarmo-nos com tais atividades. Embora os Estados Unidos da América não tenham iniciado a mudança de governo no Brasil, auxiliamos a junta militar a chegar ao poder.<sup>243</sup>

O porta-voz do Departamento de Estado, naturalmente, se apressou em desmentir o senador, afirmando que “os Estados Unidos não tiveram qualquer papel na revolução que ocorreu no Brasil em 1964”<sup>244</sup>. O discurso acabou gerando grande discussão no Congresso brasileiro entre o MDB e o bloco que apoiava a ditadura.

---

<sup>241</sup> Ibid..

<sup>242</sup> Ibid., p. 212.

<sup>243</sup> O Itamaraty traduziu a publicação oficial e mandou um exemplar ao Brasil. A tradução é do autor e representa apenas uma aproximação em relação à versão original em inglês. “Discurso pronunciado pelo senador Edward M. Kennedy na Conferência Anual de Mansfield, Universidade de Montana, 17 de abril de 1970, anexado a ‘Discurso do sr. Edward Kenedy [sic] de crítica ao regime brasileiro’”, telegrama nº 3092, Washington a Brasília, 20 de abril de 1970, IN GREEN, J. N. op. cit., p. 231.

<sup>244</sup> “Despacho da UPI sobre a entrevista coletiva à imprensa”, nº 75, Washington a Brasília, 24 de abril de 1970, IN GREEN, J. N. op. cit., p. 233.

Como destacou James Green, parece nítido que o governo norte-americano tinha conhecimento de várias denúncias de tortura no Brasil já há algum tempo, mas seguia sem se manifestar publicamente para não prejudicar a relação bilateral<sup>245</sup>.

Em outubro, o senador Kennedy voltou a abordar a situação no Brasil:

Nós permanecemos calados enquanto prisioneiros políticos são torturados... Aponto isso... porque o Brasil é regido por um governo que apoiamos plenamente com dinheiro, armas, assistência técnica e o conforto de relações diplomáticas próximas.<sup>246</sup>

Nessa altura, o *New York Times* e as revistas *Time* e *Look* já haviam se manifestado com reportagens especiais sobre tortura e violações sistemáticas de direitos humanos no Brasil<sup>247</sup>. No mês seguinte, o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, William M. Rountree se reunia com Gibson Barboza. O norte-americano relembrou o chanceler que o senador Frank Church tinha a intenção de realizar audiências, no âmbito do Subcomitê para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Senado, sobre as relações Estados Unidos – Brasil no início de 1971. Rountree ainda afirma que:

[...] a questão da imagem do Brasil no exterior, e particularmente nos Estados Unidos, era um importante elemento, e todos nós esperamos sinceramente que tudo o que possa ser feito para melhorar a imagem seja feito.<sup>248</sup>

Barboza argumentava que os excessos das autoridades brasileiras ocorriam, mas eram eventuais – em comparação ao que era noticiado – e que não eram sancionados pelo governo. Além disso, o ministro enxergava uma:

[...] campanha internacional contra o Brasil [*que*] era focada nos centros econômicos e financeiros os quais poderiam estar dispostos a ajudar de forma a fornecer capital de investimento necessário ao Brasil. Essas campanhas foram, portanto, levadas a cabo principalmente pelos Estados Unidos e Europa Ocidental. Não houve campanhas contra o Brasil nos países comunistas ou na África.<sup>249</sup>

---

<sup>245</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 233.

<sup>246</sup> SIKKINK, K. *Mixed Signals: U. S. Human Rights Policy and Latin America*, Cornell University Press, 2004, p. 58 IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 37.

<sup>247</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 234-235.

<sup>248</sup> “[...] question of Brazil’s image abroad, and particularly in the U.S., was an important element, and all of us earnestly hoped that whatever could be done to improve image would be done”. *Telegram 517 From the Embassy in Brazil to the Department of State*, 12 de novembro de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>249</sup> “[...] international campaign against Brazil was focused upon financial and economic centers which could be helpful in providing investment capital needed by Brazil. These campaigns were thus carried out primarily in the United States and Western Europe. There were no campaigns against Brazil in Communist countries or in Africa”. Rountree foi o primeiro embaixador norte-americano a se fixar em Brasília em vez do Rio de Janeiro. Ibid.. Em maio, o governo brasileiro já havia se pronunciado sobre a

A argumentação do ministro era curiosa. Será que as “campanhas” que ocorreram nos Estados Unidos e na Europa Ocidental não aconteceram justamente por que nesses países havia maior liberdade de imprensa do que no bloco comunista ou na África?

Em reunião com Nixon e Nachmanoff, Rountree reconhecia que as audiências de Church poderiam causar alguns problemas nas relações com o Brasil. O presidente sublinhou apenas que queria que “o governo brasileiro entendesse que havia uma distinção clara entre os ramos do Executivo e do Legislativo em nosso governo”<sup>250</sup>. De fato havia.

Um dos assistentes de Church na preparação da Comissão, Pat Holt, esteve em contato com Marcio Moreira Alves quando este foi a Washington fazer campanha contra o regime militar. No início de 1971, eles estavam trocando correspondências sobre possíveis nomes interessantes para convocar para as audiências. Alves encontrava-se exilado em Paris e defendia que o ex-embaixador dos EUA no Brasil, John Tuthill, na época servindo na Itália, seria um bom nome. O jornalista brasileiro já havia se encontrado com o diplomata americano e debatido sobre a possibilidade dele depor. O ex-deputado justificava sua escolha a Holt:

Ele é o único alto funcionário que conheço que tem dúvidas sobre a atual política em relação ao Brasil. Além disso, sem dúvida não é radical, e é capaz de produzir uma declaração equilibrada e influenciar alguns dos senadores menos preocupados com o tema.<sup>251</sup>

Holt e outro assistente na Comissão, Robert Dockery, ainda passaram duas semanas no Brasil a fim de recolher dados e informações para as audiências. Encontraram-se com funcionários da United States Agency for International Development (USAID), diplomatas, religiosos, funcionários da inteligência americana e com jornalistas americanos em serviço no Brasil<sup>252</sup>.

---

existência de “agentes internacionais da subversão” que eram abrigados em um “setor mórbido e sensacionalista da imprensa estrangeira”. Conforme Embaixada do Brasil em Washington, *Boletim Especial* nº 83, 12 de maio de 1970, p. 1; “Noticiário da imprensa estrangeira sobre torturas no Brasil”, telegrama nº 71830, Brasília a Washington, 9 de maio de 1970, IN GREEN, J. N. op. cit., p. 233. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>250</sup> “[...] the Brazilian Government to understand there was a clear distinction between the Executive and Legislative branches in our Government”. *Memorandum of Meeting*, Washington, 14 de dezembro de 1970. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>251</sup> Carta de Marcio Moreira Alves a Pat Holt, 7 de março de 1971, FRUS, Caixa 5 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 329.

<sup>252</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 330.

Dessa forma, em 4 de maio de 1971, o senador democrata Frank Church iniciou, no âmbito da Subcomissão de Assuntos do Hemisfério Ocidental, do Comitê de Relações Exteriores do Senado, a comissão para tratar das políticas e programas do governo norte-americano no Brasil. Em três sessões foram ouvidos, entre outros, o diretor da CIA, o diretor da USAID para o Brasil, além do embaixador William M. Rountree. No dia 11, durante o depoimento deste último, o senador indagou:

Nós investimos US\$ 2 bilhões no balanço [*de pagamentos*] e tivemos um interesse pleno na conjuntura econômica; mas que peso você daria ao estado da liberdade no Brasil e até que ponto isto deveria ser um motivo de preocupação para os Estados Unidos? <sup>253</sup>

Rountree responde citando o presidente Nixon:

Os Estados Unidos tem um forte interesse político em manter uma cooperação com nossos vizinhos independentemente de seu ponto de vista doméstico. Nós temos uma preferência clara por processos livres e democráticos. Nós esperamos que governos evoluam na direção de procedimentos constitucionais, mas esta não é nossa missão em tentar fornecer, exceto pelo exemplo, as respostas para essas perguntas para outras nações soberanas. Nós lidamos com os governos como eles são. <sup>254</sup>

Provavelmente prevendo essa indagação, o embaixador preferiu levar sua resposta “pronta”; reagindo como se a não interferência nos assuntos internos de outros países fosse um princípio absoluto. Church foi incisivo:

Nós não somente negociamos com eles, nós oferecemos capital de forma extremamente generosa, no caso do Brasil, US\$ 2 bilhões para apoiar programas brasileiros sob os auspícios deste país. [...] Minha questão é até que ponto em sua apreciação, o governo dos Estados Unidos deveria estar preocupado com a saúde política do Brasil? Você citou o presidente dizendo que isso não é assunto nosso. Mas isso é tão simples assim, Sr. Embaixador? [...] A preocupação dos Estados Unidos é com o balanço [*de pagamentos*], a estabilidade da economia, e com a promoção do crescimento econômico. Esta é realmente a dimensão integral da preocupação americana no Brasil e em outras partes do mundo? <sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> “We have invested \$ 2 billion in the balance sheets and have had a consummate interest in the state of the economy; but what weight would you give to the state of freedom in Brazil and to what extent should that be a matter of concern to the United States?”. U.S. SENATE, op. cit., p. 290. O montante se referia a ajuda americana via USAID entre os anos fiscais de 1962 a 1970. Conforme o mesmo documento, p. 160. Era o terceiro maior programa da AID no mundo. Ficava atrás somente do Vietnã do Sul e da Índia. Conforme GREEN, J. N. op. cit., p. 333. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>254</sup> “The United States has a strong political interest in maintaining cooperation with our neighbors regardless of their domestic viewpoint. We have a clear preference for free and democratic processes. We hope that governments will evolve toward constitutional procedures but it is not our mission to try to provide except by example, the answers to such questions to other sovereign nations. We deal with governments as they are”. U.S. SENATE, op. cit., p. 290. (A tradução é nossa).

<sup>255</sup> “We not only deal with them, we extend lavish amounts of money, in the case of Brazil, \$ 2 billion to support Brazilian programs under the auspices of this country. [...] My question is to what extent in your

Nesse momento, o senador de Idaho se retira do plenário por alguns instantes. Logo em seguida, o senador Claiborne Pell, continua na mesma linha e indaga o embaixador sobre quantas vezes ele havia se pronunciado publicamente contra a questão de maus-tratos a presos políticos brasileiros. Rountree responde que, além de suas declarações, o Departamento de Estado o fez pelo menos mais uma<sup>256</sup>. Na verdade, no documento final da comissão, constam duas declarações de membros do Departamento expressando “preocupação” em relação à tortura no Brasil em conferências de imprensa<sup>257</sup>.

Prosseguindo na questão de maus tratos a indivíduos, Rountree afirma:

É muito difícil para qualquer pessoa realmente avaliar a extensão em que isso acontece. O fato é que o presidente e um de seus ministros\*, e outros também, reconheceram que acontece. Afirmam que não a endossam, mas que tem acontecido. Seria muito difícil para mim, como embaixador americano, tentar avaliar a extensão. Existem, obviamente, grandes dificuldades, no Brasil, para conter brutais atos de terrorismo envolvendo assassinios, sequestros, incêndios, roubos e assim por diante, e há indicações de que a polícia, ou funcionários da segurança, tenham cometido excessos, em várias ocasiões, no interrogatório de pessoas suspeitas de serem terroristas. Mas desconheço a extensão do problema.<sup>258</sup>

Quanto à pergunta anterior de Church, Rountree asseverou que o presidente da Comissão tinha total conhecimento das circunstâncias em que os militares assumiram o poder em 1964. Além disso, o embaixador defende Médici dizendo que, gradualmente, há uma maior participação popular nos processos políticos, exemplificando com a reabertura do Congresso e eleições parlamentares do final do ano<sup>259</sup>.

---

judgement, should the Government of the United States be concerned about the political health of Brazil? You quoted the President saying that is not our affair. But is it as simple as that, Mr. Ambassador? [...] The concern of the United States is with the balance sheets, the stability of the economy, and the promotion of economic growth. Is that really the full dimension of the American concern in Brazil and elsewhere in the world?. Ibid., p. 290-291. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>256</sup> Ibid., p. 291.

<sup>257</sup> Ibid., p. 292-293.

<sup>258</sup> Ibid., p. 293 e *Veja*, 4 de agosto de 1971, p. 6. O Senado liberou os depoimentos da Comissão em agosto. *Veja* publicou alguns trechos identificando partes que haviam sido censuradas.

\*De acordo com a documentação coligida pela Subcomissão, o ministro em questão era Jarbas Passarinho. Segundo o ministro, negar a existência da tortura nas prisões brasileiras seria uma mentira. Entretanto, ele insistia que não seria correto afirmar que existia uma política governamental sistemática de tortura. Passarinho é citado conforme um artigo publicado no *New York Times* em 4 de dezembro de 1970 reproduzido no *U. S. Policies and Programs in Brazil*, p. 20-21. A declaração fora feita no dia 3 em São Paulo, num programa de televisão.

<sup>259</sup> Ibid., p. 295.

Houve eleições parlamentares em 1970, entretanto, antes da reconvocação do Legislativo expurgado para ratificar a escolha de Médici, a Junta Militar outorgou uma nova Constituição que ficou conhecida como Emenda nº 1. Nela, o Executivo tinha seus poderes ainda mais reforçados e os parlamentares suas imunidades restringidas. Ela permitiu a prorrogação indefinida do estado de sítio (Art. 156) e estabeleceu pena de morte e prisão perpétua em casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”<sup>260</sup>. Ou seja, os acontecimentos no Brasil apontavam na direção contrária ao relato de Rountree.

A argumentação do embaixador era débil e ele sabia disso. John Crimmins, na época trabalhando como vice-secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, deixa claro que as divergências entre o Departamento de Estado e a cúpula do Executivo, representada por Nixon e Kissinger, quando fala sobre o depoimento de Rountree no Subcomitê:

Nós tivemos algum debate com ele sobre não se exceder nos elogios em relação ao Brasil. Mas eu acho, que na prática, ele se excedeu. Por alguma razão, eu não fui chamado a depor. Charlie [*Meyer*] não prestou depoimento que eu saiba. Bob [*Robert*] Dean, que era diretor do país na época, depôs brevemente, eu acho, e teve, é claro, muito a ver com a preparação dos papéis para a aparição do Rountree. Mas havia uma relutância, certamente por parte do Rountree, em fazer da crescente repressão no Brasil uma questão importante.<sup>261</sup>

A relutância era de Rountree ou do presidente e de Kissinger? O embaixador seria uma voz dissonante dentro do setor responsável pela América Latina no Departamento de Estado? Veremos adiante que o presidente e seu principal assessor tinham sérias divergências políticas com Charles A. Meyer, secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos e coordenador da Aliança para o Progresso. Este, como afirmou Crimmins, realmente não participou da Comissão. Já o diretor do Office de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, Robert W. Dean, estava presente nas audiências, mas não foi um dos sabatinados.

---

<sup>260</sup> *Emenda Constitucional nº 1*, Art. 153, parágrafo 11, p. 57. Brasília, 17 de outubro de 1969. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada, Brasília, DF.

<sup>261</sup> “We had some discussion with him about not gilding the lily with respect to Brazil. But I think, in effect, he did. For some reason, I was not asked to testify. Charlie [*Meyer*] didn't testify that I know of. Bob Dean, who was a country director at the time, did testify briefly, I think, and had, of course, a lot to do with the preparation of the briefing papers for Rountree's appearance. But there was a reluctance, certainly on the part of Rountree, to make much of an issue of the increasing repression in Brazil”. *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução e os grifos são nossos).

Também foram tratados casos de prisão de cidadãos americanos no Brasil. De acordo com Rountree, desde dezembro de 1968, a Embaixada norte-americana havia se envolvido em alguns casos <sup>262</sup>. Em um deles, em Recife, os padres Darrell Dean Rupiper e Peter Albert Grams foram presos acusados de “subversão geral” dois dias após a decretação do AI-5. Foram liberados no dia 25 sob a condição de abandonar o país e voltar aos Estados Unidos<sup>263</sup>.

Com relação à ajuda econômica fornecida pelos Estados Unidos ao Brasil – e de como ela deveria ser implementada –, Church tinha opinião semelhante a Nixon, porém, preocupava-se mais com a imagem do país projetada no exterior, além, evidentemente, de seu interesse no desgaste do presidente visando enfraquecê-lo para a corrida presidencial de 1972.

Numa entrevista concedida alguns meses depois das audiências, o parlamentar asseverava que os empréstimos para desenvolvimento econômico deveriam ser implantados via instituições multilaterais como Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento; não por acordos bilaterais. Church afirmava que esse tipo de programa entre dois países resultava, inevitavelmente, em problemas políticos. Isso acontecia porque, com o passar do tempo, os países que recebiam a ajuda tinham seu comportamento analisado de acordo com os objetivos do governo norte-americano. Além disso, esses acordos deixam os Estados Unidos “identificados com cada governo [*recedor da ajuda*] de tal forma que frequentemente isso resulta num grande custo ou prejuízo político para o meu país”. Já que a ajuda bilateral:

[...] tende a identificar os Estados Unidos com governos repressivos e despóticos em todo o mundo. E o resultado disso foi desacreditar os Estados Unidos, levando muita gente a crer que gostamos de ditadores e que o nosso objetivo é apoiá-los e sustentá-los. Isto é errado. Não se pode permitir que a política externa se torne o nosso calcanhar de Aquiles, ou melhor, o nosso rabo. <sup>264</sup>

De acordo com Spektor, o desgaste político causado pelos debates sobre o Brasil no Senado inaugurou:

[...] um mal-estar que marcaria a política americana para o Brasil ao longo da Guerra Fria: o fato de o Brasil violar os direitos humanos de seus cidadãos seria um empecilho para o lançamento de uma parceria diplomática

---

<sup>262</sup> U.S. SENATE, op. cit., p. 301-302.

<sup>263</sup> Ibid., p. 306.

<sup>264</sup> *Veja*, 10 de novembro de 1971, p. 42.

sustentável. Qualquer iniciativa do Executivo esbarraria na opinião do Congresso e de diplomatas de carreira do Departamento de Estado.<sup>265</sup>

Antes mesmo das audiências serem oficialmente divulgadas, o embaixador Araújo Castro já havia preparado uma comunicação, em tom crítico, a respeito dos resultados das discussões sobre o Brasil no Senado<sup>266</sup>. A declaração desaprovava qualquer tipo de interferência nos assuntos internos brasileiros<sup>267</sup>.

Conforme Green argumentou, as audiências sobre políticas e programas dos Estados Unidos no Brasil “contribuíram para a reconfiguração das relações entre os dois países”<sup>268</sup>. A partir daquele momento, a opinião do Congresso se faria presente.

### 2.5.3 Atritos pontuais

Durante o período entre 1969 e 1974, os pontos principais de discórdia nas relações bilaterais entre Brasil foram: a questão do mar territorial de 200 milhas e os direitos humanos. Além desses, houve desentendimento em relação à recusa brasileira em assinar o TNP, à questão do controle de natalidade, críticas ao sistema comercial, às imposições de direitos compensatórios, política africana e meio-ambiente<sup>269</sup>.

O atrito em relação à extensão do mar territorial já se arrastava há algum tempo. Barcos pesqueiros de várias nacionalidades, mas, sobretudo, norte-americanos, adentravam zonas muito próximas das costas brasileiras desafiando, sistematicamente, o domínio sobre o mar<sup>270</sup>. Um acordo internacional sobre a matéria – reconhecendo a soberania do Brasil sobre o território marítimo de 200 milhas – foi firmado somente em 1973, após alguns anos de negociações que resultaram na assinatura do Tratado do Mar<sup>271</sup>.

De acordo com Bandeira, a intransigência do governo brasileiro nessa questão decorreu, entre outros fatores:

[...] daquela necessidade política de demonstrar a vontade nacional, com um ato de afirmação da soberania, pelo qual o Brasil tanto se identificava quanto se diferenciava como potência emergente, no sistema internacional. Aquela

---

<sup>265</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 38.

<sup>266</sup> Telegrama nº 133754, Washington a Brasília, 23 de julho de 1971, FRUS, Caixa 546 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 335.

<sup>267</sup> “Relações Brasil-Estados Unidos. Entrevista coletiva do senador Church”, memorando nº 120, 30 de julho de 1971, IN GREEN, J. N. op. cit., p. 343.

<sup>268</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 335.

<sup>269</sup> SOUTO, C. V. op. cit., p. 71.

<sup>270</sup> BARBOZA, M. G. op. cit., p. 155.

<sup>271</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 176.

ocasião, diplomaticamente bem calculada, visou a produzir efeitos internos, como demonstração de nacionalismo, sobretudo para as Forças Armadas, e externos, atingindo os Estados Unidos em um ponto não tanto sensível que pudesse provocar fortes retaliações, mas suficientemente sensível, quando suas pressões sobre o café solúvel e os têxteis de algodão, bem como a redução das quotas de importação de açúcar e das vendas de armamentos afetavam os interesses do Brasil.<sup>272</sup>

Outra medida do governo brasileiro que pode ser interpretada como um “ato de afirmação da soberania” foi a não assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), ainda na gestão Costa e Silva. Entretanto, as pressões do governo norte-americano para que o Brasil aderisse ao Tratado persistiam. O embaixador do Brasil em Washington, João Augusto de Araújo Castro – que havia denunciado o caráter discriminatório do acordo no Comitê de Desarmamento em 1968 –, tratava o TNP como “o instrumento central” de uma política que visava o “congelamento do poder mundial”<sup>273</sup>.

Em uma palestra dirigida aos estagiários do Curso Superior de Guerra, em Washington, no mês junho de 1971, Castro argumentava que o Tratado:

[...] estabelece distintas categorias de nações: uma categoria de países fortes e, portanto, adultos e responsáveis, e uma categoria de países fracos e, portanto, não-adultos e não-responsáveis. O Tratado procede da premissa de que, contrariamente a toda evidência histórica, o poder traz em seu bojo a prudência e a moderação. Institucionaliza a desigualdade entre as nações e parece aceitar a premissa de que os países fortes se tornarão cada vez mais fortes e de que os países fracos se tornarão cada vez mais fracos.<sup>274</sup>

Ainda segundo o diplomata brasileiro, o Brasil se opunha “a esta maneira de colocar o problema do desarmamento, que deve ser geral e completo, com obrigações específicas para *todas* as nações”<sup>275</sup>. Apesar da evidente divergência na matéria de proliferação nuclear, a essa altura, as questões que ganhavam mais destaque eram a de limites do mar territorial e a comercial.

Em junho de 1971, em uma conversa com Henry Kissinger e com seu assistente, H. R. Haldeman, Nixon se mostrou insatisfeito com os recentes atritos com o governo brasileiro. A visita de Médici já estava confirmada para dezembro:

---

<sup>272</sup> Ibid., p. 175-176. Cf. SOUTO, C. V. op. cit., pp. 74-82.

<sup>273</sup> AMADO, R. (Org.) *Araújo Castro*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 200. *Exposição aos estagiários do Curso Superior de Guerra*, Washington, 11 de junho de 1971. Nesta comunicação, Araújo Castro trata também das questões de controle de natalidade e de meio ambiente.

<sup>274</sup> Ibid..

<sup>275</sup> Ibid., p. 201.

Nixon: Agora os brasileiros estão brigando conosco devido àquele problema pesqueiro. Eles dizem que nossas relações são as piores em cinquenta anos. Eu não acredito nisso. Não pode ser tão ruim.

Kissinger: Não, não.

Nixon: Eles farão mesmo assim a visita, não farão?

Kissinger: Sim. Mas, nós não tratamos os brasileiros apropriadamente, Sr. Presidente. Eles têm-

Nixon: Como?

Kissinger: Bem, eles têm estado do nosso lado-

Nixon: Ao longo do tempo, eu sei.

Kissinger: Ao longo do tempo. Eles têm um governo-

Nixon: Os únicos que nos ajudaram na Segunda Guerra Mundial, Bob [*Haldeman*], você sabe.

[...]

Kissinger: [...] o Estado [*Departamento de Estado*] tem diminuído gradativamente a ajuda a eles, por que eles são um governo militar.

Nixon: Quem é o nosso embaixador?

Kissinger: [*William*] Rountree.

Nixon: Bem, ele fará o que nós dissermos, certo?

Kissinger: Ele fará o que nós dissermos.<sup>276</sup>

---

<sup>276</sup> “Nixon: Now, the Brazilians are fighting us because of some fishing thing. They say our relations are the worst in fifty years. I don't believe that. It can't be that poor.

Kissinger: No, no.

Nixon: They're still coming up for their trip, aren't they?

Kissinger: Yeah. But, we haven't treated the Brazilians right, Mr. President. They've—

Nixon: How?

Kissinger: Well, they have been on our side—

Nixon: Throughout, I know.

Kissinger: Throughout. They have a government—

Nixon: The only ones who helped in World War II, Bob, you know.

A curiosa pergunta de Nixon sobre se o representante americano no Brasil faria o que eles dissessem, leva-nos a especular que, talvez, o seu antecessor no cargo não seguisse as ordens do presidente estritamente. Nesse mesmo documento, o mandatário e seu assessor especial lembram-se de Elbrick em termos pouco lisonjeiros. Excluindo a hipótese de isso ser um desabafo pontual de ambos, já que ele havia deixado o posto há mais de um ano, existe a possibilidade de que as diferenças tenham fundo ideológico. Em sua rápida passagem como representante máximo dos EUA no Brasil, de julho de 1969 a maio de 1970, Elbrick chegou a argumentar que “o constante aparecimento de listas de pessoas privadas de seus direitos políticos e o prosseguimento do desrespeito aos direitos humanos [...] eram causa de graves críticas ao governo brasileiro nos Estados Unidos.”<sup>277</sup>. Em poucas palavras, ele buscava encorajar uma abertura do regime brasileiro, para que depois fosse retomada a ajuda norte-americana ao país. Provavelmente orientado, ou aconselhado pelo Departamento de Estado, mas sem o aval de Kissinger e na direção contrária à linha seguida pelas declarações de integrantes do governo. Como já foi visto, a ajuda foi reiniciada mesmo sem essa contrapartida.

William M. Rountree assumiu o posto de embaixador no Brasil em novembro de 1970. Tinha um perfil ideológico distinto de seus antecessores – Gordon, Tuthill e Elbrick – e também de seu sucessor, John Crimmins. Como sublinhou Spektor, todos esses pertenciam à ala liberal do Departamento de Estado<sup>278</sup>. Já Rountree havia sido

---

[...]

Kissinger: [...] State has been hacking away at them, because they're a military government.

Nixon: Who's our ambassador?

Kissinger: [William] Rountree.

Nixon: Well, he'll do what we say, right?

Kissinger: He'll do what we say”.

*Conversation Among President Nixon, the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), and President's Assistant (Haldeman)*. Washington, 11 de junho de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>277</sup> Congresso dos Estados Unidos, *United States policies and programs in Brazil*, p. 243 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 155. Talvez outro motivo, de menor peso, para a insatisfação de Nixon e Kissinger com Elbrick tenha sido o seu próprio sequestro. O embaixador não aceitava a companhia de um agente à paisana em seus percursos de automóvel, e fazia sempre a rota mais curta – para economizar tempo. Em menos de dois meses no cargo, foi pego. Cf. *Interview with John W. Tuthill*, 1987. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST.

<sup>278</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 96. Entendo como ala liberal, os diplomatas capazes de relativizar, de alguma maneira, as questões de segurança e da luta anticomunista dentro das ações do governo. Dentro desse grupo ainda havia os que acreditavam que negociar e se aproximar de regimes autoritários e/ou

oficial de gabinete de John Foster Dulles, um dos mais notórios anticomunistas à frente da secretaria de Estado durante toda a Guerra Fria. Além disso, nunca havia ocupado um posto na América Latina e nem tinha experiência – ao contrário dos outros citados – em assuntos hemisféricos. Anteriormente, o veterano diplomata havia servido no Oriente Médio, Ásia e África. De acordo com Rountree, ele próprio ficou surpreso com a decisão de Nixon de querer mandá-lo ao Brasil. A justificativa era a busca por uma “nova abordagem em nossas políticas e relações na América do Sul” <sup>279</sup>. Nixon estava ciente do momento político delicado que o Brasil, e o seu entorno, viviam. Por isso optou por alguém experiente, digno de confiança, de fora do círculo de diplomatas que cuidavam dos assuntos hemisféricos no Departamento de Estado, e, sobretudo, identificado ideologicamente com a Casa Branca.

Foi durante sua estada no Brasil (1970-1973), segundo Spektor, que a embaixada norte-americana “[...] conseguira estabelecer conexões militares mais operativas do que aquelas articuladas pelo general Vernon Walters em 1964. A operação era comandada pelo adido militar da embaixada, o coronel Arthur Moura” <sup>280</sup>.

Se no eixo Rio-Brasília os interesses do governo americano conversavam com os do governo brasileiro com desenvoltura, o mesmo não poderia ser dito a respeito da embaixada brasileira em Washington em suas negociações comerciais com a Casa Branca. O Congresso, de maioria democrata, tentava obstruir como podia o relacionamento com o Brasil. Na continuação da conversa entre Kissinger, Nixon e Haldeman, o assessor de Segurança Nacional constatava:

Kissinger: E, agora, o Congresso se recusa a ratificar o Acordo Internacional do Café, devido ao limite de duzentas milhas deles. E é isso que está levando os brasileiros a ficarem extremamente irritados.

Nixon: Bem, leve essa mensagem ao embaixador brasileiro: 'Esqueça - Não, não examine o que o nosso Congresso faz, mas examine o que nós fazemos. Isto, nós somos simplesmente o melhor amigo que o Brasil já teve neste posto'.

Kissinger: Certo.

Nixon: 'E ele é totalmente pró-Brasil. Nós demonstraremos isso quando nós tivermos nosso, nosso-' Por que você não faz isso? Vamos-

---

ditatoriais, como o Brasil, era um risco desnecessário, já que esse tipo de governo seria menos confiável que uma democracia nos moldes norte-americanos.

<sup>279</sup> “[...] a fresh look at our policies and relations in South America”. *Interview with William M. Rountree*, 22 de dezembro de 1989 e 10 de março de 1990. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução é nossa).

<sup>280</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 96.

Kissinger: Está certo.

Nixon: - Diga a ele para falar isso.

Kissinger: É o que - quando eles vierem, Sr. Presidente, nós precisamos organizar algum-

[...]

Kissinger: Nós deveríamos preparar um acordo de consulta especial com eles.

Nixon: Sim.

Kissinger: É claro, um dos lugares que precisam de uma faxina é aquele grupo que cuida da América Latina.

[...]

Nixon: Você quer dizer o Meyer?

Kissinger: Meyer, e todas as pessoas abaixo dele. Meyer é apenas um incompetente. Mas, esse grupo encarregado da América Latina é da esquerda New Deal.

Nixon: Está certo.<sup>281</sup>

---

<sup>281</sup> “Kissinger: And, now, Congress refuses to ratify the International Coffee Agreement, because of their two hundred-mile limit. And that's what's driving the Brazilians up the wall.

Nixon: Well, get the message to the Brazilian ambassador: “Forget—Don't, don't look at what our Congress does, but look at what we do. That, we are just the best friend Brazil has had in this office.”

Kissinger: Right.

Nixon: “And he's pro-Brazil all the way. We'll show it when we have our, our—” Why don't you do that? Let's—

Kissinger: That's right.

Nixon: —tell him to pass the word.

Kissinger: And what—when they come up, Mr. President, we ought to set up some special—

[...]

Kissinger: We should set up some special consultation arrangement with them.

Nixon: Yeah.

Kissinger: Of course, one of the places that has to be cleaned out is that Latin American outfit.

[...]

Ou como o próprio Nixon afirmou sobre a divisão responsável pela América Latina do Departamento de Estado: “Eles são uma área desastrosa”. Kissinger concordava afirmando que eles tinham “uma preferência ideológica por Democratas-Cristãos de esquerda”<sup>282</sup>.

A “área desastrosa” era o ARA, Bureau de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado. Seu encarregado era Charles A. Meyer, secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos e coordenador da Aliança para o Progresso. Um de seus subordinados, John Crimmins, afirmou em entrevista que nesse período: “Nós na ARA – eu, com a aprovação de Charlie [*Meyer*] – estávamos nos movendo em direção a parar nosso programa de ajuda via AID no Brasil. Finalmente, no início de 1973, nós paramos”<sup>283</sup>.

Como já foi visto, o ARA discordava “da posição do embaixador Rountree” em sua relutância em encarar a questão da repressão política no Brasil como fator importante nas relações bilaterais. Na verdade, o ARA divergia de Nixon e Kissinger e, por isso, preferiam um afastamento em relação ao Brasil ao invés de uma aproximação.

O fim do programa de ajuda ao Brasil não foi resultado de uma “queda de braço” política entre esse setor do Departamento de Estado e Nixon/Kissinger, e sim uma opção pragmática avalizada tanto pelo ARA como pelo assessor do presidente. Este, desde maio de 1970, questionava a necessidade de mais ajuda ao Brasil; cujas reservas – como também já foi mostrado – se encontravam numa posição confortável. Do outro lado, Crimmins concordava com essa avaliação, achando um “absurdo

---

Nixon: You mean Meyer?

Kissinger: Meyer, and all the people below him. Meyer is just a weakling. But, this Latin American outfit is Left-wing New Deal.

Nixon: That's right”.

Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>282</sup> “[...] They are a disaster area” e “[...]ideological preference for the left-wing Christian Democrats”. *Conversation Among President Nixon, the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), the President's Assistant (Haldeman), and Secretary of the Treasury Connally*. Washington, 11 de junho de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, American Republics Regional. (A tradução é nossa).

<sup>283</sup> “We in ARA--I, with Charlie's approval--were moving toward stopping our AID program in Brazil. Eventually, in early 1973, we did stop it”. *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução e o grifo são nossos).

tremendo” continuar prestando assistência a um país cujo ministro da Fazenda proclamava os níveis de reserva em moeda estrangeira que o país havia atingido<sup>284</sup>.

Nixon considerava o Brasil como “nosso maior investimento nas Américas”<sup>285</sup> em termos de alocação de recursos, tempo e esforço a fim de se obter algo em troca. Seu desejo era que as questões pontuais não atrapalhassem esse investimento de nenhuma maneira.

Nesse sentido, o presidente norte-americano se preocupava, mais uma vez, em reafirmar que o governo brasileiro deveria entender que havia uma distinção clara entre os ramos do Executivo e do Legislativo norte-americanos. Em outras palavras, o Brasil era um aliado estratégico muito importante da superpotência na região para que atritos sobre comércio e direitos humanos atrapalhassem de forma significativa as relações bilaterais.

Mais do que isso, um acordo especial para consulta em alto nível deveria ser feito. O Brasil seria um dos “escolhidos” para ter reconhecimento especial. O presidente e o assessor de Segurança Nacional concordavam nessa matéria, mas encontravam resistência do Departamento de Estado, já que o mesmo:

[...] rejeitou a ideia de seletividade, julgando-a um modelo inapropriado de governança regional ‘por procuração’. Dependendo de um ou dois países na região, o Departamento argumentava, era desaconselhável porque esses países eram instáveis e porque, sendo não democráticos, simplesmente não eram dignos de confiança. Ao adotar essa postura, os funcionários do Departamento de Estado acreditavam – contra Nixon e Kissinger – que líderes autoritários tendem a não ser bons parceiros.<sup>286</sup>

E ainda:

[...] nossas relações com o Brasil devem ser ponderadas pelas atitudes de membros-chave do Congresso e da mídia em geral para com os aspectos repressivos do governo brasileiro<sup>287</sup>.

Além das diferenças ideológicas com o Departamento de Estado – vistas de modo cristalino no diálogo entre Nixon e Kissinger –, havia, também, as dificuldades

---

<sup>284</sup> “pretty absurd”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>285</sup> “[...] our biggest investment in the Americas”. *Conversation Among President Nixon, the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger), and President's Assistant (Haldeman)*. Washington, 11 de junho de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

<sup>286</sup> Nachmanoff a HAK, 17 jun 1971, NPMS, NSC Institucional, NSSM, cx. H-178, NARA e Nachmanoff a HAK, 11 ago 1971, NPMS, NSC Institucional, cx. H-059, NARA apud SPEKTOR, M. op. cit., p. 37.

<sup>287</sup> NSC-IGVARA, 3 set 1971, NPMS, NSC Institucional, NSSM, cx. H-177, NARA apud SPEKTOR, M. op. cit., p. 37.

burocráticas nas intermediações realizadas pelo mesmo. Dois anos antes, Rockefeller já chamava atenção quanto a isso em seu relatório afirmando que:

Na verdade, o Departamento de Estado controla menos da metade das [formulações] políticas relacionadas diretamente ao Hemisfério Ocidental. Responsabilidades pela política e operações estão espalhadas entre muitos departamentos e agências – por exemplo, Tesouro, Comércio, Agricultura e Defesa. [...]

Atrasos em Washington de meses e até anos em decisões de grande importância para esses países [os visitados pelo governador] foram reportados a missão em quase todas as nações que visitamos.<sup>288</sup>

Dessa forma, a capacidade do Departamento de Estado em influenciar as políticas de Nixon decrescia cada vez mais. Grosso modo, ele era encarado como uma burocracia ineficiente que deveria ser contornada. Por outro lado, o prestígio e poder do assessor de Segurança Nacional com o presidente aumentavam de forma significativa.

A oposição fazia o que podia. No Congresso, procurava vincular entendimentos dos dois países em relação ao café à questão do mar territorial. Além disso, as audiências no Senado tinham evidenciado a situação de grave repressão política que vivia o Brasil naquele momento. Em agosto, o deputado Ronald Dellums afirmava à imprensa que pretendia propor uma Emenda que condicionasse a ajuda ao Brasil a uma investigação sobre direitos humanos por parte do órgão responsável da OEA<sup>289</sup>. No tocante ao comércio, havia a discussão sobre o estabelecimento de novas cotas, ou a diminuição das já existentes, aos produtos brasileiros no mercado americano<sup>290</sup>.

A preocupação era, sobretudo, com a perspectiva de déficit na balança comercial americana<sup>291</sup>. Era mais um sintoma dos problemas econômicos que o país teria de enfrentar. Pouco tempo depois, Nixon anunciou o fim do vínculo entre a moeda dos Estados Unidos e o padrão-ouro. O compromisso do governo norte-americano em

---

<sup>288</sup> “In actual fact, the State Department controls less than half the policy decisions directly relating to the Western Hemisphere. Responsibility for policy and operations are scattered among many departments and agencies – for example, Treasury, Commerce, Agriculture, and Defense”.

“[...] Delays in Washington of months and even years on decisions of major importance to their countries were reported to the mission in almost every nation we visited”.  
ROCKEFELLER, N. op. cit., p. 43-44. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>289</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 336-338.

<sup>290</sup> *Veja*, 4 de agosto de 1971, p. 20.

<sup>291</sup> *Ibid.*.

trocar por ouro os dólares apresentados por outros países havia acabado<sup>292</sup>. Na prática, deixando o valor de sua moeda “flutuar” conforme o mercado, o que ocorreu foi uma desvalorização do dólar tornando os produtos estrangeiros mais caros e os nacionais mais baratos.

Na esteira da crise econômica, o Senado e a Câmara dificultam a aprovação do plano de ajuda externa americano, como apresentado por Nixon. Apesar de que, no final, o valor acertado entre as partes ter sido mantido, o Congresso mostrou que não estava mais disposto a apenas ratificar as decisões de Nixon e Kissinger em relação à política externa e exigiu deliberar como julgava necessário<sup>293</sup>. Foi nesse cenário que Médici foi a Washington para se entrevistar com o presidente norte-americano.

#### **2.5.4 Encontro de chefes de Estado em Washington**

Alto Crescimento econômico e denúncias de violações sistemáticas dos direitos humanos não eram as únicas manchetes nos jornais norte-americanos quando o assunto era o Brasil. O modelo de desenvolvimento brasileiro que permitia a coexistência de ambos era também posto em xeque.

Quando Médici chegou aos Estados Unidos para o encontro com Nixon, o Washington Post ressaltava que “os 80% dos brasileiros de menores rendas tiveram sua participação no Produto Nacional Bruto reduzida de 35%, em 1960, para 27,5%, em 1970, enquanto os 5% que formavam a camada mais rica aumentaram-na, no mesmo período, de 44% para 50%”. O jornal ainda deixava uma pergunta no ar, em tom provocativo, sobre se a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico no país não era “o caso em que os pobres ajudam os ricos?”<sup>294</sup>.

Em maio, as audiências sobre o Brasil no Senado já havia publicado informações nesse sentido. De acordo com dados da AID, o ganho médio real dos trabalhadores do setor manufatureiro decresceu de 1964 a 1967, e se estabilizou em um

---

<sup>292</sup> *Veja*, 25 de agosto de 1971, p. 24-30. O aumento do déficit orçamentário, do custo de vida e do desemprego levou Nixon a tomar uma série de medidas: congelamento de preços por 90 dias, estabelecimento de uma sobretaxa de 10% nos produtos importados, e corte de US\$ 4,7 bilhões no orçamento federal via redução no quadro do funcionalismo público e congelamento de salários.

<sup>293</sup> *Veja*, 10 de novembro de 1971, p. 37-38.

<sup>294</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1971, 1º caderno, p. 3 IN BANDEIRA, L. A. M., op. cit., p. 178.

ponto intermediário – mas bem abaixo do montante relativo a 1963 – no biênio 1968-1969<sup>295</sup>.

A comitiva brasileira sabia que teria de lidar com críticas da imprensa norte-americana. Decidiu, na medida do possível, tentar minimizá-las. Na véspera da chegada do general em Washington, o governo brasileiro anunciou que Médici não discursaria no Clube Nacional de Imprensa (National Press Club), nem concederia entrevistas coletivas. Diante dessas alterações, *O Estado de S. Paulo* comentou: “Sua atitude está sendo interpretada como meio de evitar a focalização de temas como o da repressão política no Brasil”<sup>296</sup>. Para o governo brasileiro este era um tema difícil, para o norte-americano, desconfortável.

O objetivo da visita não era discutir as questões conflitantes da agenda bilateral Brasil-Estados Unidos. Limites do mar territorial, comércio, e a não-proliferação nuclear estavam fora da pauta. Áreas onde o desentendimento entre os países era moderado – como a política de ajuda para o desenvolvimento norte-americana e as reformas da OEA e do Conselho de Segurança da ONU – foram citadas, mas não discutidas<sup>297</sup>.

O encontro em Washington deveria “refletir o reconhecimento simbólico do status ascendente do Brasil”<sup>298</sup>. O país de maior território e população da América do Sul contava com uma economia em ascensão, além de ter significativa importância político-estratégica no quadro global da Guerra Fria.

O governo norte-americano inseriu o Brasil no pequeno grupo de países que seriam consultados a respeito da viagem de Nixon à China e à União Soviética, marcada para o início de 1972. Este status foi conferido apenas ao Canadá, Japão e países da Europa Ocidental. De acordo com o presidente americano, antes da visita aos países do bloco comunista era de “importância vital” se reunir com “nossos amigos mais próximos”<sup>299</sup>.

---

<sup>295</sup> U.S. SENATE, op. cit., p. 249, tabela *Brazil – Index of Average Real Earnings in Manufacturing: 1960-69*.

<sup>296</sup> *O Estado de S. Paulo*, 3 de dezembro de 1971, p. 1 e GREEN, J. N. op. cit., p. 372.

<sup>297</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 47 e 49.

<sup>298</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>299</sup> “vitally important” e “our closest friends”. *Remarks of Welcome to President Emilio Garrastazu Médici of Brazil*, Washington, 7 de dezembro de 1971, Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. De acordo com Souto, o esforço em viabilizar o encontro antes da viagem de Nixon ao bloco comunista veio de ambas as partes. Convinha ao Brasil, em sua busca por maior poder de influência no cenário internacional, e aos EUA, de acordo com a Doutrina Nixon – na verdade, para sermos mais específicos, conforme a política de *delegação*, tal esforço visava conferir maior importância ao encontro. SOUTO, C. V. op. cit., p. 83. (A tradução é nossa).

Em suma, o reconhecimento internacional do Brasil influía no prestígio interno de que gozava o regime. Sobretudo em uma época em que, apesar da economia ir bem e de o presidente ter alta popularidade, os exilados estavam se organizando para denunciar as violações sistemáticas de direitos humanos no país.

O encontro era, sobretudo, político. O anticomunismo era o mais importante valor comum capaz de arregimentar os governos do Brasil e Estados Unidos. Nixon e Kissinger se preocupavam com a instabilidade política e a ascensão de líderes de esquerda na América do Sul. O governo norte-americano não almejava impor um marco global para o combate ao comunismo, mas sabia que a troca de informações com países aliados era fundamental – sobretudo no quadro hemisférico atual.

Visando alijar o Departamento de Estado desse processo – já que “boa parte da agenda era clandestina ou ilegal, o melhor seria manter a troca de informações na informalidade”<sup>300</sup> – devido às já conhecidas diferenças ideológicas e complicações burocráticas, as entrevistas de Nixon com Médici seriam acompanhadas apenas pelo intérprete, general Vernon Walters, e por Henry Kissinger.

Do lado brasileiro, o chanceler Mario Gibson Barboza e o embaixador João Augusto de Araújo Castro acompanhariam Médici apenas a um encontro com Kissinger, Nachmanoff e Walters, mas sem a presença do presidente Nixon.

Antes da viagem, já havia sinais de que o general encarava uma reaproximação com os Estados Unidos de maneira distinta dos seus principais assessores sobre política internacional. Médici enxergava algum tipo de aproximação com o governo norte-americano – na forma de *delegação* – de maneira mais benevolente do que o Itamaraty.

De acordo com Matias Spektor, o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, e o embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, “atuaram contra a política de reaproximação nos termos esperados pela Casa Branca. Eles também atuaram contra os anseios do general Médici”<sup>301</sup>. Castro não queria que a visita fosse elevada ao status de visita de Estado. Kissinger, preocupado com os efeitos imediatos dessa posição, escreveu a Nixon: “Não é de todo claro que o embaixador esteja falando pelo presidente Médici, e na realidade ele pode estar jogando um papel pernicioso por causa de suas próprias reservas a respeito da visita”<sup>302</sup>. Em correspondência de Nachmanoff para Kissinger, o membro do National Security Council (NSC) afirmava

---

<sup>300</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 47.

<sup>301</sup> Ibid., p. 47-48.

<sup>302</sup> HAK a presidente, 3 nov 1971, NPMP, NSC Files, VIP Visits, cx. 911, NARA apud SPEKTOR, M. op. cit., p. 48

que Castro e Barboza gostariam de ver a visita cancelada e fez referência a uma “profunda divisão” entre o Planalto e o Itamaraty<sup>303</sup>.

Quando o governo norte-americano enviou o convite formal a Brasília, Barboza aconselhou Médici a não o aceitar. Na abordagem do ministro, os custos poderiam ser muito onerosos, e o retorno incerto<sup>304</sup>. Uma aproximação maior aos Estados Unidos poderia deixar o Brasil em uma posição frágil diante das pressões da superpotência. Ou seja, a cautela do Itamaraty em se aproximar dos Estados Unidos derivava da conhecida assimetria de poder entre os dois países.

Do lado norte-americano, uma questão com a qual a política de *delegação* teria de lidar era que:

[...] ela estava assentada no princípio básico de que os Estados Unidos funcionariam como um centro de coordenação da ordem global ao qual seriam ligados núcleos de apoio regional em todo o mundo. Por outro, entretanto, esses núcleos locais eram excessivamente fortes para serem meros delegados de Washington. Eles tinham a expectativa e a capacidade real de barganhar os termos de sua adesão. Isso significava, a médio prazo, que as potências regionais não estariam dispostas a representar os interesses americanos o tempo todo e em todos os assuntos.<sup>305</sup>

O problema em ter de “representar os interesses americanos o tempo todo e em todos os assuntos” fosse talvez o que despertasse maior cautela na chancelaria brasileira. O Brasil buscava reconhecimento sem alinhamento.

Já Kissinger, em correspondência a Nixon, via como finalidade da visita:

[...] dar reconhecimento às aspirações do Brasil por maior status de poder, mostrando que Vossa Excelência considera Médici um valioso aliado a quem deseja consultar... obter [*dele*] uma avaliação dos desenvolvimentos hemisféricos... e... estabelecer um sentido de relacionamento especial...e uma base para comunicação e cooperação contínuas.<sup>306</sup>

A busca não era por uma “relação especial”, e sim por produzir “um sentido de relacionamento especial”. Como bem notou Spektor, não se tratava de reconhecer o Brasil como potência emergente, e sim de:

[...] reconhecer-lhe as aspirações de poder em um futuro distante e indeterminado. Cientes de que valia a pena fortalecer um regime amigo

---

<sup>303</sup> Nachmanoff a HAK, 10 nov 1971, NPMP, NSC Files, VIP Visits, cx. 911, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 48.

<sup>304</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 48.

<sup>305</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 25-26.

<sup>306</sup> HAK a Nixon, circa dez 1971, CFLA, cx. 128, HAK Office Files, NPM, NSA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 50. (O grifo é nosso).

mesmo que este se recusasse a coordenar a luta anticomunista, os americanos esperavam que gestos mínimos de apoio fossem suficientes para manter o Brasil satisfeito.<sup>307</sup>

Médici sabia dos efeitos internos que um encontro com Nixon traria ao seu governo e ao regime instalado no poder desde 1964. Procurando potencializar ao máximo o prestígio que a visita poderia agregar a sua posição fez algumas exigências que julgava cabíveis:

Queria ser recebido pelo próprio Nixon na base aérea de Andrews, não no gramado da Casa Branca. Caso isso não fosse possível, então queria chegar à Casa Branca de helicóptero, não de carro. O general também queria discursar perante uma sessão conjunta do Congresso americano, tal qual fizera o presidente João Goulart, e pretendia oferecer um jantar a Nixon na embaixada brasileira.<sup>308</sup>

O governo norte-americano não deu maior atenção às exigências. Médici chegaria de carro, e seria recebido por Nixon na Casa Branca. A sessão conjunta perante o Congresso não foi realizada por uma precaução do Departamento de Estado. Em um telegrama, Robert Dean perguntou a Rountree:

Temos certeza de que Médici e o ministro brasileiro do Exterior realmente querem correr o risco (que acreditamos seja elevado) de uma recusa ou de um boicote da sessão, ou outras atitudes de congressistas norte-americanos que sabemos serem críticos do Brasil ou das limitações existentes sobre o Congresso brasileiro e de nossas relações com esse país?<sup>309</sup>

Temia-se que, se o discurso não tivesse boa aceitação, ele poderia criar mais uma fricção desnecessária entre a já rivalizada relação entre o Executivo e o Legislativo norte-americanos. Essa dificuldade seria resolvida, já bem perto da visita, pelo recesso parlamentar – que de fato ocorreu no final de novembro, e se tornou a justificativa oficial para que o discurso de Médici não ocorresse<sup>310</sup>.

Do lado visitante, os motivos de preocupação eram a cobertura da imprensa norte-americana à reunião e a exibição de um documentário em Nova York que mostrava vítimas brasileiras de torturas. O chanceler Barboza pedia um “cessar-fogo” durante os dias do encontro dos dois “principais problemas” do ponto de vista do

---

<sup>307</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 51.

<sup>308</sup> Ibid., p. 45.

<sup>309</sup> “Medici visit”, telegrama nº 198388, de Dean para embaixador Rountree, 29 de outubro de 1971, FRUS, Caixa 2130 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 370.

<sup>310</sup> “Medici visit”, telegrama nº 1681, Brasília a Washington, 17 de novembro de 1971, FRUS, Caixa 2130 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 371 e *Veja*, 8 de dezembro de 1971, p. 22.

governo brasileiro: o *New York Times* e o *Washington Post*<sup>311</sup>. Sobre o filme – o já citado documentário *Brazil: a report on torture*, de Landau e Wexler – e as preocupações por possíveis manifestações e hostilidades ao líder brasileiro, a assessoria de Médici entendeu que melhor seria cancelar a ida do general a Nova York<sup>312</sup>. A alegação oficial para o cancelamento seria a doença do secretário-geral da ONU, U. Thant. Nos planos iniciais, constava a intenção de um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>313</sup>.

Dessa maneira, Médici não foi ao jantar oferecido por Nelson Rockefeller e no encontro com industriais americanos no prédio do Council of Americas, ambos em Nova York<sup>314</sup>. Sua viagem ficou restrita a quatro dias em Washington. O governador de Nova York e o general acabaram se encontrando em um jantar oferecido na embaixada brasileira na capital norte-americana<sup>315</sup>. Quando perguntado sobre o valor da visita, Rockefeller afirmou: “a visita não tem outro significado além do fato de que os amigos gostam de se ver”<sup>316</sup>.

Assim, como já foi exposto, o caráter da visita deveria ser eminentemente político. Numa das reuniões com seus ministros, no início de dezembro, o presidente brasileiro assegurou que não levaria nenhuma solicitação do campo econômico à mesa de negociações em Washington. “Esses assuntos são resolvidos pelos ministros; e eles os têm resolvido com eficiência”<sup>317</sup>, afirmou o general.

Como Souto sintetiza, o encontro deveria representar a reunião de “dois chefes de Estado igualmente soberanos” a fim de discutir as grandes questões internacionais. Dessa maneira, o Brasil apareceria privilegiando “sua face primeiro-mundista” em detrimento das reivindicações costumeiras da ótica Norte-Sul<sup>318</sup>.

Os momentos mais importantes da visita seriam as duas entrevistas de Médici com Nixon pela manhã; a primeira no dia 7, e a segunda no dia 9. Além delas, no dia 7, estavam na agenda um almoço oferecido por William P. Rogers e um jantar na Casa Branca. No dia seguinte, o almoço seria oferecido pelo vice-presidente, Spiro Agnew,

<sup>311</sup> “Medici visit to the U.S.”, telegrama nº 259, Rio de Janeiro a Washington, 21 de novembro de 1971, FRUS, Caixa 2130 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 371.

<sup>312</sup> “Medici visit to the U.S.”, telegrama nº 259, Rio de Janeiro a Washington, 21 de novembro de 1971, FRUS, Caixa 2130 e “Medici visit”, telegrama nº 1681, Brasília a Washington, 17 de novembro de 1971, FRUS, Caixa 2130 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 371-372.

<sup>313</sup> *Veja*, 8 de dezembro de 1971, p. 22.

<sup>314</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>315</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>316</sup> *Veja*, 15 de dezembro de 1971, p. 21.

<sup>317</sup> *Veja*, 8 de dezembro de 1971, p. 22.

<sup>318</sup> SOUTO, C. V. op. cit., p. 83.

e, mais tarde, ocorreria uma sessão especial no Conselho Permanente da OEA, convocada por ocasião da visita do mandatário brasileiro<sup>319</sup>. Ainda no dia 8, Médici, em companhia de Barboza e Castro, se encontraria com Kissinger, mas sem a presença do presidente norte-americano.

Na recepção à delegação brasileira na Casa Branca, Nixon inseriu o Brasil em um grupo de países que mereciam ser ouvidos antes de sua viagem a Moscou e Pequim. Além disso, colocou-o como o mais importante – “the greatest” – país da América do Sul<sup>320</sup>.

Neste primeiro encontro entre os chefes de Estado deve-se ressaltar, mais uma vez, a ausência de representantes do Itamaraty e do Departamento de Estado. Estavam presentes somente Nixon, Médici, Walters e Kissinger.

O presidente norte-americano pediu a opinião de Médici sobre a continuidade dos programas de assistência e cooperação militar entre os Estados Unidos e países da América do Sul. O general os achava extremamente necessários, e acreditava que essa era “a única maneira para garantir a estabilidade que era essencial para o desenvolvimento econômico”<sup>321</sup>.

Nixon lembrou Médici dos recentes atritos que teve com o Congresso na questão de ajuda militar. O republicano afirmou que a oposição se esforçaria para reduzir esse tipo de programa. O general se declarou ciente da situação e sublinhou que o contato entre militares do Brasil e dos Estados Unidos era “indispensável” – “a única maneira para garantir estabilidade”. Ele era contrário a qualquer tipo de redução de assistência ou contato entre as Forças Armadas Norte-Americanas e as Forças Armadas Brasileiras<sup>322</sup>.

Os dois chefes de Estado também lidaram com a situação política interna de outros países sul-americanos. Bolívia, Chile e Uruguai – além do papel que Cuba poderia exercer fomentando o comunismo nesses países – foram tratados com apreço nas conversações.

Alguns meses antes, em agosto, o coronel boliviano Hugo Banzer liderou um golpe militar que derrubou um governo que havia nacionalizado empresas norte-

---

<sup>319</sup> Ibid., *Veja*, 8 de dezembro de 1971, p. 22 e *Veja*, 15 de dezembro de 1971, p. 19.

<sup>320</sup> *Veja*, 15 de dezembro de 1971, p. 19.

<sup>321</sup> “[...] the only way to ensure the stability that was essential to economic development”. *Memorandum for the President's File*, Washington, 7 de dezembro de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil, p. 4-5. (A tradução é nossa).

<sup>322</sup> Ibid., p. 4.

americanas com o apoio de operários e estudantes. Em pouco tempo, Nixon reconheceu o novo governo e enviou ajuda financeira à Bolívia<sup>323</sup>.

Médici achava que “[...] se o governo boliviano atual não fosse bem sucedido seria o último governo moderado na Bolívia, que então cairia nos braços dos comunistas tornando-se outra Cuba ou Chile”. O general argumentava que, por essa razão, o Brasil estava “prestando assistência” à Bolívia e ao Uruguai<sup>324</sup>. Nixon respondeu que estava ciente em relação ao Uruguai, mas que não sabia da ajuda brasileira em relação à Bolívia. O republicano disse estar “muito satisfeito em ouvir isso”<sup>325</sup>.

O chefe de Estado brasileiro prosseguiu dizendo acreditar que o comunismo “chegaria por si mesmo” a esses países devido à situação de miséria e pobreza dos mesmos; não por meio de assistência soviética ou chinesa. Além disso, Médici mostrou estar preocupado com a situação política chilena<sup>326</sup>.

Em relação ao país andino, o presidente norte-americano perguntou a opinião de Médici sobre a visita de Fidel Castro ao Chile. O general afirmou que tinha certeza que Castro estava esperando, no Chile, pelos resultados da eleição uruguaia; e que se a vitória tivesse sido da Frente Ampla, ele teria ido a Montevidéu para “agitar a bandeira da revolução”<sup>327</sup>.

Os norte-americanos também acompanhavam, com interesse e preocupação, os recentes acontecimentos na região do Prata. Em 27 de novembro, véspera da eleição uruguaia, o Departamento de Estado enviava o seguinte memorando a Kissinger falando dos interesses norte-americanos no país:

---

<sup>323</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 53-54.

<sup>324</sup>De acordo com Elio Gaspari, no período em que Banzer esteve no poder, a Bolívia era por onde passavam armas de militares chilenos contrabandeadas desde “bases montadas no meio empresarial americano-brasileiro” para os que conspiravam contra Allende. GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 348.

<sup>325</sup> “[...] if the present Bolivian government did not succeed it would be the last moderate government in Bolivia, which would then fall into the arms of the Communists and become another Cuba or Chile”. Em seguida, o termo usado foi “giving assistance”. Nixon disse que estava “very happy to hear about it”. *Memorandum for the President's File*, Washington, 7 de dezembro de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil, p. 3. (A tradução é nossa). O general da reserva Hugo Bethlem, embaixador do Brasil em La Paz, havia acusado o antecessor de Banzer, Juan José Torres, de planejar “o imediato estabelecimento de uma ditadura socialista na Bolívia, com ajuda direta do comunismo soviético”, Telegrama da ANSA, 15 de janeiro de 1971 IN GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 347.

<sup>326</sup> “would come all by itself”. *Memorandum for the President's File*, Washington, 7 de dezembro de 1971. FRUS, 1969-1976, Volume E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, Brazil, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>327</sup> “to wave the banner of the revolution”. *Ibid.*, p. 7. A Frente Ampla era uma coalizão formada por partidos e grupos minoritários de esquerda e centro-esquerda uruguaios fundada em fevereiro de 1971. (A tradução é nossa).

Preocupados com a possibilidade de uma vitória da Frente [*Ampla*], ambos, Argentina e Brasil, têm ponderado as vantagens e desvantagens de alguma forma de intervenção nos assuntos uruguaios. O Uruguai tem servido tradicionalmente como “tampão” entre Argentina e Brasil, um “tampão” onde as ações de cada potência induz sérias suspeitas na outra. Nenhum desses países pode ignorar uma falência na vida político/econômica do Uruguai nem uma ação unilateral do outro. Assim, o maior perigo para os interesses norte-americanos na área pode bem não ser o resultado da eleição uruguaia, mas sim o perigo latente que a deterioração socioeconômica contínua pode ter no curso das relações dessas duas grandes potências latino-americanas.<sup>328</sup>

Durante o tenso processo eleitoral, a coalizão de esquerda, Frente Ampla, chegou a denunciar um suposto envolvimento da CIA e do governo brasileiro com grupos terroristas de direita contra a aliança e seu candidato. As eleições eram para os cargos de presidente, membros do Congresso e prefeituras. De acordo com as pesquisas, no município mais importante do país, a capital Montevideú, a Frente tinha chances reais na corrida pela prefeitura<sup>329</sup>. Tal situação adicionava ainda mais pressão ao quadro político-partidário já polarizado pela competição presidencial.

Além disso, a aliança de esquerda tinha como principal componente o Partido Comunista do Uruguai. Nos meses que antecederam o pleito, o país se encontrava envolto a uma escalada de violência alimentada por grupos paramilitares de esquerda e direita.

Nessa situação, os governos do Brasil e da Argentina viam os desdobramentos em Montevideú como “uma questão de segurança nacional que facilmente poderia levá-los a ter que intervir no país vizinho”<sup>330</sup>.

Do lado brasileiro, a intervenção, se necessária, estava pronta. O general Breno Borges Fortes, comandante do III Exército, tinha seu plano de invasão arquitetado, caso o candidato da Frente Ampla, Liber Seregni, fosse eleito. No entanto, o vitorioso foi

---

<sup>328</sup> “Concerned over the possibility of a Frente victory, both Argentina and Brazil have been weighing the advantages and disadvantages of some form of intervention in Uruguayan affairs. Uruguay has served as a traditional buffer between Argentina and Brazil, a buffer in which the actions of either power induces grave suspicions in the other. Neither country could ignore a breakdown in Uruguayan political/economic life nor the unilateral action of the other. Thus the major danger for US interests in the area may well be not the outcome of the Uruguayan election, but rather the latent danger that continued social/economic deterioration may have for the course of relations between these two major Latin American powers”. *Memorandum for Mr. Henry A. Kissinger*, Washington, 27 de novembro de 1971. NSA, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71, Document 8, p. 3. Os principais candidatos do pleito eram: Juan Maria Bordaberry – que acabou vencedor – e Jorge Battle, do Partido Colorado; o senador Wilson Ferreira pelo Partido Blanco; e o general da reserva Liber Seregni, pela Frente Ampla. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>329</sup> *Memorandum for Mr. Henry A. Kissinger*, Washington, 27 de novembro de 1971. NSA, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71, Document 8, p. 2 e 4.

<sup>330</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 52.

Juan Maria Bordaberry e seu projeto nunca fora colocado em prática<sup>331</sup>. Nas entrevistas de Médici com Nixon, a estratégia brasileira em lidar com o “problema” uruguaio apontava em outra direção. Alguns dias depois da visita do general a Washington, o presidente norte-americano relatou ao primeiro-ministro britânico, Edward Heath, o seguinte:

A nossa posição [na América Latina] é apoiada pelo Brasil, que é a chave do futuro. Os brasileiros ajudaram a forjar os resultados da eleição uruguaia. Chile é outro caso – a esquerda está em apuros. Há forças em andamento que nós não estamos desencorajando.<sup>332</sup>

De acordo com Spektor, Médici vetou a iniciativa de ocupação militar com contundência. O Itamaraty adotou “uma postura de distanciamento em relação a políticas ativas do regime na região” já que ficava em uma situação muito delicada entre o presidente e pressões de outras correntes militares. O objetivo seria não permitir que os norte-americanos desenvolvessem expectativas exageradas na atuação do Brasil como “xerife do subcontinente”<sup>333</sup>.

No entanto, tais expectativas acabaram transparecendo, inevitavelmente, no discurso de Nixon em uma solenidade na noite após a primeira entrevista com o general brasileiro.

No jantar de gala oferecido a Médici, foi pronunciada a frase mais marcante da visita; e por algum tempo, a que ganhou mais destaque na história das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. Discursando sobre “o grande gigante do sul” cujas perspectivas para o futuro seriam ilimitadas, Nixon afirmava:

Trabalhando com o sr. como líder daquele país – porque nós sabemos que para onde for o Brasil, irá da mesma forma o resto do continente latino-americano – os Estados Unidos e o Brasil, amigos e aliados no passado, de maneira que este jantar desta noite reafirma, amigos pessoais próximos, importantes e oficiais hoje, nós vamos trabalhar juntos para um grande futuro para seu povo, para nosso povo, e para todos os povos da família americana.<sup>334</sup>

---

<sup>331</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 194.

<sup>332</sup> *Memorandum for the President's File* – elaborado por Kissinger ao presidente em um encontro de Nixon com o primeiro-ministro britânico Edward Heath, Bermuda, 20 de dezembro de 1971. NSA, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71, Document 15, p. 2. Também em SPEKTOR, M. op. cit., p. 53 *HAK a arquivo do presidente, ultrassecreto, 20 dez 1971, cx.VIP 910-54*. Nixon NSC Materials, NSA.

<sup>333</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 53.

<sup>334</sup> “Working with you as the leader of that country – because we know that as Brazil goes, so will go the rest of that Latin American Continent – the United States and Brazil, friends and allies in the past, and as this dinner tonight reaffirms, strong and close personal and official friends today, we shall work together

Em suas memórias, Gibson Barboza classifica o trecho do discurso de Nixon que diz “para onde for o Brasil, irá da mesma forma o resto do continente latino-americano” como “um verdadeiro beijo da morte”. Segundo o chanceler, assim que o presidente norte-americano fez a afirmação, ele sabia que teria trabalho para “desfazer, daí em diante, os receios e ciúmes dos nossos vizinhos”<sup>335</sup>. O ministro se referia, notadamente, à Argentina. Por muito tempo, os diplomatas brasileiros tinham ciência que uma postura mais ativa, aliada a um relacionamento especial com os Estados Unidos, poderia acarretar numa coalizão regional contra o Brasil liderada pelos argentinos.

O presidente da Argentina, general Alejandro A. Lanusse, havia feito uma série de declarações recentes, quando em visita aos nossos vizinhos, contrárias à construção da usina hidrelétrica de Itaipu. A manobra visava alertar os outros países sul-americanos sobre o projeto que o país tinha de se tornar uma potência e de um suposto “imperialismo brasileiro”<sup>336</sup>. Após a declaração de Nixon, a embaixada argentina em Washington se movimentou para informar a Casa Branca que o presidente Lanusse aguardava por uma carta do mandatário americano afirmando “que os Estados Unidos não iriam seguir uma política de delegação no hemisfério”. O Departamento de Estado, cético com relação à aproximação com o Brasil, aproveitou para levar as queixas argentinas a Kissinger<sup>337</sup>.

Como bem sintetizou o historiador Amado Luiz Cervo, a afirmação de Nixon “[...] custou um protesto generalizado do continente, cujos melindres com hegemonia, subimperialismo e satelização foram despertados”<sup>338</sup>. O presidente da Venezuela, Rafael Caldera, se manifestou dizendo que: “Seria um erro muito grave dos Estados Unidos estruturar sua política hemisférica sobre a concepção de uma determinada hegemonia de um determinado país dentro da grande família latino-americana”<sup>339</sup>.

No Peru, o jornal *Expresso* fez um editorial tratando da “hegemonia” brasileira. Em Montevideú, um sindicalista afirmou que ninguém precisava da liderança brasileira.

---

for a greater future for your people, for our people, and for all the people of the American family”. *Toasts of the President and President Medici of Brazil*, Washington, 7 de dezembro de 1971. Public Papers of the Presidents, APP, UCSB. (A tradução é nossa).

<sup>335</sup> BARBOZA, M. G. op. cit., p. 113 e 204.

<sup>336</sup> Ibid., p. 112-113 e VIZENTINI, P. F. op. cit., pp. 154-155.

<sup>337</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 61.

<sup>338</sup> CERVO, A.L.; BUENO, C. op. cit., p. 409.

<sup>339</sup> *Veja*, 15 de dezembro de 1971, p. 14.

No Chile, um jornal asseverou que “ontem [*o Brasil*] serviu a Portugal, hoje aos Estados Unidos”<sup>340</sup>.

Nixon tentou reparar sua afirmação:

Não estou analisando a questão da liderança política. Os senhores hoje têm uma população de 100 milhões de habitantes e no ano 2000 terão 160 milhões. É um país imenso. Um continente. E é por isso que eu digo que, se o Brasil for bem, o resto irá bem. Se falhar, os outros falharão.<sup>341</sup>

O presidente norte-americano tentava minimizar sua declaração. Como observou Bandeira, a afirmação de Nixon atestava uma percepção de que o Brasil, devido à sua “grande massa demográfica e vasta extensão territorial, [...] crescimento de seu peso econômico, sobrepujando largamente a Argentina, conferia-lhe enorme força de gravidade”. Dessa maneira, o país, devido à sua condição geoestratégica “[...] poderia arrastar pelo menos os seus vizinhos para o lado que inflectisse”<sup>342</sup>. Algum tempo depois, Kissinger declarou que ele nunca tinha visto os países latino-americanos tão unidos – contra a aproximação do Brasil com os Estados Unidos<sup>343</sup>.

No dia seguinte, durante o discurso de Médici na OEA, aconteceu um pequeno imprevisto. Um estudante brasileiro radicado nos EUA interrompeu o pronunciamento gritando “Viva o Brasil livre!” e “Abaixo a tortura no Brasil”, em português e em inglês. O rapaz foi rapidamente retirado, detido e liberado em seguida<sup>344</sup>.

Mais tarde, houve o encontro de Médici com Kissinger. Dessa vez, Barboza e Castro estavam presentes, mas não o presidente norte-americano. A reunião ainda contou com Arnold Nachmanoff, membro do staff do National Security Council (NSC), e com o general Vernon Walters. A certa altura do encontro, conversando sobre política internacional, o embaixador Castro pediu os comentários de Kissinger a respeito da inserção do Brasil e da América Latina na estratégia global norte-americana. O assessor de Nixon, em tom irônico e levemente evasivo, respondeu que Castro “era um homem interessado em filosofia e que frequentemente o advertia pela ausência de uma abordagem conceitual para sua política externa”<sup>345</sup>. Neste ponto, o presidente Médici

---

<sup>340</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 60-61.

<sup>341</sup> *Veja*, 15 de dezembro de 1971, p. 20.

<sup>342</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 180.

<sup>343</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 60.

<sup>344</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 375.

<sup>345</sup> “[...] the Ambassador was a man who was interested in philosophy and that the Ambassador had frequently chided him for the absence of a conceptual approach to foreign policy”. *Memorandum of Meeting*, Washington, 8 de dezembro de 1971, p. 2. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

interveio – provavelmente não entendendo a natureza jocosa da resposta – dizendo que “qualquer desentendimento entre os Estados Unidos e o Brasil deveria ser considerado uma ‘briga de amantes’”. Kissinger concordou, e afirmou que quaisquer diferenças estavam “em família”<sup>346</sup>, já que a relação bilateral era de importância fundamental. Respondendo, finalmente, ao questionamento de Araújo Castro, o assessor de Segurança Nacional afirmou:

[...] nós não estamos sendo capazes de fazer o quanto nós gostaríamos de fazer em relação à América Latina, devido a várias limitações, relacionadas ao Congresso e burocráticas. [...] Em áreas de preocupação mútua como nas situações no Uruguai e na Bolívia, cooperação próxima e abordagens em paralelo podem ser muito úteis para nossos objetivos comuns. [...] era importante para os Estados Unidos e o Brasil agirem de forma coordenada, de forma que o Brasil assumia alguns compromissos e nós assumimos outros para o bem comum.<sup>347</sup>

Após o encontro, Nixon e Kissinger têm o seguinte diálogo ao telefone:

Nixon: Você gosta do [Médici]?

Kissinger: Acho que ele causa boa impressão.

Nixon: Ele está contente com a visita?

Kissinger: Nelson [Rockefeller] me disse, e ele confirmou, que estava realmente muito impressionado com a reunião com o senhor. Até onde eu entendo, ele está realmente animado para estabelecer nosso arranjo especial.

Nixon: Vai ser feito. Essa é a tecla em que vou bater amanhã.<sup>348</sup>

Como já foi visto, o “arranjo especial” já estava sendo gestado há algum tempo. Em memorando elaborado por Kissinger a Nixon, que tratava do conteúdo a ser abordado nas conversas com Médici, o assessor de Segurança Nacional aconselha o presidente que “seria útil estabelecer um canal de comunicação presidente-presidente direto e especial para uso rápido em períodos em que isso fosse necessário”<sup>349</sup>. Além disso, se o general brasileiro concordasse com esta medida, ele deveria apontar alguém

<sup>346</sup> “[...] any disagreement between the US and Brazil should be considered a ‘lovers quarrel’” e “in the family”. Ibid., p. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>347</sup> “[...] we have not been able to do as much with regard to Latin America as we would like to, because of various constraints, Congressional and bureaucratic. [...] In areas of mutual concern such as the situations in Uruguay and Bolivia, close cooperation and parallel approaches can be very helpful for our common objectives. [...] it was important for the US and Brazil to coordinate, so that Brazil does some things and we do others for the common good”. Ibid., p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>348</sup> Nixon a HAK, conversa, 8 dez 1971, 18h25, NPM Staff, NSC Files, HAK, Telcons, CF 12, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 55.

<sup>349</sup> “[...] it would be useful to establish a special and direct president-to-president channel of communication for rapid use in times of need”. *Memorandum from Henry A. Kissinger to President Nixon*, Washington, sem data. NSA, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 71, Document 9, p. 4. (A tradução é nossa).

de seu staff pessoal a fim de agir como elo e levar isso ao conhecimento do próprio Kissinger<sup>350</sup>.

Dessa maneira, no segundo encontro entre os chefes de Estado, Nixon perguntou a Médici se ele concordaria em estabelecer um canal secreto de informações. O republicano prosseguiu dizendo que estava pronto para nomear Kissinger como o responsável pelo arranjo do lado norte-americano.

Em um primeiro momento, Médici se sentiu inclinado a indicar o chanceler Barboza para ser o responsável pelo lado brasileiro. Ressaltou ainda que eles tinham um canal de comunicação especial ao qual ninguém tinha acesso – vale lembrar que o ministro não estava presente na reunião. Em seguida, porém, o general ressaltou que ele também tinha “o seu Kissinger”, para tratar de assuntos delicados e extremamente confidenciais na pessoa do coronel Manso Netto<sup>351</sup>. Nixon deu a entender que havia compreendido o general. O brasileiro então mencionou o “excelente trabalho” que estava sendo feito pelo coronel Arthur Moura, adido militar na embaixada norte-americana em Brasília, e que seria um infortúnio se ele tivesse que deixar o seu posto no Brasil. O republicano respondeu afirmando que estava ciente do trabalho de Moura por meio de Rountree e que estava trabalhando para promovê-lo e conservá-lo no Brasil. Médici disse estar muito satisfeito em ouvir isso, e que a manutenção de Moura seria uma ajuda importante nas relações bilaterais<sup>352</sup>.

A pauta, em seguida, passou para a discussão do combate ao comunismo em âmbito hemisférico. A mudança de atitude do governo norte-americano frente a China e a União Soviética gerou rumores sobre se ocorreria o mesmo em relação a Cuba. Nixon fez questão de destacar que isso não aconteceria. De acordo com ele:

Nós tivemos problemas políticos com os chineses e com os soviéticos e precisávamos dialogar com eles. Nós fizemos isso sem ilusões, sabendo que eles eram e permaneceriam comunistas linha-dura e que continuariam levando a cabo o programa comunista por todo o mundo.<sup>353</sup>

Ou seja, o republicano reiterou o que já vinha sendo feito há algum tempo em relação a Cuba. Não haveria mudança na atitude da superpotência enquanto Castro

---

<sup>350</sup> Ibid..

<sup>351</sup> “his Kissinger counterpart”. *Memorandum for the President's File*, Washington, 9 de dezembro de 1971, p. 3. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. O coronel Manso Netto era o chefe da assessoria especial do presidente. Anteriormente, ele havia sido chefe do SNI em São Paulo. (A tradução é nossa).

<sup>352</sup> “superb work”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>353</sup> “We had political problems with the Chinese and the Soviets and needed to talk with them. We did so without illusions, knowing that they were and would remain hard-line Communists and would continue to carry out the Communist program all over the world”. Ibid, p. 2. (A tradução é nossa).

estivesse no poder e continuasse a tentar “exportar a subversão”. Médici respondeu que estava satisfeito em ouvir isso, e que tal posição coincidia exatamente com a brasileira<sup>354</sup>.

O chefe de Estado brasileiro lembrou o grande número de exilados cubanos espalhados pelas Américas e da existência de, aproximadamente, um milhão de cubanos vivendo nos Estados Unidos. Segundo o general, esses homens afirmavam ter força suficiente para derrubar o regime de Fidel Castro. A pergunta que surgiu então foi: “devemos ajudá-los ou não?” Nixon sopesou a questão e disse que achava que deveriam ajudá-los, desde que não os coagissem a fazer algo que não fosse possível apoiar, e “desde que nossa mão não apareça”. Médici concordou dizendo que, sob nenhuma circunstância, uma assistência desse tipo deveria ser visível. De acordo com o general, se houvesse algum aspecto em que o republicano achasse que o Brasil poderia ajudar, ele estaria interessado em saber suas opiniões por meio do “canal privado”<sup>355</sup>.

Em meados de 1971, a situação interna de Cuba ganhou destaque na imprensa internacional com o episódio do poeta cubano, Heberto Padilla, e denúncias de torturas contra presos políticos<sup>356</sup>. A primeira vista, Nixon poderia se servir da insatisfação de muitos dos exilados cubanos com o regime de Fidel Castro para tentar, finalmente, derrubá-lo. Entretanto, dada a delicada situação da frente norte-americana na guerra da Indochina, as recentes dificuldades financeiras do governo e a possibilidade de outro fiasco à la Baía dos Porcos, tal atitude parecia ter um risco muito elevado para um retorno incerto – sobretudo com menos de um ano para a eleição presidencial.

A seguir, as conversações se concentraram sobre a situação política na Bolívia, Paraguai e Chile. Sobre o primeiro, Médici disse ter recebido recentemente um ministro boliviano que buscava condições especiais para uma compra de 30.000 toneladas de açúcar brasileiro. O general acabou por aceitar os termos de negociação como colocado pelos bolivianos, já que a alternativa – segundo seu interlocutor – seria uma crise de

---

<sup>354</sup> “export the subversion”. Ibid., p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>355</sup> “should we help them or not?”, “as long as our hand did not appear” e “private channel”. Ibid., p. 3-4. (A tradução é nossa).

<sup>356</sup> Padilla foi preso pela polícia política cubana após críticas ao regime castrista. Depois de um mês no cárcere, foi libertado e obrigado a se retratar publicamente por ter se “desencantado” com a Revolução. O episódio teve grande repercussão internacional, já que intelectuais que haviam defendido a Revolução questionaram a prisão do artista. Entre eles: Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Italo Calvino, Octavio Paz, Julio Cortázar e Mario Vargas Llosa. No mês seguinte, o jornalista francês Jean Cau escreveu um artigo na revista Paris-Match no qual relatava as torturas sofridas por dois exilados cubanos. Um deles, Antonio Borro, afirmou que torturas eram praticadas rotineiramente nas prisões cubanas. Fidel Castro veio a público e declarou enfaticamente a inexistência de torturas no país. Conforme *Veja*, 5 de maio de 1971, p. 41 e *Veja*, 16 de junho de 1971, p. 42 e 44.

abastecimento que poderia instalar a extrema esquerda no poder. O mesmo membro do governo boliviano ainda solicitou a compra de dez aeronaves Xavante em condições especiais. Médici recusou, considerando “ridículo para uma nação que estava em uma situação econômica desesperadora estar comprando caças a jato”<sup>357</sup>.

O mandatário brasileiro ainda discorreu sobre seus diálogos recentes com o presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner. Deixou claro que o Brasil ajudaria o Paraguai na questão de Itaipu, comprando parte de sua energia. Além disso, Médici diz que convenceu Stroessner em disponibilizar parte da energia gerada à Bolívia, já que, se a mesma não recebesse ajuda, ela, sem dúvida, se tornaria comunista; receberia capital e armas das potências do bloco do leste, e ainda poderia “tentar reverter o resultado da Guerra do Chaco”. Segundo o presidente brasileiro, o general paraguaio “finalmente viu a sabedoria de seu argumento”. Nixon indicou estar satisfeito em ouvir isso<sup>358</sup>.

O presidente norte-americano perguntou como Médici via a situação política no Chile. O general respondeu que “Allende seria deposto por praticamente as mesmas razões que Goulart havia sido deposto no Brasil”. O republicano questionou sobre a possibilidade das Forças Armadas Chilenas deporem Allende. O brasileiro reagiu afirmativamente, enfatizando que havia um intercâmbio intenso de oficiais com o Chile, e “deixou claro que o Brasil estava trabalhando em direção a este fim”. Nixon se colocou à disposição para ajudar no que fosse possível, inclusive com capital ou “outra ajuda discreta” que os norte-americanos “poderiam estar aptos a torná-las disponíveis”<sup>359</sup>. Nixon asseverou que esse entendimento deveria “ser mantido no mais alto sigilo”. O republicano ainda se pronunciou dizendo que “nós devemos tentar e evitar [*o aparecimento de*] novos Allendes e Castros e tentar onde [*for*] possível reverter essas tendências”. Médici disse estar muito satisfeito em ver a proximidade das posições e pontos de vista brasileiros e norte-americanos<sup>360</sup>.

---

<sup>357</sup> “[...] it was ridiculous for a nation which was in desperate economic straits to be buying jet fighters”. Ibid., p. 4. (A tradução é nossa).

<sup>358</sup> “attempt to reverse the result of the Chaco War” e “finally seen the wisdom of this argument”. A Guerra do Chaco foi um conflito armado entre Bolívia e Paraguai que se desenrolou de 1932 a 1935. A região conhecida como Gran Chaco situada no norte do Paraguai e sudeste da Bolívia era disputada desde o século XIX entre os dois países. O conflito teve como desfecho a anexação da maior parte do território em litígio pelo Paraguai. Ibid., p. 5. (A tradução é nossa).

<sup>359</sup> “[...] Allende would be overthrown for very much the same reasons that Goulart had been overthrown in Brazil”, “[...] made clear that Brazil was working towards this end”, “other discreet aid” e “might be able to make it available”. Ibid., p. 5. (A tradução é nossa).

<sup>360</sup> “should be held in the greatest confidence” e “we must try and prevent new Allendes and Castros and try where possible to reverse these trends”. Ibid.. (A tradução e os grifos são nossos).

Nesse contexto de entendimento e familiaridade, Nixon ainda revelaria ao presidente brasileiro que estava trazendo de volta de Paris o intérprete da reunião, o general Vernon Walters, para assumir como vice-diretor da CIA – provavelmente no final de fevereiro ou início de março de 1972. Médici afirmou que isso “ajudaria o presidente em muitos de seus problemas, especialmente aqueles na América Latina”<sup>361</sup>.

O general brasileiro deixou Washington reiterando seu entusiasmo com a “identidade de pontos de vista” entre ele e o presidente norte-americano. Nixon respondeu que compartilhava desse sentimento e que esperava poder “cooperar proximamente”, já que “havia muitas coisas que o Brasil, como país sul-americano, poderia fazer o que os Estados Unidos não poderiam”. Ambos os presidentes se despediram otimistas com as perspectivas de colaboração próxima que os dois países tinham pela frente<sup>362</sup>.

Além do objetivo político de “forçar o reconhecimento do *status* internacional do Brasil”<sup>363</sup> como uma potência média, de acordo com Bandeira, um aspecto que julgo importante a ser ressaltado é a sincronia de pontos de vista sobre como debilitar regimes de esquerda na América Latina: ambos concordavam que ações encobertas eram a melhor maneira. Isso não significa que o Brasil agisse como mero representante dos interesses norte-americanos na América do Sul. O nacionalismo autoritário tinha sua própria política de segurança, na qual o governo norte-americano exercia pouca ou nenhuma influência. Entre suas diretrizes principais estava a de que não toleraria nenhuma experiência de esquerda em sua vizinhança<sup>364</sup>.

O envolvimento do Brasil em questões políticas internas na Bolívia, Uruguai e Chile colaborou para o êxito e manutenção de regimes não hostis aos interesses norte-americanos, mas também, e porque não dizer, brasileiros. Bandeira lembra que a “[...] expansão do nacionalismo autoritário, que não só concentrava internamente esforços no combate às operações de guerrilha urbana e rural como se empenhava em dilatar as

---

<sup>361</sup> “[...] would help the President on many of his problems, especially those in Latin America”. Ibid., p. 6. (A tradução é nossa).

<sup>362</sup> “identity of views”, “cooperate closely” e “[...] there were many things that Brazil as a South American country could do that the U.S. could not”. Ibid., p. 7. (A tradução é nossa).

<sup>363</sup> BANDEIRA, L. A. M. op. cit., p. 178.

<sup>364</sup> Ibid., p. 174-175.

fronteiras econômicas do Brasil" <sup>365</sup>. Esta iniciativa rendeu ao Brasil, por outro lado, a emergência da rivalidade com a Argentina no âmbito regional.

Apesar de não aparecerem de maneira explícita na documentação, é razoável supor que Médici e Nixon tenham conversado sobre compras de armamentos. Pouco tempo depois do encontro, os norte-americanos venderiam ao Brasil: "42 aviões F-5-B/E, sete contratorpedeiros usados e sete submarinos" <sup>366</sup>. Mesmo com as restrições impostas pelo Foreign Military Sales Act, de 1968, Kissinger manobrou em favor do aumento de créditos e do limite estabelecido de vendas para a América Latina no Congresso norte-americano <sup>367</sup>.

Sobre o "arranjo especial" de um canal secreto de comunicação, percebe-se que existiu uma correspondência direta entre os dois presidentes nos anos subsequentes. Digno de nota, porém, é que Médici, no mês seguinte da visita a Washington, despachou o coronel Manso Netto para o cargo de adido militar em Berna, na Suíça <sup>368</sup>. Não há indícios de que o reticente Barboza tenha assumido a tarefa de ser o responsável pelo arranjo do lado brasileiro.

Dessa maneira, após a visita, o canal envolvia um interlocutor externo ao Departamento de Estado representando Nixon/Kissinger em comunicação direta com o Médici. Entretanto, segundo Spektor:

Kissinger estava disposto a avançar com um programa de divisão do trabalho para manter a ordem na América do Sul. Sua visão ia além da mera troca de informações secretas e a reaproximação era concebida como uma ferramenta a serviço das prioridades anticomunistas de ambos os países, abrindo caminho para algum tipo de coordenação política. <sup>369</sup>

Seria razoável imaginar que o Itamaraty olhasse com muitas ressalvas uma proposição desse tipo. Mas Médici, ao que parece, também ficou descontente. Para ele, a aproximação com a superpotência havia chegado ao limite. A maior preocupação do Brasil era, naquele momento, a situação política em seu entorno geográfico. "Divisão do trabalho" não era uma ideia que combinava com militares nacionalistas.

---

<sup>365</sup> Ibid.. Com a Bolívia, por meio da Ata de Cooperação de 1973, estabeleceu-se um acordo de cooperação para compra de gás e complementação industrial; com o Uruguai fecharam-se projetos para o desenvolvimento das Bacias da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Cf. VIZENTINI, P. F. op. cit., p. 153.

<sup>366</sup> KEMP, G. *Some relationships between US military training in Latin America and weapons acquisitions patterns, 1959-1969*; KAPLAN, S. S. *US arms transfers to Latin America* IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 55.

<sup>367</sup> Ibid..

<sup>368</sup> Conforme *Veja*, Edição Especial de junho de 1973, p. 23.

<sup>369</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 56.

## 2.5.5 A América do Sul como palco da Guerra Fria

Ainda em fins de 1971, o diretor interino da CIA envia um memorando a Kissinger informando-o da repercussão, entre certos círculos castrenses brasileiros, do encontro entre Médici e Nixon em Washington. De acordo com o documento:

O general Dole [*sic*] Coutinho, comandante do 4º Exército, e outros oficiais graduados do nordeste, tomaram conhecimento por meio de um “vazamento ministerial” que conversações secretas entre os dois presidentes foram de grande importância na formulação da política externa brasileira.<sup>370</sup>

Esses militares acreditavam que as “conversações secretas” lidaram com a segurança sul-americana; particularmente com os governos da Bolívia e Uruguai. Falava-se de um entendimento entre os chefes de Estado, de modo que o Brasil garantisse a “segurança interna e *status quo* do hemisfério” assumindo maiores responsabilidades defendendo governos aliados vizinhos.

Diante disso, a suposta reação do general Coutinho teria sido:

[...] que os Estados Unidos obviamente querem que o Brasil ‘faça o serviço sujo’, e ele [Coutinho] prevê grandes responsabilidades e algumas desvantagens nisso para o Brasil, especialmente para os militares.<sup>371</sup>

Duas semanas depois, a CIA elaborava uma análise da situação do Brasil e as perspectivas para os próximos anos. Destacava, entre outros tópicos, o declínio da atividade guerrilheira de esquerda:

A crueldade e a efetividade crescente das forças de segurança brasileiras são as principais responsáveis pelo declínio da força dos terroristas. A tortura tem sido usada frequentemente para se obter informações, e outros prisioneiros têm sido mortos. Os três líderes mais efetivos de grupos terroristas foram caçados de forma bem sucedida. [...] Eles [*guerrilheiros*] não são uma grande ameaça ao governo.<sup>372</sup>

---

<sup>370</sup> “General Vicente Dole Coutinho, commander of the Fourth Army, and other field grade officers in the Northeast, have learned from a “Cabinet leak” that secret talks between the two Presidents were of great importance in the formulation of Brazilian foreign policy”. Na verdade, o nome do general era Vicente de Paulo Dale Coutinho. *Memorandum from the Acting Director of Central Intelligence (Cushman) to President’s Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 29 de dezembro de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>371</sup> “internal security and status quo in the hemisphere”. “[...] the United States obviously wants Brazil to “do the dirty work,” and he foresees great responsibilities and some disadvantages in it for Brazil, especially for the military”. *Memorandum from the Acting Director of Central Intelligence (Cushman) to President’s Assistant for National Security Affairs (Kissinger)*, Washington, 29 de dezembro de 1971. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>372</sup> “The ruthlessness and increasing effectiveness of the Brazilian security forces are chiefly responsible for the declining strength of the terrorists. Torture has often been used to gain information, and some prisoners have been killed. The three most effective leaders of the terrorist groups were successfully

O documento ainda tratava da assistência econômica e militar brasileira crescente para alguns países vizinhos que encaravam instabilidade política ou ameaças em seu entorno. No Uruguai, esse suporte se dava via apoio à polícia e a “grupos contra terroristas”. Quanto à Bolívia, a agência americana sublinhava a prontidão do amparo brasileiro ao regime direitista de Hugo Banzer<sup>373</sup>. Em relação à Argentina, destacava a preocupação dos militares brasileiros com as aberturas que Lanusse concedia aos peronistas e a manutenção de linhas de diálogo desobstruídas com a linha-dura das Forças Armadas daquele país<sup>374</sup>.

As relações entre os dois maiores países da América do Sul se encontravam tensionadas. Não seria exagerado afirmar, como a análise da CIA asseverava, que as duas nações competiam por influência no Paraguai, Bolívia e Uruguai<sup>375</sup>.

Persistia a “ameaça implícita” de uma intervenção brasileira no Uruguai, caso o governo brasileiro concluísse que os acontecimentos naquele país estivessem ameaçando seus interesses<sup>376</sup>. Quanto ao Chile, as preocupações com o governo de Allende perduravam. No entanto, o fato era relativizado já que não se tratava de um país fronteiriço<sup>377</sup>.

O documento da agência de inteligência norte-americana concluía com a seguinte perspectiva sobre o papel que o Brasil poderia jogar no cenário político sul-americano:

O Brasil irá desempenhar um papel maior nos assuntos do hemisfério, procurando preencher qualquer vazio que os EUA deixarem para trás. É improvável que o Brasil intervenha abertamente nos assuntos internos de seus vizinhos, mas o regime não deixará de lado o uso da ameaça de uma intervenção ou ferramentas diplomáticas e ações encobertas para se opor a

---

hunted down. [...] They are not a major threat to the government”. *The New Course in Brazil*, 13 de janeiro de 1972, CIA, CIA-FOIA, p. 4. Os três líderes guerrilheiros mortos pelas forças de segurança foram: Carlos Marighella, em 1969; Joaquim Câmara Ferreira, em 1970; e Carlos Lamarca, em 1971. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>373</sup> O SNI serviu de intermediário para o envio de um avião militar do Brasil a fim de apoiar os conspiradores em Santa Cruz. Conforme depoimento do general Newton Cruz, adido militar em La Paz entre 1971 e 1972, a Elio Gaspari IN GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 347.

<sup>374</sup> “counter-terrorist groups”. *The New Course in Brazil*, 13 de janeiro de 1972, CIA, CIA-FOIA, p. 8. (A tradução é nossa).

<sup>375</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>376</sup> “implicit threat”. *Ibid.*. E GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 351.

<sup>377</sup> *The New Course in Brazil*, 13 de janeiro de 1972, CIA, CIA-FOIA, p. 9.

regimes esquerdistas, manter governos amigáveis no poder, ou ajudar a colocá-los em países como a Bolívia ou o Uruguai. Enquanto alguns países podem procurar a proteção do Brasil, outros podem trabalhar juntos para resistir às pressões do gigante emergente.<sup>378</sup>

No início de 1972, a situação da Bolívia voltou a se complicar. Crise econômica, dificuldades de entendimento entre os partidos políticos e as Forças Armadas e aumento da oposição ao novo governo. Quando Banzer tomou o poder, enviou seus opositores para a prisão ou para o exílio – a maioria deles no Chile. Agora ele temia por uma articulação desses exilados com o governo Allende para derrubá-lo<sup>379</sup>.

Um documento do NSC dizia que as forças de segurança da Bolívia teriam dificuldades em reprimir uma operação de guerrilha “bem planejada e executada”. Visando corrigir essa situação, os Estados Unidos conceberam um programa de ajuda militar no valor de US\$ 7 milhões. Incluía:

[...] caminhões blindados de transporte pessoal, um avião C-57 e, possivelmente, seis jatos A-37B, dois transportadores C-130 e equipamentos para cinco batalhões móveis de infantaria<sup>380</sup>.

No início de março, a possibilidade de uma cooperação entre Brasil e Argentina, visando o apoio e manutenção dos governos Banzer e Bordaberry, era o principal assunto abordado em telegrama da embaixada norte-americana em Brasília ao Departamento de Estado.

A correspondência ainda dizia que o governo brasileiro estava “seriamente preocupado” com a situação do Uruguai, apesar da derrota da Frente Ampla. No entanto, tal inquietação era dirigida diretamente à questão de segurança, e a possibilidade de uma intervenção brasileira estava relacionada diretamente ao nível de ameaça constituída pela guerrilha Tupamaro<sup>381</sup>.

---

<sup>378</sup> “Brazil will be playing a bigger role in the hemisphere affairs and seeking to fill whatever vacuum the US leaves behind. It is unlikely that Brazil will intervene openly in its neighbors’ internal affairs, but the regime will not be above using the threat of intervention or tools of diplomacy and covert action to oppose leftist regimes, to keep friendly governments in office, or to help place them there in countries such as Bolivia and Uruguay. While some countries may seek Brazil’s protection, others may work together to withstand pressures from the emerging giant”. *Ibid.*, p. 11. (A tradução é nossa).

<sup>379</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 54.

<sup>380</sup> Hewitt a HAK, secreto, 4 mar 1972, NPMP, NSC Institutional, NSDM, cx. H-232, NARA apud SPEKTOR, M. op. cit., p. 54.

<sup>381</sup> “seriously concerned”. *Telegram 0769 From the Embassy in Brazil to the Department of State*, Brasília, 7 de março de 1972. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil. (A tradução é nossa).

Sobre a Bolívia, de acordo com a embaixada, “a rápida e eficiente ajuda brasileira ao governo Banzer” refletiu não só a preocupação brasileira com a ameaça à segurança posta pela administração anterior, bem como “entusiasmo genuíno e senso de afinidade com o governo Banzer”. Os representantes americanos ainda afirmavam que seria possível que o Brasil assumisse algum tipo de assistência econômica aos bolivianos, mas que os brasileiros “provavelmente esperariam que os Estados Unidos carregassem a parte pesada da carga”<sup>382</sup>.

Com relação à Argentina e o papel que ela poderia desempenhar na estabilização da região, a comunicação destaca que, apesar do bom relacionamento entre seus líderes militares e policiais com os brasileiros, o presidente Lanusse não era querido, nem visto como confiável pela liderança brasileira. Sua visita era vista como uma “necessidade desagradável inevitável” tanto pelo presidente brasileiro, como pelo Itamaraty. Os americanos ainda duvidavam profundamente que o diálogo Médici-Lanusse pudesse ser um “pontapé inicial para uma cooperação genuína”; além de reconhecerem a dificuldade em manipulá-lo desde uma posição remota<sup>383</sup>.

Por fim, a embaixada propunha abordar os governos de Brasil e Argentina discreta e separadamente, a fim de sugerir a possibilidade de ambos os países tomarem iniciativa e prestarem assistência econômica ao Uruguai e à Bolívia – reconhecendo as dificuldades econômicas pelas quais passava a Argentina. E, se eles expressassem vontade nessa direção, sugerir que ambos deveriam trabalhar juntos a fim de evitar conflitos de interesse. O objetivo era fomentar a iniciativa por parte dos países sul-americanos diretamente interessados, para depois se associar quando a administração norte-americana julgasse necessário ou interessante<sup>384</sup>.

O grande obstáculo para o entendimento entre os dois países era, ainda, a questão de Itaipu. O tratado entre Brasil e Paraguai para a construção de uma barragem no rio Paraná, na altura das cataratas do Iguazu, seria assinado somente em abril de 1973. Os militares argentinos temiam a “incorporação econômica” de parte do país, já que também possuem território pertencente à bacia do Prata. Além disso, achavam que o Paraguai ficaria, a partir da construção de Itaipu, sob influência direta brasileira<sup>385</sup>.

---

<sup>382</sup> “The rapid and efficient Brazilian assistance to Banzer government”, “genuine enthusiasm for and sense of affinity with Banzer government” e “probably expect U.S. to carry bulk of the load”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>383</sup> “unavoidable distasteful necessity” e “to kick off genuine cooperation”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>384</sup> Ibid..

<sup>385</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 362-363.

O ceticismo dos norte-americanos em relação aos diálogos Médici-Lanusse tinha fundamento. No jantar de gala oferecido ao general argentino no Itamaraty, Lanusse adicionou, em seu discurso, sem conhecimento da chancelaria brasileira, um trecho em que atacava o Brasil, lamentando que o país estivesse se utilizando dos recursos hídricos da Bacia do Prata sem prévia consulta. A declaração deixou Médici zangado e criou uma tensão ainda maior entre os dois países. O ocorrido não foi revelado para a imprensa doméstica dos dois países, o que contribuiu para envenenar menos as relações<sup>386</sup>.

Com dificuldades para conter a rivalidade crescente com a Argentina, o governo brasileiro voltou, novamente, sua atenção para a segurança dos outros vizinhos. Em abril, Médici escreve a Nixon pedindo mais ajuda para a Bolívia:

A subversão e o caos na Bolívia sem dúvida colocariam em perigo a segurança [do Brasil]... O caos político ou o estabelecimento de um regime marxista-leninista na Bolívia implicaria – eu não hesitaria em dizer – para a América do Sul como um todo consequências muito mais graves, perigosas e explosivas do que o problema cubano, devido à posição geoestratégica do país.<sup>387</sup>

Como anteriormente previsto pelos norte-americanos, o general brasileiro pedia ao líder da superpotência que apoiasse financeiramente o governo Banzer. Ainda nessa correspondência, Médici requeria ajuda americana a fim de reprimir as atividades dos exilados bolivianos no Chile, tida como principal foco de preocupação do governo boliviano. O presidente norte-americano garantiu que sua administração estava acompanhando os acontecimentos com atenção, mas afirmou que cooperação seria mantida, a princípio, no mesmo nível<sup>388</sup>.

Em junho, Nixon enviou o recém-ex-secretário do Tesouro, John Connally<sup>389</sup>, ao Brasil para uma entrevista com Médici. Um dos tópicos do diálogo, como não poderia deixar de ser, foi o Chile. Connally indagou Médici sobre qual papel os Estados Unidos deveriam desempenhar em relação ao governo de Allende. Antes que o presidente pudesse tentar responder, Gibson Barboza pediu a palavra. Segundo o

---

<sup>386</sup> BARBOZA, M. G. op. cit., p. 114-116.

<sup>387</sup> Médici a Nixon, tradução não oficial, 27 abr 1972, NPMP, PC, cx. 749, NSC Files, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 54.

<sup>388</sup> Médici a Nixon, tradução não oficial, 27 abr 1972, NPMP, PC, cx. 749, NSC Files, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 54. Para a resposta de Nixon, Nixon a Médici, 19 mai 1972, NPMP, NSC Files, PC, cx. 749, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 55.

<sup>389</sup> Seu status era de enviado especial do presidente norte-americano. Apesar de ter deixado o governo, Nixon o preservou para “novas e importantes missões”. Ao lado de Kissinger, ele era um dos homens de confiança do presidente. *Veja*, 7 de junho de 1972, p. 20.

chanceler, uma intervenção direta norte-americana no país andino apenas revigoraria a situação de Allende<sup>390</sup>. O ministro ainda destacava que, segundo os serviços de inteligência brasileiros, “a situação chilena estava em franca deterioração e que era mister deixar que ‘a decadência seguisse seu curso natural’”<sup>391</sup>.

Já Médici tinha uma visão diferente. De acordo com o general, era “necessário fazer alguma coisa, mas é muito importante que seja feito muito discreta e cuidadosamente”<sup>392</sup>.

Ou seja, se o objetivo era varrer do continente sul-americano governos esquerdistas de maneira encoberta, o general aceitaria a intromissão americana. Afinal, a aliança, se que é existia uma, entre Brasil-Estados Unidos, tinha a ideia do anticomunismo como principal valor compartilhado entre os dois países.

Pouco antes da viagem de Connally, o assistente de Kissinger no NSC, William J. Jorden, em viagem ao Brasil, entregou uma carta de Nixon a Médici<sup>393</sup>. Devido às divergências com o Departamento de Estado, o assessor de Segurança Nacional preferia evitar canais regulares de comunicação com o governo brasileiro e investir em enviados de perfil mais baixo<sup>394</sup>.

No mês seguinte, em julho, Delfim Netto vai a Washington e se encontra com o assessor de Segurança Nacional interino, Alexander Haig. O ministro da Fazenda levou uma carta de Médici ao presidente norte-americano – provavelmente uma resposta à correspondência anterior de Nixon. No rápido encontro figuraram as bem-sucedidas conclusões de entendimentos na área pesqueira, de têxteis, e na cooperação atômica<sup>395</sup>.

Em maio de 1973, o já reeleito presidente americano envia seu secretário de Estado, William P. Rogers, para uma visita ao Brasil. De acordo com Rogers, Nixon visitaria o Brasil no final do ano ou no início de 1974. Ainda segundo o secretário de Estado, havia a possibilidade de discussão – com grande chance de sucesso – da questão

---

<sup>390</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 57.

<sup>391</sup> Ibid., p. 58.

<sup>392</sup> Ibid..

<sup>393</sup> *Veja*, 7 de junho de 1972, p. 20.

<sup>394</sup> Conforme SPEKTOR, M. op. cit., 58. Não há documentos disponíveis sobre das conversas de Jorden com Médici. Em pesquisa também não encontramos nada sobre essas consultas.

<sup>395</sup> *Memorandum From the President's Deputy Assistant for National Security Affairs (Haig) to President Nixon*, Washington, 28 de julho de 1972. FRUS, 1969-1976, V. E-10, Brazil.

das tarifas preferenciais de comércio; uma solicitação de vários países latino-americanos há mais de uma década<sup>396</sup>.

No encontro com Médici, foram abordadas, segundo o próprio secretário, a “segurança europeia, a situação do Oriente Médio, a escassez de petróleo no mundo, o problema da Indochina e o relacionamento Brasil-Estados Unidos”<sup>397</sup>.

No tocante às relações bilaterais, Rogers admitiu que a questão do café – e a tentativa de elaborar algum tipo de acordo nessa matéria – não estava incluída nos tópicos discutidos com o presidente brasileiro<sup>398</sup>. Quanto ao petróleo, falava-se na imprensa que o negociador norte-americano, Harald Malmgrem, havia tornado público o interesse de seu país em se associar a projetos que envolvessem petróleo no Brasil. Malmgrem disse que não tratou do assunto, “a não ser de um modo muito geral”. Ele mesmo admitiu que Rogers pudesse ter tratado desse assunto com Médici, mas negou ter qualquer afirmação a respeito<sup>399</sup>.

Sobre o “problema da Indochina”, têm-se pistas do que, talvez, tenha sido abordado na reunião. Em carta de Médici a Nixon, em julho, o presidente brasileiro recusa o convite do presidente americano em integrar a Comissão de Controle e Supervisão da Paz no Vietnã<sup>400</sup>. O país ocuparia a vaga do Canadá, e entraria com o fornecimento de tropas ao lado da Hungria e Polônia (pelo bloco socialista), e da Indonésia (pelo bloco capitalista) por um período de transição<sup>401</sup>.

A ausência do Uruguai e Chile nas conversações é digna de nota. Em 27 de junho de 1973, o presidente do Uruguai, com apoio das Forças Armadas, dá um golpe de Estado. Em 11 de setembro, o general Augusto Pinochet lidera o golpe no Chile que depõe o presidente socialista Salvador Allende<sup>402</sup>.

Alguns dias depois, Kissinger seria nomeado secretário de Estado, acumulando o cargo de assessor de Segurança Nacional. Como bem destacou Matias Spektor, sua

---

<sup>396</sup> *Veja*, 30 de maio de 1973, p. 21.

<sup>397</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>398</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 20-21.

<sup>400</sup> *Carta do presidente Médici ao presidente Nixon (sem título)*, julho de 1973. AHMRE, Brasília, DF.

<sup>401</sup> Médici a Nixon, 24 jul 1973, NPMP, NSC Files, PC, cx. 749, NARA; Am. Emb. a Estado, secreto, 27 jul 1973, NPMP, NSC Files, PC, cx. 749, NARA IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 58.

<sup>402</sup> Sobre a participação norte-americana no golpe de 1973 no Chile consultar o *Chile Documentation Project* do National Security Archives (George Washington University) em: [http://www.gwu.edu/~nsarchiv/latin\\_america/chile.htm](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/latin_america/chile.htm). Sobre o apoio brasileiro ver GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 355.

influência “sobre a formulação e implementação da política externa” dos EUA era sem precedentes<sup>403</sup>.

Ainda no final do setembro, Gibson Barboza e Araújo Castro se encontram com o novo secretário após este discursar pela primeira vez diante da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Segundo Kissinger, o Brasil se tornaria uma grande potência até o ano 2000, e os representantes brasileiros poderiam contar com ele para remover qualquer restrição que estivesse atrapalhando as relações bilaterais. Assegurou ainda que Brasil e Estados Unidos “poderiam ajudar-se mutuamente”<sup>404</sup>.

Conforme já foi mostrado, Kissinger privilegiava canais diretos de informação, e, com mais poder nas mãos, apontava para um tipo de entendimento que dava mais ênfase aos laços entre os indivíduos participantes do que às tentativas de novos arranjos ou acordos institucionalizados.

A cautela do Itamaraty permanecia a mesma. Quanto a Médici, provavelmente não queria assumir um compromisso de maior proximidade, sobretudo em caráter “informal”, sabendo que iria deixar o cargo em menos de seis meses. O general Ernesto Geisel, já era sabido, assumiria em 15 de março de 1974.

---

<sup>403</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 62.

<sup>404</sup> Ibid.. A expressão entre aspas foi a usada pelo autor; não é uma transcrição literal das palavras de Kissinger. Nesta reunião ainda estavam presentes o assessor de Kissinger no NSC, William Jorden, e o embaixador brasileiro Sérgio Armando Frazão, representante do país junto à ONU. *Veja*, 3 de outubro de 1973, p. 38.

## CAPÍTULO 3 – PRAGMATISMO, ENTENDIMENTO TARDIO E AFASTAMENTO (1974-1978)

### 3.1 Geisel, o Pragmatismo Responsável Ecumênico e as relações com os Estados Unidos

Pouco depois da ratificação do nome de Ernesto Geisel pelo Congresso Nacional, em 15 de janeiro de 1974, a embaixada norte-americana em Brasília enviou a Washington uma correspondência que tratava da conjuntura política brasileira. Em sua conclusão, a comunicação tocava em um ponto fulcral:

[...] Uma das grandes questões que a administração Médici não respondeu e que a nova administração Geisel poderá ter que lidar, em algum momento durante seu mandato, é como este governo pode continuar a basear sua legitimidade na vontade popular quando ele se nega a permitir que a vontade popular seja expressa ou exercida. [O] presidente Geisel poderá ter que encarar as alternativas de ou permitir alguma abertura política ou encontrar outra fonte para a legitimidade de seu governo.<sup>405</sup>

Em outras palavras, o milagre brasileiro mostrava sinais de esgotamento e, em 1973, a inflação e a dívida externa já se configuravam como desafios a serem administrados pelo próximo governo. Além desses dois aspectos, a crise internacional do petróleo exercia forte pressão em nossa balança de pagamentos<sup>406</sup>. O novo governo iria assumir ciente da necessidade de mudanças na área econômica.

Na agenda política, a conjuntura também inspirava modificações. Geisel teria que estabelecer um diálogo, em termos satisfatórios, com a Igreja Católica, a imprensa e a classe política em geral, para, desta maneira, levar a cabo uma abertura política. O principal articulador desse processo seria o futuro chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva.

Com esse objetivo, já em fevereiro, ele se encontrou com o cardeal Paulo Evaristo Arns. De acordo com informações apuradas pelo Consulado Geral dos EUA

---

<sup>405</sup> “One of the major questions which the Medici Administration did not answer and which the new Geisel administration may have to address, at some time during its term of office, is how can this government continue to base its legitimacy on the popular will when it refuses to permit the popular will to be expressed or exercised. President Geisel might have to face the alternatives of either permitting some political opening or of finding another [sic] source for his government’s legitimacy”. *Election of General Geisel – Embassy Comment*. Brasília, 18 de janeiro de 1974, NARA, AAD, p. 2-3. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>406</sup> Cf. SOUTO, C. V. op. cit., p. 23.

em São Paulo, o chefe de gabinete Civil de Geisel levou o religioso a “[...] esperar por uma maior liberalização do sistema durante o segundo ano de Geisel no cargo, particularmente na área de direitos políticos e liberdades civis”<sup>407</sup>. Nos últimos meses, os contatos entre a cúpula governamental e a Igreja estavam mais frequentes e representantes do clero acreditavam que seria possível estabelecer “um contato mais significativo com maneiras concretas para resolver problemas ainda não solucionados entre Igreja e Estado”<sup>408</sup>.

As perspectivas de abertura eram predominantemente otimistas em diferentes esferas da sociedade. Ainda segundo informações do Consulado dos EUA em São Paulo:

As revelações por parte de representantes de Geisel das novas orientações da próxima administração não foram feitas exclusivamente à liderança da Igreja. Nossas verificações com líderes políticos locais e com os editores dos principais jornais indicam que eles também receberam a mesma mensagem de Golbery, [de] seus tenentes, ou mesmo do próprio presidente Geisel.<sup>409</sup>

O fato de Golbery ser um dos arquitetos e, ao mesmo tempo, um dos executores na tentativa de estabelecer um diálogo com diversos setores da sociedade incomodava parte das Forças Armadas. Esses oficiais duvidavam da necessidade de uma abertura e colocavam grande ênfase na política de segurança e de combate à subversão do governo Médici<sup>410</sup>.

Se as modificações na política doméstica encontravam clara resistência em certos quadros das Forças Armadas, as reações às alterações, ou mudanças de ênfase, em determinados aspectos de nossa política externa frente à conjuntura internacional, tinham resultados mais difíceis de serem previstos. Com menos de dois meses para deixar o cargo, o chanceler Barboza encontrou-se com o novo embaixador dos EUA no Brasil, John H. Crimmins, para uma conversa sobre as perspectivas das relações Brasil-Portugal com vista às demandas de independência das colônias portuguesas na África.

---

<sup>407</sup> “[...] to expect greater liberalization of the system during Geisel’s second year in office, particularly in the area of political rights and civil liberties”. *The Interregnum: Signs of Reopening*. Brasília, 19 de março de 1974, AAD, NARA, Seção 2, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>408</sup> “[...] a more meaningful dialogue of the concrete [sic] ways to solve outstanding problems between Church and State”. *Ibid.* (A tradução é nossa).

<sup>409</sup> “The revelations by Geisel representatives as to the new directions of the incoming administration have not been made exclusively to the Church leadership. Our checks with local political leaders and top newspaper editors indicate that they too have received the same message from Golbery, his lieutenants, or even from Geisel himself”. *Ibid.*, Seção 2, p. 2. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>410</sup> A figura de Golbery era vista com desconfiança por parte das Forças Armadas. Depois de se aposentar de seu cargo no TCU, em 1968, o general foi consultor e, mais tarde, presidente da Dow Química no Brasil.

Barboza identificava “[...] o problema central na obstinação e irrealista negação de Portugal em reconhecer que as colônias africanas [...] estavam condenadas”<sup>411</sup>. De acordo com o ministro, cada uma das três colônias teria um “timing” diferente; mas, inevitavelmente, todas seriam perdidas. O chanceler acreditava que esses países concederam um “crédito de confiança” ao Brasil para manejar algum tipo de entendimento com Portugal, mas essa boa reputação poderia se exaurir rapidamente<sup>412</sup>.

Em seu comentário final na mensagem a Washington, o representante norte-americano afirmava que nesse processo havia quatro dimensões da política exterior do Brasil em jogo:

[...] o imperativo imediato em assegurar fontes seguras de petróleo, as quais podem ser afetadas por um boicote árabe contra Portugal; o objetivo estratégico em assegurar um regime amistoso em Angola, a qual, no pensamento geopolítico brasileiro atual, forma a ‘fronteira’ transatlântica brasileira; a obtenção de uma posição privilegiada para uma penetração econômica na África, na qual Angola seria ideal; e a proteção de sua posição de liderança entre os países menos desenvolvidos que seria danificada por sua identificação como um obstinado aliado de Portugal em assuntos africanos.<sup>413</sup>

Nesse sentido, ainda no final de janeiro, o chanceler da Nigéria, Okoi Arikpo veio à Brasília e firma acordos para o comércio de petróleo entre as estatais do setor. Desde a visita de Barboza a Lagos, em 1972, o ministro Arikpo percebeu uma mudança na posição brasileira sobre o colonialismo na África, e afirmou que a postura tomada pelo país em “‘repudiar abertamente’ a posição portuguesa [ocasionou] a abertura de uma nova fase nas relações brasileiras com a Nigéria”<sup>414</sup>.

No mês seguinte, o professor de Harvard, Samuel Huntington, veio ao Brasil e se reuniu com diversos integrantes do novo governo, entre eles, Golbery do Couto e

---

<sup>411</sup> “[...] the central problem as the stubborn and unrealistic refusal of Portugal to recognize that its African colonies [...] were ‘doomed’”. *Foreign Minister’s Views on Portugal and Africa*. Brasília (retransmitido à embaixada dos EUA em Lisboa), 28 de janeiro de 1974, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>412</sup> “credit of confidence”. *Ibid.*, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>413</sup> “[...] the immediate imperative of securing assured sources of petroleum, which could be affected by an Arab boycott against Portugal; the strategic goal of assuring a friendly regime in Angola, which, in current Brazilian geo-political thinking, forms Brazil’s transatlantic ‘frontier’; the securing of a bridgehead for economic penetration of Africa, for which Angola would be ideal; and protection of its position of leadership among the LDC’s which would be damaged by identification as a diehard ally of Portugal on African issues”. *Ibid.*, p. 6. (A tradução é nossa).

<sup>414</sup> “‘openly repudiate’ the Portuguese position with opening a new phase in Brazilian relations with Nigeria”. *Visit of Nigerian Foreign Minister Arikpo*. Brasília, 30 de janeiro de 1974, NARA, AAD, p. 2. (A tradução e o grifo são nossos).

Silva. De acordo com Elio Gaspari, o acadêmico norte-americano veio ao país como "emissário informal" <sup>415</sup> de Kissinger. Nas conversações, o chefe de Gabinete Civil assinalou duas alterações, já em curso, na política externa brasileira, visando assegurar o suprimento de petróleo: aproximação aos países árabes e mudança em relação à política nas colônias portuguesas na África <sup>416</sup>.

Uma semana antes da posse de Geisel, Crimmins ainda conversou com o Ministro Conselheiro brasileiro em Portugal, Leite Ribeiro. Este estava convicto que as mudanças na política externa brasileira com relação às colônias portuguesas na África seriam não só mantidas, mas “acentuadas” no novo governo <sup>417</sup>.

Com a presença de Pinochet, Banzer e Bordaberry, Geisel assume em 15 de março. O fato gerou rumores sobre a possibilidade da criação de um “eixo anticomunista”, envolvendo os quatro países da região. De acordo com membros da visitante imprensa argentina, a aliança seria um desejo de Pinochet – logo negado pelo mesmo em uma entrevista <sup>418</sup>. Impossibilitado de viajar ao Brasil devido ao agravamento dos desdobramentos do escândalo Watergate, Nixon envia a primeira-dama, Patricia, como sua emissária na solenidade.

Em seu primeiro discurso aos ministros, Geisel afirmou que a diplomacia brasileira estaria “alerta para a detecção de novas oportunidades e a serviço dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais”. Assegurou ainda, promover “os realinhamentos indispensáveis” <sup>419</sup>. E posicionou-se favoravelmente à entrada “de vultosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus” <sup>420</sup>. Asseverou que a política externa deveria obedecer a um “pragmatismo responsável” <sup>421</sup>.

---

<sup>415</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, 2ª Reimpressão, São Paulo, 2003, p. 344.

<sup>416</sup> *Ibid.*, p. 345.

<sup>417</sup> “accentuated”. *Conversation with Brazilian Minister – Counselor to Portugal*. Brasília, 8 de março de 1974, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>418</sup> “anti-communist axis”. *Press Interviews of Presidents Banzer, Bordaberry and General Pinochet*. Brasília, 20 de março de 1974, NARA, AAD, p. 1 e Seção 2, p. 2 (para a negação de Pinochet). Na véspera da posse, o deputado federal pelo MDB da Bahia, Francisco Pinto, discursou contra a presença de Pinochet na cerimônia. Foi processado e condenado a seis meses de reclusão pelo STF em outubro de 1974. Cf. NADER, A. B. *Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 177-186. (A tradução é nossa).

<sup>419</sup> *Veja*, 27 de março de 1974, p. 22.

<sup>420</sup> *Veja*, 27 de março de 1974, p. 23.

<sup>421</sup> *Folha de S. Paulo*, 20 de março de 1974, p. 3.

Esse modelo de diplomacia concebido por Geisel e pelo novo ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, produziu uma política exterior que ansiava por uma maior independência e autonomia em suas decisões. A nova abordagem nas relações com os Estados Unidos visaria “abandonar os dois ‘modelos’ tradicionais do Brasil: o alinhamento e o distanciamento”<sup>422</sup>. Não se prenderia a preceitos religiosos ou ideológicos, mas também não se aventuraria onde o cálculo entre risco e interesse nacional fosse muito desfavorável. O termo “ecumênico” ainda apareceria posteriormente para suplementar o “pragmatismo responsável”. Descreveria uma política externa universal, no sentido de ser capaz de “levar em conta todas as possibilidades globais para um incremento das relações internacionais do Brasil”<sup>423</sup>.

O perfil do novo presidente também denotava uma mudança em relação a seu antecessor. A exemplo de Golbery, Geisel participara do governo Castello Branco na qualidade de chefe de Gabinete Militar. Passou também pelo STM e fora presidente da Petrobrás. Assumia o cargo com sessenta e seis anos e tinha maior experiência em cargos administrativos do que Médici.

Para ele, a manutenção da política econômica que teve Delfim Netto a frente desde 1967 precisava se adaptar “em face das alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo”<sup>424</sup>. Nas palavras do novo ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, o país teria que lidar com dois problemas: o impacto imediato da crise internacional de matérias-primas, particularmente do petróleo; e, em um horizonte mais longo, “as transformações exigidas de uma sociedade que amadurece como fruto do próprio aumento da produção e da renda por habitante”<sup>425</sup>.

Simonsen gozava de prestígio junto a Geisel e possuía grande influência em decisões internacionais do governo, nas quais o fator econômico era preponderante. Da

---

<sup>422</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 67. Azeredo da Silveira havia chefiado a representação brasileira em Genebra entre 1966 e 1968. No ano seguinte foi designado embaixador em Buenos Aires. Cargo em que permaneceu até passar a integrar o governo Geisel, em 1974.

<sup>423</sup> “take into account all global possibilities in the augmentation of Brazil’s international relations”. NAZARIO, O. *Pragmatism in Brazilian Foreign Policy: the Geisel Years, 1974-79*. Ph.D. thesis, University of Miami, Florida, May 1983, p. 3 IN PINHEIRO, L. *Foreign policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*. Ph. D. thesis, London School of Economics and Political Science, 1994, p. 124. O “pragmatismo responsável e ecumênico” foi citado por Geisel em discurso televisionado. *Presidente Geisel faz balanço de seu governo no ano de 1974 (1974)*. Acessado em 15 de agosto de 2012 em: [http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceId=0&\\_EntityIdentifier=cgiiT3SNVKRt\\_pvhe0ghUoOFQ0U5vNazQWRVi\\_Wfamzhw4.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiiT3SNVKRt_pvhe0ghUoOFQ0U5vNazQWRVi_Wfamzhw4.&idRepositorio=0&modelo=0).

(A tradução é nossa).

<sup>424</sup> *Veja*, 27 de março de 1974, p. 24.

<sup>425</sup> *Folha de S. Paulo*, 21 de março de 1974, p. 1.

mesma forma, as ideias do ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, tinham peso nas questões energéticas. Já Golbery, apesar de suas publicações na área de geopolítica e relações internacionais, influenciava o presidente principalmente nas questões políticas domésticas<sup>426</sup>.

A importância que Geisel conferia à política externa pode ser mensurada pelo número de horas de despacho que este teve com Silveira. Segundo Matias Spektor, excetuando-se os ministros que estavam instalados no próprio Palácio do Planalto e o ministro da Justiça, Armando Falcão, as horas de conversas pessoais do presidente com Silveira superam as de qualquer outro ministro. Como os grampos eram comuns, Geisel e o chanceler mantinham uma linha secreta entre o gabinete de Silveira no Itamaraty e a residência presidencial<sup>427</sup>.

### **3.2 Ford, Rockefeller, Kissinger e Silveira**

Em outubro de 1973, o vice-presidente de Nixon, Spiro Agnew, foi obrigado a afastar-se do cargo após ser acusado de sonegação fiscal<sup>428</sup>. O líder da minoria republicana na Câmara dos Representantes, o deputado pelo Estado de Michigan, Gerald R. Ford, é nomeado vice-presidente por Nixon e ratificado pelas duas casas legislativas. No início de dezembro ele assumiu o cargo.

Durante os oito primeiros meses de 1974, os desdobramentos do escândalo Watergate foram tomando proporções cada vez maiores, e o presidente viu-se obrigado a renunciar ao cargo em nove de agosto do mesmo ano. No mesmo dia, Ford é empossado como o primeiro norte-americano a assumir o posto sem ter sido votado para a função de presidente ou vice.

Sua escolha para a vice-presidência foi um político conhecido dos líderes latino-americanos, o ex-governador de Nova York, Nelson Rockefeller. Desse modo, até as eleições presidenciais de 1976, a “maior democracia do mundo” ficaria sendo governada por alguém que não havia sido eleito por sufrágio (a não ser pelos eleitores do 5º Distrito de Michigan que o elegeram deputado), e sim indicado pelo único

---

<sup>426</sup> SPEKTOR, M. op. cit., pp. 81-82.

<sup>427</sup> Ibid., p. 81.

<sup>428</sup> *Agnew Quits Vice Presidency and Admits Tax Evasion in '67; Nixon Consults on Successor*, New York Times, 10 de outubro de 1973. Acessado em 12 de agosto de 2012 em: <http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/big/1010.html?scp=42&sq=spiro%20agnew&st=cse>.

presidente a sofrer impeachment na história dos Estados Unidos<sup>429</sup>. Um cenário interno inesperado e de perda de credibilidade democrática para o país, principalmente após o presidente Ford ter anunciado em setembro um controverso “perdão” aos crimes cometidos por Nixon.

Diante desse processo complexo e desgastante, logo após assumir o cargo, Gerald Ford enviou uma mensagem ao presidente Geisel tratando da transição que estava ocorrendo no governo norte-americano<sup>430</sup>. O general respondeu com uma carta datada de 12 de agosto, que chegou às mãos do republicano dois dias depois<sup>431</sup>. O conteúdo das correspondências, porém, infelizmente, não foi encontrado nesta pesquisa.

Na comunicação de Kissinger, afirmando a Silveira que prosseguiria como secretário de Estado, agora do presidente Ford, já se nota o trato pessoal incomum nas correspondências entre os dois. Kissinger iniciava sempre o texto com “Prezado Antonio”, e Silveira com “Meu prezado Henry”; e ambos concluíam assinando somente o primeiro nome<sup>432</sup>.

Eles haviam se conhecido em abril, em uma reunião hemisférica. Numa conversa antes do início do encontro propriamente dito, Kissinger o questionou: “Eu tive dificuldades com seu predecessor porque ele sempre falava de Cuba comigo. Qual é a sua opinião?”. A ardilosa e repentina pergunta teve uma resposta áspera: “O senhor vai ter uma surpresa... Cuba... é um problema de segurança dos Estados Unidos. É uma ponta de lança contra vocês... Nunca mais vou falar de Cuba com o senhor, é o senhor quem vai falar de Cuba comigo”. Em entrevista a Matias Spektor em 2006, Kissinger afirma que, naquele dia, Silveira fora “incrivelmente brilhante”<sup>433</sup>.

Como bem assinalou o mesmo autor, certos “elementos intangíveis” da personalidade de Silveira talvez tenham jogado a favor na fluidez das relações com Kissinger<sup>434</sup>: “Ambos compartilhavam o gosto obsessivo por temas de política internacional, o fascínio pelo exercício do poder, o humor sardônico e a crença nos respectivos poderes intelectuais e de sedução”<sup>435</sup>.

---

<sup>429</sup> Para uma discussão mais aprofundada consultar SCHLESINGER Jr., A.M. *The Cycles of American History*, Houghton Mifflin Company, First Mariner Books Edition, New York, 1999, pp. 288-289, e especialmente o capítulo *The Future of the Vice Presidency*, pp. 337-372.

<sup>430</sup> *Secretarial Message*. Washington, 9 de agosto de 1974, NARA, AAD, p. 1.

<sup>431</sup> *Exchange of Letters Between Presidents Ford and Geisel*. Washington, 15 de agosto de 1974, NARA, AAD, p. 1.

<sup>432</sup> “Dear Antonio” e “My dear Henry”, respectivamente. *Secretarial Message*. Washington, 9 de agosto de 1974, NARA, AAD, pp. 1-2. (A tradução é nossa).

<sup>433</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 87.

<sup>434</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>435</sup> *Ibid.*, p. 87.

No plano concreto e operacional, o secretário de Estado e o chanceler brasileiro compartilhavam uma “ojeriza à burocracia”<sup>436</sup>; privilegiavam canais diretos de comunicação; esforçavam-se por centralizar processos decisórios e acreditavam serem atores políticos imbuídos da responsabilidade “de revolucionar a política externa de seus países”<sup>437</sup>.

### 3.3 Relações Brasil – Estados Unidos (1974-1976)

#### 3.3.1 Relações políticas

No final de março, o secretário do Tesouro norte-americano, George Shultz, veio ao Brasil e se reuniu com o presidente Geisel. As perspectivas para a crise internacional do petróleo foram o principal assunto em pauta. O general era enfático ao sublinhar que “havia uma diferença substancial nos efeitos relativos dessa crise no Brasil e nos Estados Unidos”<sup>438</sup>. De acordo com Geisel, 80% das necessidades energéticas brasileiras dependiam de importações; já os EUA, por outro lado, eram praticamente autossuficientes. O petróleo era a “maior vulnerabilidade do Brasil”, e devido a ela a política do país para o setor era “muito dependente das atitudes dos países árabes”<sup>439</sup>.

Em abril, Kissinger se reuniu com Silveira duas vezes antes do início da Conferência dos Chanceleres realizada em Washington<sup>440</sup>. Na primeira oportunidade, o embaixador Araújo Castro e o secretário de Estado Assistente, Jack Kubisch, estavam presentes. Na segunda, o embaixador do Brasil, junto à OEA, também compareceu<sup>441</sup>.

Segundo o chanceler, a República Popular da China havia manifestado seu desejo em ter relações com o Brasil. Apesar de o país ter grande interesse comercial nessa aproximação, o ministro afirmou que esse “seria um processo muito gradual”<sup>442</sup>.

---

<sup>436</sup> Ibid., p. 69.

<sup>437</sup> Ibid., p. 86.

<sup>438</sup> “[...] there was a substantial difference in the relative effects of the crisis on Brazil and the United States”. *Geisel-Shultz Meeting*. Brasília, 2 de abril de 1974, NARA, AAD, Seção 2, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>439</sup> “Brazil’s greatest vulnerability” e “very dependent on the Arab countries’ attitudes”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>440</sup> Em fevereiro, houve um encontro entre representantes latino-americanos e Kissinger em Tlatelolco, México. A iniciativa norte-americana ficou conhecida como “Novo Diálogo”. A ideia era estimular esforços para a reorganização do sistema interamericano, e discutir questões importantes nas relações EUA-América Latina. Cf. PINHEIRO, L. op. cit., p. 172.

<sup>441</sup> *Conversations between Secretary and Foreign Minister Silveira*. Washington, 23 de abril de 1974, NARA, AAD, p. 1.

<sup>442</sup> “would be a very gradual process”. Ibid., p. 2. (A tradução é nossa).

Com relação à política portuguesa na África, Silveira indicou que manteria “um perfil mais baixo”<sup>443</sup>. Sobre o Oriente Médio, afirmou que a política brasileira para a região era orientada pela dependência em relação aos fornecedores de petróleo árabes.

Silveira afirmou a Kissinger que o governo brasileiro acreditava que o país tinha um “relacionamento especial” com os Estados Unidos, e que esperava que os EUA compartilhassem da mesma confiança. O chanceler buscava mais do que admiração ou reconhecimento dos Estados Unidos, segundo ele, o reconhecimento “transfere meramente responsabilidades sem benefícios”<sup>444</sup>. Kissinger mostrou compreender a posição do chanceler, e acrescentou que “ele entendia que, para um país latino-americano ser aceito na América Latina, ele deve expressar sua independência em relação aos Estados Unidos”<sup>445</sup>.

O secretário de Estado reafirmou que considerava o Brasil um “país-chave” na América Latina, apesar de ter as relações com a Argentina e México também em grande apreço. Em suma, declarou que a dificuldade era “como reconciliar a posição especial do Brasil com nossa necessidade por boas relações com os outros”<sup>446</sup>. Kissinger indagou Silveira sobre “como os dois países poderiam dar expressão ao seu relacionamento especial”. O brasileiro respondeu que ele e o secretário poderiam realizar “consultas informais a cada seis meses, ou aproximadamente isso, em lugares alternados”<sup>447</sup>. Quando Kissinger sugeriu que um acordo desse tipo despertaria as críticas costumeiras de outros países da América Latina ao reconhecimento do status diferenciado do Brasil, Silveira respondeu que o “Brasil aceitaria esse tipo de reconhecimento, já que consistiria em atos e não palavras meramente”<sup>448</sup>. O secretário afirmou que as consultas poderiam lidar com “todos os níveis do governo em um amplo leque de tópicos”, inclusive os que eram abordados em fóruns internacionais. Isso poderia ser feito sem publicidade, nem reconhecimento explícito norte-americano. Confirmou ainda que havia falado com o presidente Nixon e que este buscava ter “relações próximas” com o Brasil<sup>449</sup>.

---

<sup>443</sup> “lower profile”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>444</sup> “merely transfers responsibility without benefits”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>445</sup> “[...] he understood that in order for a Latin American country to be accepted in Latin America, it must express its independence from the US”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>446</sup> “key country”; “how to reconcile the special position of Brazil with our need for good relations with the others”. Ibid., p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>447</sup> “how the two countries could give expression to their special relationship”; “informal consultations every six months or so at alternate locations”. Ibid..

<sup>448</sup> “Brazil could accept this kind of praise because it would consist of acts not merely words”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>449</sup> “all levels of government on a broad range of topics”; “close relations”. Ibid.. (A tradução é nossa).

Em seguida, as conversações trataram da recente visita do secretário Shultz e dos atritos na área comercial. Dois dias antes da posse de Geisel, foi anunciado o início de uma investigação a ser conduzida pelo Departamento do Tesouro sobre a utilização de subsídio governamental brasileiro ao setor calçadista exportador<sup>450</sup>. A controvérsia sobre a necessidade de “direitos compensatórios” sobre os calçados e, posteriormente, bolsas de couro brasileiras que entravam no mercado norte-americano se prolongaria como um dos assuntos principais da agenda econômica até, pelo menos, 1976. Nesse período, os desencontros na área comercial também se estenderam ao setor têxtil, que encontrava restrições de acesso ao mercado norte-americano.

Se, na área comercial bilateral, os desenvolvimentos recentes apontavam numa direção de maior tensão; recentes acontecimentos na Europa indicavam uma mudança que, a princípio, seria bem-vinda da parte de nossa diplomacia.

Em correspondência ao Departamento de Estado e à embaixada americana em Lisboa, Crimmins sublinhava que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo regime português. Entretanto, afirmava que a posição do Brasil era, naquele momento, de “cautela” devido ao retorno de líderes políticos portugueses exilados (entre eles, o líder socialista Mário Soares e o comunista Álvaro Cunhal)<sup>451</sup>. Desse modo, interpretava que a posição do Itamaraty seria de não tomar posições e esperar por novos desdobramentos do processo político português.

Se, por um lado, o governo brasileiro agiu de maneira refreada em relação à mudança de poder em Portugal, por outro, atuou proativamente na aproximação com a República Popular da China. Em 15 de agosto, o Brasil estabelecia relações diplomáticas com o país asiático em nível de Embaixadas<sup>452</sup>. Crimmins enxergava nesse fato “uma busca do Brasil em afirmar uma política externa independente, colocando em prática o elemento ‘ecumênico’ do ‘pragmatismo responsável’ da administração Geisel”<sup>453</sup>. Segundo o norte-americano, isso não havia sido feito pela busca por uma “vantagem

---

<sup>450</sup> Ibid..

<sup>451</sup> “caution”. *Congressional Hearings on Portuguese Situation*. Brasília, 4 de maio de 1974, NARA, AAD, p. 2. Sobre Soares e Cunhal ver pp. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>452</sup> *Comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China*. Brasília, 15 de agosto de 1974 IN GARCIA, E. V. (Org.) *Diplomacia Brasileira e Política Externa – Documentos Históricos 1493-2008*. Contraponto, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2008, p. 588.

<sup>453</sup> “[...] drive to assert an independent foreign policy, by putting into practice the ‘ecumenical’ element of the Geisel administration’s ‘responsible pragmatism’”. *Brazilian-Chinese Relations*. Brasília, 3 de setembro de 1974, NARA, AAD, p. 4. (A tradução é nossa).

econômica imediata”, e sim por uma “tendência” do atual governo brasileiro em “impulsionar o Brasil para a grande liga internacional”<sup>454</sup>.

Gradativamente, nessa “grande liga”, a questão da energia nuclear e da possibilidade de um determinado país desenvolver armas atômicas ressurgiam nas conversações. Os EUA começavam a se preocupar com a proliferação de países com essa capacidade. Os efeitos regionais dessa multiplicação também mereciam a análise e especulação de seus diplomatas. Apesar do Brasil não ser um signatário do TNP, o país subscrevia o Tratado de Tlatelolco de 1967 e o havia ratificado no ano seguinte. Já a Argentina assinou o acordo, mas só o ratificou em 1994<sup>455</sup>. O tratado bania as armas atômicas na América Latina e Caribe, mas sem as restrições de transferência de tecnologia do TNP.

Em linhas gerais, o Brasil, do ponto de vista dos EUA, estava “do lado dos anjos”<sup>456</sup> em relação à capacidade de produzir armas atômicas. O embaixador norte-americano em Brasília esquadrihava a possibilidade da emergência de uma rivalidade regional Brasil-Argentina, se esta estivesse em posição de armazenar plutônio livre de salvaguardas<sup>457</sup>. O país do Prata já possuía um programa nuclear com transferência de tecnologia. Crimmins acreditava ser “crucial”, do ponto de vista do governo brasileiro, que:

[...] se os brasileiros acreditam que a Argentina tem chance provável em atingir seus objetivos, ou por meio de negociações com os canadenses ou negociando com a França ou Índia, é possível que o governo do Brasil não só apoie a Argentina, mas buscará também seus próprios suprimentos livres de salvaguardas. Isso teria a vantagem de manter a solidariedade latino-americana a curto prazo e proteger os interesses brasileiros a médio e longo prazo. Seria uma manifestação adicional em manter abertas as opções nucleares refletida na atitude do Brasil em relação ao TNP.<sup>458</sup>

---

<sup>454</sup> “immediate economic advantage” e “[...] to push Brazil into the international major league”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>455</sup> Status of the Member States and Signatories to the Treaty of Tlatelolco. *Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina y el Caribe (OPANAL)*. Esta é a agência intergovernamental responsável por supervisionar o cumprimento das obrigações do Tratado. Tabela acessada em 11 de julho de 2012 em: <http://www.opanal.org/opanal/Tlatelolco/P-Tlatelolco-i.htm>.

<sup>456</sup> “[...] on the side of the angels”. *Argentine Safeguards Agreement*. Brasília, 10 de setembro de 1974, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>457</sup> Ibid..

<sup>458</sup> “[...] if Brazilians believe Argentina is likely to gain objectives either through negotiations with Canadians or by dealing with France or India, it is possible that GOB will not only support Argentina but will also seek its own unsafeguarded supplies. This would have advantage of maintaining Latin American solidarity in short-term and protecting Brazilian interests in medium and long-term. It would be additional manifestation of keeping nuclear options open reflected in Brazil’s attitude toward NPT”. *Argentine Safeguards Agreement*. Brasília, 10 de setembro de 1974, NARA, AAD, p. 2. Até 1974, os únicos países

Em depoimento, pouco tempo depois de deixar o cargo de chanceler, Silveira afirmava que o acordo feito entre Canadá e Argentina dava “a possibilidade de bomba atômica à Argentina”. Segundo ele, foi feito “um acordo de salvaguardas muito frouxas ou quase sem salvaguardas”<sup>459</sup> entre os dois países.

Do lado norte-americano, o embaixador em Brasília declarava, na mesma correspondência, que os brasileiros estavam mantendo sua política nuclear sob extremo sigilo e que seus comentários eram cogitações. No entanto, na visita do influente acadêmico e estrategista ligado ao Partido Democrata, Zbigniew Brzezinski, ao Brasil, este teve a oportunidade de se reunir com Golbery do Couto e Silva. De acordo com Crimmins, Brzezinski perguntou ao general sobre as possibilidades do Brasil se nuclearizar, caso a proliferação prosseguisse por outros países, inclusive a Argentina<sup>460</sup>. Ainda segundo o embaixador, Golbery teria respondido afirmativamente e ainda adicionado que “[...] se os brasileiros fossem se nuclearizar, eles testariam primeiro e depois divulgariam o fato (como os indianos fizeram) em vez de tornar sua intenção pública previamente”<sup>461</sup>.

Diante desse quadro, representantes do governo norte-americano tinham boas razões para se preocupar com a possibilidade de países hemisféricos serem capazes de desenvolver testes com armas atômicas.

No mês seguinte, Silveira foi a Washington para encontrar Kissinger e o novo presidente. Na reunião com Ford – além de Silveira e Kissinger - também estavam presentes o embaixador brasileiro em Washington, Araújo Castro, e o assessor de Segurança Nacional do presidente norte-americano, Brent Scowcroft. Conversaram

---

a terem feito testes com armas atômicas eram EUA, URSS, Reino Unido, França e China. (A tradução é nossa).

<sup>459</sup> SPEKTOR, M. (Org.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 161.

<sup>460</sup> *Argentine Safeguards Agreement*. Brasília, 10 de setembro de 1974, NARA, AAD, p. 2.

<sup>461</sup> “[...] if Brazilians were to go nuclear, they would test first and then make the announcement (as the Indians did) rather than making their intention public before hand”. Ibid.. A Índia havia feito seu primeiro teste com armas nucleares em maio de 1974. Silveira afirmou em depoimento após deixar a chancelaria que não recebera Brzezinski nesta ocasião “porque, formalmente, ele não era nada”. Ainda de acordo com o ministro de Geisel, o visitante teria dito ao secretário-geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro, que “o Brasil tinha um belo edifício para sua diplomacia, mas que ele se perguntava se o país tinha uma política externa”.

Cf. SPEKTOR, M. (Org.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 164. (A tradução é nossa).

sobre a situação no Oriente Médio, Cuba, e da possibilidade de visita ao Brasil do secretário de Estado em janeiro de 1975<sup>462</sup>.

Em novembro, funcionários do Departamento de Estado e do Itamaraty se reuniram em Brasília para tentar dar significado prático ao “relacionamento especial” entre Kissinger e Silveira<sup>463</sup>. No grupo norte-americano figuravam diplomatas de carreira e alguns acadêmicos. No brasileiro, apenas diplomatas de carreira, alocados no gabinete do chanceler. O encontro acabou sendo de “baixíssimo perfil”<sup>464</sup>. As conversações não refletiriam as posições oficiais dos governos, mas apenas os pontos de vista pessoais dos membros do Departamento de Estado e do Itamaraty. Dignas de nota foram as ausências de Araújo Castro e Crimmins<sup>465</sup>.

Apesar de tocarem em assuntos de interesse global por dois dias: Oriente Médio, China, diálogo Norte-Sul, Guerra Fria, proliferação nuclear, crise energética internacional, comércio e o papel da OEA; a América Latina não figurou nas conversações. Como o tema poderia ser fonte de discórdia, optou-se que fosse deixado de lado<sup>466</sup>.

O saldo do encontro foi considerado negativo segundo a delegação dos EUA. Os brasileiros não estavam dispostos a abordar a questão nuclear, dialogaram de forma “estranhamente geral” sobre Portugal e África, e sua atitude em relação às conversações sobre o Oriente Médio havia sido “insincera”<sup>467</sup>.

Na avaliação brasileira, o encontro também não havia agradado. Em mensagem a Geisel, Silveira afirmou: “É essencial que se mantenha aberto o diálogo bilateral, mas não se deve esperar que no futuro previsível venha a ser possível um estreito e, de parte dos Estados Unidos, especial relacionamento mútuo”<sup>468</sup>. Em comunicação a Kissinger, o chanceler brasileiro o alertou sobre as recentes desavenças nas relações bilaterais, e como elas poderiam servir para “preparar o terreno” para a sua visita ao país<sup>469</sup>.

---

<sup>462</sup> Ford, Kissinger, Silveira. Washington, 29 de setembro de 1974, BPGF, p. 3. Para conversas sobre o Oriente Médio, Cuba e visita de Kissinger ao Brasil ver pp. 3-5.

<sup>463</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 95.

<sup>464</sup> Ver relatório confidencial entre representantes da Assessoria de Planejamento do Departamento de Estado Americano e assessores do ministro de Estado das Relações Exteriores, Brasília, 21-22 nov 1974, AAS 1974.04.16 e Am. Emb. a Estado, 29 nov 1974, AAD IN SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 96.

<sup>465</sup> Ibid..

<sup>466</sup> Ibid., pp. 97-98.

<sup>467</sup> Am. Emb. a Estado, 27 nov 1974, AAD IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 98.

<sup>468</sup> Silveira a Geisel, IPR, secreto, Brasília, 21 jan 1975, n. 32, AAS 1974.03.26 IN SPEKTOR, M. op. cit, p. 98.

<sup>469</sup> Silveira a HAK, secreto, Brasília, 18 dez 1974, AAS 1974.03.18 IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 98.

Kissinger adiaria sua vinda ao Brasil diversas vezes. Na impossibilidade de realizar a viagem devido a outras prioridades na agenda, o secretário de Estado decidiu enviar um de seus assistentes, William D. Rogers<sup>470</sup>, ao país. Segundo o próprio Kissinger, a visita de Rogers seria apenas uma “preparação” para a sua viagem, que ocorreria no final do mês seguinte. O envio do secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos deveria ser entendido como o início de “conversações preliminares”<sup>471</sup>.

Em correspondência, já no início de março, Crimmins tratava dos possíveis assuntos que surgiriam na visita de Rogers ao Brasil. Além de abordar os atritos comerciais, a questão internacional do petróleo e Cuba, convém chamar a atenção para duas recomendações do embaixador; sobre a questão nuclear, o embaixador afirmava que este “importante assunto” seria tratado quando o secretário visitasse o Brasil em um futuro próximo. Rogers poderia se referir a ele como um assunto a ser discutido na agenda do secretário<sup>472</sup>.

Quanto a esta, especificamente, Crimmins declarava que Silveira tinha a expectativa de, finalmente, chegar a um acordo sobre um mecanismo periódico de consultas de alto nível entre Brasil e EUA. O arranjo envolveria secretários e ministros de ambos os governos, sob a coordenação dele e de Kissinger. Sobre esse desejo do chanceler brasileiro, o embaixador afirmava:

Ele está completamente ciente de nossas reservas sobre a formalidade e a rigidez desse tipo de estrutura, mas eles [*provavelmente Kissinger e seus assessores diretos*] não o desencorajaram. Eu devo lembrar também que ele guarda esse assunto com extremo zelo como um [*tema*] a ser tratado entre ele e o secretário.<sup>473</sup>

Na terceira reunião entre Kissinger e Silveira, o brasileiro já havia pedido ao secretário de Estado que as conversações bilaterais passassem ao largo de Crimmins. A postura do embaixador não agradava o chanceler: “Tratava [*o Brasil*] com presunção... falava muito... era uma espécie de touro que eu recebia no gabinete e

---

<sup>470</sup> Não confundir com William P. Rogers, Procurador-Geral na administração Eisenhower e secretário de Estado do presidente Nixon de janeiro de 1969 a setembro de 1973.

<sup>471</sup> “preparation” e “preliminary talks”. *Corrected Announcement of Secretary’s Trip to South America*. Washington, 14 de abril de 1975, NARA, AAD, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>472</sup> “important matter”. *Agenda for Rogers’ Visit*. Brasília, 7 de março de 1975, NARA, AAD, Seção 2, p. 1 (questão nuclear). Para os outros assuntos ver Seção 1, pp. 1-3. (A tradução é nossa).

<sup>473</sup> “He is fully aware of our reservations about the formality and rigidity of this kind of structure, but they have not deterred him. I should also recall that he guards this issue jealously as one to be handled between him and the secretary”. *Ibid.*, Seção 2, pp. 1-2. (A tradução e os grifos são nossos).

puxava pela argola... os militares o detestavam" <sup>474</sup>. Kissinger, da mesma forma, não nutria simpatia pelo próprio embaixador. Em entrevista, confessou que não o dispensou somente porque havia um número limitado de funcionários que o chefe do Departamento de Estado poderia demitir <sup>475</sup>.

Ao contrário de seu antecessor, John Crimmins tinha larga experiência em lidar com assuntos latino-americanos em geral e, particularmente, brasileiros. O diplomata havia sido Ministro-Conselheiro da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro durante o governo Kubitschek. Além disso, atuara como vice-subsecretário assistente para Assuntos Interamericanos <sup>476</sup>, trabalhara no Bureau de Assuntos Interamericanos (ARA) – núcleo que divergia frequentemente de certas políticas de Nixon e Kissinger - e dirigira a Divisão para a América Latina do Departamento de Estado <sup>477</sup>. Identificava-se com a ala liberal dessa instituição. Em vários documentos, transparece a sua insatisfação com a proximidade e o nível de sigilo entre Kissinger e o chanceler brasileiro.

No final de abril, em uma conversa telefônica com Silveira, o secretário de Estado opta por postergar novamente a visita, mas prefere não fixar nenhuma data futura para o encontro <sup>478</sup>. Na semana seguinte, Ford e Geisel trocaram cartas. O presidente norte-americano se desculpava por mais um adiamento da visita do secretário de Estado ao Brasil, o general respondia em tom polido sobre a impossibilidade imposta por uma nova crise na Indochina. Ambos assinalaram a proximidade da Assembleia Geral da OEA, em Washington, onde Silveira seria o mais alto representante brasileiro <sup>479</sup>.

A posição do Brasil - não somente na reunião da OEA que se avizinhava, mas nas instâncias multilaterais em geral - era explicitada por Silveira em carta a Kissinger:

A maneira desapaixonada pela qual o Brasil tem examinado e confrontado os grandes problemas internacionais – evitando todo [tipo] de demagogia, rejeitando quaisquer alinhamentos automáticos, e se engajando responsabilmente em áreas ainda mais amplas de ação internacional – qualifica-nos, eu acredito, a jogar perante o governo dos EUA, se não o papel de conciliador, ao menos o de um intérprete dos sentimentos legítimos de um vasto mundo em desenvolvimento, o qual nós também pertencemos, percepções que são frequentemente mal interpretadas já que são às vezes

---

<sup>474</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 96. (O grifo é nosso).

<sup>475</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>476</sup> *Veja*, 14 de junho de 1972, p. 21.

<sup>477</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 96.

<sup>478</sup> *Telcon Silveira-Kissinger*. 22 de abril de 1975. Departamento de Estado, FOIA, p. 1. Acessado em 9 de agosto de 2012 em: <http://foia.state.gov/documents/kissinger/0000BC17.pdf>.

<sup>479</sup> *Presidential Message for the Ambassador*. Washington, 23 de abril de 1975, NARA, AAD. E *Letter to President Ford from Brazilian President Geisel*. Washington (reenviada à Embaixada em Brasília), 29 de abril de 1975, NARA, AAD.

encobertas por exageros emocionais ou manifestadas de maneira irracional.  
480

O chanceler brasileiro acreditava que o país poderia desempenhar o papel de um interlocutor maduro e responsável das aspirações dos países em desenvolvimento. Em sua conduta internacional, nossa diplomacia deveria se afastar da busca por aliados preferenciais e tentar diversificar ao máximo suas parcerias. Nesse sentido, em junho, um relatório da CIA sublinhava a expansão do comércio do Brasil com países do bloco comunista. O documento ainda destacava o aumento das exportações da URSS ao Brasil em 1974. A balança, historicamente superavitária em nosso favor, havia se tornado deficitária em função da necessidade de importar petróleo e derivados<sup>481</sup>.

Em depoimento perante a Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen afirmou que o desequilíbrio de US\$ 4,6 bilhões de dólares em nosso intercâmbio internacional deveria ser atacado “em duas frentes, contendo importações e estimulando exportações”<sup>482</sup>. Com relação especificamente aos EUA, o ministro já havia declarado, no início do ano, que a nova Lei de Comércio norte-americana havia apenas institucionalizado normas protecionistas que já eram aplicadas pelo governo dos EUA na prática<sup>483</sup>.

Em discurso, antes da abertura do Congresso, no dia 1º de março, Geisel comentou brevemente a controvérsia. O presidente afirmou que a principal preocupação era a de que “a multiplicação de medidas restritivas, diretamente prejudiciais ao comércio entre as duas nações venha a diluir, inclusive na opinião pública, os fundamentos do relacionamento entre elas”<sup>484</sup>.

A possibilidade de abalo nas relações bilaterais mostrou-se ainda mais crítica em junho, quando o Brasil estava próximo de assinar um acordo de cooperação nuclear

---

<sup>480</sup> “The dispassionate manner in which Brazil has been examining and confronting the great international problems – avoiding all demagoguery, rejecting any automatic alignments, and responsibly engaging in ever broader areas of international action – qualifies us, I believe, to play before the U.S. Government, although not a role of conciliator, at least than of an interpreter of the legitimate feelings of the vast developing world, to which we also belong, feelings that are often misunderstood because they are at times shrouded in emotionalism or manifested in an irrational way”. *Letter to the Secretary from Foreign Minister Silveira*. Washington (repassado à embaixada em Brasília), 29 de abril de 1975, NARA, AAD, pp. 2-3. A data da carta é 23 de abril. Ela foi entregue ao Departamento de Estado na noite do dia 25. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>481</sup> *Intelligence Report - Communist Aid to the Less Developed Countries of the Free World, 1974*. Junho de 1975, CIA, CIA-FOIA, p. 31. Ainda em junho, ocorreu a visita de Nicolae Ceausescu ao Brasil; primeiro presidente socialista a visitar o país desde o golpe de 1964. A visita durou cinco dias. Assinaram acordos nas áreas: siderúrgica, farmacêutica, petroquímica e comercial.

<sup>482</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1975, p. 1.

<sup>483</sup> *O Estado de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1975, p. 25.

<sup>484</sup> *O Estado de S. Paulo*, 2 de março de 1975, p. 8.

com a Alemanha Ocidental. Isso porque, anteriormente, durante as tratativas de um enorme contrato com a Westinghouse, no valor de US\$ 10 bilhões, no qual ela se comprometia a fornecer ao Brasil até 12 reatores, os norte-americanos retiraram a garantia de fornecimento de combustível e as negociações desmoronaram<sup>485</sup>. A revogação do compromisso firmado por parte de Washington levou Geisel a procurar a Alemanha Ocidental como parceira. O acordo era ambicioso, já que previa transferência de tecnologia e a construção de oito usinas nucleares. O compromisso seria firmado no final do mês, em visita de Silveira a Bonn. Tal movimentação brasileira gerou preocupação em parte do governo norte-americano. Em debate no Senado, o democrata John Pastore afirmava:

Estamos fazendo uma fortaleza atômica na América Latina [*havia se referido anteriormente à possibilidade da Argentina desenvolver armas atômicas*] depois que os contribuintes americanos gastaram bilhões e bilhões de dólares para proteger a Alemanha Ocidental e a Europa de um perigo, e eles estão criando um em nosso próprio quintal. Vamos ter uma Cuba de novo?<sup>486</sup>

A lamentável, para dizer o mínimo, declaração de Pastore foi alvo de duras críticas na imprensa brasileira. O embaixador em Washington, Araújo Castro, classificou as afirmações como “infelizes e impróprias”. Acrescentou ainda, que o Brasil não era “quintal” de ninguém. Em Brasília, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara repudiou veementemente “as palavras e a intromissão” do senador norte-americano<sup>487</sup>.

Se em setores do Legislativo americano havia grande preocupação quanto à nuclearização do Brasil, o mesmo não poderia ser dito a respeito do chefe do Departamento de Estado. Logo após o acordo ser celebrado, Kissinger envia uma carta a Silveira. Nela, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ele explicava que:

[...] a posição oficial dos EUA não é exatamente aquela defendida por jornais como o ‘New York Times’ e o ‘Washington Post’ e por alguns senadores. Seria assim, bem menos radical, reconhecendo inclusive o direito do Brasil de ingressar no clube atômico.<sup>488</sup>

---

<sup>485</sup> SKIDMORE, T. op. cit., p. 378.

<sup>486</sup> *Veja*, 11 de junho de 1975, p. 21. (O grifo é nosso).

<sup>487</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1975, p. 1.

<sup>488</sup> *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 1975, p. 15. Em sua edição de 29 de junho, o *New York Times* afirmava, em editorial, que o entendimento entre Brasil e Alemanha Ocidental firmado em Bonn era “uma tragédia para a Alemanha Ocidental bem como para a humanidade em geral”. Cf. *Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 1975, p. 7.

Regressando de Bonn, Silveira se recusou a comentar sobre o conteúdo da carta. A existência dela veio à tona por meio do discurso do senador e porta-voz do presidente Geisel, Virgílio Távora, em que anunciava o texto do acordo com os alemães à casa legislativa. O senador afirmava que o:

[...] acordo constitui assunto de repercussão mundial, interessando o próprio secretário de Estado, Henry Kissinger que, em correspondência dirigida à nossa Chancelaria, quando maior a celeuma desencadeada, explicou a verdadeira posição do governo da grande nação americana face aos acontecimentos.  
489

Crimmins, em entrevista concedida em 1989, afirma que desde o início de 1975, o governo dos EUA havia decidido não recorrer a “argumentos políticos” com os alemães contra seu relacionamento com o Brasil. Em vez disso, segundo ele, a questão deveria ser abordada em “nível técnico”. Com relação à opinião do secretário de Estado sobre o assunto naquela altura, o diplomata assevera: “Meu próprio entendimento sempre foi que Henry Kissinger simplesmente não estava preocupado com a proliferação nuclear”<sup>490</sup>.

Em correspondência a Kissinger no final de julho, Silveira afirmava que compartilhava a percepção do secretário de que estava se desenrolando uma “publicidade adversa” na imprensa norte-americana e no Congresso dos EUA sobre o Acordo de Cooperação Nuclear entre o Brasil e a Alemanha Ocidental. O chanceler argumentava que, nesse processo, havia uma boa dose de desinformação e julgamentos precipitados sobre as ambições brasileiras. Por outro lado, declarava que os últimos contatos com o secretário o deixavam “satisfeito”, já que Kissinger era capaz de compreender “os objetivos da política externa brasileira bem como as intenções do governo do presidente Geisel”<sup>491</sup>.

Em um estudo sobre perspectivas para o Brasil, a CIA especulava sobre as possibilidades de nuclearização do país:

---

<sup>489</sup> *Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 1975, p. 7.

<sup>490</sup> “political arguments”; “technical level”; “My own understanding was that Henry Kissinger was simply not concerned about nuclear proliferation”. *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução é nossa).

<sup>491</sup> “adverse publicity”; “gratified”; “[...] the objectives of the Brazilian foreign policy as well as of the intentions of the Government of President Geisel”. *Message from Brazilian Foreign Minister*. Washington, 29 de junho de 1975 (retransmitido do Departamento de Estado para a embaixada em Brasília), NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

É praticamente certo que os brasileiros não tomaram uma decisão sobre desenvolver armas nucleares, mas o governo não quer renunciar a essa opção. Se o Brasil estava para embarcar em tal empreitada em um futuro próximo utilizando instalações próprias, ele poderia desenvolver provavelmente um artefato nuclear até o início dos anos 1980, contornando acordos de salvaguarda. Testes nucleares e desenvolvimentos subsequentes que provavelmente precisariam de ao menos dois anos para fornecer uma versão pronta para ser utilizada [*que fosse*] compatível para lançamento por aeronaves de combate.<sup>492</sup>

Em relatório dirigido a Kissinger, preparado por funcionários do Departamento de Estado após duas longas reuniões com Crimmins, as partes trataram das solicitações norte-americanas a respeito de presos políticos no Brasil, atritos na área comercial, a “relação especial com Silveira” e da utilidade e propósito de uma visita do secretário de Estado ao país. O embaixador via um determinado “recoo frio” por parte de Geisel para um encontro ainda em 1975<sup>493</sup>.

Em outro documento remetido a Kissinger, preparado pelo ARA, os funcionários do Departamento de Estado tratam das perspectivas nas relações bilaterais, e dos encontros informais entre o secretário de Estado e o chanceler brasileiro por ocasião da Assembleia Geral da ONU em Nova York. O Departamento de Estado destacava o que considerava o principal objetivo de Silveira em seu relacionamento pessoal com secretário:

[...] prosseguir sua associação pessoal e de intercâmbio de pontos de vista com o Sr., na qual ele percebe como incremento de seu próprio prestígio e do Brasil. Em termos substantivos, ele estará interessado em receber um panorama sobre as principais questões internacionais.<sup>494</sup>

Apesar de atritos com Kissinger, o reconhecimento da emergência do Brasil - sua importância como ator político em ascensão - o interesse em manter um processo de consultas em diversos níveis com o governo brasileiro; e a conservação de uma relação pessoal convergente com Silveira eram propósitos reconhecidos pelo Departamento de

---

<sup>492</sup> “The Brazilians have almost certainly not made a decision to develop nuclear weapons, but the government does not want to foreclose this option. If Brazil were to embark on such an endeavor in the near future using indigenous facilities, it probably could develop a nuclear device by the early 1980s, by circumventing safeguard agreements. Nuclear testing and further development probably requiring at least two years would be necessary to provide a weaponized version suitable for delivery by combat aircraft”. *National Intelligence Estimate – The Outlook for Brazil*. 11 de julho de 1975, CIA, CIA-FOIA, p. 11. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>493</sup> “special relationship with Silveira”; “cold turndown”. *Daily Activity Reports, Monday, July 28*. Washington, 28 de julho de 1975, NARA, AAD, pp. 1-2. (A tradução é nossa).

<sup>494</sup> “[...] to continue his personal association and exchange of views with you, which he sees as enhancing his own prestige and that of Brazil. In substantive terms, he will be interested in receiving an overview of major international issues”. *UNGA Bilateral: Brazil – Foreign Minister Silveira*. Washington, 28 de agosto de 1975, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

Estado nas relações bilaterais<sup>495</sup>. Na área econômico-comercial os desentendimentos persistiam<sup>496</sup>, mas o ARA insistia mais uma vez para que o secretário – “de maneira discreta, mas franca”- chamasse a atenção de Silveira sobre como a questão dos direitos humanos “poderia injetar problemas” no relacionamento vis-à-vis<sup>497</sup>.

Em relação a esse tópico, o ARA considerava “construtiva” a expressão de preocupação sobre o tema por parte de Kissinger. Enfatizava, mais uma vez, que o assunto tinha potencial para se tornar “uma questão séria” nas relações bilaterais<sup>498</sup>. Por isso, de início, o secretário deveria estar apto a abordar a questão que se tornava mais problemática e delicada devido em parte ao crescente interesse da imprensa, do Congresso norte-americano e das atividades de organizações internacionais de direitos humanos<sup>499</sup>. Segundo, e aqui o ARA assumia uma posição clara:

Claramente a questão dos direitos humanos básicos transcende fronteiras nacionais. É um ingrediente essencial da política do governo dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, nós reconhecemos que poucos países, sem excluir nosso próprio, possuem um retrospecto irretocável [*nesse assunto*].<sup>500</sup>

Por último, ainda afirmava que as pressões no Congresso, condicionando o respeito aos direitos humanos em diversas nações a planos de assistência, econômica e militar, poderia causar “problemas na manutenção de um relacionamento cooperativo com alguns países”<sup>501</sup>. Sobre a questão nuclear, o ARA advogava a apresentação de uma nova proposta de acordo aos brasileiros. O secretário deveria demonstrar o propósito de “cooperar com o Brasil em sua ambição por um desenvolvimento pacífico da energia nuclear”<sup>502</sup>.

---

<sup>495</sup> Ibid., p. 2.

<sup>496</sup> As restrições a importações instituídas pelo Brasil preocupavam os norte-americanos. Em julho, em visita ao país, o subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Charles Robinson, conseguiu chegar a um acordo com o governo brasileiro ao propor um mecanismo de consulta bilateral para tentar destravar os problemas nessa área. No mês seguinte, Kissinger escreveu a Silveira relatando suas “reservas” em relação a um novo decreto do governo brasileiro que visava estabelecer medidas restritivas aos países que exportavam ao Brasil. O país buscava conter o déficit em sua balança comercial que, somente com relação aos EUA, havia atingido US\$ 1,4 bilhão em 1974. Ibid., p. 3.

<sup>497</sup> “discreetly but frankly” e “could inject problems”. Ibid., p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>498</sup> “helpful” e “a serious issue”. Ibid., p. 5. (A tradução é nossa).

<sup>499</sup> Ibid..

<sup>500</sup> “Clearly the question of basic human rights transcends national boundaries. It is an essential ingredient of USG policy. At the same time we recognize that few countries, not excepting our own, have a perfect record”. Ibid., p. 6. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>501</sup> “problems in maintaining a cooperative relationship with certain countries”. Ibid., p. 6. (A tradução é nossa).

<sup>502</sup> “to cooperate with Brazil in its desire for the peaceful development of nuclear power”. Ibid.. (A tradução é nossa).

Silveira e Kissinger tiveram um encontro informal na suíte do secretário de Estado no Waldorf Towers, em Nova York. A possibilidade deste visitar o Brasil em novembro foi abordada, mas não confirmada. Da mesma maneira, o chanceler afirmava que esperava que Geisel pudesse ir aos EUA em 1976. Após tratarem rapidamente de temas relativos ao comércio, ambos concordaram que um mecanismo mais amplo de consultas, em que os dois tivessem o controle, era essencial nas consultas bilaterais. Segundo Kissinger, um “arranjo especial” com o Brasil era necessário<sup>503</sup>. O chanceler se prontificou a enviar uma carta com seus pontos de vista sobre esse acordo ao secretário, de maneira que o entendimento pudesse ser anunciado durante a visita de Kissinger ao Brasil. A iniciativa de Silveira teve o apoio do secretário e as partes mencionaram a possibilidade de institucionalizar esse mecanismo de consulta. Por fim, Kissinger e Silveira conversaram sobre as relações soviético-chinesas e a conjuntura política no leste europeu<sup>504</sup>.

Se a questão nuclear e dos direitos humanos preocupavam setores do governo dos EUA nas relações bilaterais, representantes da Embaixada em Brasília temiam um acirramento político interno devido a um novo desdobramento do problema energético brasileiro. Em outubro, Geisel anunciava que a Petrobrás, a partir daquele momento, aceitaria fazer contratos de risco com empresas de petróleo estrangeiras para explorar a commodity em território nacional. Tal medida – comentava a embaixada dos EUA em correspondência a Washington – teria “um amplo impacto político doméstico negativo”. Os norte-americanos temiam que isso pudesse levar a oposição a cometer “excessos” que seriam retaliados por medidas duras do governo brasileiro. Especulava, ainda, que alguns observadores acreditavam que a nova entrada no país de empresas petrolíferas estrangeiras poderia resultar em um “ressurgimento do antiamericanismo”<sup>505</sup>.

O assunto era realmente incômodo ao governo brasileiro. No encontro anual da Sociedade Interamericana de Imprensa realizado em São Paulo, Julio de Mesquita Neto, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo* e então diretor da SIP, leu um comunicado elaborado pela ABI destinado a Armando Falcão, enviado ao ministro da Justiça no dia 17 de outubro. Em determinado trecho afirmava que, após se reunir com representantes dos jornais afetados pela nova regra da censura, ele constatou:

---

<sup>503</sup> “special arrangement”. *Secretary’s Bilateral with Foreign Minister Silveira, September 27, 1975*. Washington, 3 de outubro de 1975, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>504</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>505</sup> “a broadly negative domestic political impact”; “excesses” e “resurgence of anti-Americanism”. *Political Impact of “Risk-Contract” Decision*. Brasília, 16 de outubro de 1975, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

[...] que não só foi confirmada a proibição de qualquer referência à decisão governamental sobre contratos de risco ou mesmo qualquer assunto atinente à Petrobrás e ao petróleo, como nos foi comunicada a surpreendente determinação feita a esses órgãos, pela Censura Federal, de não revelar à imprensa nacional e estrangeira a proibição referida, sob pena de sanções mais rigorosas, que poderiam chegar até o fechamento das empresas editoras desses jornais.<sup>506</sup>

A Assembleia Geral da SIP foi encerrada concluindo que não havia liberdade de imprensa em oito países do Hemisfério Ocidental: Brasil, Cuba, Chile, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai<sup>507</sup>. Mesquita ainda confirmou as recentes prisões arbitrárias de três repórteres em São Paulo. Em seguida, o diretor do jornal O Estado de S. Paulo arrematou: “Por isso [...] a conclusão é de que aqui não há liberdade de imprensa<sup>508</sup>”.

\*\*\*

Também em outubro, o Comitê Social, Humanitário e Cultural da Assembleia Geral da ONU juntou-se para discutir os traços iniciais de uma resolução que condenava o sionismo como “uma forma de racismo e discriminação racial”<sup>509</sup>. A princípio, nas conversações entre o embaixador brasileiro na ONU, Sérgio Correa da Costa, Silveira e Geisel, a posição do país seria de seguir a maioria no comitê específico (votar a favor da resolução) e de abstenção na Assembleia Geral.

No entanto, feita a votação, o Brasil acompanhou o voto de apenas quatro países latino-americanos: México, Chile, Guiana e Cuba. Geisel instruiu, conforme combinado anteriormente, que, em uma nova votação, optasse-se pela abstenção na Assembleia Geral.

Pouco tempo depois, o Departamento de Estado, sem consultar o secretário, solta “protestos formais aos quatro dissidentes latino-americanos” (Cuba ficou de fora, já que não sustentava relações formais com os EUA). O comunicado pedia a

---

<sup>506</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22 de outubro de 1975, p. 13. O presidente da ABI, Prudente de Moraes Neto, reiterou a Falcão em sua mensagem que o governo repensasse sua política de censura que estava afetando principalmente os seguintes jornais: *Tribuna da Imprensa*, *O Pasquim*, *Opinião e Movimento*.

<sup>507</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1975, p. 1.

<sup>508</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1975, p. 14. Os três jornalistas detidos foram: Rodolfo Konder, da revista *Visão*; Jorge Duque Estrada, de *O Estado de S. Paulo*; e José Vidal Pola Galé, da *Agência Folha*. O Consulado norte-americano em São Paulo acompanhava esses desenvolvimentos atentamente. Ver *ABI Protests Press Censorship on Petroleum Issue at IAPA Meeting*. São Paulo, 23 de outubro de 1975, NARA, AAD. E *IAPA Declares Freedom of the Press to be Lacking in Brazil*. São Paulo, 31 de outubro de 1975, NARA, AAD.

<sup>509</sup> *New York Times*, 18 de outubro de 1975 e 19 de outubro de 1975 IN SPEKTOR, M. o *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 122.

modificação dos votos e chegava às chancelarias dos quatro países ao mesmo tempo em que chegava à imprensa norte-americana. Crimmins projetou a reação brasileira rapidamente. De acordo com documento apurado por Matias Spektor, o embaixador afirmou a Silveira que, se Kissinger não estivesse na China, o Itamaraty nunca teria recebido aquela nota<sup>510</sup>.

Diante do gesto unilateral, incriminatório e repreensivo por parte dos EUA, Geisel decidiu reagir. Optou por manter o voto contra o sionismo também na sessão plenária. A partir do desafio lançado pelo general, Silveira passou “a explorar os dividendos dessa minicrise”<sup>511</sup>. Nas conversações subseqüentes com Kissinger, utilizava a crise como exemplo de como “as falhas da parceria eram de responsabilidade do Departamento de Estado”. Implicitamente, estava se valendo do episódio para sugerir que a parceria contornasse a burocracia do Departamento. Era impossível que um líder brasileiro sustentasse um compromisso com os norte-americanos, sem que esses, ao menos, tivessem o zelo de demonstrar “respeito” e “igualdade” para o lado mais fraco<sup>512</sup>. Numa entrevista, concedida muitos anos após esse episódio, Silveira afirmaria: “Ele nos permitiu pôr as relações com Kissinger no pé em que deveriam estar. Se não houvesse correção firme, ele ia querer impor outras coisas<sup>513</sup>”. No mês seguinte, um novo acontecimento colocava Brasil e EUA em atrito novamente.

Uma semana após o Brasil reconhecer imediatamente o novo governo independente de Angola, liderado pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), em 11 de novembro, Crimmins enviou uma mensagem ao Departamento de Estado resumindo os principais desenvolvimentos desse assunto em Brasília. No dia 12, o embaixador se encontrou com Silveira, que lhe relata quais foram os principais pontos que levaram o Itamaraty a tomar tal decisão. O chanceler afirmou que o fato de o país já dispor de uma Missão Especial em Angola influenciou a deliberação. Isso porque, se o Brasil não reconhecesse rapidamente o novo governo, a Missão poderia ser retirada com perspectivas incertas para uma reinserção. Silveira ainda declarou que achava o MPLA (grupo guerrilheiro de inspiração marxista e apoiado pela URSS, Cuba, Alemanha Oriental e a então Iugoslávia) “não tão radical como muitas pessoas pensam”<sup>514</sup>. Dentro do movimento, segundo ele, havia um conflito entre “moderados” e radicais. De

---

<sup>510</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 123.

<sup>511</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>512</sup> *Ibid.*.

<sup>513</sup> *Ibid.*.

<sup>514</sup> “not so radical as many people thought”. *Reaction to Brazilian Recognition of MPLA as Government of Angola*. Brasília, 18 de novembro de 1975, NARA, AAD, p. 3. (A tradução é nossa).

qualquer forma, o chanceler acreditava que o nacionalismo era forte suficiente para prevenir que Angola se tornasse “uma marionete comunista”<sup>515</sup>.

Os outros dois grupos que disputavam o poder com o MPLA eram a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). A primeira contava com conexões políticas no governo do Zaire, apoio dos EUA (via CIA), China, Romênia, Índia e Argélia. A segunda recebia auxílio da África do Sul, China, Romênia, EUA, Coreia do Norte e, posteriormente, da própria FNLA<sup>516</sup>.

Brasil e Estados Unidos ficariam, portanto, em lados opostos desse conflito. Quando o líder do MPLA, Agostinho Neto, declarou a soberania do país em 11 de novembro, havia, aproximadamente, 12 mil membros de forças cubanas em operação no país. Tal fato levou os EUA a aumentarem o auxílio às forças que representavam uma vitória anticomunista. Em seguida, Kissinger declarou à imprensa que os EUA não reconheceriam Angola enquanto houvesse forças cubanas atuando no país<sup>517</sup>.

Nessa conjuntura, Silveira viu-se desacreditado. Alvo de fortes críticas da imprensa brasileira pela posição do Itamaraty em Angola, o chanceler se lastimou a Crimmins que as declarações de Kissinger sobre o envolvimento cubano no país africano “não chegaram quatro meses antes”<sup>518</sup>.

De acordo com documentos apurados por Matias Spektor, em relatório a Kissinger, Crimmins afirmou que uma cooperação mais próxima ao Brasil nos meses anteriores a novembro “teria mudado o curso da política brasileira”. Ainda segundo o autor, com os documentos disponíveis atualmente, é razoável supor que o Brasil, possivelmente, teria deixado Angola de lado<sup>519</sup>. No entanto, a questão que aparece imediatamente é: “por que Kissinger nem sequer sinalizou sua insatisfação [*com relação à política brasileira em Luanda*] a Silveira?”<sup>520</sup>.

Spektor levanta três motivos. Uma operação fracassada em Angola traria lembranças do episódio da baía dos Porcos, quando os EUA apoiaram uma operação malsucedida para apelar Castro do poder em Cuba, em 1961. Segundo; se negociações sigilosas viessem a público, o mundo poderia conhecer

---

<sup>515</sup> “moderates”; “a communist puppet”. Ibid., pp. 3-4. (A tradução é nossa).

<sup>516</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 116.

<sup>517</sup> Ibid., p. 119.

<sup>518</sup> “had not come four months earlier”. *Your Meeting with Brazilian Foreign Minister Silveira – Briefing Memorandum*. Washington, 17 de dezembro de 1975, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>519</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 120.

<sup>520</sup> Ibid., p. 121. (O grifo é nosso).

a real extensão da cooperação entre Estados Unidos e China comunista para minar a expansão da influência soviética no Terceiro Mundo. Isso seria desastroso para a détente tanto quanto seria um grande golpe para Pequim.

E, por último, e não menos importante, estava a preocupação com o desgaste que revelações sobre operações encobertas em Angola teriam nos debates no Congresso norte-americano<sup>521</sup>. Essa inquietação era, sem dúvida, procedente. No ano seguinte, o Congresso aprovava uma modificação proibindo operações militares ou paramilitares em Angola sem o seu prévio consentimento (Emenda Clark)<sup>522</sup>.

### 3.3.2 Direitos humanos

Em um encontro com encarregados de política do consulado dos EUA em São Paulo, o cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns externou que “[...] havia perdido a esperança que a administração Geisel encerrasse os abusos do governo nos campos dos direitos civis e humanos”. Já em maio de 1974, Arns afirmava que “[...] se houve alguma mudança ela foi para pior”<sup>523</sup>. O cardeal falava das recentes prisões de professores, estudantes e três membros do CEBRAP em São Paulo em que muitos deles, antes de serem liberados, foram torturados por autoridades durante interrogatório<sup>524</sup>. O religioso lembrava também da reimposição de censura à revista *Veja* e da incapacidade do governo federal em lidar com “uma polícia paralela”<sup>525</sup>.

O editor de *Veja*, Mino Carta, também conversou com representantes do consulado. De acordo com correspondência à embaixada em Brasília, a outros consulados americanos no país e ao Departamento de Estado, Carta afirmou que em recente conversa com Arns, este lhe relatou um diálogo que teve com Golbery, em que discorreu sobre a necessidade de remover o delegado Sergio Fleury de seu posto<sup>526</sup>.

---

<sup>521</sup> Ibid..

<sup>522</sup> Para mais ver SCHLESINGER Jr., A. M. op. cit., p. 311.

<sup>523</sup> “[...] had lost hope that Geisel administration would end government abuses in human and civil rights field” e “[...] if there has been any change it has been for the worse”. *Cardinal Expresses Disillusionment Over Prospects for Improvement in Church-State Relations*. São Paulo, 10 de maio de 1974, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>524</sup> Ibid..

<sup>525</sup> “the parallel Police”. Ibid., p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>526</sup> *New Censorship Measures Threaten Veja's Future*. São Paulo, 10 de maio de 1974, NARA, AAD, Seção 2, p. 1. Fleury era acusado de assassinato e de liderar um grupo conhecido como “Esquadrão da Morte”. Charles Vanhecke, jornalista do *Le Monde*, publicou um artigo no dia 6 de maio sobre o aumento do número de prisões e denúncias de tortura em São Paulo. O texto reiterava as acusações sobre Fleury. Citações a ele foram censuradas. Ibid..

Em agosto, Arns voltou a se encontrar com Golbery. Conversaram sobre assuntos variados, mas o foco foi, mais uma vez, a situação dos prisioneiros políticos e a liberdade de imprensa. Segundo o religioso, havia mais de vinte desaparecidos entre detidos nessa situação em São Paulo e no Rio. O general tomou nota de suas observações e prometeu ajudá-lo a encontrá-los<sup>527</sup>.

No final do mês, Geisel discursou sobre as perspectivas internas do país. Segundo o general, o governo deveria promover “o máximo de desenvolvimento possível – econômico, social e também político – com o mínimo de segurança indispensável”. O processo deveria ser de uma “lenta, gradativa e segura distensão”<sup>528</sup>. Essa busca por um relaxamento das tensões estendia-se, também, às relações do governo com a Igreja Católica, de forma a tentar manter aberta uma linha diálogo ao menos satisfatória com alguns sacerdotes.

No início de setembro, o cardeal-arcebispo de São Paulo voltou a se reunir com funcionários do consulado americano na capital paulista. Em uma hora de conversa, Arns afirmou que seu encontro com Golbery, em agosto, havia sido solicitação sua. Dialogou por duas horas a sós com general e, nas duas horas e meia seguintes, ouviu relatos, ao lado do militar, de familiares de cada uma das pessoas desaparecidas<sup>529</sup>. No final de agosto, convocaria uma conferência de imprensa para falar de seu encontro com o chefe da Casa Civil, e cobrá-lo sobre a incapacidade do governo em responder às demandas dos familiares de desaparecidos<sup>530</sup>.

Arns comentou que o comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Mello, confirmou-lhe que, no início de julho, o delegado Fleury havia sido removido de suas funções no interrogatório de prisioneiros políticos. O religioso checkou com suas fontes que corroboraram com a veracidade da notícia; no entanto, Fleury continuou em atividade na polícia<sup>531</sup>.

Não era somente com as forças de segurança que o governo federal tinha sérias dificuldades. O grave quadro econômico internacional começava a influir, de forma mais evidente, em nossa situação doméstica. Parte da insatisfação popular era devida, principalmente, pelo aumento no custo de vida e dificuldade no acesso ao crédito. No

---

<sup>527</sup> *Church-State Relations: Reports of Improvement Supported by Sales, Disputed by Arns*. Brasília, 10 de setembro de 1974, NARA, AAD, p. 3.

<sup>528</sup> *Folha de S. Paulo*, 30 de agosto de 1974, p. 1.

<sup>529</sup> *Church-State Relations: Reports of Improvement Supported by Sales, Disputed by Arns*. Brasília, 10 de setembro de 1974 (citando Consulado de São Paulo), NARA, AAD, Seção 2, pp. 1-2.

<sup>530</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>531</sup> *Ibid.*, Seção 3, p. 1.

final de outubro, aproximadamente a duas semanas das eleições para o Congresso Nacional, o governo anunciava um novo pacote econômico. As medidas visavam diminuir o impacto da inflação no salário mínimo, reajustar os rendimentos do funcionalismo público, – civil e militar - facilitar o crédito e estimular o consumo interno.

O resultado do pleito acabou demonstrando o desgaste do regime autoritário. A porcentagem de votos brancos e nulos caiu significativamente, assim como os votos para o partido governista. O MDB teve um crescimento muito expressivo, apesar de permanecer ainda como minoria <sup>532</sup>.

A oposição no Congresso Nacional progredia, mas o país ainda estava distante de restaurar todas as liberdades civis. Nesse sentido, em janeiro de 1975, Arns externava aos representantes do consulado americano em São Paulo, da sua “[...] recusa em acreditar na sinceridade de Geisel e Golbery quando eles asseguraram a intenção de reestabelecer o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos” <sup>533</sup>. Segundo ele, o governo Geisel não fez “[...] nenhum progresso significativo em relação a restaurar as liberdades de imprensa ou eliminar a violação de direitos humanos por membros das forças de segurança nacionais” <sup>534</sup>.

A questão da liberdade de imprensa, insistia o cardeal, era um ponto fulcral para se obter uma verdadeira “abertura política”. Ele era cético a avanços nessa área, já que o fim abrupto da censura levaria – contrariando os objetivos dos militares no poder - à divulgação completa dos casos de tortura <sup>535</sup>.

No final de janeiro, um grupo de parentes e pessoas próximas aos “desaparecidos” entregaram uma lista a líderes da oposição com nomes de pessoas cujo paradeiro se desconhecia. Pouco tempo depois, o ministro da Justiça, Armando Falcão, liberava uma lista com 27 nomes de “desaparecidos” – suspeitos de estarem detidos ou terem sido vítimas das forças de segurança <sup>536</sup>. Em comunicação a Washington, a Embaixada norte-americana sublinhava que, apesar de ser o primeiro reconhecimento

---

<sup>532</sup> IBGE – *Estatísticas Históricas do Brasil* IN BANDEIRA, L.A. M. op. cit., p. 183. Na mesma época, nas eleições para o Congresso norte-americano, os democratas ampliaram ainda mais a sua maioria na Câmara e no Senado.

<sup>533</sup> “[...] disbelief in the sincerity of Geisel and Golbery when they assert the intention of reestablishing a rule of law and respect for human rights”. *Cardinal Arns Casts Doubt Upon Geisel and Golbery’s Sincerity*. São Paulo (retransmitido pela embaixada em Brasília ao Departamento de Estado), 10 de janeiro de 1975, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>534</sup> “[...] any significant progress with respect to restoring press freedoms or eliminating the violation of human rights by members of the National Security Forces”. Ibid., p. 1.

<sup>535</sup> “political opening”. Ibid., p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>536</sup> *Veja*, 12 de fevereiro de 1975, p. 13.

público da questão dos prisioneiros políticos, esta manobra do governo visava conter a insatisfação crescente capaz de incentivar a convocação de uma CPI para investigar esses casos<sup>537</sup>.

Os casos de desrespeito aos direitos humanos ganhariam mais destaque internacional no início de fevereiro com a Comissão de Direitos Humanos da ONU reunida em Genebra. O grupo iria se concentrar, primordialmente, na grave situação de repressão no Chile desde o golpe de 1973. Além disso, um relatório preparado por um subgrupo lidava com violações em cinco países ao longo de 1974; entre eles, uma situação de “tortura disseminada”<sup>538</sup> no Brasil.

Em uma comunicação à missão dos EUA em Genebra e ao Departamento de Estado, Crimmins fez um pequeno resumo da situação dos direitos humanos no Brasil no último ano. Relatava as recentes prisões de estudantes, intelectuais e professores<sup>539</sup>. Entre elas citava o nome da professora da Universidade de São Paulo (USP) e militante da ALN, Ana Rosa Kucinski Silva, detida em 22 de abril de 1974<sup>540</sup>. Além dela, mencionava o integrante da AP, Paulo Stuart Wright, considerado “desaparecido” pelas forças de segurança após ter sido preso em 1973<sup>541</sup>. O único caso no qual o embaixador se deteve um pouco mais foi o do cidadão norte-americano Fred B. Morris. Tratava-se de um missionário metodista que atuava em Recife e tinha contato com D. Helder Câmara. Preso em 30 de setembro de 1974, permaneceu dezessete dias em cativeiro e alegava ter sido torturado. Havia escrito um artigo para a revista *Time*, publicado em junho, em que denunciava prisões arbitrárias e torturas sofridas por pessoas próximas a ele. Acabou expulso do país em uma ordem assinada pelo presidente Geisel, que o caracterizava como “pessoa nociva aos interesses do Brasil”<sup>542</sup>.

O embaixador concluía afirmando que a questão dos direitos humanos havia entrado, definitivamente, na discussão política brasileira; fortalecida pelo abrandamento

---

<sup>537</sup> *Justice Minister Issues Reply to List of “Missing Persons”*. Brasília, 8 de fevereiro de 1975, NARA, AAD, p. 1.

<sup>538</sup> “widespread torture”. *Concern About Human Rights in Chile*. 27 de janeiro de 1975, CIA, CIA-FOIA, p. 4. (A tradução é nossa).

<sup>539</sup> *Human Rights Reporting*. Brasília, 8 de fevereiro de 1975, NARA, AAD, Seção 2, p. 2.

<sup>540</sup> Cf. sua ficha no sítio eletrônico do *Grupo Tortura Nunca Mais – RJ*. Acessado em 12 de julho de 2012: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=190>.

<sup>541</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., p. 463.

<sup>542</sup> Cf. GREEN, J. N. op. cit., pp. 437-38. Segundo Crimmins, as informações dadas pelo comando do IV Exército em Recife sobre Morris eram desconstruídas. Ele afirma ter enviado uma comunicação enérgica ao Itamaraty, pleiteando acesso ao preso. O comandante do IV Exército e o ministro Sylvio Frota teriam reagido de maneira “furiosa” a seu pedido, considerando-o petulante. Cf. *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST.

da censura. Apesar de considerar que o desfecho desse debate era incerto, acreditava que os desdobramentos recentes poderiam ser considerados positivos<sup>543</sup>.

De fato, em dezembro, Morris havia deposto em uma das audiências no Congresso norte-americano que tratavam de violações dos direitos humanos no Chile, Brasil e outros países. Seu relato fora publicado com o título *Tortura e Opressão no Brasil* e listava as principais atividades de ativistas de oposição ao regime militar desenvolvidas no país nos últimos cinco anos<sup>544</sup>.

Em novo encontro com representantes do consulado dos EUA em São Paulo, no início de março, Arns mostrava-se preocupado com as últimas prisões feitas por forças de segurança na capital paulista. Segundo o cardeal, os detidos eram pessoas conhecidas que não tinham ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>545</sup>. Ele e outros integrantes da Comissão de Justiça e Paz achavam que as detenções era uma tentativa das forças de segurança de tumultuar a abertura política iniciada por Geisel, e um alerta intimidatório ao Congresso. O religioso argumentava que o presidente estava sob intensa pressão por forças que desejavam uma interrupção do processo de descompressão. Supunha que o general não teria força suficiente para neutralizar o “aparato de segurança”, e que se ele se arriscasse a tentar, poderia estar colocando em risco seu posto<sup>546</sup>.

Apesar desse retrocesso, as perspectivas, em relação aos últimos anos, haviam melhorado. Em contato com o consulado americano no Recife, o deputado federal do MDB, Thales Ramalho, afirmou que o número de casos de violações de direitos humanos havia caído consideravelmente nos últimos três anos, e que a queda mais acentuada havia ocorrido em 1974. Sublinhou, entretanto, que abusos persistiam<sup>547</sup>. O MDB ainda tentou convocar o ministro da Justiça para prestar mais esclarecimentos sobre a questão dos “desaparecidos”, mas esse ensaio não teve resultado, já que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se apressou em obstruir o que poderia resultar em uma CPI sobre a questão dos direitos humanos no país<sup>548</sup>.

Comentando um extenso relatório anual sobre o Brasil, elaborado por diversas agências do governo norte-americano, Crimmins afirmava que a chave para se ter

---

<sup>543</sup> *Human Rights Reporting*. Brasília, 8 de fevereiro de 1975, NARA, AAD, Seção 2, p. 4.

<sup>544</sup> GREEN, J. N. op. cit., pp. 439-442. E SKIDMORE, T. op. cit., pp. 331-333. O nome original do documento é *Torture and Oppression in Brazil*.

<sup>545</sup> *Cardinal Arns Discusses Recent Arrests*. São Paulo, 10 de março de 1975, NARA, AAD, p.1.

<sup>546</sup> “security apparatus”. Ibid., p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>547</sup> *Human Rights Reporting*. Brasília, 3 de abril de 1975, NARA, AAD, Seção 2, p. 2.

<sup>548</sup> Ibid., Seção 2, pp. 3-4.

“alguma efetividade” na questão dos direitos humanos era “a prontidão efetiva das altas autoridades de Washington em apoiar ações responsáveis neste campo tomadas em resposta a instruções contínuas e a aceitar consequências, por vezes, desagradáveis em outros interesses”<sup>549</sup>.

No dia 2 de julho, a estilista brasileira Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel, vai a Washington e, ao lado de um funcionário do gabinete do deputado Jonathan Bingham, encontra-se com pessoal do ARA do Departamento de Estado<sup>550</sup>. Seu filho, o militante do MR-8, Stuart Angel Jones, havia desaparecido após ter sido preso no Rio de Janeiro em maio de 1971. O pai, Norman Angel Jones, era cidadão norte-americano, o que proporcionava uma possibilidade de pressão externa ao regime brasileiro. Recentemente, a estilista havia enviado uma carta ao presidente Geisel perguntando sobre o paradeiro de seu filho e não obtivera resposta. A versão oficial era a de que Stuart Jones nunca havia sido preso, e que simplesmente havia desaparecido<sup>551</sup>. Por outro lado, fontes brasileiras haviam lhe dito que seu filho havia sido detido, seviciado e morto por forças de segurança ligadas à Aeronáutica<sup>552</sup>.

A Anistia Internacional demonstrou interesse pelo caso e solicitou o apoio de deputados e senadores norte-americanos para que exercessem pressão junto ao governo brasileiro em favor da questão dos direitos humanos no país<sup>553</sup>. Na comunicação à embaixada em Brasília e ao consulado no Rio, Kissinger afirmava que este caso “poderia muito bem renovar o foco da preocupação congressional na questão mais ampla dos direitos humanos em relação ao Brasil”<sup>554</sup>. O secretário de Estado ainda alertava que o governo do Brasil deveria ser informado do crescente interesse do Congresso norte-americano em torno da questão e da possibilidade de uma reação mais vigorosa do Legislativo nesse caso<sup>555</sup>.

No final de agosto, Arns classificou como “sombrias” as perspectivas para o prosseguimento do processo de abertura política e distensão. O religioso duvidava da capacidade de Geisel e Golbery resistirem às pressões vindas de militares contrários à

---

<sup>549</sup> “any effectiveness”; “[...] the steadfast readiness of senior Washington authorities to support responsible actions in the field taken in response to standing instructions and to accept the sometimes unpleasant consequences on other interests”. *Overview for the CASP*. Brasília, 6 de maio de 1975, NARA, AAD, Seção 2, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>550</sup> *Case of Stuart Angel Jones*. Washington, 7 de julho de 1975, NARA, AAD, p. 2.

<sup>551</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>552</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>553</sup> *Ibid.*.

<sup>554</sup> “[...] may very well cause renewed focus of congressional concern on the broader human rights question with respect to Brazil”. *Ibid.*.

<sup>555</sup> *Ibid.*, p. 3.

liberalização<sup>556</sup>. Nesse novo encontro com funcionários do Consulado, o cardeal destacava ainda “a ausência do Estado de Direito no Brasil” como a questão “crucial” para o país<sup>557</sup>. Segundo ele, pressões internas e externas seriam necessárias para restaurá-lo. Por fim, considerava que a recente atenção internacional dada ao país no tópico dos direitos humanos tinha “efeitos salutares”, já que desencorajava a reincidência em abusos por parte das autoridades de segurança<sup>558</sup>.

Alguns dias depois, a OAB enviou uma nota de protesto ao presidente pelas detenções ilegais de advogados em São Paulo, Brasília, Bahia e Rio Grande do Sul. Na carta a Geisel, o presidente do Conselho Federal da Ordem, Caio Mario da Silva Pereira, solicitava medidas “não apenas em defesa dos advogados, mas também de qualquer cidadão que estiver já sofrendo prisão sem observância das normas formais”. Em resposta, o ministro da Justiça entrou em contato com Pereira e marcou um encontro no Rio. Falcão pediu que fosse notificado sobre qualquer fato novo que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tivesse conhecimento, a fim de que ele avisasse prontamente ao presidente<sup>559</sup>.

A questão também encontrou eco no Senado. No dia 30 de setembro, o senador pelo MDB de Goiás, Lázaro Barbosa, expressou preocupação pelas prisões arbitrárias de advogados naquele Estado<sup>560</sup>. De maneira similar, seu companheiro de partido, Franco Montoro, solicitava esclarecimentos ao ministro da Justiça sobre a morte de um homem no Ceará que estava sob custódia da polícia<sup>561</sup>. O vice-presidente da sigla, senador Paulo Brossard, declarou que não se podia negar as recentes prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, e mesmo casos de obstrução da Justiça que estavam acontecendo no país<sup>562</sup>. Roberto Saturnino Braga, do MDB do Rio, afirmava que desconhecia alguém que tivesse sido punido, apesar do governo reconhecer os abusos<sup>563</sup>.

No final de outubro de 1975, o Brasil ainda seria o destaque negativo na imprensa internacional com a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do

---

<sup>556</sup> “bleak”. *Cardinal Arns Discusses New Human Rights Violations and Paralyzation of the Distensao Process*. São Paulo, 3 de setembro de 1975, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>557</sup> “crucial” e “absence of the rule of law in Brazil”. *Ibid.*. (A tradução é nossa).

<sup>558</sup> “salutary effects”. *Ibid.*, p. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>559</sup> *O Estado de S. Paulo*, 9 de setembro de 1975, p. 21.

<sup>560</sup> SENADO FEDERAL. Portal Atividade Legislativa. Pronunciamentos. Acessado em 19 de agosto de 2012 em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=2698>.

<sup>561</sup> *Ibid.* <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=2706>.

<sup>562</sup> *Ibid.* <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=2705>. E *Human Rights Debate in Senate*. Brasília, 3 de outubro de 1975, NARA, AAD, p. 2.

<sup>563</sup> *Human Rights Debate in Senate*. Brasília, 3 de outubro de 1975, NARA, AAD, p. 2.

DOI-CODI, em São Paulo. O jornal inglês *The Guardian* afirmava que o episódio “dificilmente poderia ter ocorrido em pior momento para o regime brasileiro”<sup>564</sup>. Em 10 de novembro, Edward Kennedy voltava a expressar sua preocupação com a situação dos direitos humanos no Brasil em discurso ao Senado, citando os casos de Morris e Herzog<sup>565</sup>.

No Brasil, a reação dos principais jornais foi dura, a oposição no Congresso criticou fortemente o ocorrido e a missa realizada em homenagem ao jornalista tornou-se um ato de protesto ao regime, contando com a presença de aproximadamente 8 mil pessoas<sup>566</sup>. D. Paulo Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright – irmão de Paulo Stuart Wright – estavam presentes na tensa cerimônia que contou com grande presença policial<sup>567</sup>.

Indubitavelmente, a questão dos direitos humanos colocava Geisel e seu governo na defensiva. No final de outubro, durante viagem oficial à França, Silveira comentou, de maneira enérgica, a contradição incorrida por certos países europeus que criticavam veementemente as violações de direitos humanos no Chile, mas ignoravam abusos de ainda maiores proporções em países vizinhos, como os do bloco soviético<sup>568</sup>.

Nos Estados Unidos, a falta de interesse do governo Ford era semelhante. No final de junho, o prêmio Nobel de Literatura e dissidente soviético recentemente exilado, Alexander Soljenítsin, foi a Washington para um banquete em sua homenagem oferecido pela Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO). Quinze dias depois, ainda discursou em sessão conjunta ao Congresso norte-americano. No entanto, o fato de ele não ter sido recebido pelo presidente Ford gerou duras críticas vindas das alas mais conservadoras do próprio Partido Republicano<sup>569</sup>.

No início de dezembro, outro dissidente e ferrenho crítico do regime soviético ganhava destaque na imprensa internacional. O físico Andrei Sakharov vencida o prêmio

---

<sup>564</sup> *The Guardian*, 29 de outubro de 1975 IN SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 127.

<sup>565</sup> *Kennedy Remarks on Brazil*. Washington, 13 de novembro de 1975, NARA, AAD, pp. 2-4.

<sup>566</sup> Houve ainda uma greve de uma semana de estudantes e professores universitários, um protesto do sindicato dos jornalistas e uma declaração assinada por 42 bispos contra a violência do Estado. Cf. GREEN, J. N. op. cit., pp. 442-445.

<sup>567</sup> *Tensions Reduced in São Paulo Following Memorial Service*. Brasília, 4 de novembro de 1975, NARA, AAD, pp. 1-2.

<sup>568</sup> *Fonmin Silveira's Visit to France*. Paris, 30 de outubro de 1975, NARA, AAD, p. 2.

<sup>569</sup> O episódio ficou conhecido nos EUA como “Solzhenitsyn affair”. Cf. WILENTZ, S. *The Age of Reagan: a History, 1974-2008*. HarperCollins Publishers, New York, 2008, p. 57-58. Para os discursos de Soljenítsin na solenidade oferecida pela AFL-CIO e no Congresso, ver SOLZHENITSYN, A. *Warning to the West*. Farrar, Straus and Giroux, New York, 1976, pp. 6-50 e pp. 91-96, respectivamente.

Nobel da Paz, mas era impedido de recebê-lo pelo governo de Moscou. Seu discurso de agradecimento foi lido em Oslo pela sua mulher, Elena Bonner, e era intitulado *Paz, Progresso e Direitos Humanos*<sup>570</sup>.

Se a tese dos direitos humanos não era considerada pelo Executivo norte-americano em sua conduta internacional, no Congresso, de maioria oposicionista, ela recebia atenção crescente. A Lei de Assistência Externa de 1973-1974 orientava o presidente a “negar qualquer assistência econômica ou militar ao governo de qualquer país estrangeiro que pratique a internação ou encarceramento de seus cidadãos por motivos políticos”<sup>571</sup>. Ainda em 1974, um estudo patrocinado pelo prestigioso Council of Foreign Relations sobre as relações EUA-América Latina concluía que a superpotência não deveria mais apoiar os regimes autoritários da região e pedia um alinhamento à causa dos direitos humanos<sup>572</sup>.

Em 1975, a Emenda Harkin à Lei de Assistência Externa concedeu ao Congresso a capacidade de instituir limites à assistência econômica dos EUA “a qualquer país que se dedique à prática consistente de violações graves de direitos humanos internacionalmente reconhecidos”<sup>573</sup>.

### 3.3.3 Entendimento tardio e afastamento

No início de janeiro, o senador republicano Jacob Javits visitou Brasília. Entre os principais tópicos das conversações com ministros e congressistas brasileiros estavam: Angola, o voto pela condenação do sionismo, energia, comércio bilateral, o papel do Brasil na nova ordem internacional e os direitos humanos<sup>574</sup>. Este último foi objeto das conversações em reunião com Silveira e Golbery.

Javits afirmava ao chanceler que as violações dos direitos humanos no Brasil eram um “problema” para a opinião pública e para o Congresso norte-americanos,

---

<sup>570</sup> Ver SAKHAROV, A. *Memoirs*. Alfred A. Knopf, New York, 1990, p. 421-438. Para o discurso acessar: [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1975/sakharov-lecture.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1975/sakharov-lecture.html).

<sup>571</sup> 1973 Foreign Assistance Act, publ. L. n° 93-189; 87 stat. 714, 733 (1973) IN GREEN, J. N. op. cit., p. 33.

<sup>572</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 103. O estudo em questão é o Relatório Linowitz de 1974.

<sup>573</sup> Bertoli, Burbach, Hathaway, High e Kelly, “Human Rights”, pp. 4-11. IN GREEN, J. N. op. cit., p. 33.

<sup>574</sup> *Senator Javits Visits Brasilia*. Brasília, 16 de janeiro de 1976, NARA, AAD, p. 1.

classificava-as como um “obstáculo” para uma maior aproximação nas relações bilaterais<sup>575</sup>.

Silveira, por sua vez, reafirmava o compromisso do país com a questão, como signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e destacava os esforços que estavam sendo feitos para evitar novos abusos. Advertiu novamente contra as tentativas de caracterização de alguns países que poderiam ser influenciados, como “bodes expiatórios” nessa matéria, enquanto muitos dos “piores violadores” estavam além dessas pressões. De acordo com o chanceler, não havia isonomia na análise<sup>576</sup>.

Já Golbery admitia ao senador um crescimento dos casos de abuso na parte final de 1975, após um período de persistente declínio. De acordo com o general, era difícil ter controle sobre as atividades de “alguns elementos”<sup>577</sup>.

O chefe do Gabinete Civil de Geisel tinha razão, no dia 17 de janeiro, o operário Manuel Fiel Filho foi encontrado morto no DOI-CODI, em São Paulo. Diante do que parecia mais uma intimidação de oficiais contrários à abertura, Geisel demite o comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Mello, substituindo-o pelo general Dilermando Gomes Monteiro.

\*\*\*

Em memorando ao ARA e a Rogers, no início de janeiro, Crimmins afirmava que, devido aos sucessivos adiamentos, “a atmosfera pública” para a visita de Kissinger ao Brasil havia se “tornado mais fria”. Mas não pelo lado de Silveira, frisava o diplomata, cuja “atual posição defensiva” poderia ser amenizada pela presença do secretário de Estado no país<sup>578</sup>.

O embaixador assinalava as mudanças ocorridas no cenário internacional e no âmbito das relações vis-à-vis nos últimos meses. Entre os tópicos enumerados, destacamos os seguintes:

a continuação da deterioração da economia brasileira; [...] a ampliação do debate nos EUA sobre a détente e seus efeitos no governo do Brasil que está alerta para sinais de enfraquecimento do poder dos EUA e [sua] capacidade

---

<sup>575</sup> “problem” e “obstacle”. *Human Rights: Senator Javits Raises Issue in Brasilia*. Brasília, 20 de janeiro de 1976, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>576</sup> “scapegoats” e “worst offenders”. *Ibid.*, pp. 1-2. (A tradução é nossa).

<sup>577</sup> “some elements”. *Ibid.*, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>578</sup> “the public atmosphere”, “has become cooler” e “current defensive position”. *Possible Visit by Secretary to Brazil*. Brasília, 7 de janeiro de 1976, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

em liderar; [...] as diferenças Brasil-EUA na ONU e sobre Angola; o incisivo questionamento dentro do Brasil sobre o modo de Silveira conduzir a política externa; [...] o agravamento das disputas entre nós sobre assuntos comerciais; o impasse nas relações Brasil-EUA na área nuclear.<sup>579</sup>

De acordo com o diplomata norte-americano, o principal objetivo da viagem deveria ser “revelar inequivocamente nossa identificação com as aspirações do Brasil e nossa aceitação a elas”. Crimmins afirmava que o encontro deveria suavizar desconfianças de que os EUA se oporiam a uma ascensão brasileira. Em suma, demonstrar a compatibilidade entre o status de “potência global responsável” alcançado pelo Brasil e os interesses de longo prazo dos EUA<sup>580</sup>.

Como objetivos secundários, o primeiro listado pelo embaixador era o de mostrar que o reconhecimento do “status emergente” do país traria em seu bojo “responsabilidades e limitações crescentes”<sup>581</sup>. A influência deveria ser utilizada de forma responsável e consonante à visão histórico-ocidental do país. Em seguida, Crimmins comentava:

Nós devemos ser cautelosos para não superestimar a influência atual do Brasil, mas não há nenhum dano específico, e talvez algum benefício tático, em exagerá-la aos brasileiros.<sup>582</sup>

Adicionalmente, prosseguia Crimmins, seria interessante obter análises de Silveira, Geisel e Golbery, acerca das perspectivas internacionais do Brasil para os próximos dez anos. Isso teria um efeito duplo: denotaria gentileza e lisonjearia os interlocutores, além de ajudar a instruir os EUA como proceder<sup>583</sup>.

A última, e a mais difícil meta que o embaixador prescrevia, era a de restaurar a confiança da cúpula brasileira na liderança dos EUA. De acordo com Crimmins, setores influentes do governo e opinião pública brasileira tinham uma visão “simplista”

---

<sup>579</sup> “the continuation of the deterioration of the Brazilian economy; [...] the widening debate in the U.S. over detente and its effects on a GOB that is alert to signs of the waning or waxing of the U.S. will and capacity to lead; [...] U.S.-Brazilian differences in the UN and on Angola; the sharp questioning within Brazil of Silveira’s conduct of foreign policy; [...] the aggravation of disputes between us over trade issues; the impasse in U.S. Brazilian relations in the nuclear field”. Ibid., p. 2. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>580</sup> “to establish unambiguously our identification with Brazil’s aspirations and our acceptance of them” e “responsible world power”. Ibid., pp. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>581</sup> “rising status” e “increasing responsibilities and constraints”. Ibid., Seção 2, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>582</sup> “We should be careful not to overestimate Brazil’s current influence, but there is no particular harm, and perhaps some tactical benefit, in exaggerating it to the Brazilians”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>583</sup> Ibid..

ou de “descaso” com a déttente. Tais objetivos não deveriam ser sacrificados em nome da “relação especial” com o chanceler brasileiro<sup>584</sup>.

Finalmente, esperava-se que a visita tivesse dois resultados concretos: o estabelecimento de um mecanismo de consultas bilateral – que denotaria uma “atenção especial e consideração ao Brasil que iria adequadamente ao encontro das necessidades de Silveira” - e um entendimento sobre uma data para a visita de Geisel aos Estados Unidos<sup>585</sup>.

Em correspondência, poucos dias antes da chegada de Kissinger ao Brasil, Crimmins considerava Golbery o "interlocutor mais apropriado" para abordar a situação dos direitos humanos no país – supondo que o secretário quisesse fazer referência ao assunto durante a visita<sup>586</sup>.

Kissinger cumpriria três dias de compromissos em Brasília. Na agenda, duas reuniões com o chanceler, uma com Geisel, na manhã do dia 20, uma com Golbery e uma com Reis Velloso e Simonsen. No dia 21, Kissinger e Silveira assinaram o Memorando de Entendimento, soltaram um Comunicado à Imprensa e, em seguida, concederam uma entrevista coletiva<sup>587</sup>. Pouco antes da chegada do secretário, foi marcada ainda mais uma atividade para o dia 21: um jogo-treino da seleção brasileira organizado por interferência do mandatário brasileiro<sup>588</sup>.

No encontro com Geisel, o secretário de Estado reiterava a solicitação do presidente Ford para que o general visitasse os EUA em setembro<sup>589</sup>. Desde maio do ano anterior, Geisel havia recebido vários convites, mas recusara todos<sup>590</sup>. Acreditava,

---

<sup>584</sup> “simplistic”, “cynical” e “special relationship”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>585</sup> “special attention and regard for Brazil that should adequately meet Silveira’s needs”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>586</sup> *Proposed Informal Agenda for Secretary’s Visit*. Brasília, 10 de fevereiro de 1976, NARA, AAD, Seção 6, p. 2.

<sup>587</sup> *SecVisit*. Brasília, 12 de fevereiro de 1976, NARA, AAD, pp. 1-2.

<sup>588</sup> *Additional Event for Secretary’s Schedule in Visit to Brasil*. Brasília, 18 de fevereiro de 1976, NARA, AAD, p. 1. E *Veja*, 25 de fevereiro de 1976, p. 15.

<sup>589</sup> *State Visits by Presidents of Brazil and Venezuela*. Washington, 20 de fevereiro de 1976, NARA, AAD, pp. 1-2.

<sup>590</sup> Para os convites ver *Invitation to President Geisel*. Washington, 5 de maio de 1975, NARA, AAD. Kissinger solicitava a Crimmins que agendasse um encontro com Silveira a fim de comunicá-lo do convite feito por Ford para que Geisel visitasse os EUA. *Visit of Secretary Butz to Brazil: Summary and Embassy’s Assessment*. Brasília, 9 de julho de 1975, NARA, AAD. Em sua visita ao Brasil, o secretário de Agricultura norte-americano, Earl Butz, entregou uma carta a Crimmins, na qual o presidente Ford convidava Geisel a visitá-lo. *Invitation to President Geisel from President Ford*. Washington, 28 de julho de 1975, NARA, AAD. Geisel recusou o convite pela terceira vez afirmando que compromissos assumidos previamente impediriam a visita naquele ano. Em janeiro de 1976, Silveira cogitou a viagem em conversações com Crimmins por duas oportunidades. Da primeira vez, como uma parada durante a viagem que Geisel faria ao Japão: *Possible Trip by President Geisel to U.S.*. Brasília, 19 de janeiro de

provavelmente, que a viagem não traria dividendos para a situação doméstica do país. Sendo assim, optaria por buscar reconhecimento e legitimação interna ao regime por meio de outros parceiros.

Nas áreas econômica e comercial, as reclamações brasileiras eram conhecidas. Foi apresentado a Kissinger o rascunho de um acordo para regularizar os subsídios e uma série de commodities nas quais o Brasil desejava ter “acesso preferencial”. O secretário se comprometeu a apoiar essas reivindicações, além de pressionar o presidente do Banco Mundial para que afrouxasse as exigências aos empréstimos ao país nos setores hidroelétrico e de minério de ferro<sup>591</sup>.

No campo da energia nuclear, Kissinger fez um anúncio importante. Como já foi visto, apesar de duras críticas de setores do Departamento de Estado, imprensa e Congresso norte-americanos, o secretário tinha uma opinião mais branda sobre o acordo Brasil-Alemanha Ocidental. De acordo com Matias Spektor, alguns dias antes da viagem de Kissinger a Brasília, diplomatas dos dois países reunidos na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena, esforçavam-se para “aprovar um acordo de salvaguardas capaz de legitimar o programa nuclear teuto-brasileiro”<sup>592</sup>. Seu assessor responsável por essa área no Departamento de Estado era “abertamente contrário a qualquer apoio ao Brasil”<sup>593</sup>. A posição do assessor de Segurança Nacional de Ford, Brent Scowcroft, era a de manter um diálogo com o Brasil a respeito do assunto, visando “testar até que ponto este poderia aceitar as restrições e salvaguardas que Washington tinha em mente”<sup>594</sup>.

Durante o jogo-treino da seleção brasileira, no dia 21, Kissinger declarou que “acabara de enviar ordens a Viena para que a delegação americana na AIEA apoiasse, sem reservas, a proposta do acordo”<sup>595</sup>.

---

1976, NARA, AAD. Da segunda, após a visita do presidente ao Reino Unido que aconteceria em maio: *Possible Trip by President Geisel to U.S.*. Brasília, 30 de janeiro de 1976, NARA, AAD.

<sup>591</sup> Reunião do secretário de Estado Kissinger no palácio do Planalto com o ministro Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, Brasília, 20 fev 1976, AAS 1975.02.03 e Notas da reunião de trabalho com o secretário de Estado, 20 fev 1976, secreto, AAS, 1974.03.26 IN SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 138. Para “acesso preferencial”, *Ibid.*, p. 137.

<sup>592</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>593</sup> *Ibid.*

<sup>594</sup> *Ibid.*

<sup>595</sup> Silveira a Geisel, IPR, secreto, 27 fev 1976, n. 79, AAS 1974.03.26; Bras. Emb. a MRE, secreto urgentíssimo, 18 fev 1976, n. 731, AAS 1975.09.25.; embaixada brasileira em Viena a MRE, secreto urgentíssimo, 18 fev 1976, n. 84, AAS 1975.09.25.; embaixada brasileira em Bonn a MRE, secreto urgentíssimo, 18 fev 1976, n. 157, AAS 1975.09.25 IN SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, pp. 138-139.

Na manhã do mesmo dia, Silveira e Kissinger haviam assinado o Memorando de Entendimento. O documento estabelecia consultas semestrais, alternando reuniões no Brasil e nos EUA, sobre uma ampla gama de assuntos de interesse nas relações bilaterais e multilaterais. Os encontros seriam conduzidos pelo ministro das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro, e pelo secretário de Estado, representando os EUA. Grupos de estudo ou de trabalho poderiam ser criados pelas delegações para examinar tópicos específicos desde que aprovados por decisão conjunta<sup>596</sup>.

O acordo de três páginas era extremamente simples, amplo no escopo de problemas que poderia abordar e com pouquíssimo comprometimento das partes envolvidas. Como destacou Matias Spektor; o sustentáculo principal do Memorando era “a compatibilidade entre Kissinger e Silveira”. Ambos justificaram o empreendimento diplomático a seus respectivos presidentes afirmando que do outro lado existia alguém “com quem era possível negociar”<sup>597</sup>.

Dessa forma, o projeto era fortemente baseado na personalidade dos signatários e na “capacidade de eles desenvolverem uma boa relação pessoal”<sup>598</sup>. Era o formato possível para o entendimento entre os dois países naquela altura.

Na entrevista após a assinatura do acordo, surgiu o tema dos direitos humanos. Sobre a situação dessa questão no Brasil, o secretário afirmou:

Não é minha obrigação, aqui, de público, discutir assuntos internos do Brasil. Posso dizer, porém, que, em minhas conversações com vários funcionários do governo brasileiro, ouvi suas ideias a respeito da evolução deste país no campo político e do papel dos direitos humanos nesse contexto.<sup>599</sup>

Antes da partida do país, Kissinger ainda passou rapidamente pelo Rio de Janeiro, onde Zuzu Angel conseguiu entregar uma carta a um de seus assessores com documentos referentes a seu filho desaparecido. A estilista não tivera acesso a um telegrama do Departamento de Estado para Kissinger, datado de março de 1973, que revelava o que se sabia oficialmente sobre seu filho:

Como capítulo final do trágico caso de Stuart Edgar Angel Jones, o Supremo Tribunal Militar reafirmou na semana passada, em sessão secreta, a decisão do Tribunal da Aeronáutica de absolvê-lo das acusações de suposta contravenção da Lei de Segurança Nacional. Como é de conhecimento do

---

<sup>596</sup> *Memorandum de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Mútuo*. AHMRE, Brasília, DF, pp. 1-2.

<sup>597</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 140.

<sup>598</sup> *Ibid.*.

<sup>599</sup> *Veja*, 25 de fevereiro de 1976, p. 19.

Departamento, afirma-se que Jones foi detido no Aeroporto do Galeão (Rio) e posteriormente assassinado por agentes de segurança da Aeronáutica.<sup>600</sup>

Em abril, menos de dois meses após a visita do secretário de Estado, Angel morreu em um acidente de automóvel. A versão oficial era de que ela havia dormido ao volante. No entanto, em 1998, a Comissão Especial do Ministério da Justiça sobre Morte e Desaparecimento de Ativistas Políticos deliberou, por quatro votos a três, que sua morte não havia sido acidental e que, na verdade, tinha “motivações políticas”<sup>601</sup>.

\*\*\*

Nos meses de abril e maio, Geisel visitou oficialmente a França e o Reino Unido. Duas semanas antes da chegada do presidente brasileiro a Paris, uma ampla coalizão de partidos de esquerda, sindicatos e associações afiliadas publicou um texto atacando a vinda do general ao país. Segundo os signatários, o convite do presidente Valéry Giscard D’Estaing poderia ser entendido como um gesto de apoio político e econômico a um regime “ditatorial”<sup>602</sup>. Em correspondência a Washington, o embaixador dos EUA em Paris afirmava que o “tratamento de primeira classe” que o general brasileiro receberia na França – incluindo um banquete em Versalhes e estada no Palácio Trianon; ambos fora de Paris – poderiam servir para dificultar o encontro entre possíveis manifestantes e o visitante brasileiro. A visita acabou transcorrendo sem maiores problemas<sup>603</sup>.

Em Paris, Geisel concedeu sua primeira entrevista a jornalistas brasileiros em mais de dois anos. Chegou até a responder questões feitas de maneira espontânea por jornalistas franceses. No entanto, quando a pergunta foi “sobre as violações sistemáticas dos direitos humanos e das liberdades civis, o general simplesmente sorriu e permaneceu calado”<sup>604</sup>.

Após a viagem, em conversa com funcionários da Embaixada norte-americana em Brasília, o chefe interino da Divisão de Europa Ocidental do Itamaraty afirmou que as manifestações contrárias a Geisel na França foram “insignificantes”. Asseverou que a questão dos direitos humanos no país não foi tocada durante as conversações e

---

<sup>600</sup> “Stuart Edgar Angel Jones”, telegrama nº 1393, Brasília a Washington, 14 de março de 1973, FRUS, Caixa 2133 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 425.

<sup>601</sup> Miranda e Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 591-597 IN GREEN, J. N. op. cit., p. 427-428.

<sup>602</sup> *French Left Protests Brazilian President’s Visit*. Paris, 17 de abril de 1976, NARA, AAD, p. 1.

<sup>603</sup> “first class treatment”. *Ibid.*, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>604</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 142.

acrescentou que a discussão desse tópico teria sido inoportuna e comprometeria os resultados do diálogo<sup>605</sup>. Após relatar este fato, em comunicação ao Departamento de Estado, Crimmins comentou:

Alguns poucos no Itamaraty, com os quais funcionários da Embaixada conversaram informalmente, expressaram o ponto de vista que as manifestações teriam um efeito educacional benéfico em Geisel e na sua delegação. Um empregado [do Itamaraty] disse que o envio de papéis ao presidente que tratam da existência de uma opinião pública [internacional] preocupada são menos efetivos do que [se] ele enxergasse a manifestação da realidade com seus próprios olhos.<sup>606</sup>

Os tímidos protestos na França serviriam para que os parlamentares governistas afirmassem que o regime brasileiro não era mal visto no exterior, como alguns críticos domésticos asseveravam<sup>607</sup>.

Na análise da Embaixada norte-americana, a visita de Geisel a França e a futura viagem do presidente ao Reino Unido eram consideradas como uma busca do Brasil em expandir suas exportações e obter acordos que transferissem tecnologia ao país. Procurando maior prestígio internacional, Silveira já havia estabelecido mecanismos de consultas periódicas com ambos os países no ano anterior. Chamava esse movimento diplomático de um exercício de “outras opções” – ideia vista com reservas pela representação dos EUA em Brasília, principalmente em face às longas controvérsias no comércio bilateral com a superpotência<sup>608</sup>.

No início de maio, o presidente brasileiro chegou em Londres para uma visita oficial. De modo semelhante ao que ocorreu na França, no final de fevereiro, o Comitê Nacional do partido Trabalhista havia aprovado uma moção na qual pedia ao governo britânico a retirada do convite ao presidente Geisel para visitar o país. O anúncio condenava o fato de que “[...] o chefe de um dos regimes mais repressivos da América Latina fosse bem-vindo”<sup>609</sup> ao Reino Unido.

---

<sup>605</sup> “insignificant”. *President Geisel’s Visit to France – Post-Trip Assessment*. Brasília, 10 de maio de 1976, NARA, AAD, pp. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>606</sup> “A few in the Foreign Ministry with whom Emboff talked informally expressed the view that the demonstrations would have beneficial educational effect on Geisel and his party. One official said that papers they send the President on the existence [sic] of concerned world opinion are less useful than his seeing the manifestation of reality with his own eyes”. *Ibid.*, p. 3. (A tradução e os grifos são nossos).

<sup>607</sup> *Geisel Visit to Paris*. Brasília, 30 de abril de 1976, NARA, AAD, p. 1.

<sup>608</sup> “other options”. *Geisel Visits to France and UK*. Brasília, 24 de abril de 1976, NARA, AAD, Seção 2, pp. 2-3. (A tradução é nossa).

<sup>609</sup> “[...] head of one of the most repressive regimes in Latin America should be welcomed”. *Labor Party Demands Government Withdraw Geisel Invitation*. Londres, 26 de fevereiro de 1976, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

Em Londres, Geisel concedeu sua primeira entrevista coletiva para a televisão desde que se tornou presidente<sup>610</sup>. Teve de lidar com perguntas delicadas sobre os direitos humanos no Brasil e manifestações contrárias à sua presença na Inglaterra. Em relação ao primeiro tópico, informou que responderia às cartas que lhe foram encaminhadas: uma por um grupo de sessenta deputados ingleses do Grupo Parlamentar dos Direitos Humanos; a outra vinda de George Basil Hume, o arcebispo católico de Westminster<sup>611</sup>.

Os parlamentares pediam pelo ingresso de uma comissão ao Brasil, dadas as notas “de que prisões políticas, torturas e desaparecimentos inexplicados de cidadãos brasileiros estão novamente acontecendo, em escala alarmante”<sup>612</sup>. Geisel foi direto: “O governo brasileiro não aceita investigação de pessoas estranhas dentro do Brasil”; e complementou: “O problema dos direitos humanos é de responsabilidade nossa”<sup>613</sup>. Sobre as tímidas manifestações, o presidente considerou-as “naturais” e “próprias do liberalismo britânico”, já que “cada um pode expor o seu ponto de vista e não tenho nada contra isso”<sup>614</sup>.

De maneira análoga aos desenvolvimentos após a viagem de Geisel a Paris, em conversa com funcionários da Embaixada norte-americana em Brasília, o chefe interino da Divisão de Europa Ocidental do Itamaraty minimizou qualquer manifestação contrária à visita da delegação brasileira em Londres. De acordo com ele, os britânicos fizeram uma alusão à questão dos direitos humanos durante as conversações, mas os interlocutores brasileiros consideraram o tópico inconveniente e o assunto foi abandonado<sup>615</sup>.

Economia foi o principal assunto em pauta na visita à Inglaterra. Créditos para projetos na área siderúrgica e ferroviária foram acertados<sup>616</sup>. Além disso, o país tentava negociar a diminuição, ou eliminação, de barreiras alfandegárias para seus produtos, visando incrementar suas exportações e equilibrar a balança comercial<sup>617</sup>.

---

<sup>610</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 142.

<sup>611</sup> *Veja*, 12 de maio de 1976, p. 19.

<sup>612</sup> *Ibid.*.

<sup>613</sup> *Ibid.*.

<sup>614</sup> *Ibid.*.

<sup>615</sup> *President's Geisel Visit to the UK – The Perspective from Brazil*. Brasília, 21 de maio de 1976, NARA, AAD, Seção 1, p. 4. O chefe da Divisão de Europa Ocidental do Itamaraty ainda afirmou que o fato do assunto ter sido abordado pelos ingleses durante o encontro era fruto somente das pressões de alas mais de esquerda dentro do Partido Trabalhista. O mesmo do então primeiro-ministro James Callaghan.

<sup>616</sup> *Veja*, 12 de maio de 1976, p. 22.

<sup>617</sup> *Ibid.*, p. 19.

Atritos na área comercial seriam o principal objeto das conversações na visita do secretário do Tesouro norte-americano, William Simon, no início de maio. As partes chegariam a entendimentos concretos, mesmo que de curto prazo, a duas questões comerciais que assombravam há muito tempo as relações entre os dois países: a questão das barreiras de importação impostas pelos EUA aos calçados e os direitos compensatórios colocados sobre as bolsas de couro vindas do Brasil<sup>618</sup>.

Pouco antes da visita, em uma entrevista em Guayaquil, um jornalista brasileiro perguntou ao secretário-Assistente do Tesouro, Gerald Parsky, se a questão dos direitos humanos no Brasil não preocupava o secretário Simon. O auxiliar respondeu que o “Brasil é um caso diferente”. Outro funcionário norte-americano explicou que a diferença estava na “extensão da repressão”<sup>619</sup>. De fato, em reportagem publicada no Jornal de Brasília, Simon afirmou que a questão dos direitos humanos não figurava entre os principais temas a serem abordados em sua visita<sup>620</sup>. Após as conversações, Parsky declarou que o tema foi discutido lateralmente com autoridades brasileiras, as quais lhe entregaram um relatório sobre o assunto<sup>621</sup>. Parlamentares brasileiros que dialogaram com os visitantes negaram, subsequentemente, a existência dessa declaração. O assessor de imprensa da Presidência, o ministro da Fazenda e líderes do governo nas duas casas legislativas fizeram o mesmo<sup>622</sup>.

Em junho, por ocasião do encontro da OEA em Santiago, Kissinger e Silveira aproveitaram a oportunidade para uma reunião bilateral. O secretário reiterou o convite a Geisel para uma visita aos EUA - sugerindo o mês de setembro. O chanceler brasileiro mencionou a já confirmada viagem do general ao Japão numa data próxima da citada e prometeu fornecer um posicionamento mais preciso do governo do Brasil posteriormente<sup>623</sup>.

Os representantes conversaram sobre as possibilidades de reforma da OEA; algumas questões econômicas multilaterais, a tensão na fronteira brasileira com a Guiana<sup>624</sup>, os desenvolvimentos políticos em Angola, a conjuntura interna de alguns

---

<sup>618</sup> *Agreed Joint Communiqué on Secretary's Visit*. Brasília, 10 de maio de 1976, NARA, AAD, p. 2.

<sup>619</sup> “Brazil is a different case”; “extent of repression”. *Documento sem nome* produzido pelo Consulado dos EUA em São Paulo. São Paulo, 10 de maio de 1976, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>620</sup> *Media Reaction Report – May Eleven*. Brasília, 11 de maio de 1976, NARA, AAD, p. 2.

<sup>621</sup> *Media Reaction Report – Simon Latam Trip*. Brasília, 13 de maio de 1976, NARA, AAD, p. 2.

<sup>622</sup> *Human Rights Dimension in Simon Visit, Geisel Travel to France and UK*. Brasília, 21 de maio de 1976, NARA, AAD, p. 3.

<sup>623</sup> *Secretary's Santiago Meeting with Fonmin Silveira*. Washington, 14 de julho de 1976, NARA, AAD, p. 2.

<sup>624</sup> *Ibid.*, p. 4-5. Para a conjuntura na Guiana ver SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, pp. 143-144.

países sul-americanos, as possibilidades em se aprovar uma resolução sobre o canal do Panamá na Assembleia Geral da ONU, e a situação no Oriente Médio<sup>625</sup>.

No tópico dos direitos humanos, Kissinger afirmou que, em seu discurso perante a Assembleia Geral da OEA, pretendia citar relatórios recentes da Comissão de Direitos Humanos do órgão, de modo a mostrar objetivamente que as violações que estavam ocorrendo no Chile causavam dificuldades nas relações com os EUA. Silveira acreditava que o país andino havia se equivocado ao permitir o ingresso da Comissão no país, e que violações de direitos humanos ocorriam em todos os lugares. Citou reportagens vinculadas pela imprensa norte-americana que acusavam os governos do Brasil e dos EUA de treinar oficiais chilenos em técnicas de tortura e se mostrou satisfeito ao saber que o Departamento de Estado negou qualquer envolvimento neste caso antes mesmo do governo brasileiro se pronunciar<sup>626</sup>.

Perguntado sobre qual seria a posição do Brasil se a Comissão de Direitos Humanos da OEA fosse fortalecida e da necessidade da mesma em elaborar relatórios sobre o assunto para todos os países do bloco, o chanceler afirmou que dependeria de como o órgão seria estruturado e que ele não deveria interferir nos assuntos internos dos países membros. Silveira reconheceu, entretanto, que “os EUA deveriam tomar alguma posição [*com relação*] aos direitos humanos”<sup>627</sup>.

Em reunião com Pinochet, Kissinger avisou que faria um discurso pela defesa dos direitos humanos, mas informou: “O discurso não tem o Chile como alvo. [...] Minha avaliação é a de que vocês são a vítima de todos os grupos esquerdistas do mundo”<sup>628</sup>.

Ao mesmo tempo em que o governo chileno era duramente criticado pela imprensa internacional, e por organizações de direitos humanos, o Congresso dos EUA aumentaria a pressão. No final de junho, a Lei de Assistência Externa norte-americana era emendada novamente. A nova medida negava ajuda militar às nações que incorressem em práticas persistentes de violações de direitos humanos. Nesse sentido, o Departamento de Estado deveria elaborar um relatório anual sobre as condições

---

<sup>625</sup> *Secretary's Santiago Meeting with Fonmin Silveira*. Washington, 14 de julho de 1976, NARA, AAD, p. 3-6.

<sup>626</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>627</sup> “[...] the US must take some stand on human rights”. *Ibid.* (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>628</sup> “The speech is not aimed at Chile. [...] My evaluation is that you are a victim of all left-wing groups around the world”. Department of State, SECRET Memorandum of Conversation between Henry Kissinger and Augusto Pinochet, “U.S. – Chilean Relations”, 8 de junho de 1976 IN KORNBLUH, P. *The Pinochet File*. The New Press, New York, 2004, Document 14, p. 266. (A tradução é nossa).

humanitárias em todos os países que recebiam assistência militar dos Estados Unidos, a fim de que o mesmo fosse examinado pelo Congresso<sup>629</sup>.

Em novembro do ano anterior, o senador Frank Church, que presidira as audiências sobre as políticas e programas dos EUA ao Brasil em 1971, lideraria um comitê para estudar operações da inteligência norte-americana em âmbito doméstico e internacional. No primeiro caso, a CIA era inquirida devido a uma gigantesca violação de correspondências e por experimentos que resultaram na morte de duas pessoas. Já o FBI era examinado por abusar de suas prerrogativas de investigação<sup>630</sup>. No plano internacional, a CIA seria indagada por tentativas de assassinatos de líderes estrangeiros e manipulação de eleições<sup>631</sup>.

A influência do Congresso norte-americano sobre assuntos de política externa crescera significativamente. No Brasil, o governo Geisel começaria a dar os primeiros sinais de inquietação frente a essa mudança.

\*\*\*

Na tarde do dia 21 de julho, Silveira solicitou a presença de Crimmins no Itamaraty para uma reunião. De acordo com o chanceler, o chefe do EMFA, general Antônio Jorge Côrrea, havia lhe dito que a delegação brasileira na Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA o informara que programas de treinamento militar entre os dois países poderiam ser encerrados por meio da ação do Congresso norte-americano. Silveira ainda asseverou que o presidente Geisel se mostrou “preocupado” quando alertado sobre essa possibilidade<sup>632</sup>. Crimmins tentou tranquilizar o chanceler brasileiro afirmando que já havia encaminhado um pedido ao Departamento de Estado sobre o que poderia ser feito para impedir uma interrupção abrupta nos programas de assistência militar. No comentário final em sua comunicação a Washington, o embaixador norte-americano se mostrou favorável a uma redução gradual dos programas caso isso se mostrasse inevitável<sup>633</sup>.

---

<sup>629</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 448.

<sup>630</sup> Cf. SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 145.

<sup>631</sup> Ver U.S. SENATE. *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders*. U.S. Government Printing Office, Washington, 20 de novembro de 1975.

<sup>632</sup> “preoccupied”. *Grant Military Training*. Brasília, 22 de julho de 1976, NARA, AAD, p. 1. (A tradução é nossa).

<sup>633</sup> *Ibid.*, p. 2.

De dois a quatro de agosto, uma equipe do Departamento de Estado, além do embaixador Crimmins e conselheiros da área política e econômica da embaixada, se reuniram com Silveira e alguns de seus assessores mais próximos. No encontro, trataram das perspectivas para a Assembleia Geral da ONU, do encontro dos países não alinhados em Colombo (Sri Lanka), do diálogo Norte-Sul, terrorismo, desarmamento, Cuba e política africana<sup>634</sup>.

Os direitos humanos também foram objeto de discussão. O Itamaraty sustentava que esse tópico deveria ser visto numa perspectiva mais ampla, e não apenas focada na questão dos prisioneiros políticos. Os representantes brasileiros ainda afirmavam que uma “despolitização” beneficiaria os esforços em prol dos direitos humanos na ONU e na OEA. Isso devido à possibilidade que os países desenvolvidos tinham em utilizar a questão para contra-atacar “maiorias automáticas” do mundo em desenvolvimento. Assim, a ONU não deveria ter uma abordagem predominantemente judicial para investigar casos específicos. Essa responsabilidade deveria ser de cada país<sup>635</sup>.

Do lado norte-americano, o secretário de Estado Assistente para Assuntos em Organizações Internacionais, Samuel W. Lewis<sup>636</sup>, reafirmou que os EUA queriam fortalecer os mecanismos multilaterais - comissões da ONU e da OEA - que lidavam com a questão dos direitos humanos. Em resposta, Silveira observou que muitas organizações que buscavam supostas violações dos direitos humanos têm esquerdistas infiltrados. Para o chanceler, o governo brasileiro se esforçava de maneira genuína nesse assunto: “Tem havido mudança no Brasil”<sup>637</sup>.

Até certo ponto, sua análise era correta. No início de agosto, o Consulado dos EUA em São Paulo enviou uma mensagem a Washington sublinhando a melhora na situação dos direitos humanos na capital paulista. As conhecidas fontes da representação norte-americana na cidade - membros da Igreja Católica ligados à Comissão de Paz e Justiça, o próprio D. Paulo Evaristo Arns, políticos e advogados de oposição ao regime - afirmavam que não havia indícios recentes de abusos por parte de forças de

---

<sup>634</sup> Ver *Consultations with Brazilian Foreign Minister and other Officials on UN General Assembly Issues*. Caracas, 6 de agosto de 1976, NARA, AAD.

<sup>635</sup> *Ibid.*, Seção 2, p. 1-2.

<sup>636</sup> O Bureau of International Organization Affairs é o setor do Departamento de Estado responsável pela interlocução dos interesses do governo norte-americano junto aos organismos multilaterais. Inclusive a ONU.

<sup>637</sup> *Consultations with Brazilian Foreign Minister and other Officials on UN General Assembly Issues*. Caracas, 6 de agosto de 1976, NARA, AAD, Seção 2, p. 2.

segurança<sup>638</sup>. A comunicação ainda destacava que a mudança promovida por Geisel no comando do II Exército parecia ter surtido efeito. Os suspeitos detidos não relatavam abusos das autoridades após serem liberados. Tal posição foi reiterada pelo presidente da Comissão de Paz e Justiça, professor Dalmo Dallari, em diálogo com funcionários do consulado<sup>639</sup>.

No mês seguinte, após visita de Estado ao Japão, Geisel declarou que, em nenhum momento, o governo nipônico comentou questões políticas internas brasileiras. E ainda afirmou: “Os norte-americanos, por exemplo, querem que todos sejam iguais a eles, que os outros países adotem o seu modelo. Mas nós não devemos nos preocupar com as críticas”<sup>640</sup>.

O comentário de Geisel era dirigido, primordialmente, ao candidato democrata à Casa Branca, Jimmy Carter. Em entrevista a revista *Playboy*, o ex-governador do Estado da Geórgia havia feito a seguinte observação:

Quando Kissinger diz, como ele fez recentemente em um discurso, que o Brasil é o tipo de governo mais compatível com o nosso – bem, esse é o tipo de coisa que nós queremos mudar. O Brasil não é um governo democrático; é uma ditadura militar. Por muitas vezes, altamente repressiva com seus prisioneiros políticos. Nosso governo deveria justificar o caráter e os princípios morais do povo norte-americano, e nossa política externa não deveria entrar em curto-circuito em troca de vantagens temporárias.<sup>641</sup>

Não era sua primeira crítica dura ao regime militar brasileiro. Em abril, dois meses após a assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-EUA, ele afirmara em discurso no Chicago Council of Foreign Relations:

O acordo Brasil-EUA, assinado recentemente pelo secretário Kissinger em sua viagem à América Latina, é *um bom exemplo do que há de pior em nossa política atual*. As observações de Kissinger durante sua visita de que ‘Não há dois povos cuja preocupação com a dignidade humana e os valores fundamentais do Homem sejam mais profundos na vida cotidiana do que o Brasil e os Estados Unidos’ podem ser entendidas como uma gratuita

---

<sup>638</sup> *Human Rights Situation in Sao Paulo*. São Paulo, 2 de agosto de 1976, NARA, AAD, p. 1.

<sup>639</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>640</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21 de setembro de 1976, p. 1. Citado também em *Press Highlights Foreign Policy Aspects of President's Japan Visit*. Brasília, 27 de setembro de 1976, NARA, AAD, Seção 2, p. 1.

<sup>641</sup> *Playboy Interview: Jimmy Carter*. November, 1976. Acessado em 27 de setembro de 2011, e já retirado, em: <http://www.playboy.com/articles/jimmy-carter-interview/index.html?page=1>. A edição, na verdade, era do mês de setembro.

“When Kissinger says, as he did recently in a speech, that Brazil is the sort of government that is most compatible with ours—well, that's the kind of thing we want to change. Brazil is not a democratic government; it's a military dictatorship. In many instances, it's highly repressive to political prisoners. Our Government should justify the character and moral principles of the American people, and our foreign policy should not short-circuit that for temporary advantage.” (A tradução é nossa).

bofetada no rosto de todos os norte-americanos que querem uma política externa que incorpore seus ideais, e não os subverta.<sup>642</sup>

Mesmo levando em conta o tom de campanha das declarações de Carter, sua eventual eleição já projetava tensões nas relações bilaterais. A crescente relevância que a questão dos direitos humanos tomava no debate político e na opinião pública norte-americana a tornaria um dos princípios norteadores do que seria a política externa de Carter.

Dessa forma, com a proximidade da eleição, tornou-se importante para o presidente Ford, que competia para se manter no cargo, mostrar algum avanço na área de direitos humanos. Principalmente com relação ao Chile, o país latino-americano mais criticado nesse tema pelo Congresso, opinião pública e organizações humanitárias na Europa e nos EUA.

No início de agosto, o governo chileno anunciava a liberação de 250 prisioneiros políticos. Em memorando, a CIA destacava que a cifra de pessoas liberadas já estava em torno de 610 desde a visita do secretário Simon, em maio<sup>643</sup>. Alguns dias depois, um novo memorando da CIA tratava do mais recente desdobramento na cooperação entre países do Cone Sul visando combater grupos guerrilheiros de esquerda. Forças de segurança do Uruguai, Argentina e Chile estariam: “expandindo suas atividades antissubversivas cooperativas para incluir assassinatos de líderes terroristas em exílio na Europa”<sup>644</sup>.

O Brasil não se comprometeu com esse tipo de operação. Sua participação estaria limitada ao fornecimento de equipamentos para comunicação e troca de informações entre os serviços de inteligência<sup>645</sup>.

No mês seguinte, o ex-embaixador do Chile nos Estados Unidos, Orlando Letelier, é morto pela polícia secreta chilena em Washington. Letelier havia sido

---

<sup>642</sup> Telegrama 1479 da Embaixada de Washington – *Política, EUA – Brasil, Posição de Carter sobre o Acordo de Consulta*, 8 de abril de 1976, AHMRE, Brasília, DF. “The United States-Brazilian Agreement, signed recently by secretary of State Kissinger on his trip to Latin America, is a good example of our present policy at its worst. Kissinger’s remarks during his visit that ‘There are no two people whose concern for human dignities and basic values of Man is more profound in day-to-day life than Brazil and United States’ can only be taken as a gratuitous slap in the face of all those Americans who want a foreign policy that embodies our ideals, not subverts them”. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>643</sup> *Western Hemisphere Brief*. Documento sem data, CIA, CIA-FOIA, p. 2-3.

<sup>644</sup> “expanding their cooperative anti-subversive activities to include assassination of top-level terrorists in exile in Europe”. *Latin American Trends. Southern Cone Counterterrorism Plans*. 11 de agosto de 1976, CIA, CIA-FOIA, p. 4. (A tradução é nossa).

<sup>645</sup> *DEC by Condor Countries to Suspend Operations in Europe*. 12 de agosto de 1976, CIA, CIA-FOIA, p. 2.

Ministro das Relações Exteriores e da Defesa Nacional durante o governo socialista de Allende e era “o opositor mais notável e efetivo de Pinochet nos Estados Unidos”<sup>646</sup>. Possuía contatos e gozava de prestígio junto aos círculos de poder na capital norte-americana, além de ter participado da aprovação da recente emenda que condicionava a ajuda militar ao respeito pelos direitos humanos<sup>647</sup>.

\*\*\*

Em um esboço do que seria um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, o ARA repassava algumas publicações recentes sobre o tema. Uma versão atualizada do relatório da Anistia Internacional de 1972 sobre alegações de tortura no Brasil havia sido publicada em 1976. Os documentos foram elaborados com material disponível na Europa e América do Norte, que incluíam cartas e depoimentos de presos que alegavam terem sido seviciados. Além de relatos de testemunhas oculares, advogados, jornalistas, religiosos e reportagens especiais<sup>648</sup>. O relatório de 1974-1975 da Anistia referiu-se “extensamente sobre alegações de violações de direitos humanos no Brasil”<sup>649</sup>.

Na mesma linha, o relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 1975 coligia cinco novos casos de acusações de detenção arbitrária no Brasil. Denúncias individuais de abusos já haviam sido feitas em 1974 no âmbito de um subgrupo da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Medidas contra o governo brasileiro foram postergadas pela Comissão em 1975, na espera de uma resposta oficial do governo brasileiro. Finalmente, em fevereiro de 1976, a Comissão decide por não tomar providências, já que “remédios suficientes” para proteger os direitos humanos já existiam sob a lei brasileira<sup>650</sup>.

Nesse sentido, uma comunicação da Embaixada em Brasília ao Departamento de Estado destacava, em seu comentário final, que parte da imprensa brasileira questionava o valor do encontro vindouro entre Silveira e Kissinger, nos dias cinco e seis de outubro, em Washington. O motivo era que, dependendo do resultado das

---

<sup>646</sup> DINGES, J. *Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 26.

<sup>647</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>648</sup> *Congressional Request for Human Rights Information*. Washington, 29 de setembro de 1976, NARA, AAD, p. 6.

<sup>649</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>650</sup> *Ibid.*.

eleições norte-americanas, uma associação próxima com a figura do secretário de Estado, naquele momento, poderia “complicar as relações com a próxima administração”<sup>651</sup>, caso os democratas vencessem.

Crimmins enviou a Washington uma proposta de agenda para as conversações. O escopo era muito amplo. Destacavam-se: temas comerciais, consultas na área nuclear, encontros dos subgrupos sobre energia e de cooperação em ciência e tecnologia, temas globais que seriam tratados na Assembleia Geral da ONU que se aproximava, dentre eles direitos humanos; além de assuntos bilaterais – predominantemente comerciais e econômicos<sup>652</sup>. Além de Kissinger, Silveira se reuniria com outros membros do alto escalão do governo Ford para discutir algumas questões específicas<sup>653</sup>.

Com a reticência de Geisel em aceitar o convite para visitar os EUA, e sem conseguir avançar nos temas mais relevantes de comércio e energia, os “estritos limites da empreitada” diplomática de Kissinger e Silveira delinear-se mais claramente<sup>654</sup>. O secretário de Estado reafirmava apenas sua não-objeção ao programa nuclear brasileiro, mas anunciava que, ainda em outubro, o presidente Ford iria divulgar um plano de salvaguardas adicionais que buscava evitar a proliferação nuclear<sup>655</sup>.

O tema ganhava importância redobrada a menos de um mês da eleição. Em um debate pela televisão, Carter defendeu:

parar a venda da Alemanha e da França de usinas [nucleares] ao Paquistão e ao Brasil... Se continuarmos com a política do senhor Ford, por volta de 1985 ou 1990 haverá 20 nações que terão a capacidade de explodir bombas atômicas. Isso deve ser impedido. Esse é um dos maiores desafios e um dos maiores compromissos que terei como presidente.<sup>656</sup>

No dia 15 de novembro, o já presidente-eleito Carter reafirmou que tentaria obter, diplomaticamente, “a revogação do contrato de venda de centrais nucleares que a Alemanha Ocidental assinou com o Brasil”<sup>657</sup>.

O Itamaraty optou por não se manifestar oficialmente. Entretanto, segundo Crimmins, “fontes governamentais não identificadas” criticavam as observações de

---

<sup>651</sup> “complicate relations with next administration”. *Fon Min Comments on Letter from Secretary and Forthcoming Visit to US*. Brasília, 28 de setembro de 1976, NARA, AAD, p. 3. (A tradução é nossa).

<sup>652</sup> *First Meeting of US-Brazil High Level Consultative Mechanism, October 4-5 – Scope and Agenda*. Brasília, 27 de setembro de 1976, NARA, AAD, Seção 1, pp. 1-3.

<sup>653</sup> *Ibid.*, Seção 2, pp. 1-4.

<sup>654</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 151.

<sup>655</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 de outubro de 1976, p. 11.

<sup>656</sup> Silveira a Geisel, secreto urgente, Paris, 7 out 1976, série chanceler I, AAS 1974.03.26 IN SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, p. 153.

<sup>657</sup> *O Estado de S. Paulo*, 16 de novembro de 1976, p. 1.

Carter e diziam que o governo brasileiro estava acompanhando o assunto com “serenidade”<sup>658</sup>. Ainda de acordo com o embaixador, essas fontes baseavam sua argumentação em seis pontos:

(A) O que é essencial é o compromisso político formal do Brasil a salvaguardas acordadas previamente com a AIEA que dão cobertura ao acordo teuto-brasileiro; (B) O Acordo de Salvaguardas foi aceito por todos os membros do quadro de governança da AIEA; (C) O Brasil tem intenções pacíficas, e os temores do presidente-eleito de que o Brasil desenvolverá armas nucleares são totalmente infundados; (D) O Brasil tem uma necessidade vital por energia nuclear; (E) O Brasil está pronto para resistir às pressões dos EUA, que poderiam tornar ainda mais próximo o elo entre a Alemanha Ocidental e o Brasil; (F) As pressões dos EUA terão como alvo provavelmente primeiro e principalmente a Alemanha Ocidental, onde os EUA têm tropas posicionadas; tais pressões poderiam desmoralizar o [aliado] mais forte dos EUA na OTAN.<sup>659</sup>

Em dezembro de 1976, um influente grupo formado por diplomatas e especialistas, denominado Comissão Linowitz, preparou um plano conclamando o recém-eleito presidente Carter a romper com a política vigente com a América Latina. As recomendações incluíam: a rápida finalização sobre o novo acordo do Canal do Panamá, novo diálogo diplomático com Cuba, maior ênfase na área dos direitos humanos, restrição à venda de armas e, por fim, uma política econômica voltada principalmente às necessidades dos menos favorecidos. O presidente da Comissão, Sol Linowitz, ex-delegado dos Estados Unidos na OEA, apresentou um esboço do resultado ao então futuro secretário de Estado Cyrus Vance. No documento, a administração Ford é acusada de lentidão na questão da cobrança de um posicionamento por parte do Brasil e do Chile com relação à violação dos direitos humanos<sup>660</sup>.

Poucos dias depois, o New York Times<sup>661</sup>, o Washington Post<sup>662</sup> e o Washington Star<sup>663</sup> revelam o apoio dos Estados Unidos ao golpe de 1964, por meio da

---

<sup>658</sup> “unidentified government sources”; “serenity”. *Brazilian Public Reactions to U.S. Nuclear Policies*. Brasília, 19 de novembro de 1976, NARA, AAD, p. 2. (A tradução é nossa).

<sup>659</sup> “(A) What is essencial is Brazil’s political pledge to precedent-setting IAEA safeguards covering the Brazilian-German Agreement; (B) The Safeguards Agreement was accepted by all members of the IAEA Board of Governors; (C) Brazil has peaceful intentions, and fears by the President-elect that Brazil will develop nuclear arms are entirely unfounded; (D) Brazil has a vital need for nuclear energy; (E) Brazil is ready to resist US pressures, which could bind West Germany and Brazil even closer together; (F) US pressures are likely to be aimed first and mainly at West Germany, where the US has troops stationed; such pressures could demoralize the strongest NATO ally of the US”. *Ibid.*, p. 2. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>660</sup> Telegrama 4593 da Embaixada de Washington – *Relações Estados Unidos - América Latina. Segundo Relatório da Comissão Sol Linowitz*, Notícia do New York Times, 19 de dezembro de 1976, AHMRE, Brasília, DF.

<sup>661</sup> Telegrama 4712 da Embaixada de Washington – *Política, Brasil – EUA – Divulgação de Documentos sobre Revolução de 1964*, matéria do New York Times, 30 de dezembro de 1976, AHMRE, Brasília, DF.

Operação Brother Sam. Dois acontecimentos que colocam ainda mais pressão sobre o governo brasileiro e na sua futura relação com o recém-eleito presidente norte-americano.

### 3.4 Carter, Brzezinski e Vance

No discurso de posse, Carter fez questão de reafirmar qual seria o valor norteador no tocante da política externa:

[...] Nosso compromisso com os direitos humanos deve ser absoluto... Fomos a primeira sociedade a se autodefinir abertamente em termos de ambas liberdades: espiritual e humana. É essa autodefinição a qual... nos impõe uma obrigação especial – aceitar a responsabilidade desses deveres morais os quais, quando assumidos, parecem representar invariavelmente nossos próprios interesses mais nobres.<sup>664</sup>

Durante a campanha, o ex-governador da Geórgia prometeu reorientar a política externa americana sob dois princípios: a não proliferação nuclear e o respeito aos direitos humanos.

Sua equipe seria composta, basicamente, de membros da Comissão Trilateral e integrantes da equipe que elaborou o Relatório Linowitz. A primeira era dedicada a fomentar iniciativas entre os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. David Rockefeller (irmão mais jovem de Nelson) foi um dos fundadores do grupo, em 1973, e Zbigniew Brzezinski, seu diretor entre 1973 e 1976<sup>665</sup>. Este ex-professor da Universidade Columbia e estrategista ligado ao Partido Democrata seria o assessor de Segurança Nacional de Carter – que também era membro da organização. Outro integrante da Comissão, Cyrus Vance, seria nomeado secretário de Estado.

---

<sup>662</sup> Telegrama 4688 da Embaixada de Washington – *Política, EUA – Brasil, Artigo do Washington Post sobre Revolução de 1964*, 29 de dezembro de 1976, AHMRE, Brasília, DF.

<sup>663</sup> Telegrama 009 da Embaixada de Washington – *Política, EUA – Brasil, Editorial do Washington Star sobre documentos relativos à Revolução de 1964*, 3 de janeiro de 1977, AHMRE, Brasília, DF.

<sup>664</sup> “[...] Our commitment to human rights must be absolute...Ours was the first society openly to define itself in terms of both spirituality and of human liberty. It is that unique self-definition which...imposes on us a special obligation – to take on those moral duties which, when assumed, seem invariably to be in our own best interests”. BLUM et al. *The National Experience: A History of the United States*, Eighth Edition, Wadsworth, 1993, p. 898. (A tradução é nossa).

<sup>665</sup> SKLAR, H. *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. South End Press, Boston, 1980, p. 93-94.

Já Robert Pastor, assessor de Segurança Nacional para América Latina e Caribe, era um dos diretores da Comissão Linowitz. Pastor viria a ser o mais influente assessor de Carter para assuntos da região<sup>666</sup>.

Alguns dias depois da posse de Carter, o vice-presidente Walter Mondale foi enviado a Bonn. Deveria informar o chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt, que os EUA eram “inequivocamente contrários”<sup>667</sup> ao acordo nuclear celebrado com o Brasil. O fato de o presidente norte-americano tomar essa atitude sem avisar ou consultar previamente o governo brasileiro irritou o Itamaraty<sup>668</sup>.

Os entendimentos do Brasil com a Alemanha progrediam em sua implementação. Em julho de 1976, os ministros Velloso e Ueki foram a Frankfurt assinar contratos para a construção de mais dois reatores em Angra dos Reis (Angra dois e três), além da abertura de uma linha de crédito. Cogitava-se que, dentro de dois anos, os reatores das usinas de Angra seriam alimentados com o urânio explorado em Poços de Caldas<sup>669</sup>.

### **3.5 Relações Brasil – Estados Unidos (1977-1978)**

#### **3.5.1 A visita de Warren Christopher e a denúncia dos acordos militares**

No dia 1º de março, o subsecretário de Estado, Warren Christopher, foi enviado ao Brasil para tentar convencer as autoridades brasileiras a renegociarem o acordo nuclear. Sugeriu que o país abandonasse o plano de usinas de enriquecimento e reprocessamento previstas no acordo, para receber dos EUA o combustível nuclear necessário para a construção de reatores no país. Silveira rejeitou a proposta e mostrou-se insatisfeito por Christopher levantar suspeitas quanto à natureza, essencialmente pacífica, do programa nuclear brasileiro. Salientou que estava sujeito à fiscalização da AIEA e que o Brasil não iria estudar nenhuma proposta vinda de Washington sobre o

---

<sup>666</sup> PASTOR, R. A. *Exiting the Whirlpool: U. S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Rev. and expanded 2nd ed.. Westview Press, Boulder, 2001, p. 42.

<sup>667</sup> “unalterably opposed”. WESSON, R. op. cit., p. 80 IN POWER, T. J. *Carter, Human Rights, and the Brazilian Military Regime: Revisiting the Diplomatic Crisis of 1977*. University of Oxford, Draft of December 2005, p. 5. (A tradução é nossa). Agradecemos ao autor pela gentileza em enviar-nos o artigo.

<sup>668</sup> Cf. relato de Silveira em SPEKTOR, M. (Org.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 168.

<sup>669</sup> *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1976, p. 35.

assunto<sup>670</sup>. O subsecretário retornou aos EUA ainda na madrugada do dia 2. Sua partida prematura seria mais uma evidência clara do fracasso das negociações<sup>671</sup>.

Poucos dias depois, a Alemanha declarava que iria retardar a transferência da tecnologia nuclear ao Brasil. O adiamento atrasaria as metas para construção e operação das usinas nucleares no país. Bonn também sofria fortes pressões vindas do novo governo norte-americano<sup>672</sup>.

Ao mesmo tempo, em uma sexta-feira, dia quatro, o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil chegava à Embaixada norte-americana em Brasília. Conforme emenda aprovada pelo Congresso em junho do ano anterior, a ajuda militar prestada pelos EUA estava condicionada ao grau de respeito que o país recebedor demonstrasse pelos direitos humanos. Crimmins acreditava que seria melhor encaminhar uma cópia diretamente para a chancelaria brasileira, já que o Congresso norte-americano o recebeu naquele mesmo dia, podendo torná-lo público. O conselheiro político da Embaixada, David Simcox, levou o documento ao Itamaraty na mesma tarde<sup>673</sup>.

O texto reconhecia os avanços do governo no diálogo com a Igreja e estudantes; a remoção do comandante do II Exército de seu posto, o relaxamento da censura à imprensa e o surgimento de um “ativo debate público” sobre o tema dos direitos humanos. Relatava como “medidas excepcionais” permitiam que o Executivo, na prática, operasse “fora da Constituição” – citando nominalmente o emprego do AI-5. Em seguida, citava artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual os dois países são signatários e comparava com a situação atual do Brasil a respeito. Lembrava os depoimentos de pessoas que foram submetidas “a tratamento ou punição cruel, inumana e degradante”, mas afirmava que, desde janeiro de 1976, os detidos por questões de segurança não estavam mais sendo, de maneira geral, torturados ou submetidos a maus tratos. Tratava ainda da persistência de prisões arbitrárias, das dificuldades de um preso político ser julgado por um tribunal imparcial e de obter reparação legal. Por fim, mostrava avanço na situação das liberdades civis no país e citava relatórios recentes da Anistia Internacional sobre o Brasil<sup>674</sup>.

---

<sup>670</sup> *Veja*, 9 de março de 1977, p. 28.

<sup>671</sup> *Veja*, 9 de março de 1977, p. 29 e POWER, T. J. op. cit., p. 7.

<sup>672</sup> *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1977, p. 1.

<sup>673</sup> De acordo com Nota à Imprensa distribuída pela Embaixada norte-americana e publicada pelo Jornal do Brasil. *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1977, p. 19.

<sup>674</sup> *Veja*, 16 de março de 1977, p. 26-27. O relatório foi publicado na íntegra pela revista. Ele havia sido liberado no dia 12 de março pelo Congresso. Cf. POWER, T. J. op. cit., p. 16.

Na verdade, o relatório não trazia nenhuma novidade. Traçava, de maneira moderada, a situação dos direitos humanos no país em 1976.

Na manhã de sábado, Geisel convoca Crimmins ao Itamaraty. Foi recebido rapidamente pelo secretário-geral, Ramiro Saraiva Guerreiro, que lhe entregou uma carta na qual o governo brasileiro recusava-se a aceitar a ajuda militar dos EUA para o ano-fiscal de 1978<sup>675</sup>. O relatório, segundo o Itamaraty, continha “comentários e julgamentos tendenciosos e inaceitáveis”. A carta entregue por Guerreiro concluía afirmando a recusa do governo brasileiro em manter um programa de assistência militar que dependesse de “exame prévio”, direta ou indiretamente, de um órgão de um governo estrangeiro<sup>676</sup>.

Apesar de toda a movimentação diplomática e repercussão na imprensa, o valor rejeitado pelo Brasil era de apenas US\$ 50 milhões em créditos para compras de armamentos, e mais US\$ 100 mil para treinamento<sup>677</sup>. Uma semana depois, Crimmins era novamente convocado a comparecer ao Itamaraty. Dessa vez, Guerreiro entregou-lhe uma nota, assinada por Geisel e Silveira, denunciando o Acordo de Assistência Militar assinado entre os dois países em 1952. Além dele, acabava-se com a Comissão Militar Mista, no Rio de Janeiro, uma missão naval e entendimentos na área cartográfica, de fornecimento de materiais e armamentos<sup>678</sup>.

Nas palavras do próprio Geisel, comentando o episódio muito tempo depois, o Acordo Militar não significava “nada”. Um mero canal de obtenção para armamentos ultrapassados<sup>679</sup>. O Brasil não havia sequer usado os créditos disponíveis no ano anterior<sup>680</sup>. O embaixador norte-americano, também em relato posterior, concordou com o general. Segundo Crimmins, o relacionamento militar entre os dois países era “obsoleto, [...] antiquado, e os brasileiros achavam que ele era paternalista. Eu estava certamente de acordo”<sup>681</sup>. De acordo com o diplomata, “não houve perda, mas os brasileiros usaram isso com um meio para demonstrar sua insatisfação e independência.

---

<sup>675</sup> *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1977, p. 18. O ano-fiscal norte-americano vai de 1º de outubro a 30 de setembro.

<sup>676</sup> *Ibid.*.

<sup>677</sup> POWER, T. J. op. cit., p. 12. Argentina, Uruguai e Chile já haviam feito o mesmo.

<sup>678</sup> *Ibid.*, p. 15 e D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 350.

<sup>679</sup> D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.) op. cit., p. 350.

<sup>680</sup> POWER, T. J. op. cit., p. 12.

<sup>681</sup> “obsoleto, [...] antiquated, and the Brazilians felt it was paternalistic. I certainly agreed.” *Interview with John H. Crimmins*, 10 de maio de 1989. LOC, American Memory Home, FAOHC-ADST. (A tradução é nossa).

Elevar isso ao plano superior da política era muito consistente com a política externa do período Geisel-Silveira<sup>682</sup>”.

Desde, pelo menos, o episódio Morris, em 1974, o relacionamento entre Silveira, bem como o de Geisel, com Crimmins era difícil. De acordo com depoimento do chanceler depois de deixar o cargo, os militares não gostavam dele porque interceptaram uma mensagem do embaixador ao governo americano, em que criticava duramente – talvez de maneira propositada - o regime brasileiro. Silveira, da mesma forma, não nutria grande consideração pelo norte-americano<sup>683</sup>. Geisel, em relato nos anos 1990, chegou a afirmar que Crimmins “era contra nós. Enviava notícias desfavoráveis para os Estados Unidos, notícias tendenciosas. Em vez de trabalhar para harmonizar interesses, criava divergências e desentendimentos”<sup>684</sup>.

### 3.5.2 A visita de Terence Todman e de Rosalynn Carter

O secretário-assistente para Assuntos Interamericanos, Terence Todman, esteve no Brasil em maio. Reuniu-se com o embaixador João Hermes Pereira de Araújo, do Departamento das Américas do Itamaraty, e com Silveira. Discutiram-se temas que deveriam ser analisados na próxima reunião da OEA - possivelmente de cunho econômico-comercial<sup>685</sup>. Sua visita teve tom protocolar e contribuiu para uma melhora do ambiente nas relações bilaterais.

No mês seguinte, houve a visita da primeira-dama Rosalynn Carter. A iniciativa partiu do governo norte-americano. Ela veio acompanhada de Todman e Robert Pastor. Em seu discurso, na chegada, sublinhou que o elemento principal da política dos EUA para a América Latina era “um compromisso com os direitos humanos”<sup>686</sup>.

Conversou duas vezes com Geisel. A primeira em um encontro pela manhã, e, mais tarde, em um jantar de trabalho oferecido no Palácio da Alvorada<sup>687</sup>. O resultado

---

<sup>682</sup> “it was no loss, but the Brazilians used this as a means of demonstrating their annoyance and their independence. To raise this to a high policy plane, this was very consistent with the foreign policy of the Geisel-Silveira period”. Ibid.. (A tradução é nossa).

<sup>683</sup> SPEKTOR, M. (Org.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 192.

<sup>684</sup> D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.) op. cit., p. 336.

<sup>685</sup> *Veja*, 18 de maio de 1977, p. 24.

<sup>686</sup> “a commitment to human rights”. *New York Times*, 7 de junho de 1977 IN POWER, T. J. op. cit., p. 19. (A tradução é nossa).

<sup>687</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 392.

das conversações foi pífio. Discordaram vigorosamente sobre a questão nuclear e do respeito aos direitos humanos<sup>688</sup>. Silveira diria posteriormente que a escolha em enviá-la revelou um “desconhecimento psicológico” a respeito do Brasil. Uma senhora como representante do presidente dos EUA não era algo “fácil” de ser entendido em nosso país, principalmente por alguns setores militares<sup>689</sup>.

Pouco tempo antes da chegada da Sra. Carter, o movimento estudantil aparecia revigorado com manifestações, greves e protestos em vários pontos do país. O reitor da Universidade de Brasília havia decretado um recesso para evitar novas tensões entre estudantes e forças de segurança<sup>690</sup>.

No primeiro dia de Rosalynn Carter em Brasília, um estudante não identificado conseguiu se infiltrar no lobby da Embaixada dos EUA junto a alguns jornalistas brasileiros e entregar uma carta denunciando o regime militar a Todman. Em seu parágrafo final, a comunicação afirmava:

Nós queremos enfatizar que o que está ocorrendo aqui na UnB [*Universidade de Brasília*] não é um incidente isolado, mas um sintoma da opressão sob a qual nós, como estudantes, temos vivido quase nossa vida toda. O regime que tem governado nosso país desde 1964 pode ter garantido uma certa medida de estabilidade, julgada benéfica para os interesses americanos, mas isto tem sido feito à custa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião. As prisões arbitrárias e torturas são temores que governam nossas vidas. Nós esperamos sinceramente que a política do Presidente Carter para com o Brasil seja orientada pelo seu apoio a esses direitos aos quais todos os seres humanos fazem jus, em toda parte.<sup>691</sup>

Perguntada pela imprensa norte-americana sobre quais suas impressões sobre a carta, a primeira-dama afirmou: “Eu a levarei com satisfação para Jimmy pessoalmente. Tenho certeza que ele ficará satisfeito em receber uma perspectiva dos estudantes sobre os direitos humanos”<sup>692</sup>.

O cientista político Timothy Power ainda destaca outros dois casos semelhantes que ocorreram durante a visita. A líder do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini, foi impedida fisicamente de entregar uma carta à primeira-dama no Senado. A comunicação, que conseguiu chegar a seu destino posteriormente,

---

<sup>688</sup> Ibid., p. 393-396. E D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.) op. cit., p. 351.

<sup>689</sup> SPEKTOR, M. (Org.) *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 183.

<sup>690</sup> *Veja*, 15 de junho de 1977, p. 24-25.

<sup>691</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1977, p. 4. (O grifo é nosso).

<sup>692</sup> “I’ll be glad to take it back to Jimmy personally. I’m sure he’ll be glad to receive a perspective on human rights from the students”. *Washington Post*, 8 de junho de 1977 IN POWER, T. J. op. cit., p. 20. (A tradução é nossa).

exortava pela ajuda de mulheres norte-americanas ao movimento a favor da libertação dos prisioneiros políticos no Brasil. Rosalynn Carter também recebeu um documento de familiares de cento e vinte nove presos políticos que passaram seu relato via jornalistas norte-americanos<sup>693</sup>.

Ainda na capital federal, fugindo do protocolo, ela convidou três políticos influentes do MDB para um jantar na residência do embaixador Crimmins. Além deles, também estavam presentes conhecidos jornalistas brasileiros<sup>694</sup>.

No dia 8 de junho, a Sra. Carter foi ao Recife visitar a família com a qual ela e seu marido viveram por 10 dias como parte de um programa em que Geórgia e Pernambuco participam como estados irmãos<sup>695</sup>. Lá, encontrou-se com dois missionários norte-americanos que haviam sido detidos no mês anterior, Lourenço Rosebaugh e Tomas Capuano. Eles foram mantidos incomunicáveis por 72 horas, além de terem sofrido violências físicas e ameaças<sup>696</sup>. A reunião no Consulado dos EUA teve ampla cobertura da imprensa norte-americana. No dia seguinte, a fotografia de Rosalynn ao lado dos missionários estava na primeira página do *New York Times* e do *Washington Post*<sup>697</sup>. Em seu livro de memórias como primeira-dama, ela lembraria: “Nosso objetivo com relação aos direitos humanos havia sido alcançado”<sup>698</sup>.

Alguns anos mais tarde, Pastor diria que Rosalynn fora “bem-sucedida em navegar na linha tênue entre atacar o governo e encorajar a oposição”<sup>699</sup>.

### 3.5.3 A visita do secretário de Estado Cyrus Vance

No final do ano, em novembro, ocorreu a rápida visita do secretário de Estado, Cyrus Vance. Em sua comitiva também estavam: Pastor, Todman, dois especialistas em política nuclear do Departamento de Estado (Gerard Smith e Joseph Nye), o secretário

---

<sup>693</sup> *O Estado de S. Paulo*, 8 de junho de 1977 e *Washington Post*, 8 de junho de 1977 IN POWER, T. J. op. cit., p. 20. Na visita do presidente Carter, em março de 1978, Zerbini conseguiu entregar uma carta a Rosalynn em mãos. Conforme depoimento a *Folha de S. Paulo*, 1º de julho de 2012, A11.

<sup>694</sup> *O Estado de S. Paulo*, 7 de junho de 1977 IN POWER, T. J. op. cit., p. 22.

<sup>695</sup> POWER, T. J. op. cit. p. 20-21.

<sup>696</sup> *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 22. Os dois foram presos quando empurravam uma carroça com restos de frutas e legumes para os pobres. Foram abordados por policiais e, diante das respostas dos padres, um deles afirmou: “Vocês devem ser comunistas para fazer isso”. Algemados, foram levados a Delegacia de Roubos e Furtos. Conforme depoimento de Rosebaugh publicado cinco dias antes da chegada da primeira-dama a Brasília. Ibid..

<sup>697</sup> GASPARI, E. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 398.

<sup>698</sup> “Our point about human rights had been made”. CARTER, R. *First Lady from Plains*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1994, p. 218. (A tradução é nossa).

<sup>699</sup> Comunicação pessoal de Robert Pastor a Timothy J. Power, 1985 IN POWER, T. J. op. cit., p. 22.

de Estado Assistente para Assuntos Econômicos, Julius Katz e a secretária assistente para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários, Patricia Derian<sup>700</sup>.

Segundo o porta-voz do Departamento de Estado, John Trattner, o secretário de Estado não apresentou novas propostas sobre a questão nuclear ao Brasil. Sua vinda ligava-se “estritamente à preparação da visita de Carter, no próximo ano”<sup>701</sup>. Desse modo, Vance aproveitou para reafirmar a importância do Memorando de Entendimento entre os dois países, não pressionar diretamente o Brasil na questão nuclear e abordar o assunto dos direitos humanos com comedimento. O encontro com Geisel e Silveira teve tom amistoso e conciliatório.

Em recepção oferecida ao secretário de Estado e às autoridades brasileiras, o principal tópico foram os direitos humanos. Estavam presentes várias figuras da oposição: o líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, o senador Franco Montoro, o deputado Ulysses Guimarães, o secretário-geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, além de jornalistas dos principais veículos<sup>702</sup>.

A presença de Derian na comitiva mostrava que o tema persistiria como um tópico importante para os EUA até a visita de Carter e, ao mesmo tempo, denotava “uma maior discricção” no assunto do que o ocorrido durante a visita da primeira-dama norte-americana<sup>703</sup>. Ela confirmou que o assunto havia sido tratado “de maneira sincera, respeitosa, aberta e polida” em conversações com Silveira e Geisel<sup>704</sup>.

A visita do presidente Carter, inicialmente programada para novembro, só aconteceria em março de 1978.

### **3.5.4 A visita do presidente Carter**

Carter chegou ao Brasil tentando reestabelecer o acordo militar entre os dois países. Geisel afirmava que não se opunha a novas conversações, desde que o tratado não ficasse sujeito a uma revisão periódica pelo Congresso norte-americano. O líder da superpotência reconheceu que esse era um grande empecilho ao entendimento sobre a

---

<sup>700</sup> POWER, T. J. op. cit., p. 22-23. A comitiva ficou em Brasília por somente 24 horas.

<sup>701</sup> *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1977, p. 5.

<sup>702</sup> Ibid. e *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1977, p. 7.

<sup>703</sup> Comentário do jornal francês *Le Monde* publicado pelo *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1977, p. 5.

<sup>704</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1977, p. 7.

matéria. Tentou abordar também, mais uma vez, a questão nuclear com Geisel, sem sucesso<sup>705</sup>.

No campo dos direitos humanos, Carter pleiteou a entrada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no Brasil a fim de investigar violações. Da mesma forma, sem êxito<sup>706</sup>. As já conhecidas posições divergentes de Carter e Geisel a respeito da não proliferação nuclear e respeito aos direitos humanos seriam simplesmente mantidas durante o encontro.

Ainda em Brasília, o presidente dos EUA discursou em sessão conjunta no Congresso e concedeu uma entrevista coletiva em que declarou que os direitos humanos não eram mais um “tabu” no diálogo entre os dois países<sup>707</sup>.

O presidente norte-americano ainda esteve com vários líderes de oposição da sociedade civil brasileira no Rio de Janeiro. Encontrou-se com os cardeais D. Paulo Evaristo Arns e D. Eugênio Sales, com o presidente da OAB, Raimundo Faoro e com Julio de Mesquita Neto, diretor de *O Estado de S. Paulo*<sup>708</sup>. No trajeto até o aeroporto, Carter convidou Arns para acompanhá-lo na limusine presidencial, a fim de conversarem sobre a situação dos direitos humanos no país<sup>709</sup>. Esse gesto, de grande valor simbólico, desagradou profundamente Geisel, que considerava o cardeal arcebispo de São Paulo um fator desestabilizador do processo de abertura política brasileiro. A familiaridade entre o mandatário americano e o religioso ganhou ainda mais relevo se considerarmos a lista com nomes de brasileiros desaparecidos que Arns enviou ao presidente dos EUA seis meses antes de sua visita ao Brasil<sup>710</sup>.

A aproximação de Carter com setores da oposição à ditadura brasileira era o que mais incomodava Geisel. A denúncia dos acordos militares por parte do Brasil teve efeito simbólico, mas na prática foi algo inócuo. O país já desfrutava de autossuficiência na produção de diversos tipos de armamentos, incluindo alguns de fabricação sofisticada. Sobre o Acordo Nuclear com a Alemanha, houve uma acomodação nas pressões norte-americanas fruto, provavelmente, de uma reavaliação das possibilidades

---

<sup>705</sup> SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009, pp. 171-172.

<sup>706</sup> POWER, T. J. op. cit., p. 26.

<sup>707</sup> *Los Angeles Times*, 31 de março de 1978 IN POWER, T. J. op. cit., p. 27.

<sup>708</sup> GREEN, J. N. op. cit., p. 464.

<sup>709</sup> Ver CARTER, J. *White House Diary*, Farrar, Straus and Giroux, New York, 2010, p. 182.

<sup>710</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 173. Carter e Arns haviam se conhecido em maio de 1977, em uma cerimônia na Universidade de Notre Dame, na qual ambos foram agraciados com o título de Doutor Honoris Causa pelas suas respectivas trajetórias em prol dos direitos humanos. *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 46.

brasileiras de levar a cabo um programa de alta transferência de tecnologia na área nuclear<sup>711</sup>.

No plano simbólico, a visita foi importante. Se, por algum tempo no Brasil, qualquer cidadão que defendesse o respeito aos direitos humanos como um valor inegociável era taxado de comunista ou subversivo, o que ocorreria se o presidente dos Estados Unidos assumisse essa mesma posição?

Por fim, como argumenta Timothy Power, é interessante notar que, mesmo com fortes divergências diplomáticas durante 1977, Carter e Geisel foram capazes de “administrar políticas separadamente que tiveram efeitos reforçadores no Brasil”<sup>712</sup>. Estimularam, ao mesmo tempo, setores da oposição a agir pelo aumento de medidas liberalizantes, e integrantes do governo partidários da abertura ao seu prosseguimento.

---

<sup>711</sup> LESSA, A. C. *A Vertente Perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979)*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, nº 137, jan.-mar, 1998, p. 79-80. Acessado em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/333>.

<sup>712</sup> “separately administering policies that had reinforcing effects in Brazil”. IN POWER, T. J. op. cit., p. 2.

## Conclusão e Considerações Finais

A articulação que havia se iniciado no final dos anos 1960 nos EUA e envolvia exilados, acadêmicos, religiosos e ativistas dos direitos humanos percorreram um longo caminho. As denúncias sobre arbitrariedades dos regimes latino-americanos que começaram tímidas foram gradativamente ganhando força e influenciando o direcionamento dos debates no Congresso e opinião pública norte-americana. A violência assombrosa que se seguiu após o golpe militar no Chile, em setembro de 1973, foi um fator aglutinador e que acabou por fortalecer a atuação desses grupos. Desse modo, os pleitos por uma mudança na conduta dos EUA em relação a países hemisféricos que violavam sistematicamente os direitos humanos também se reforçaram.

O Congresso teve papel importante em incorporar essas demandas. Em 1971, ocorreram as audiências presididas pelo senador democrata Frank Church com o objetivo de analisar os programas e políticas norte-americanas para o Brasil. Dois anos depois, a Lei de Assistência Externa de 1973-1974 definia que o presidente deveria rejeitar ajuda econômica ou militar a governos estrangeiros que confinassem seus cidadãos por razões políticas. Em dezembro do mesmo ano, ainda houve o depoimento do missionário Fred Morris ao Congresso a respeito das principais atividades desenvolvidas por grupos de oposição ao regime militar no Brasil. No ano seguinte, a Emenda Harkin à Lei de Assistência Externa outorgou ao Congresso a capacidade de estabelecer limites à ajuda econômica dos EUA a qualquer país que violasse, de forma sistemática, direitos humanos reconhecidos internacionalmente. E, em junho de 1976, a Lei de Assistência Externa norte-americana era emendada mais uma vez. A nova medida recusava assistência militar dos EUA às nações que incidiam em práticas persistentes de violações de direitos humanos. Dessa forma, o Departamento de Estado deveria produzir um relatório anual sobre as condições humanitárias em todos os países que recebiam ajuda militar dos Estados Unidos, a fim de que o mesmo fosse examinado pelo Congresso.

Assim, é interessante sublinhar que o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil que desencadeou a denúncia dos acordos militares em março de 1977 teria sido elaborado e publicado de qualquer forma – independentemente do

vencedor da eleição presidencial de 1976. A pressão partiu do Congresso e não da administração Carter.

O mesmo não pode ser dito quanto à questão nuclear. As violentas pressões desencadeadas pelo novo governo norte-americano começaram a acomodar-se somente a partir da visita do presidente dos EUA ao Brasil, em março de 1978. A contínua intransigência brasileira no assunto talvez tenha levado os norte-americanos a concluírem que suas pressões estavam sendo contraproducentes.

Já com relação aos direitos humanos, em uma entrevista coletiva em Brasília durante sua visita, Carter respondeu a um jornalista quais eram os fatores que levavam às desavenças no assunto:

A diferença que surgiu no tópico dos direitos humanos não está baseada em uma falta de comprometimento para aprimorá-los. Eu acredito que um progresso significativo tem sido feito em seu país e também no nosso. Nós temos uma diferença aguda de opinião, entretanto, sobre como o tema dos direitos humanos deve ser abordado... nós acreditamos que... a pressão global sobre nós e [sobre] outros países é um fator muito benéfico, que muita publicidade deve ser concedida a qualquer violação provada de direitos humanos...[o] Brasil, por outro lado...não acredita que [o ponto de vista de] organizações internacionais e a opinião multinacional devam ser aplicadas.  
713

No geral, a visita teve o tom de ponderação da resposta do presidente norte-americano. Seu objetivo era manter-se como “defensor de valores universais”<sup>714</sup>, mas, ao mesmo tempo, sem realimentar os recentes atritos com o governo brasileiro. Após a visita, Geisel teria dito a assessores próximos que considerou Carter “mais sábio”<sup>715</sup> do que imaginava.

Carter aproximou-se de importantes atores políticos brasileiros responsáveis por inserir o tópico dos direitos humanos na agenda política do país. Seu objetivo era ouvi-los, prestigiá-los, e mostrar que a atitude do governo norte-americano em relação a governos autoritários havia mudado.

---

<sup>713</sup> “The difference that have arisen on the human rights issue are not based upon lack of commitment to enhance human rights. I think great progress has been made in your country and also in ours. We do have a sharp difference of opinion, however, on how the human rights issue should be addressed...We believe that...world pressure on us and other countries is a very beneficial factor, that high publicity should be given to any proven violation of human rights...Brazil, on the other hand...does not believe that international organizations and multinational opinion should be marshaled”. New York Times, 31 de março de 1978 IN POWER, T. J. op. cit., p. 27. (A tradução e o grifo são nossos).

<sup>714</sup> SPEKTOR, M. op. cit., p. 173.

<sup>715</sup> Memo para Brzezinski, ultrassecreto sensível, Situation Room, Casa Branca, 10 mai 1978, Crest (CIA Records Search Tool) IN SPEKTOR, M. op. cit., p. 173.

Uma das principais preocupações do presidente norte-americano era tentar restaurar a imagem e o prestígio dos EUA por meio da promoção dos direitos humanos como valores universais. Em outras palavras, a ciência de que a parcela do poder norte-americano que se relaciona com a capacidade de atrair, de ser admirado e respeitado em sua atuação internacional precisava ser reconstruída. Além disso, tal abordagem tem uma vantagem importante de acordo com o teórico Joseph Nye Jr.: “Se os Estados Unidos representarem valores que os outros queiram adotar, a liderança nos custará menos”<sup>716</sup>.

Na carência dessa ideia, fica difícil compreender, por exemplo, a motivação de Carter em conceder asilo político, em setembro de 1977, ao principal adversário dos militares brasileiros: o ex-governador do Rio Grande do Sul e cunhado do ex-presidente João Goulart, Leonel Brizola<sup>717</sup>, que estava exilado no Uruguai.

Luiz Alberto Moniz Bandeira teve acesso a documentos localizados no Arquivo Nacional que revelam a iniciativa do governo norte-americano em não permitir a possível prisão ou sequestro de Brizola, facilitando o seu trânsito aos EUA via Buenos Aires<sup>718</sup>.

Era um sinal claro de que as diretrizes em Washington haviam mudado. E que Carter, ciente do risco que Brizola corria em meio à colaboração das forças de segurança dos regimes da América do Sul, optaria pela precaução. Naquele momento, as preocupações com a subversão comunista haviam perdido terreno, indubitavelmente, para o zelo sobre a imagem dos EUA projetada em sua conduta exterior.

Dessa forma, a política de direitos humanos de Carter não era apenas uma nova justificativa para intervir em países hemisféricos. Em princípio, o fato de sua diplomacia atacar em duas frentes ao mesmo tempo - não proliferação nuclear e promoção dos direitos humanos - talvez tenha criado mais contradições do que resultados concretos aos EUA. Principalmente no caso do Brasil, em que o país procurou outro parceiro nuclear após os EUA terem interrompido, de forma abrupta, o fornecimento de combustível e depois sofreu pressões fortíssimas para que o acordo fosse cancelado ou renegociado.

---

<sup>716</sup> NYE Jr., J. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 37.

<sup>717</sup> Considero o principal adversário dos militares brasileiros, já que João Goulart e Juscelino Kubitschek haviam morrido em 1976 e Carlos Lacerda em maio de 1977.

<sup>718</sup> *Folha de S. Paulo*, 22 de agosto de 2010. Ilustríssima, 3. Para os documentos coletados por Bandeira, acessar: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/738-galeria-de-fac-similes-dos-documentos-citados-na-reportagem>. Quando atuou como governador do RS, Brizola tornou-se um dos maiores inimigos de Washington no início dos anos 1960, após nacionalizar empresas norte-americanas.

Por fim, acreditamos que houve uma complementaridade entre setores da sociedade brasileira que ansiavam pela imediata restauração das liberdades civis e a política com ênfase nos direitos humanos de Carter. Os contatos realizados nas viagens da primeira-dama e do próprio presidente com membros da sociedade civil mostraram, de forma eloquente, que os EUA não iriam retroceder, pelo menos durante a administração Carter, a uma posição de apoio acrítico a regimes da região.

## Referências Bibliográficas

### Arquivos pesquisados

American Presidency Project, The. Public Papers of the Presidents. University of California, Santa Barbara, UCSB. Acessado em: <http://www.presidency.ucsb.edu/index.php>.

AHMRE. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, DF.

CIA. Central Intelligence Agency. Acessado em: <https://www.cia.gov>.

Foreign Affairs Oral History Collection of the Association for Diplomatic Studies and Training, LOC, American Memory Home,. Acessado em: <http://memory.loc.gov/ammem/collections/diplomacy/author.html>.

Federation of American Scientists (FAS). Acessado em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/direct.htm>.

NARA. National Archives and Records Administration, Access to Archival Databases (AAD). Acessado em: <http://aad.archives.gov/aad>.

National Security Archive, The George Washington University. Washington. Acessado em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>.

Presidential Recordings Program do Miller Center of Public Affairs, Universidade de Virginia. Acessado em: <http://whitehousetapes.net>.

U.S. Department of State. Foreign Relations of the United States, FRUS, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico, Brazil. FRUS, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico, Regional. FRUS, 1969-1976,

Volume E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, Brazil. Acessado em: <http://history.state.gov/>.

Zappiens.br. Acervo digital com diversos vídeos cedidos pelo Arquivo Nacional ([www.zappiens.br](http://www.zappiens.br)).

## **Periódicos**

*Folha de S. Paulo*

*Jornal do Brasil*

*New York Times*

*O Estado de S. Paulo*

*Playboy*

*Veja*

## **Livros e artigos**

AMADO, R. (Org.) *Araújo Castro*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

ALMEIDA, P.; BARBOSA, R. (Orgs.) *Relações Brasil - Estados Unidos: Assimetrias e Convergências*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.

BANDEIRA, L. A. M. *Fórmula para o Caos: A Derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*, 2º edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

\_\_\_\_\_. *Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOZA, M. *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BLUM, J. M. et al. *The National Experience: A History of the United States*, Eighth Edition, Wadsworth, 1993.

- BRZEZINSKI, Z. *Power and Principle: Memoirs of the National Security Adviser 1977-1981*. New York: Farrar, Straus, Giroux, 1983.
- CAMPOS, R. *A Lanterna na Popa*, 4º ed.. Rio de Janeiro: Top Books, 2004.
- CARTER, J. *Keeping Faith: Memoirs of a President*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Our Endangered Values – America’s Moral Crisis*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2005.
- \_\_\_\_\_. *White House Diary*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.
- CARTER, R. *First Lady from Plains*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1994.
- CERVO, A. L. (Org.) *O Desafio Internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- \_\_\_\_\_. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*, 3º edição ampliada. Brasília: UnB, 2008.
- CHAGAS, C. *113 Dias de Angústia – Impedimento e Morte de um Presidente*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.
- D’ARAÚJO, M.; CASTRO, C. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DINGES, J. *Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FICO, C. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*, 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FROTA, S. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GARCIA, E. V. (Org.) *Diplomacia Brasileira e Política Externa – Documentos Históricos 1493-2008*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GERSTLE, G. *American Crucible: Race and Nation in the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GORDON, L. *A Segunda Chance do Brasil*. São Paulo: Senac, 2002.
- GREEN, J. N. *Apesar de Vocês: Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Tradução de S. Duarte

- GUEIROS, J. A. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- HIRST, M. *Brasil – Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- KENNAN, G. *American Diplomacy* (Expanded Edition). Chicago, The University of Chicago Press, 1989.
- KISSINGER, H. *Política Externa Americana*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969.
- \_\_\_\_\_. *White House Years*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Years of Renewal*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1999.
- KORNBLUH, P. *The Pinochet File*. New York: The New Press, 2004.
- LESSA, A. C. *A Vertente Perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979)*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, nº 137, jan.-mar, 1998.
- LIMA, M. R. S.; MOURA, G. *A Trajetória do Pragmatismo – Uma Análise da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro, *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Vol. 25, nº 3, 1982.
- MARTINS Fº, J. R. (Org.) *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- MEAD, W. R. *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World*. New York: Routledge, 2009.
- MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.
- MIYAMOTO, S.; CARDOSO, S. A. *A Política Externa dos Governos Geisel e Lula: Semelhanças e Diferenças*. Artigo ainda não publicado.
- NADER, A. *Autênticos do MDB: Semeadores da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NIEBUHR, R. *The Irony of American History*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- NYE Jr., J. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (Eds.) *Transições do Regime Autoritário – América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

- OLIVEIRA, F. M. de *Adido Extraordinário – Vernon A. Walters e o Brasil*. Washington: National Defense Intelligence College Press, 2009.
- PASTOR, R. A. *Exiting the Whirlpool: U. S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean*. Rev. and expanded 2nd ed.. Boulder, Westview Press, 2001.
- PEREIRA, A. *Ditadura e Repressão*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PERSICO, J. E. *The Imperial Rockefeller – A Biography of Nelson A. Rockefeller*. New York: Washington Square Press, 1983.
- PINHEIRO, L. *Foreign policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*. Tese de Doutorado. Londres, London School of Economics and Political Science, 1994.
- PORTELLA, P. *Tempos de Congresso II*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- POWER, T. J. *Carter, Human Rights, and the Brazilian Military Regime: Revisiting the Diplomatic Crisis of 1977*. University of Oxford, Draft of December 2005. (Não publicado).
- REICH, C. *The Life of Nelson A. Rockefeller: Worlds to Conquer, 1908-1958*. New York: Doubleday, 1996.
- ROCKEFELLER, N. *The Rockefeller Report on the Americas*. Chicago: Quadrangle Books, 1969.
- SAKHAROV, A. *Memoirs*. New York: Alfred A. Knopf, 1990.
- SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- SCHLESINGER Jr., A.M. *The Cycles of American History*. New York: Houghton Mifflin Company, 1999.
- SCHOULTZ, L. *Human Rights and United States Policy toward Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- SINGER, A.; GOMES, M. H.; VILLANOVA, C.; DUARTE, J. (Orgs.) *No Planalto, com a Imprensa*. Brasília: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SKLAR, H. *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. Boston: South End Press, 1980.
- SOARES, G.; D'ARAUJO, M., CASTRO, C. *A Volta aos Quartéis: a Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

- SOLZHENITSYN, A. *Warning to the West*. 1st ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1976.
- SOUTO, C. V. *A Diplomacia do Interesse Nacional – a política externa do Governo Médici*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.
- SPEKTOR, M. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- STEPAN, A. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton, Princeton University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. (ed.) *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. New York: Oxford University Press, 1989.
- STRONG, R. *Working in the World: Jimmy Carter and the Making of American Foreign Policy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000.
- SUMMA, R. *Une amitié calculée: Les relations entre les États-Unis et le Brésil durant les dix premières années de la dictature militaire (1964-1974)*. Dissertação de Mestrado. Paris, École Doctorale de Sciences Po, 2009.
- TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TOTA, A. P. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- U.S. SENATE, *U. S. Policies and Programs in Brazil*, Hearings Before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relations, 4,5 e 11 de maio de 1971, U.S. Government Printing Office, Washington, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders – An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with respect to Intelligence Activities*. Washington: U. S. Government Printing Office, 1975.
- VANCE, C. *Hard Choices: Critical Years in America's Foreign Policy*. New York: Simon and Schuster, 1983.
- VIZENTINI, P. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- WILENTZ, S. *The Age of Reagan – A History (1974-2008)*. New York: HarperCollins Publishers, 2008.